

MARIA FILIPA AVELAR DUARTE SILVA DE OLIVEIRA

ALEXANDRE HERCULANO E A TRADUÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
ESTUDOS DE TRADUÇÃO,
ORIENTADA PELO PROF. DOUTOR
CARLOS CASTILHO PAIS

UNIVERSIDADE ABERTA
2008

MARIA FILIPA AVELAR DUARTE SILVA DE OLIVEIRA

ALEXANDRE HERCULANO E A TRADUÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
ESTUDOS DE TRADUÇÃO,
ORIENTADA PELO PROF. DOUTOR
CARLOS CASTILHO PAIS

UNIVERSIDADE ABERTA
2008

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos dirigem-se, em primeiro lugar, aos Professores e aos Colegas do Curso de Mestrado em Estudo de Tradução da Universidade Aberta do Ano Lectivo de 2004/05; agradeço sobretudo o apoio e o incentivo do Sr. Prof. Doutor Carlos Castilho Pais, que se revelou um excelente orientador e amigo, dados nos momentos em que tudo parecia perdido.

Gostaria igualmente de agradecer não só o apoio como também o trabalho que tiveram nesta saga Manuel, Maria Luiza, José Manuel e Luís Filipe, a designada família; este agradecimento estende-se também aos presentes e aos ausentes pelo facto de nunca me terem permitido desistir.

Agradeço, por fim, a oferta efectuada pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada do livro do Sr. Padre Ernesto Ferreira, *Os Três Patriarcas do Romantismo nos Açores. Edição do Instituto Cultural da Ponta Delgada, Comemorativa do 1.º Centenário da Chegada de Castilho a S. Miguel*. 1.ª Ed. 1947. 2.ª Ed.. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, e às Bibliotecas que se habituaram a ter-me como visitante constante, aqui nomeadas por ordem alfabética:

- Biblioteca da Casa do Patriarca;
- Biblioteca Municipal de Abrantes, António Botto;
- Biblioteca Municipal de Oeiras;
- Biblioteca Nacional da Ajuda;
- Biblioteca Nacional de Lisboa;
- Biblioteca Operária Oeirense;
- Biblioteca da Universidade Aberta;
- Biblioteca da Universidade Católica Portuguesa.

ÍNDICE

	Número de Página
Agradecimentos	II
Introdução	1
Capítulo 1 – A História da Tradução e os Estudos de Tradução	5
Capítulo 2 – A Tradução Antes de Alexandre Herculano	17
2.1 – O Pré-Romantismo Internacional	19
2.1.1– O Elogio da Língua-Mãe	24
2.1.2 – Contra os Estrangeirismos	28
2.2 - O Pré-Romantismo Português	31
2.2.1– O Elogio da Língua-Mãe	32
2.2.2 – Contra os Estrangeirismos	34
Capítulo 3 – O Horizonte Tradutório na Época Romântica	37
3.1 – O Horizonte Tradutório na Época Romântica Internacional	39
3.1.1 - O Elogio da Língua-Mãe	41
3.1.2 – Contra os Estrangeirismos	50
3.2 - O Horizonte Tradutório na Época Romântica Portuguesa	52
3.2.1– O Elogio da Língua-Mãe	57
3.2.2 – Contra os Estrangeirismos	61
Capítulo 4 – Herculano e a Tradução	73
4.1 – Herculano, Tradutor	75
4.2 – Herculano: para uma Teoria da Tradução	97
4.3 – A Crítica da Tradução	122
Conclusão	133
Bibliografia	137
a) Obras de Alexandre Herculano	139
b) Sobre Alexandre Herculano	141
c) Obras de Almeida Garrett	144

d) Sobre Almeida Garrett	145
e) Obras de António Feliciano de Castilho	147
f) Sobre António Feliciano de Castilho	148
g) Obras Sobre a época	149
h) Obras Sobre Tradução	153
i) Webgrafia	156
j) Revistas e Jornais	157
l) Metodologia	161
Anexos	163
Anexo 1 <i>Eliézer</i> . — <i>Poema de Florian vertido em portuguez</i> . Braga 1839— 1 fol. 8.º. <i>O Panorama</i> . Tom. IV. N.º 148, 1840, p. 72.	165
Anexo 2 - <i>Leonor</i> — Romance de Bürger. <i>Repositorio Literario</i> , Porto, N.º 5, 15/12/1834, pp. 38-39.	166
Anexo 3 - Poesia. Imitação -Belo – Unidade. <i>Repositório Literario</i> . Porto, N.º 7, 1/1/1835, PP. 53-56, N.º 8, 1/2/1835, PP. 61-64, N.º 9, 15/2/1835, pp. 70-71, E N.º 11, 15/3/1835, pp. 84-88.	168
Anexo 4 - <i>A Noite do Castelo e os Ciúmes do Bardo</i> . Poemas seguidos da Confissão de Amélia, pelo Sr. A. F. De Castilho. Lisboa 1836, 1 — Vol. — 12.º. <i>Jornal De Sociedade Dos Amigos Das Letras</i> , N.º 1, Abril, 1836, pp. 27-28.	186
Anexo 5 - Homero. <i>O Panorama</i> , Vol. I, N.º 5, 3/06/1837, pp. 37-38.	190
Anexo 6 - Galicismos. <i>O Panorama</i> , Vol. I, N.º 7, 17/06/1837, pp. 52-53.	192
Anexo 7 - Poesia. <i>O Panorama</i> , Vol. I, N.º 8, 24/06/1837, pp. 59-60.	195
Anexo 8 - <i>Ivanhoe</i> — Novela de Walter Scott, Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa, 4 Vol”. <i>Diário Do Governo</i> , N.º 91, 18/04/1838, p. 384.	198
Anexo 9 - <i>Ivanhoe</i> Traduzido em Vulgar. <i>O Panorama</i> , Vol. II, N.º 52, 28/04/1838, p. 134.	199
Anexo 10 - <i>Quintino Durward</i> — Novela de Walter Scott, Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa”. Lisboa 1838 — 9 — 4 Vol. — 8.º — Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. a mesma Obra — Traduzida pelo Dr. C. L. Moura. Paris 1838 — 4 Vol.— 12.º — Livraria D’aillaud. <i>O Panorama</i> , Vol. III, N.º 103, 20/04/1839, pp. 128.	200
Anexo 11 - <i>Anna de Geierstein, ou a Donzela do Nevoeiro</i> , Novela de	

- Walter Scott, Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa.” — 4 Vol.
8.º— Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
O Panorama, Vol. III, 2.ª Série, N.º 156, 1844, p. 48. 201
- Anexo 12 - “Reflexões Etnográficas, Filológicas e Históricas. a Propósito
de uma Publicação Recente sobre a Origem Céltica da Língua
Portuguesa” *O Panorama*, Vol. III, 2.ª Série, 1844, pp. 391-394. 202
- Anexo 13 - “Carta a Bulhão Pato sobre o Poema *Paqueta*, Datada de 20
de Maio de 1856”. *Revista Peninsular*, Vol. II, N.º 1, 1856, pp. 8-12. 209
- Anexo 14 - “Carta a Soares de Passos Sobre as *Poesias*”, Datada de 5 de
Agosto de 1856. *Cartas*, Tomo II, Bertrand, Lisboa,
4 Ed. s./d., pp. 87-99. 214
- Anexo 15 - “CARTA A S.ª D. GUIMAR TORREZÃO”. Carta de 25
de Abril de 1872. in Junior, Dr. Armelim. *Trechos Litterarios de
Alexandre Herculano e Cartas do mesmo e de Outros Escriptores
Illustres a Guiomar Torrezão. Colleccionadas, Publicadas e Editadas
por sua irmã, Com Prefacio por Dr. Armelim Junior.*
Lisboa: Typhographia Leiria, 1910. p. 30. 215
- Anexo 16 - “Cartas a B. Barros De Gomes”. Carta de Julho de 1876 *Cartas
De A. Herculano*. Tomo I, 3.ª Ed., Lisboa: Bertrand, s./d., pp. 13-29. 216

INTRODUÇÃO

O objectivo deste trabalho consiste em mostrar uma faceta muito pouco falada, referenciada e comentada, excepto por algumas raras e ocasionais referências, da recheada vida de Alexandre Herculano.

O autor, que é mais conhecido como cronista, escritor de romances históricos, bibliotecário, jornalista, político, foi também tradutor.

Interessou-nos na nossa pesquisa o que o próprio Alexandre Herculano escreveu sobre a apresentação e as justificações das suas traduções, mas interessou-nos, também, o crítico acérrimo das traduções que eram publicadas em Portugal ou em português, efectuadas pelos seus contemporâneos e conterrâneos, estivessem eles em território nacional ou estrangeiro, na forma de recensões críticas que publicava nos mais diversos jornais literários da época.

Dado o incremento que se verificou nos estudos sobre a História da Tradução nos últimos tempos, iniciar-se-á este trabalho (Capítulo 1) com uma pequena apresentação da interdependência entre esta e os Estudos de Tradução.

No capítulo seguinte (Capítulo 2), apresenta-se o pensamento sobre a tradução a nível internacional e como esta influenciou a reflexão nacional do Século XVIII. O Século XIX, (Capítulo 3), a par do capítulo anterior, é igualmente apresentado o pensamento internacional e aborda-se de seguida o pensamento tradutológico da época romântica portuguesa. De modo a poder dar-se uma visão do século XVIII e XIX, foram consultadas várias antologias, onde se teve acesso aos prólogos e estudos críticos sobre a tradução dos séculos referidos, salientando-se as de Castilho Pais (1997), Garcia (1996), Pinilla (s./d.), Robinson (1997), e Santoyo (1987).

O último capítulo (Capítulo 4) é totalmente dedicado a Alexandre Herculano Tradutor, onde se enunciará, explanará, explicará e apresentará, por um lado, a sua obra traduzida e, por outro, as suas opiniões face às publicações de obras vertidas por autores portugueses da sua época. É, igualmente, apresentado recensões críticas de traduções estrangeiras a que os leitores portugueses da época Oitocentista tinham acesso pela falta de traduções nacionais das mesmas.

Por último, importa salientar que se utilizaram as seguintes regras na transcrição das citações apresentadas ao longo deste trabalho:

- manteve-se a Ortografia dos Séculos XVIII e XIX em função da fonte consultada;
- as citações em língua estrangeira não foram traduzidas, salvo as que o eram já nas obras consultadas;
- respeitou-se o tipo de letra do “original”: o que se encontrava em *Itálico* foi transcrito em *Itálico* e o que tinha sido escrito em **Negrito** foi transcrito em **Negrito**; os sinais ortográficos foram, igualmente, mantidos.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DA TRADUÇÃO E OS ESTUDOS DE TRADUÇÃO

A comunicação de James Holmes apresentada num congresso de Linguística Aplicada, em 1972, e designada por *The Name and Nature of Translation Studies*¹, tem sido apontada pelos investigadores como um marco nos *Estudos de Tradução* (Pais, 1999: 96). Nesta comunicação, Holmes defendia que o estudo da tradução deveria constituir uma disciplina independente dos ramos em que até então tinha estado inserida - a Linguística Aplicada e a Literatura Comparada.

Para além de expor a necessidade da existência de estudos descritivos sobre o processo da tradução e sobre a função que esta representa em determinado contexto sócio-cultural, James Holmes, nesta comunicação, apresenta um esquema que divide os Estudos de Tradução (*Translation Studies*) em duas vertentes, (a 'Pure' e a 'Applied'), conforme se pode verificar pelo quadro seguinte (Pais, 1999: 102):

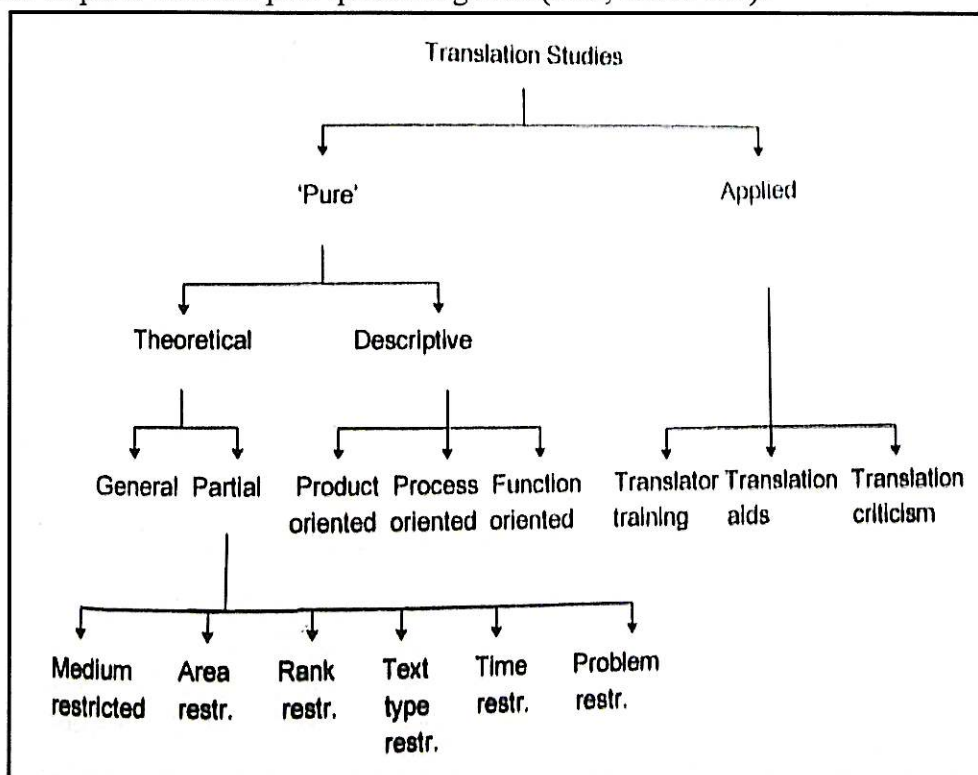


Figura 1²

¹ Esta comunicação foi mais tarde (1980) publicada na obra de Holmes intitulada *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*; cf. Bibliografia.

² Este esquema foi retirado da obra de Carlos Castilho Pais, *Em Louvor de Cassandra. Uma Teoria da Tradução. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses*. Vol. III. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, p. 102.

Neste esquema, conforme se pode constatar, ainda não aparece com toda a clareza a designação de um ramo dedicado ao estudo da História da Tradução; no entanto, Holmes, ao terminar a sua comunicação, não deixa de referir o estudo da dimensão histórica da tradução nos seguintes termos:

One of these dimensions is historical: there is a field of the history of translation theory, in which some valuable work has been done, but also one of the history of translation description and of applied translation studies (largely a history of translation teaching and translator training) both of which are fairly well virgin territory.

(Holmes, 1994: 79).

Em 1994, Amparo Hurtado Albir apresenta ela própria um esquema alternativo ao de James Holmes. Contrariamente ao esquema de Holmes, o esquema de Albir determina um lugar para a História da Tradução designado por *Dimension Histórica*, englobando as seguintes vertentes de estudo: *Diacronia/Sincronia*, *Historia de la Traducción* e *Historia de la Teoria de la Traducción*.

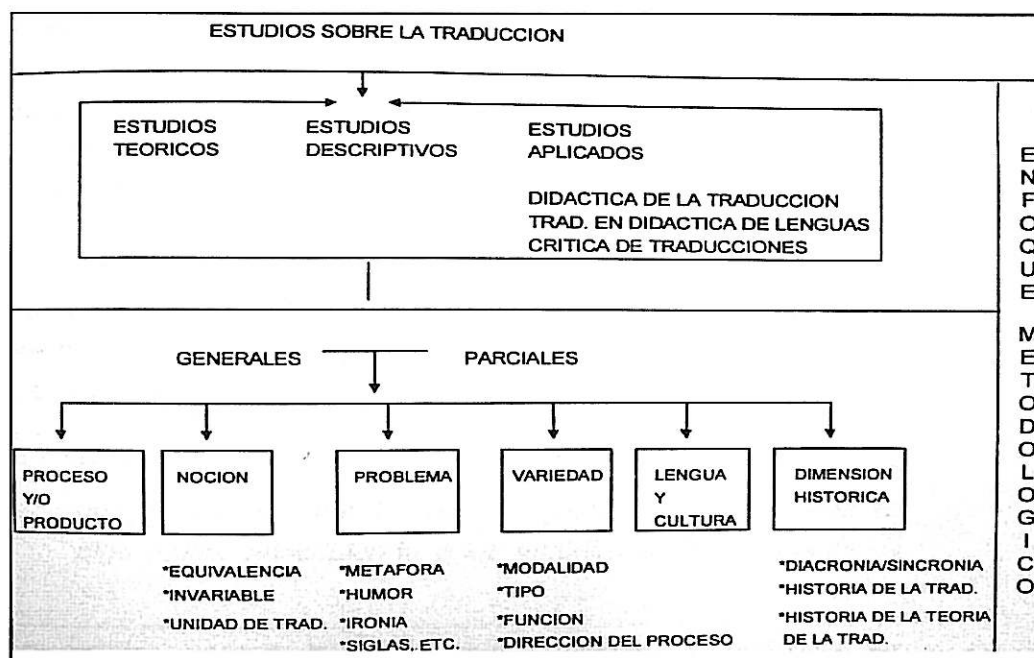


Figura 2³: Esquema de Amparo Hurtado Albir

³ Este esquema foi retirado da obra de Carlos Castilho Pais, *Em Louvor de Cassandra. Uma Teoria da Tradução. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses*. Vol. III. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, p. 103.

Se nas duas últimas décadas, se assistiu, ao nível da bibliografia internacional da tradução, a um aumento exponencial de obras sobre a tradução, não é menos verdade que um número considerável dessas obras versa o tema da História da Tradução.

Hoje, ninguém contesta a presença do estudo da dimensão histórica nos Estudos de Tradução.

Tome-se o exemplo de Espanha, onde a publicação de antologias se iniciou nos fins dos anos 80 do século passado com a edição de *Teoria y Crítica de la Traducción* de J. C. Santoyo (1987), seguida de *Textos Clássicos de Teoria de la Traducción* de Miguel Ángel Veja (1994) e de *Teorias de la Traducción* de Dâmaso López García (1996).

Na sua maior parte, estas antologias reúnem textos produzidos quase sempre por tradutores ao longo do tempo. Impõe-se realçar a obra de Dâmaso López García que inclui textos de três tradutores portugueses (João Franco Barreto, Joaquim de Vasconcellos e Fernando Pessoa).

Permanecendo com os nossos vizinhos, em Espanha foram editadas duas obras sobre a *Historia de la Traducción en España*, que abarcam, mais ou menos detalhadamente, a História da Tradução naquele país. A obra de José Francisco Ruiz Casanova⁴ tem como objectivo principal o de apresentar uma breve história da tradução em Espanha ao longo dos séculos vinculada à história da literatura e às suas grandes eras: Idade Média, Século de Ouro, Séculos XVIII, XIX e XX. A edição está dividida em seis capítulos que apresentam em cada capítulo uma introdução e contextualização sobre “Lengua y literatura” de modo a poder inserir a tradução como uma prática cultural (cf. Lafarga)⁵ de cada época e da importância de nomear os tradutores.

A obra editada por Francisco Lafarga e Luís Pegenaute⁶ engloba a história da tradução na cultura castelhana, catalã, galega e basca. Os três últimos capítulos da obra, relativamente ínfimos e compactados, perfazendo a segunda parte, intitulada *La Traducción en Otros Ámbitos Lingüísticos y Culturales*, em comparação ao da Castelhana que tem oito sub-capítulos descrevendo detalhadamente a História da Tradução Castelhana desde a Idade Média à actualidade, compondo a primeira parte designada por *La Traducción en el Ámbito de la Cultura Castellana*.

⁴ Ruiz Casanova, José Francisco. *Aproximación a una historia de la traducción en España*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

⁵ <http://id.erudit.org/iderudit/012065ar>

⁶ Lafarga, Francisco e Luís Pegenaute (Eds.). *Historia de la Traducción en España*. Biblioteca de Traducción. Directores de la colección: Román Álvarez & M.ª Carmen África Vidal. Salamanca: Editorial Ambos Mundos, 2004.

Não podíamos deixar de mencionar os colóquios realizados sobre os variados ramos dos Estudos de Tradução cujas actas incluem textos de reflexão sobre a História da Tradução. A título de exemplo, refira-se a publicação em Espanha, em 1999 do resultado do colóquio que teve lugar na Universidade de Barcelona de 20 a 23 de Outubro de 1998, intitulado *La traducción en España (1750-1830) - lengua, literatura, cultura*.⁷ Esta obra é parte integrante de um projecto um financiado pelo MEC da Espanha e designado por *Hacia una historia de la traducción en España (1750-1830)*. As actas deste colóquio estão divididas em seis partes⁸, havendo 2 comunicações cujos os títulos estão directamente relacionados com a História da Tradução, constituindo segundo o organizador “un paso decisivo en el conocimiento de la situación de la traducción en la España de la época... pero queda todavía bastante por hacer” (apud, Furlan, 2001: 24)⁹.

Em Portugal o estudo da História da Tradução surge na década de 90 do século passado com vários protagonistas e actos diversos, conforme veremos resumidamente.

A obra *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa, Antologia (Séc. XV-XX)* de Carlos Castilho Pais (segundo volume da sua Tese de Doutoramento) foi a primeira antologia portuguesa a reunir textos/prefácios dos tradutores portugueses, traçando desta forma o caminho diacrónico da teoria da tradução em Portugal. Como o próprio autor afirma, esta Antologia “diz como se traduziu para português ao longo dos séculos, as finalidades, os problemas resolvidos e os problemas que se tentaram traduzir.” (Pais, 1997: 18).

Logo no ano seguinte ao da publicação da Antologia de Castilho Pais (1997), os autores José Antonio Pinilla e María Manuela Fernández Sánchez publicam a obra *O Discurso sobre a Tradução em Portugal. O Proveito, o Ensino e a Crítica. Antologia (C. 1429-1818)*, (1998). Os antologadores oferecem ao leitor os textos sobre tradução publicados em Portugal entre o Século XV e o início do Século XIX, agrupando-os em

⁷ Lafarga, Francisco (org.). *La traducción en España (1750-1830) - lengua, literatura, cultura*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Lleida, 1999.

⁸ I. Aspectos generales (7 artigos: algo da quantificação da tradução no período, da reflexão sobre a tradução, e visões panorâmicas); II. En torno al lenguaje (6 artigos: linguística da tradução, ferramentas do tradutor, manuais de língua, traduções científicas e não-literárias); III. En los límites de la literatura (7 artigos: retórica, poética, estética, teatro, história, filosofia, pedagogia); IV. Presencia de la latinidad (5 artigos: Juan de Iriarte, Horácio, Virgílio, Valerio Flaco, Minddleton); V. Poesía y novela (8 artigos: La Fontaine, Milton, Samaniego, Fielding, Chateaubriand, De Maistre...); VI. Teatro (15 artigos: traduções do francês, direitos de autor, censura, criação, tradutores...). cf. Nota 6.

⁹ Furlan, Mauri. "La Traducción en España (1750-1830) - lengua, literatura, cultura". In: *Cadernos de Tradução n° IV*. Florianópolis: NUT, 2001. (p. 431-432), cf. Bibliografia.
[http://www.pget.ufsc.br/publicacoes/professores.php?titulo=La%20Traducción%20en%20Espana%20\(1750-1830\)%20-%20lengua.%20literatura.%20cultura](http://www.pget.ufsc.br/publicacoes/professores.php?titulo=La%20Traducción%20en%20Espana%20(1750-1830)%20-%20lengua.%20literatura.%20cultura)

três áreas temáticas: uma de *Textos preliminares* (a antologia propriamente dita), uma de *Textos normativos* (inseridos no contexto histórico-cultural da época em que foram escritos destinados a ensinar como traduzir), e a última sobre *Textos críticos* sobre a tradução.

Em 2000, Carlos Castilho Pais em *António Feliciano de Castilho, o Tradutor e a Teoria da Tradução*. reúne a maioria dos prefácios do escritor e tradutor romântico português.

A História da Tradução foi ainda objecto de apresentação de comunicações proferidas em congressos ou colóquios com a participação de investigadores nacionais e internacionais.

Em Portugal, no ano de 2001, teve lugar o *1.º Congresso Ibérico sobre Tradução*¹⁰, organizado por Carlos Castilho Pais, realizado na Universidade Aberta,

¹⁰ I CONGRESSO IBÉRICO SOBRE TRADUÇÃO

O Ensino/Aprendizagem da Tradução

UNIVERSIDADE ABERTA, 2001

PROGRAMA

1. Abertura

Palavras de Abertura

Carlos Castilho Pais

Linguísticas do discurso e tradução

Maria Emília Ricardo Marques

Enseñanza y formación del traductor: 4000 años sin historia

Julio Cesar Santoyo

2. O Ensino da tradução em Espanha e em Portugal

A tradução da Língua Portuguesa na Universidade espanhola

José António Sabio Pinilla / Ana María Díaz Ferrero

Da diversidade à especificidade: um modelo para a formação de tradutores

Maria do Rosário Durão

O papel da Linguística na formação de tradutores e intérpretes

Oscar Díaz Fouces

Promoção da autonomia na formação de tradutores – relato de uma experiência

Ana cravo

Tecnologias e tradução: um projecto conjunto

Josélia Maria Santos José Neves

La traducción y el aprendizaje de las lenguas minorizadas: el asturiano en España y el mirandés en Portugal

Secundino Vigón Artos

3. Problemas de estruturação curricular

La enseñanza de la traducción y su relación con las exigencias del mercado laboral: estudio de caso

José Miguel Aguilar Río

Una propuesta de contenidos para la formación en traducción

Susana Cruces Colado

Punto de encuentro entre teoría, práctica y didáctica de la traducción

Rosario García López

Formación de formadores para los estudios universitarios de Traducción e Interpretación en España: una asignatura pendiente

Dorothy Kelly

Acerca del interés y la necesidad del estudio de la historia de la traducción

Francisco Lafarga

La teoría de la recepción literaria: nuevas perspectivas para la enseñanza

Flavia Aragón Ronsano

A tradução 'entre' o ensino e a aprendizagem: como seguir regras sem dispor de regras para aplicar regras

Paulo Ottoni

Sociología de la cultura y enseñanza de la traducción

Arturo Parada

4. O ensino da tradução – teoria e prática

El género: plataforma de confluencia de nociones fundamentales en didáctica de la traducción

Isabel garcía Izquierdo

Los ejercicios de elección múltiple como harramienta didáctica para el desarrollo de la competencia traductora en la traducción de géneros científicos

Vicent Montalt i Resurrecció

Los ejercicios de elección múltiple en la formación de traductores literarios

Josep Marco

Convenciones lingüístico-culturales en la enseñanza/aprendizaje de la traducción: su traslación del inglés al castellano en los textos periodísticos

Ana Sofía Ramírez

Invisibilidad y dérivé en la enseñanza de la traducción portugués-español-portugués

Andrés Salter Iglesias

Condicionantes específicos de la didáctica de la traducción entre lenguas en contacto

Cristina García de Toro

Hacia un nuevo método de enseñanza y traducción de los verbos frásticos ingleses al español

Juan Miguel Zarandona

Descriptor, distribuciones, desviaciones y fronteras: un planteamiento objetivo ante la evaluación del alumno de Traducción mediante exámenes

Bryan Robinson

La evaluación de las traducciones en el ámbito académico

apesar de ser um congresso onde a maior parte das intervenções são direccionadas ao ensino da tradução, podem encontrar-se referências directas ao estudo da História da Tradução. A comunicação de Francisco Lafraga, *Acerca del interés y la necesidad del estudio de la historia de la traducción*, é a sessão de «Encerramento», proferida por

Ana Luna Alonso

Los componentes afectivos en la enseñanza de la interpretación consecutiva

Marina Pascual Olaguíbel

La preparación conversacional en la didáctica de la interpretación bilateral: hacia un saber cultural

María Manuela Fernández Sánchez

La enseñanza de la traducción jurídica a través de los géneros de especialidad: el trangénero y la socialización del traductor

Esther Monzó

La evaluación diagnóstica en la didáctica de la traducción y su metodología: diseño de un instrumento de medida para la didáctica de la traducción jurídica

Elisa Calvo Encinas

O ensino da tradução jurídica para uma língua 'minorizada'

Iolanda Galanes Santos

La enseñanza de la traducción jurídica y las nuevas tecnologías

Anabel Borja Albi

5. Outros

Por una teoría 'científica' de la traducción

Teodoro Sáez Hermosilla

A tradução como recurso no ensino do inglês técnico-científico

Vivina Almeida Carreira de Campos Figueiredo

Las lenguas del outro: una estrategia lingüística de los navegantes portugueses y españoles en los viajes de descubrimiento

Icía Alonso Araguás

A história e a ideologia na tradução: "Jeder für sich und Gott gegen alle" e "Deus ajuda quem cedo madruga"

Carmen Zink Bolognini

De la supervivencia de los ineptos a la ruina de las naciones: traducciones castellanas de David Starr Jordan, primer rector de Stanford

J. J. Lanero

Metodología y enseñanza de la traducción en el siglo XVI: los textos de Castillo y Alvar Gómez

Roxana Recio

6. Encerramento

Inclusões e exclusões na história da tradução. O caso de Portugal

José Antonio Sabio Pinilla

José Antonio S. Pinilla, *Inclusões e exclusões na história da tradução. O caso de Portugal*, ostentam a temática da História da Tradução como ponto fulcral da comunicação.

Mas, logo na secção de «Abertura» do congresso, a cargo de Julio Cesar Santoyo, intitulada *Enseñanza y formación del traductor: 4000 años sin historia*, a história da tradução estava presente.

Durante a realização deste colóquio ibérico foi apresentada a primeira publicação da revista intitulada *Discursos Para a História da Tradução Peninsular*¹¹ com organização de Carlos Castilho Pais. A edição deste primeiro número debruça-se sobre “um tema que, (...), dá os seus primeiros passos. A história da tradução terá um papel fundamental no reconhecimento da autonomia dos Estudos de Tradução.” (Pais, 2001: 9). Assume uma maior relevância por apresentar estudos efectuados por investigadores espanhóis sobre os Estudos de Tradução em Portugal.

Realizara-se ainda dois colóquios na Universidade Católica devidos à iniciativa de Teresa Seruya. Nas actas destes colóquios, intitulados genericamente de *Estudos de Tradução em Portugal*, organizadas por Teresa Seruya¹² (2001) e por Alexandra Lopes

¹¹ in *Discursos Para a História da Tradução Peninsular*. Série de Estudos de Tradução. Número 1. Dir. Carlos Castilho Pais. Mem-Martins: Universidade Aberta, 2001.

ÍNDICE

Apresentação	9
Estudos: Para a História da Tradução Peninsular	
Mau vento, mau casamento, poucas traduções Oscar Diaz Fouces	13
Helen Keller en traducción española: la plusvalía de una minusvalía J.J. Lanero	33
A tradução portuguesa de Le Juif Errant, um caso singular da tradução do século XIX português Carlos Castilho Pais	43
Juan Sempere y Guarinos: un ilustrado ante la traducción Francisco Lafarga	55
O Marco Paulo de Valentim Fernandes: uma contribuição singular para a história da tradução peninsular José Antonio Sabio Pinilla Maria Manuela Fernández Sánchez	87
Comentarios y lenguas vernáculas: la traducción como vehiculo cultural y propagandístico Roxana Recio	103
ENTREVISTA	119
Margarida Vale de Gato	
TEORIA(S)	
Tradução recíproca e double bind - transbordamento e multiplicidade de línguas Paulo Ottoni	127
CRÍTICA/RECENSÕES	145
PROJECTOS/NOTÍCIAS	159

¹² cf. *Bibliografia*.

e Maria do Carmo Correia de Oliveira¹³, (2002) pode ler-se (cf. *Apresentação* da edição das actas do primeiro volume), que Teresa Seruya definiu este colóquio como o encontro de especialistas de renome na área da Tradução com o intuito de discutir, perante as comunicações proferidas, a que designou de «estudos de caso», como de “verdadeiro encontro científico, no qual cada trabalho mereceu intensa discussão.” (Seruya, 2001: 7). Aditando que se tinha, deste modo, proporcionado um impulso numa ‘área do saber’ que ainda se estava a iniciar em Portugal.

Em relação ao segundo volume de actas (2002), Teresa Seruya congratula-se com o sucesso alcançado e pesquisa nacional efectuada no espaço de dois anos que medeia os dois colóquios. Pela leitura dos Índices não se encontra referência directa a comunicações cujo o assunto verse sobre a História da Tradução em si, mas na leitura dos mesmos, é possível encontrar referências ao longo de uma ou outra comunicação que se reporta à História da Tradução de modo a justificar a mensagem que o ‘especialista’ proferiu.

O presente trabalho pretende inserir-se neste conjunto de trabalhos sobre a História da Tradução em Portugal, ao apresentar um estudo diacrónico do percurso de tradutor de Alexandre Herculano, do seu modo de encarar a tradução, das influências que terá procurado, bem como da partilha de ideias com os escritores/tradutores seus contemporâneos.

¹³ cf. *Bibliografia*.

CAPITULO 2

A TRADUÇÃO ANTES DE ALEXANDRE HERCULANO

2.1 - O Pré-Romantismo Internacional

Tendo este trabalho como finalidade estudar a concepção do traduzir e a actividade de tradutor de Alexandre Herculano far-se-á uma viagem introdutória ao horizonte literário do século XVIII, onde se focará a ascendência que as línguas exercem umas nas outras e a forma como os autores/tradutores usam a língua-mãe. Desta forma, será possível, posteriormente, verificar como é que o século XVIII poderá ter influenciado o século XIX e, em especial, Alexandre Herculano Tradutor.

Poder-se-á designar o século XVIII como o século da ruptura com o passado e o precursor de um novo estilo que mudará a visão e a forma de estar no mundo. Segundo Eduardo Iáñez, a nível literário este afastamento traduz-se na libertação da “herança classicista” (1990: 11). Introduce-se o Iluminismo “o período de justificação e difusão doutrinária da nova ideologia burguesa e liberal” (Idem: 12), que tem por base filosófica o racionalismo e a vida vista pela “perspectiva burguesa materialista” (*Ibidem*). De acordo com Veja, em termos tradutológicos esta corrente racionalista encontrou o seu maior expoente na Alemanha onde impera desde os meados do Século XVII até Schegel, Eichendorf, Voss, Jacobi, Berturch, Goethe, entre outros românticos (1994: 41). Os críticos racionalistas defendiam que se devia traduzir os textos de forma literal, uma vez que a tradução era um acto mecânico de substituição de palavras e a disparidade que existia entre as línguas derivava da evolução das mesmas, e tudo isto porque a razão universal consentia expressar qualquer conceito em qualquer língua.

A corrente racionalista é bem patente através da leitura de Damm quando este afirma que «dass alle in einer menschlichen Sprache und von Menschen geschriebenen Bücher auch in eine andere menschliche noch lebende Sprache übersetzt werden können.»¹⁴, (apud, *Ibidem*: 41). Damm não é o único crítico a defender esta completa tradutibilidade dos textos, juntam-se-lhe autores como Breitinger, Bürger, Gerstenberg e G. Venzky.

¹⁴ «Que todos los libros escritos en un idioma humano y por hombres pueden ser traducidos a cualquier idioma humano vivo.» (*Ibidem*).

Esta concepção de completa tradutibilidade incrementou o mercado livreiro que teve na classe burguesa o seu maior aliado. Tudo devido ao facto de estar ter tomado nas suas mãos o poder económico. A partir do momento em que a classe burguesa consegue apoderar-se do poder económico “a literatura converte-se, mais claramente e até aos nossos dias, numa forma de produção e consumo integrado no mercado capitalista.” (Iáñez, 1990: 13). De acordo com Iáñez, conseqüentemente, surgiram na França os «literatores livres»¹⁵, assim como “as primeiras empresas de comercialização e distribuição livreira” (Idem).

Na Alemanha, e apesar de terem havido feiras do livro em algumas cidades alemãs nos séculos anteriores, somente com o incremento proveniente da classe burguesa deste século é que os editores, distribuidores, livreiros e escritores viram a literatura como um meio de produção e modo de vida. Evidentemente, o mesmo só ocorreu depois do primeiro terço do século onde se “encontra na literatura alemã mais prevalência barrocas do que seria de esperar num país de nítida tradição protestante” (*Ibidem*: 164). Vencendo este período Barroco inicial, até cerca de 1770 os alemães debatem-se contra a influência sentida em todas as áreas, sendo a literária a mais vincada pelas traduções das obras provenientes de França e Inglaterra, convivendo paralelamente com o Iluminismo, introduzido pelos autores Klopstock, Lessing e Wieland.

Iáñez defende que durante o Iluminismo a literatura era encarada como a forma ideal para a apresentação dos ideais da moral e da estética burgueses, bem “como para a justificação e legitimação do seu próprio poder social.” (*Ibidem*: 13). Como consequência surge a novela burguesa, de acordo com os seus próprios moldes e gostos. Novela essa que, no caso da Inglaterra aparece devido às favoráveis condições financeiras, à existência de obras anteriores e o uso do subjectivismo bem como sentimentalismo. De igual modo, o teatro também se acomodou aos moldes deste novo público, que assistia em cena as lutas que tinha com a classe aristocrática, fossem elas peças de autores nacionais, traduções ou adaptações nacionalizadas.

Juntamente a par com o Neoclassicismo há o Pré-Romantismo, ambos apresentam-se em obras poéticas, caracterizadas pela forma como o Neoclassicismo fez renascer o passado greco-latino, finalizando com o uso do “recurso romântico ao passado remoto” (*Ibidem*: 15). Esta corrente é visível na Alemanha com o movimento

¹⁵ Isto é, os autores começaram a fazer do seu trabalho literário o seu meio de subsistência.

designado por «Strum und Drang», onde os escritores “suprimem as regras que advogam a inspiração (...); nas suas obras tomam como guia (...) os sentimentos, deixando livre curso ao entusiasmo e enaltecendo assim o homem de acção, enérgico e «natural».” (*Ibidem*: 173).

Cientes da problemática das línguas, da influencia que exercem umas nas outras e das evoluções que sofrem, os autores e tradutores deste século escreveram sobre o mesmo nos prefácios e artigos de opinião. Das colectanêas sobre os estudos de tradução consultadas (Pais: 1997, Pinilla: 1998, Robinson: 1997, Santoyo: 1987, Vega: 1994) foi possível encontrar os autores que publicaram recensões, críticas ou prefácios sobre os temas *O Elogio da Língua-Mãe* e *Contra os Estrangeirismos*, tanto a nível internacional quanto a nível nacional. Estas publicações por parte dos tradutores constituem uma forma de demonstrar a sua forma de proceder, conduzindo ao conhecimento que os estudiosos vindouros consultaram de modo a poderem formular um conhecimento exacto sobre o que advogavam sobre a tradução. Estes estudos dos prefácios, recensões e críticas são o que o estudioso Eugeniu Coşeriu na obra *El hombre y su lenguaje*.¹⁶ (1977), defendeu como o princípio de observar os tradutores.

Mesmo havendo um forte incremento na área da tradução, os autores/críticos/tradutores necessitam deter um conhecimento da obra, sendo esta uma máxima do processo tradutológico. Contudo o autor tem também de possuir um saber

¹⁶ Coseriu propugna la existencia de una lingüística de las diversas lenguas históricas (campo propio de la corriente estructural-funcional), de una lingüística del hablar en general (tarea principal de una gramática generativo-transformacional) y de una lingüística del texto o del discurso, cuyo objeto de estudio sobre un plano individual – frente al plano histórico de la corriente estructural y al plano universal de la teoría generativa – es el *discurso* con su saber “expresivo” correspondiente – frente al saber “idiomático” y al saber “enciclopédico” de las otras dos tendencias -, con el juicio de “lo apropiado” – en oposición al de “lo correcto” y al de “lo congruente” – y en el ámbito del *sentido* – frente al del *significado* y al de la *designación*, respectivamente, de los otros dos planos, ya “relativo” respecto a una norma extrínseca (con relación a tal tipo de discurso), ya “absoluto” para el juicio estético de un texto concreto. En la figura I ofrecemos una visión esquemática de toda esta serie de distinciones:

PLANO UNIVERSAL “hablar en general”	SABER ELOCUCIONAL “saber hablar en general”	DESIGNACION “referencia a las ‘cosas’ o ‘estados de cosas’	JUICIO DE LO CONGRUENTE (Relación de predominio)
PLANO HISTÓRICO “diversas lenguas históricas”	SABER IDIOMÁTICO “saber hablar una o más lenguas”	SIGNIFICADO “organización léxica específica de una lengua del ámbito de la designación	JUICIO DE LO CORRECTO (Relación de predominio)
PLANO INDIVIDUAL “del ‘discurso’ o ‘texto’”	SABER EXPRESIVO “saber construir discurso”	SENTIDO “contenido específico de un discurso”	JUICIO DE LO APROPIADO

cf. Cano, José María Jiménez. *Claves textuales, pragmáticas y sociolingüísticas para el comentario de textos*, in TONOS – Revista Electrónica de Estudios Filológicos, Número VI, Número 6 – Diciembre 2003. <http://www.um.es/tonosdigital/znum6/portada/jmjc.htm>

profundo da prática da linguagem e que esteja igualmente inserido no carácter histórico da própria actividade, temporal e linguística da época da obra que tem em mãos e da forma como o próprio as determina. Estas escolhas podem resultar numa aproximação do texto ao leitor ou manter o carácter ‘estranho’ e pessoal do autor da obra original, dependendo, quase sempre, do gosto do público que irá adquirir a tradução.

Eugeniu Coşeriu ao longo da sua obra afirma que ninguém fala completamente uma língua histórica. A esta está subjacente a um conjunto de variedades que a obrigam a estudar a língua para que seja funcional e tenha estilo. O facto de cada língua ter a sua própria gramática, que varia consoante as eras, obriga a que se estude os seus critérios, unidades e níveis de análise. Desta forma é possível verificar-se que o âmbito escrito abrange o estudo linguístico e descritivo sendo dividido em: Sínteses (produção de textos); Análises (interpretação de textos); e Tradução de textos.

	<i>Plano biológico</i>	<i>Saber psicofísico</i> (“poder hablar en general)	<i>Sonidos</i> (sustancia del signifiante)	Juicio de <i>lo normal</i>	Acústica, Anatomía, Neurología, etc.
<i>Plano cultural</i>	<i>Plano universal</i> (hablar en general)	<i>Saber elocucional</i> (“saber hablar en general”)	<i>Designación</i> (referencia a las ‘cosas’ o ‘estados de cosas’)	Juicio de <i>lo congruente</i>	Lingüística Generativo-transformacional
	<i>Plano histórico</i> (diversas lenguas históricas)	<i>Saber idiomático</i> (saber hablar una - o más-lengua/s)	<i>Significado</i> (organización léxica específica de una lengua del ámbito de la designación)	Juicio de <i>lo correcto</i>	Lingüística Estructural-funcional
	<i>Plano individual</i> (del <i>discurso</i> o <i>texto</i>)	<i>Saber expresivo</i> (saber construir discursos)	<i>Sentido</i> (contenido específico de un discurso)	Juicio de <i>lo apropiado</i>	Estilística o lingüística del texto

(*Ibidem*).

Poder-se-á dizer que se está perante o horizonte tradutório, uma vez que este processo compreende o conjunto de coordenadas implicadas no processo de tradução e o seu estudo de forma a poder encontrar respostas para os problemas suscitados.

É, contudo, tarefa do tradutor o de identificar os problemas e encontrar possíveis soluções de modo a darem uma resposta prática ao texto em mãos. Estas escolhas são designadas por Antoine Berman¹⁷ como o «projecto de tradução», a forma como o versor irá realizar a tradução. Este projecto somente é visível após a análise da versão. De acordo com Diego Flores, Antoine Berman define “o horizonte do tradutor “ como “o conjunto de parâmetros lingüísticos, literários, culturais e históricos que 'determinam' o sentir, o agir e o pensar de um tradutor" (apud, Flores). Todavia, Diego Flores conclui que a definição avançada por Antoine Berman é dicotómica uma vez que demonstra não só o horizonte do tradutor, enquanto escolhas feita, como também as impossibilidades com que se deparou.

De particular interesse é o de se acentuar que para Antoine Berman(1984)¹⁸, a fidelidade ao sentido é uma infidelidade à letra – e essa fidelidade é relacionada ao jogo de significantes; não se trata de ser literal, servil, mas ser livre para buscar uma relação que não assimilar o Outro, que faça aparecer as relações entre os significantes do original. Resumindo Antoine Berman constrói uma teoria destinada à análise de traduções cuja visada é o reconhecimento e a não-negação do elemento estrangeiro.

Desta forma, o tradutor é considerado como um mero mediador que apenas restitui o sentidos dos textos, como um subalterno que se apaga, mas é quem se posiciona perante o texto que traduz, preservando as características que seriam fundamentais para fazer o Outro aparecer.

¹⁷ cf. Berman, Antoine. *Pour une critique des traductions*. John Donne. Paris : Éditions Gallimard, 1995. in: Flores, Diego do Nascimento Rodrigues. *Pastiches, paródias, paráfrases: Machado e a tradução de literatura no século XIX*. *Revista Critério*. <http://www.revista.criterio.nom.br/artigo-pastiches-parodias-parafrases-machado-assis-traducao-literatura-seculo-xix-diego-nascimento-rodrigues-flores.htm>

¹⁸ cf. Berman, Antoine *L'épreuve de l'étranger: culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Paris. Gallimard, 1984.

2.1.1 – O Elogio da Língua-Mãe

Neste século é possível encontrar em Espanha, França e na Alemanha, bem como na fronteira entre esta com a Suíça, tradutores que defenderam a sua língua-mãe, elogiando-a como sendo a única e a melhor. Defendem que os tradutores e escritores têm de conhecer bem a sua língua-mãe e todas as particularidades da mesma de modo a poderem produzir obras com um elevado nível de escrita e poderem, deste modo, educar o público leitor.

As línguas não só têm particularidades como traduzem as particularidades dos povos que as falam (Capmany), e quando mal interpretadas não só traduzem mal a obra que autor escreve, bem como os usos e costumes de uma nação.

J. J. Bodmer, (1698-1783), professor, escritor e crítico suíço-alemão, traduziu várias obras, sendo a mais emblemática a do *Paradise Lost* de Milton, e o seu sucesso em apresentar e tornar acessível, pela tradução, a literatura inglesa ao leitor alemão conduziu-o a uma disputa com o autor alemão Gottsched. Em 1721, Bodmer no jornal semanal *Discurso de los pintores*, («Die Discourse der Mahlern» publicado entre 1821 e 1823 juntamente com JJ Breitinger), professa que quem traduz tem de saber não só a sua língua como também todas as suas particularidades, pois aquele que “domina el arte de emplear las palabras en su orden correcto es quien habla bien.” (Veja, 1994: 165).

Igualmente em Veja, pode-se ler que nos meados do século de XVIII, designadamente em 1743, é editado o dicionário alemão «Universal Lexikon der Wissenschaften». A grande particularidade desta publicação prende-se com o facto de o referido apresentar uma entrada intitulada “*Artículo «Traducción»*” onde define, ao apresenta cinco regras, de como se deveria traduzir. Desta forma o referido dicionário define que em primeiro lugar se deve traduzir o que se entende; em segundo somente o sentido; em terceiro usar palavras do idioma mãe, isto é, o vernáculo; em quarto dentro do possível da língua mãe manter e respeitar as figuras de estilo, as imagens e a divisão dos parágrafos da obra original; por fim, quinto manter o que autores consideram de estranho na obra, ou seja o autor da obra original deve ser visível aos olhos do leitor.

Esquemáticamente, a entrada sobre tradução no referido Dicionário é como se segue:

- 1.º - traduzir o que se compreende;
- 2.º - traduzir o sentido
- 3.º - usar boas palavras vernáculas;
- 4.º - tanto quanto possível respeitar as figuras de estilo, as imagens e a divisão dos parágrafos;
- 5.º - o estilo do autor do original deve ser visível.

(*Ibidem*: 178).

Defendendo tanto a utilidade da tradução como meio de enriquecimento das línguas quanto a total falta de equivalências entre as línguas devido à particularidade das mesmas, o crítico Jacques Delille (1738-1813), professor e tradutor francês famoso pela sua tradução das *Geórgicas* de Virgílio que fez com que Voltaire o recomendasse para ser membro da *Académie française*. Jacques Delille afirma em 1769 no Prefácio à primeira edição da tradução *Les Géorgiques de Virgile*, que a tradução é como um meio para enriquecer a língua mãe e, conseqüentemente, que o tradutor tinha como tarefa primordial a de reproduzir a ideia do original. Delille considera que a tradução à letra gera uma extrema fidelidade ao texto original. A obra traduzida desta forma resulta numa completa infidelidade absoluta, “Si se pretende ser fiel, e resultará palabreiro” (Idem: 192).

Os autores supra citados, não são casos únicos, pois, em 1776, Antonio de Capmany (1742-1813) militar, historiador, filósofo, economista e político espanhol escreveu a obra *Arte de traducir del idioma francés al castellano*¹⁹. Nesta obra escreve que o tradutor deve conhecer bem ambas as línguas, deve traduzir somente o sentido com bom uso de expressões e frases do seu idioma. Acusa que uma tradução fiel seria sempre um desastre devido à particularidade das línguas, “El diverso carácter de las lenguas casi nunca permite traducciones literales”, (*Ibidem*: 196). António Capmany defende que cada língua ao ser escrita está a expressar a sua própria nação e que os tradutores ao não

¹⁹ Uma obra original e das mais completas da sua época sobre a preocupação e profunda reflexão do contágio da língua francesa na língua castelhana.

se aperceberem deste facto acabam por dar cores à obra que traduzem que não são as suas mas sim as de uma outra nação:

El Persa, el Ruso, el Italiano, el Inglés, el Francés, el Alemán y el Español tienen distinto interés, gusto, e imaginación para dar más o menos fuerza y verdade a sus expresiones.

(...). Cada nación tiene el suyo, y los resultados de él usa de ciertas comparaciones, imágenes, figuras, y locución, que por su singularidad o novedad chocan nuestra delicadeza. Así muchos traductores, o por amor proprio, por indiferencia o finalmente por ignorancia, esto es, por no saber conocer la filosofía de las comtumbres en las de los diversos idiomas, han hecho que hable un Sueco como si fuera un Árabe.

(*Ibidem*: 197).

Numa acepção um pouco diferente, uma vez que demonstra não só a falta de cuidado existente para com as línguas-mãe mas também o desrespeito para com língua de partida, em 1768, no *capítulo VIII del libro IV, segunda parte* da obra *Fray Gerundio de Campazas*, Padre Isla apresenta a sua completa aversão ao excesso de galicismos e das traduções de obras francesas na Espanha de setecentos. Chega mesmo a designar os tradutores de traidores não só da língua francesa mas também da sua própria língua mãe, dado que importam galicismos pelo simples facto de desconhecerem o seu próprio idioma, “¡Traductores de libros franceses! No los llame usted así, llámelos traductores de su propia lengua y corruptores de la ajena; pues, como dice con gracia el italiano, los más no hacen traducción, sino traición a uno y a otro idioma, (...)” (Santoyo: 1987: 103).

Nos finais do século XVIII, August Wilhelm von Schlegel²⁰ escreveu vários prólogos enaltecendo sempre a língua alemã, afirmando que esta era a melhor língua vernácula para receber e acomodar as traduções dos autores estrangeiros demonstrando a superioridade desta perante as outras línguas vernáculas pela sua versatilidade e elasticidade.

Ao escrever o prólogo “*At Once Faithful and Poetic. Something on Shakespeare In Connection with Wilhelm Meister (Etwas über Wilhelm Shakespeare bei Gelegenheit Wilhelm Meisters, 1796)*”, Schlegel defende que as traduções existentes de

²⁰ Poeta, tradutor crítico e um dos expoentes do Romantismo alemão.

Shakespeare em alemão demonstram bem a elasticidade de que a língua alemã tem para acomodar os originais estrangeiros traduções sem que tal ocorresse uma perda de significado do original, uma vez que “Plasticity is our language’s finest quality, (...)” (Robinson, 1997: 216).

Em relação à versatilidade, pode-se encontrar, analogamente, no prólogo “*Poetic Translation an Imperfect Approximation*. ‘The Works of Homer by Johann Heinrich Voss’ (*Homers Werke von Johann Heinich Voss*, 1796)” a afirmação de que o alemão é uma língua versátil com o poder de combinar os mais variados conceitos numa só palavra, possibilitando desta a forma a sua divulgação a nível nacional, “Another prodigious advantage we have lies in our liberty to combine several primary concepts in a single word, (...)” (Idem). August Wilhelm Schlegel refere que apesar de todas as línguas terem regras estabelecidas o que as torna rígidas e concisas, no caso do alemão este problema é contornado devido à sua maleabilidade e elasticidade.

Identicamente em “*Projecting Oneself into Foreign Mentalities. Histoty of Classical Literature*. (*Geschichte der klassischen Literatur*, 1802)” August Wilhelm defende que o alemão é o meio mais eficaz para absorver outras mentalidades dado que o alemão tem captado e adoptado as influências das outras línguas na sua. Reitera esta mesma ideia no prólogo “*The Speaking Voice of the Civilized World. History of Romantic Literature*. (*Geschichte der romantischen Literatur*, 1803)”, ao afirmar que esta tem o poder de traduzir de todas as línguas modernas da Europa devido à sua elasticidade, “(...) German can translate from all of them (...)” (*Ibidem*).

2.1.2 - Contra os Estrangeirismos

Os escritores e tradutores espanhóis do século XVIII foram os mais lutaram contra a invasão de estrangeirismos, mais particularmente, contra o galicismo existente na literatura espanhola ao longo de todo o século, sendo ainda esta influência visível na era posterior da história da literatura espanhola.

Em 1758, José Francisco de Isla (1703-1781), novelista e jesuíta espanhol, no “«Prefacio del traductor» en *Compendio de la Historia de España, ... por el R. P. Duchesne...*”, demonstra-se a sua posição contra os galicismos presentes na língua vernácula castelhana e ferverosamente contra o excesso de traduções das obras vindas de França especialmente as que são mal vertidas. De acordo com Francisco de Isla que apoiando-se no artigo 12.º do 1.º Tomo do *Diario*, publicado pelos Diaristas de España explana:

El empeño de traducir al Castellano del idioma Francès, ha parecido en nuestro siglo muy facil à muchissimos; pero con todo esto nos atrevemos à afirmar, sin la zozobra de una justa retractation, que en la multitud de traducciones, que en èl se han publicado, (...), à quien las falta mucho para tenerlas por buenas; y acaso havrà quien las dispute lo tolerable.

(apud: Santoyo, 1987: 103).

Apresenta, igualmente, a sua intolerância para com o excesso de maus tradutores e o elevado número dos mesmos, “En los tiempos que corren, es desdichada la madre que no tiene un hijo traductor. Hay peste de traductores, porque casi todas las traducciones son una peste” (*Ibidem*: 108). Padre Isla considera que as traduções apresentam-se cheias de galicismos, de mau uso da gramática da língua mãe, sendo lidas por aqueles que não só não conhecem a língua francesa, como não podem ler os originais, e conseqüentemente não podem comparar os erros cometidos. A leitura destas obras contribuiu para uma má interpretação da língua-mãe, dado que consideram que os galicismos são uma moda da corte e imitam-na:

Lo que llevo ya insinuado: como estos libros se han hecho ya de moda en toda España; como los leen los doctos, los leen los semisabios, los leen los idiotas, y hasta las mujeres los leen; y como todos encuertan en ellos tantos términos, tantas cláusulas, tantos arranques y aun tantos idiotismos francese que jamás habrían hallado en las obras más cultas y más castizas de nuestra lengua, ¿qué juzgan? Que ésta es sin duda la moda de la Corte; y encaprichados en seguirla en el hablar como la siguen en todo lo demás, unos por no parecer menos instruidos y otros por ser en todo monas o monos, apenas aciertan en la conversación con una cláusula que no parezca fundida en los moldes de París.

(*Ibidem*: 109).

Padre Isla considera estas traduções de mestiças, que conduzem ao afrancesamento do espanhol “(...) traducciones esguízaras o mestizas, que nos han afrancesado nuestro purísimo y elegantísimo idioma, (...)” (*Ibidem*: 112).

Na edição de «Cartas XLIX y L», inseridas nas *Cartas Marruecas*, (1789), escritas por José Cadalso, (1741-1782) considerado um pré-romântico espanhol (Iáñez, 1990: 139) menciona que o excesso de traduções de obras francesas conduziram a um cansaço desta língua na castelhana:

¿Quién creyera que la lengua, tenida por la mas hermosa de Europa dos siglos há, se vaya haciendo una de las menos apreciables? (...). El abuso de su flexibilidad, digámoslo así; la poca economía en frases y figuras de muchos Autores del siglo pasado, y la esclavitud de los Traductores del presente á sus originlaes, han despojado á este idioma de sus naturales hermosuras, quales eran laconismo, abundancia y energia.

(Santoyo, 1987: 129).

Segundo Caldaso, este cansaço de galicismos existente na língua castelhana, seja pela produção de livros escritos por autores espanhóis, seja por traduções editadas e levadas a público conduziu a que os tradutores/imitadores, sem bons exemplos nacionais para seguir, não conheçam nem saibam o seu idioma e apresentando traduções de obras com galicismos, italianismos e anglicismos:

Los Traductores é imitadores de los extranjeros son los que mas han lucido en esta empresa. Como no saben su propia lengua, porque no se dignan de tomarse el trabajo de estudiarla, quando se hallan con una hermosura en algun original francés, inglés, ó italiano, amõntonan galicismos, italianismo y anglicismos; (...).

(*Ibidem*).

Um outro autor/crítico que partilha deste mesmo pensamento é o escritor espanhol Juan Pablo Forner (1756-1797), que em 1795, a cinco anos antes do final do século, escreveu na obra *Exequias de la lengua castellana* que lamenta a invasão da língua francesa que se sente na língua castelhana ao afirmar que a poesia castelhana pode, muito bem, ser apelidado de semi-francesa:

La prosa francesa ha corrompido la castellana; trasladan a los versos esta prosa corrupta ingenios lánguidos, helados, secos, estériles, y ved aquel estado general de nuestra poesía al presente. El vulgo, acostumbrado muchos años a leer tal prosa y tales versos en la enorme copia de traducciones que han abortado el hambre y la ignorancia ¿cómo ha de discernir ya la poesía castellana de la semifrancesa?

(*Ibidem*: 139).

Nesse mesmo artigo, Forner acusa os tradutores na sua ânsia de quererem melhorar as suas versões conseguem o efeito contrário pois acabem por estragá-las ainda mais:

No es otro el trabajo de estos traductores y de los oradores que los imitan. Creen que mejora el gusto de la predicación, y corrompen, con la majestad y pureza de la lengua, la verdadera idea del arte de persuadir, el cual no se funda en copias serviles o imitaciones mecánicas, sino en la aptitud y disposición del talento, en el estudio y ejercicio del bien hablar, en íntimo conocimiento del hombre (...).

(*Ibidem*. 140).

2.2 – O Pré-Romantismo Português

A nível nacional as novas correntes provenientes da Europa têm pouco eco, uma vez que os “burgueses «estrangeiros», apenas se podem impor timidamente em instituições e associações privilegiadas pela Coroa, sem que isso suponha mais do que uma revisão da cultura tradicional” (Iáñez, 1994: 123). Somente com a aliança com a Inglaterra contra a França é que Portugal pode contactar directamente com o progresso europeu e a revolta burguesa.

Durante o período Barroco, o expoente da “expressão cultural do absolutismo exigia da parte de D. João V grandes cuidados na renovação das artes plásticas, rítmicas e cénicas” (Saraiva, s./d.: 524). Este cuidado estendeu-se até aos reinados de D. José e de D. Maria. Durante a segunda metade do Século XVIII, no período pombalino, surge a «Arcádia Lusitânia» onde tudo o que é relacionado com a área cultural e literária é decidido e onde se inicia os caminhos preparatórios para o Romantismo.

Independentemente destas características nacionais, chegavam ao território nacional obras, maioritariamente francesas, que pelas traduções efectuadas foram o suficiente para causar danos a nível da influência nos jovens escritores, e não só, bem como nas traduções que se faziam de uma forma muito nacionalizante e cheias de estrangeirismos e com mau uso do idioma nacional. Estas traduções fizeram com que os críticos e autores, de uma corrente mais clássica, se opusessem. Esta oposição será ainda mais visível no século posterior.

Em Portugal no último quartel do Século XVIII houve alguns escritores/tradutores que se preocuparam com as vertentes do estudo das línguas com se poderá verificar nos pontos 2.2.1 e 2.2.2.

2.2.1 – O Elogio da Língua-Mãe

Vicente Lisbonense no “«Prefação do Tradutor», *Quintiliano Da Instituição do Orador, Traduzido, e ilustrado com a explicação das palavras Gregas, e algumas Notas por Vicente Lisbonense.*” (Pinilla, 1998: 108), em 1777, defende que a língua mãe deve evoluir de modo a poder acomodar as novas palavras relacionadas com as novas Artes e o uso de estrangeirismo quando na língua mãe não há como expressá-las: “(...) nós devemos usar antes de palavras propriamente latinas, que traduzirmos mal.” (Idem: 109).

Dois anos mais tarde, o P.^e António Joaquim escreveu no “«Prólogo»”²¹ que a tradução deveria ser feita com o bom uso da língua mãe ao afirmar que efectuou a sua tradução desta mesma forma, afirmando que: “(...) valendo-me somente das frases próprias da nossa língua, que o uso comum merecidamente tem adoptado, e se acham nos nossos Escritores que a falaram com pureza e propriedade.” (*Ibidem*: 111).

P.^e António Pereira de Figueiredo foi tradutor da Bíblia e considerado “o principal teólogo ao serviço do marquês na sua política religiosa” (Saraiva, s./d.: 528) com a publicação de várias obras religiosas. O tradutor, protegendo-se sob a autoridade de S. Jerónimo na “«Prefação aos leitores. Parte II. Do método e forma que guardei nesta Versão do Testamento Novo. Regras principais da Interpretação. Versões de que me vali. Qual seja a autoridade da Vulgata Latina»”, (Santoyo, 1998: 117).

Em 1781, afirma que “Todos os Críticos profanos e sagrados concordam que o bom Tradutor não se deve ligar servilmente às palavras do Original, mas atender mais ao sentido do que as palavras” (Idem) e por tal se deve aclarar o sentido do texto original para que os leitores possam ter um melhor entendimento do que têm em mãos: “(...) pode e deve muitas vezes o Tradutor sagrado, em lugar da frase que vem no Original, substituir outra que seja própria da língua em que verte: sob pena de que assim

²¹ *Orações Principaes de M. T. Cícero Traduzidas na lingua vulgar, e adicionadas com notas, e analyses pelo P. António Joaquim da Congregação do Oratório de Lisboa, em beneficio da Mocidade Portuguesa.* (Pinilla, 1998: 108).

o não fizer, ficará a Versão talvez escura, talvez indecente; e ficará a palavra de Deus exposta não poucas vezes ao riso e ludíbrio dos que a lêem.” (*Ibidem*: 118).

Traduziu e justifica-se pela mesma forma em como S. Jerónimo traduziu os textos bíblicos e foi aceite pelos cânones da Igreja, mas invoca ainda que no mesmo século em que se encontra há outros tradutores de outras nações, especialmente a francesa:

(...) Mr. Huré, Doutor de Paris, bem conhecido por outras Traduções do mesmo género, cuja Versão do Novo Testamento foi impressa na referida Cidade no ano de 1720 (...). Mr. Le Gros, Cónego de Reims, que traduziu toda a Bíblia sobre os Textos Originais, Colónia 1753. Mr. de Messengui, que na sua Versão do Novo Testamento, impressa em Paris em 1756 (...).

(*Ibidem*: 121).

Ainda inserido na obra de Pinilla, em 1782, na “«Prefação»”²² João Rosado de Vilalobos e Vasconcelos defende que a melhor forma de se compreender os textos traduzidos é “quando os vemos vestidos à portuguesa” (*Ibidem*: 128), ou seja quando são apresentados com uma linguagem nacional correcta.

²² *Os Tres Livros das Inquisicoens Rhetoricas de M. Fab. Quitiliano Accomodadas aos que se applicaõ ao Estudo da Eloquência por Pedro Jozé da Fonseca, Pofessor Régio de Rhétorica, e de Poetica na Corte de Lisboa: Traduzidas da língua Latina para a Portugueza [...] por João Rosado de Villalobos e Vasconcello (...).* (Pinilla, 1998: 128).

2.2.2 – Contra os Estrangeirismos

Segundo Pinilla, em 1789, Miguel do Couto Guerreiro, na “«Prefação»”²³, manifesta-se veementemente contra o que considera de impurezas que alguns tradutores trazem para a língua portuguesa. Culpa-os de ao traduzirem deixarem palavras do original na tradução ou inventarem novas formas frásicas através do uso das palavras do texto original, seja por latinismos ou por galicismos:

Fugi, quanto me foi possível, do vício de alguns Tradutores que, querendo por exemplo dar traduzido um Autor Latino ou Francês, se aferram de modo às palavras e frases do Autor que, misturando-as e confundindo-as com as nossas, inventam, sem saberem o que fazem, um idioma Latino-Lusitano ou Gálico-Lusitano, que faz quase tão dificultosa de entender a Tradução como o original.

(Idem: 147).

A correcção da existência de palavras estrangeiras, nomeadamente os galicismos, nas traduções e obras nacionais, encontrou eco no “«Prólogo do tradutor» à obra *Historia Geral de Portugal por Mr. de la Clede. Traduzida em vulgar; e illustrada com muitas Notas Historicas, Geogaficas, e Criticas; e com algumas Dissertações singulares.*”, de 1781, de um autor Anónimo, que apresenta as razões para esta tradução que o tradutor fez do autor francês, uma “*História de Portugal por Mr. la Clède*” (*Ibidem*: 114) que chegou a Portugal pontilhada de imperfeições e inexactidões as quais o tradutor decidiu emendá-la e anotá-la “(...) cotejando a História com os Textos Portugueses, verão notados todos aqueles lances em que ele se desvia das guias que devia seguir na organização da sua História.” (*Ibidem*) e com uma tradução cuidada para que não houvesse vestígios da língua do original nem galicismos: “Trabalhei por que o meu estilo fosse puro, sem ressábios de Francês”. (*Ibidem*: 115).

²³ *Cartas de Ovidio chamadas Heroides, expurgadas de toda a obscenidade, e traduzidas em Rima vulgar. Com as suas Respostas, escritas humas pelo mesmo Ovidio : outras por Sabino , e Sidronio; e a maior parte dellas pelo Traductor: e hum Epilogo no fim de cada huma, em que se mostra a dourina, que dellas se póde tirar: e huma Analyse do que nas mesmas deve observar o bom imitador. Ajuntaõ-se algumas breves Notas para sua melhor intelligencia.*” (Pinilla, 1998: 146)

Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805) encarado como o escritor que preconiza a fase final do Arcadismo e o início do Romantismo, e sendo considerado, igualmente, por Saraiva como o “romântico de temperamento, apesar de muito vocabulário e muito alegorismo arcádicos e dos seus laivos de iluminismo.” (Saraiva, s./d.: 619). O tradutor afirma na *Advertencia Preliminar do Traductor*, em 1793, (Pais, 1997: 103), que a sua tradução foi efectuada de modo a imitar tanto quanto possível o original, tendo o cuidado de “(...) conservar na dicção toda a fidelidade possível, excepto no logares onde os genios das duas linguas discordam muito; então, apoderado do pensamento do auctor tractei de o representar a meu modo, (...)” (Idem: 103-4), bem como o de “(...) evitar os gallicismos, de que abunda grande parte da nossas traducções, e que nos enxoalham o fertil e magestoso idioma, só indigente e inculto na opinião das pessoas, que o estudaram mal.” (*Ibidem*: 103) e que tanto maltratam a língua portuguesa, bem como a enfraquecem.

CAPÍTULO 3

O HORIZONTE TRADUTÓRIO NA ÉPOCA ROMÂNTICA

3.1 - O Horizonte Tradutório na Época Romântica Internacional

Segundo Iáñez, o Romantismo tem a sua origem no “último terço do século XVIII, quando o movimento «Strum und Drang», entre 1767 e 1785, rompe com o pensamento ilustrado” (Iáñez, 1991: 49) dando origem ao Pré-Romantismo, contudo já com características românticas, influenciando a Alemanha e a Inglaterra, provocando em ambas o gosto pela literatura nacional e tradicionalista.

Em França, a Revolução de 1789 rompe com as correntes anteriores para introduzir a nova cultura revolucionária. Por razões políticas, somente no contra movimento de 1815 é que surge o Romantismo como resposta baseada nos moldes alemães. Todavia, depressa evolui para um carácter nacionalista, pronto a dar resposta à revolução social. Como consequência, surgem os jornais literários em massa e as reuniões de intelectuais em volta de uma figura central e influente. A língua francesa torna-se o centro do mundo literário, não só pelas obras que editam e são lidas em todas as nações, mas também por ser considerada como a língua culta, que todos tinham de saber ler e escrever.

Esta superioridade do idioma francês foi notada pelo próprio Alexandre Herculano, que na sua obra *Cenas de Um Ano da Minha Vida*, a enaltece ao afirmar que a língua francesa era superior à inglesa pela sua facilidade de aprendizagem:

A língua francesa, pela sua simplicidade, regular sintaxe, determinada prosódia, e mais circunstâncias que a tornam fácil para os estrangeiros, tem obtido certa universalidade, que a vai convertendo, por assim dizer, em língua geral, principalmente na Europa. Este predomínio da língua francesa deve ter, talvez, em mais ou menos remoto futuro, graves consequências políticas. É por esta razão que aos Ingleses dói excessivamente tal predomínio.

(Herculano, 1987: 25).

No século seguinte, o panorama da sua influência conquistada nas outras literaturas europeias finda e acaba por ser ela a influenciada, especialmente de obras poéticas inglesas e alemãs. A França assiste, assim, a “uma época de renovação completa: (...), o século XIX produziu numerosas obras-primas” (Idem: 141). Segundo Alexandre Herculano a corrente literária do Século XIX em França pode ser dividida em quatro épocas:

A ÉPOCA DA REVOLUÇÃO E DO IMPÉRIO (1790-1820). Do ponto de vista literário, é um período de transição e de torpor, em que subsiste, sem grande modificação, a imposição das teorias utilizadas: não é mais que uma continuação do classicismo anterior. No entanto, a eloquência política nasce com a revolução e, a partir do império, os escritos de Mme. de Staël e de Chateaubriand preparam a expansão do Romantismo.

O ROMANTISMO (1820-1859). É uma época de melancolia e de entusiasmo. Na literatura, os escritores cantam Deus, a natureza, a paixão. Na vida, dominam o individualismo e o pessimismo; pretende-se a liberdade tanto nos costumes como na arte, e o suicídio é a conclusão de uma vida extravagante e desregrada (...).

O REALISMO OU POSITIVISMO (1850-1880). (...).

O DILETANTISMO (1880-1914). (...).

(*Ibidem*: 142).

Como é constatado, as lutas que os autores/tradutores do Século XVIII travaram sobre a defesa da Língua-Mãe e sobre as influências que as outras línguas exerciam (quer fosse por neologismo quer fosse por estrangeirismo) encontram ecos na Europa e em Portugal durante o Romantismo no Século XIX. Todos os países europeus lutaram pela sua predominância e, em especial, pela sua independência perante as ‘invasões literárias estrangeiras’ na sua Língua-Mãe.

3.1.1 - O Elogio da Língua-Mãe

Na Espanha desta época, do início do século XIX, Javier de Burgos escreveu no *Prólogo del traductor, en "Poesías de Horacio"*, 1820 que a problemática da diferença das línguas e a sua inexactidão de equivalência absoluta conduzem a que haja uma intradutibilidade "Hay epítetos que no pueden acomodarse á la índole de nuestra lengua, y que son por esta razon esencialmente intraducibles." (Santoyo, 1987: 125). Ao traduzir-se uma obra, deve-se adaptar as palavras da mesma família ao nacionalizá-las, "Hay otros, que el caracter de nuestra lengua y su filiacion de la latina permiten castellanizar, ó, lo que es lo mismo, adoptar con la sola diferencia de la terminacion." (Idem).

Outro problema recorrente é o facto de se traduzirem obras antigas. Andrés Bello, em textos datados de 1831 e 1845, inseridos na *Obra literaria*, apresenta-se a favor de que os tradutores de textos clássicos devem vertê-los de forma a usar arcaísmos da sua própria língua para não juntar mais outro elemento estranho à tradução:

Se ha pretendido que el traductor de una obra antigua o extranjera debe hacer hablar al autor que traduce como éste hubiera probablemente hablado, si hubiera tenido que expresar sus conceptos en la lengua de aquél. (...). En todo idioma, se ha incorporado recientemente, (...), multitud de hechos y nociones que pertenecen a los siglos en que se han formado, y que no pueden ponerse en boca de un escritor antiguo, sin que de ello resulten anacronismos más o menos chocantes.

(*Ibidem*: 163).

Mariano José de Larra, no seu artigo intitulado "«De las traducciones»: artículo publicado el 11 de marzo de 1836 en *El Español*." (*Ibidem*: 165) continua a defender, tal como os seus compatriotas do século anterior, que é a falta de autores espanhóis a comporem obras em castelhano que conduziu ao excesso de traduções no país:

Posteriormente la traducción fué entre nosotros una necesidad: careciendo de suficiente número de composiciones originales, hubo que abrirse la puerta al mercado extranjero, y multitud de truchimanes con el Taboada en la mano y valor en el corazón se lanzaron à la escena española.

(*Ibidem*: 166).

Mariano Larra defende que a melhor forma de se traduzirem as peças de teatro estrangeiras é a de se tentar encontrar situações análogas no país e expressá-las como se tivessem sido escritos originalmente na língua mãe²⁴:

Traducir bien una comedia es adaptar una idea y un plan ajenos que estén en relación con las costumbres del país a que se traduce, y expresarlos y dialogarlos como si se escribiera originalmente; de donde se infiere que por lo regular no puede traducir bien comedias quien no es capaz de escribirlas originales.

(*Ibidem*: 165).

Igualmente na obra de Santoyo pode-se ler que, em 1841, Ramón de Mesonero Romanos no artigo intitulado *Las Traducciones*, e seguindo a mesma linha que Mariano José de Larra já tinha defendido em 1836, informa que a Espanha da sua época está contaminada pelo excesso de traduções existentes no país e que estas tomaram conta de todas as áreas do saber e do lazer da vida espanhola:

La manía de las traducciones ha llegado a su colmo. Nuestro país, en otro tiempo tan original, no es en el día otra cosa que una nación traducida. Los usos antiguos se olvidan y son reemplazados por los de otras naciones: nuestros libros, nuestras modas, nuestros placeres, nuestra industria, nuestras leyes y hasta nuestras opiniones, todo es ahora traducido.

(1987: 167).

Ramón de Mesonero Romanos acusa os autores espanhóis de deixarem de educar os seus conterrâneos por mote próprio e de forma nacional, traduzindo

²⁴ Algo que em Portugal se pode encontrar reflexo em António Feliciano de Castilho, cf. Capítulo 4 – O Horizonte Tradutório na Época Romântica Portuguesa.

simplesmente as obras de carácter educacional, de todos os países, criando assim novas formas de pensar e sentir, que os leitores tomaram como seus em todos os sentidos:

Los literatos, en vez de escribir de su propio caudal, se contentan con traducir novelas y dramas extranjeros; los sastres nos visten a la francesa; los cocineros nos dan de comer a la parisiense; pensamos en inglés, cantamos en italiano, y nos enamoramos en griego; los médicos nos matan por el sistema Broussais o de Hahnemann; los legisladores nos hacen felices con bills de indemnité, y hasta los nombres de Pericos y Pendangas hemos cambiado por los más cantábiles de Arturos y Carolinas.

(Idem).

Marcelino Menéndez y Pelayo escreve o “Prólogo al libro *Enrique Heine: Poemas y fantasías* Luís Navaro, Madrid 1883”²⁵ defendendo que os conceitos que o original apresenta acarretam especificidades de cada língua apresentando problemas diferentes que têm de ser resolvidos consoante a obra em questão. Menéndez y Pelayo considera que a semelhança entre as línguas dificulta a tradução, “La semejanza íntima de las lenguas, lejos de allanar las dificultades, las acrece.” (*Ibidem*: 176).

Se por um lado, Menéndez y Pelayo apresenta a teoria de que as línguas que derivam do mesmo ramo da árvore da evolução das línguas vernáculas, devem ser traduzidas de um modo fiel, conservando a sua energia e a poesia do original, “(...) se impone al intérprete la dura obligación de seguir paso a paso los giros del original, sin amplificar, desleir ni abreviar, y al mismo tiempo conservando la energía y la vida poética que el original tiene; (...).” (*Ibidem*).

Por outro lado, defende que a liberdade na tradução, o verter de forma mais liberal, sem seguir ao pé da letra do original, é algo aceitável quando o tradutor tem em mãos um original escrito numa língua vernácula totalmente diferente da sua e que não tem ligação, ou ramificação, de parentesco com a sua:

²⁵ (...) traducción de José J. Herrero; carta inserta en el libro “Enrique Heine: El Cancionero”, Nueva York 1885, traducción de J. A. Pérez Bonalde; carta prólogo al libro “Poemas dramáticos de Lord Byron”, traducidos en verso castellano por D. José Alcalá Galiano, Madrid 1886; prólogo al libro “Soñar despierto”, de Antonio Arnao, Impr. Tello, Madrid 1891. (*Ibidem*).

(...) no ya de lenguas totalmente exóticas y de diversa familia, como lo son las semíticas respecto de las llamadas indo-europeas, sino en lenguas unidas por parentesco no enteramente remoto, como las neo-latinas e las germánicas. Mayor libertad y mayores ensanches se toleran siempre a quien traduce del alemán o del inglés, que al que traduce del italiano, del portugués o del catalán.
(*Ibidem*).

Na Alemanha há a obra filosófica “«Sobre os vários métodos de traduzir»” (Delille, 1986: 8) (*Über die verschiedenen Methoden des Übersetzens*) proferida “em 24 de Junho de 1813 na Real Academia das Ciências, de Berlim”, pelo teólogo, filósofo e tradutor Friedrich Schleiermacher, onde defende: “«Ou o tradutor deixa o escritor o mais possível em sossego e move o leitor ao seu encontro, ou deixa o leitor o mais possível em sossego e move o escritor ao seu encontro»” (apud, *Idem*).

Como Schleiermacher defende, a tradução é uma necessidade do quotidiano, tem efeito a partir do momento em que há contacto e assimilação do outro e dentro da sua própria identidade, isto é, não só é uma necessidade de busca de outras realidades, interlinguística, como também de compreensão da sua própria realidade, através da intralinguística, quando se falam de dialectos, jargões profissionais, gírias etárias de todo o dia ordinário de uma pessoa:

Que um discurso seja transposto de uma língua para outra é um facto com que nos deparamos constantemente e sob as mais variadas formas. Se, por um lado, é por essa via que podem estabelecer contacto entre si pessoas que à partida estão separadas talvez pelo diâmetro de Terra; se uma língua pode acolher em si as produções de uma outra há muitos séculos extinta: por outro lado, não precisamos sequer de ultrapassar o âmbito de uma dada língua para encontrarmos o mesmo fenómeno. Pois não só acontece que os falares de diferentes ramos de um povo e os diferentes graus de evolução da mesma língua ou dialecto em diferentes séculos são já línguas diversas em sentido estrito, não raro necessitando de uma completa interpretação oral; muitas vezes sucede que mesmo indivíduos contemporâneos, não separados pelo dialecto, mas simplesmente oriundos de diferentes classes da população que, pouco ligadas pelo convívio, muito divergem na sua formação, só conseguem entender-se por uma mediação desse tipo.

(Schleiermacher, 2003:23-5).

Schleiermacher considera que o tradutor tem de dominar a língua, a história da língua, a história do povo e o estilo do autor, fazendo dele o designado «Leitor Ideal» uma vez que ele é o responsável pela divulgação da relação única existente entre o leitor e a língua. A tradução, essa, tem de possibilitar a comunicação entre línguas, preservar os textos antigos, e permitir as trocas dentro da mesma língua. Deve abranger todas as áreas do saber, da eloquência, e das demais actividades intelectuais, conduzindo a que o tradutor produza o que se designa como uma obra de durabilidade, uma vez que a obra traduzida irá prevalecer e o tradutor terá de nela deixar transparecer o espírito da língua do original na língua mãe, o modo de pensar do autor e a fazer compreender de uma forma total a mensagem do original.

Schleiermacher afirma que ao verdadeiro tradutor só pode haver duas formas de tradução: “A meu ver, existem apenas dois. Ou o tradutor deixa o mais possível o escritor em repouso e move o leitor em direcção a ele; ou deixa o leitor o mais possível em repouso e move o escritor em direcção a ele.” (Idem: 61).

A primeira, a estrangeirização, só é perfeita “(...), se o autor tivesse aprendido alemão tão bem quanto o tradutor aprendeu latim, não teria traduzido a sua obra originariamente redigida em latim diferentemente do que o tradutor realmente fez.” (*Ibidem*: 63), ou como se o autor se tivesse auto-traduzido na língua mãe do público que o vai ler. O tradutor deste método não convém que seja nem escolar, que ainda não domina bem as línguas, nem poliglota, por ser entendido demais nas línguas.

Somente aquele, que com a devida educação e conhecimentos para ler o original e traduzir a sua mensagem, mantendo o estranho da obra na tradução e o seu sentido sem que a tradução seja literal, consiga ter em atenção as especificidades da evolução das línguas, do problema da não equivalência absoluta dos termos, a pouca tolerância e flexibilidade da língua do tradutor para acomodar o elemento «estranho» e a etimologia das palavras, dado que as línguas têm um caminho histórico diferente, bem como uma relação diferente entre elas, somente esse poderia alcançar a excelente tradução. O perfeito tradutor seria, assim, todo aquele que conseguisse:

(...) fornecer ao seu leitor uma tal imagem e uma tal fruição como as que a leitura da obra na língua original proporciona àquele homem cultivado a que cuidamos de chamar, no melhor sentido do termo, um amador ou conhecedor, um leitor para o qual a língua estrangeira é corrente, permanecendo-lhe contudo estranha, que já não precisa, como o aluno, de voltar a pensar os elementos

particulares na sua língua materna antes de poder apreender a totalidade, mas que também no ponto em que mais imperturbadamente frui as belezas de uma obra nunca deixa de estar consciente da diversidade existente entre aquela língua e a sua língua materna.

(*Ibidem*: 75-7).

A segunda, a nacionalização, aplica-se ao não demonstrar como é que o autor “teria traduzido, mas sim como ele teria originalmente escrito em alemão, enquanto alemão, (...). Têm abertamente em vista este método todos aqueles que se servem da fórmula segundo a qual se deve traduzir um autor como ele mesmo teria escrito em alemão.” (*Ibidem*: 63-5).

Isto é, se o autor do original tivesse escrito a obra na língua mãe do público que o vai ler. O tradutor deste método tem de assimilar a obra original como se tivesse sido produzida na sua língua mãe, manter a pureza e perfeição, a liberdade e estilo livre do autor. Se as línguas são indivisíveis dos falantes de uma determinada área, este processo só é possível porque há a possibilidade de um autor, independentemente da sua profissão, poder escrever e pensar noutra língua, sendo um ser bilingue ou poliglota (beirando o intérprete como profissão), o mesmo pode acontecer com o tradutor. Mas a escrita numa língua que não a língua mãe não pode ser considerado como uma obra original, dado que é a reminiscência de outras obras anteriores e raramente considerada como válida:

A produção que se faz na língua estrangeira não é original; antes são as recordações de um certo escritor ou da maneira própria de uma dada época, que por assim dizer representa uma personagem geral, que pairam frente à alma quase como uma imagem exterior viva, e é a imitação dessa imagem que conduz e determina a produção.

(*Ibidem*: 127).

Em 1816, Wilhelm von Humboldt escreve no Prefácio *The More Faithful, The More Divergent* à sua tradução de *Agamemnon*, que todas as línguas só se poderão encontrar na exactidão da tradução no que concerne às expressões que denotam objectos materiais, pois nenhuma palavra numa língua é exactamente igual em significado numa outra língua.

Não que uma língua seja inferior ou superior à outra, são simplesmente diferentes, pois todas são passíveis de expressar todos os conceitos, sendo a tradução é a chave principal para se dar a conhecer outras formas de pensar. Humboldt considera que é através da apropriação de uma língua e espírito da sua nação que mostra o verdadeiro carácter do original e a presença do elemento estranho na tradução “This fidelity must be directed at the true character of the original more than at distracting incidentals (...).” (Robinson, 1997: 240).

Na França do ano de 1865, Victor Hugo escreveu o *Prefacio a la traducción de Shakespeare* onde afirma que a tradução violenta e viola o original, contudo origina um incremento à língua (Garcia, 1996: 263).

Num outro artigo intitulado *Los traductores* (Garcia: 1996) Victor Hugo considera que o tradutor tem de estudar tanto o autor do original, dado que é este que expressou o que deseja transmitir, quanto o leitor seu conterrâneo, que irá ler a tradução o que o condiciona na sua tarefa “No es el público quien hace al poeta, pero es el público quien hace al traductor. (...). El traductor en efecto es víctima de su medio. El traductor tiene por colaborador el momento en que vive.” (Idem: 288-9).

Esta dicotomia condu-lo a ser o mediador de culturas uma vez que as traduções que entram no mercado introduzem, progressivamente, as novas ideias, os conceitos e os estilos , “Los traductores tienen una función civilizadora. Sirven de puente entre los pueblos. Trasvasan el espíritu humano de unos hombres a otros” (*Ibidem*: 299).

Defende que para se fazê-lo, o tradutor têm de se sobrepor às línguas criando, por vezes, novas expressões para apresentar os conceitos da língua de partida que são inexistentes na sua, confirando à língua mãe uma maior elasticidade.

Estas especificidades das línguas geram resistências naturais que o tradutor luta para contornar, colocando o autor do original e a língua-mãe do tradutor em luta, uma vez que as línguas não expressam de um modo igual o espírito humano “El espíritu humano es más grande que todos los idiomas. No todas las lenguas lo expresan en idéntica medida.” (*Ibidem*).

Victor Hugo advoga neste artigo que a evolução natural de cada língua e o modo como cada povo a usa, condiciona as escolhas e conseqüentemente a tradução:

No hay estudio filosófico más sorprendente ni más útil que estas superposiciones de lenguas. Las lenguas no se ajustan, no tienen la misma configuración. No tiene las mismas fronteras en el espíritu humano. Este las desborda, están inmersas en él, con diferentes promontorios que avanzan en distintas direcciones. Donde un idioma se detiene, el otro sigue. Lo que se dice en uno falta en otro. Más allá de todos los idiomas, se percibe lo inexpressado, y más allá de lo inexpressado, lo inexpressable.

(Garcia, 1996: 299).

Dada estas desigualdades de desenvolvimento e maturação das línguas, o tradutor tem, desta forma, que considerar o que é que pode ou não ser equivalente, aliado ao facto de que no seu curso de evolução as línguas se dividem criando novas línguas “Una lengua no desaparece sino creando otra; varias, en muchas ocasiones.” (Idem: 302). Desta forma, e devido a tal, a falta de clareza e evolução de uma língua, leva ao desaparecimento, e não à introdução de estrangeirismos na mesma, uma vez que os novos conceitos ajudam a revigorar as línguas:

La muerte de las lenguas comienza con un espesamiento del idioma que le despoja de su transparencia. Las palabras adquieren opacidad, y en la misma medida la pronunciación se vuelve torpe, y las relaciones entre las sílabas cambian. Este espesamiento se debe al tiempo transcurrido, que hiere de vejez a la lengua, y no a la introducción de ideas nuevas como se dice con tanta ligereza. Las ideas nuevas, como son jóvenes, son sanas, comunican su vigor al idioma, y, lejos de arruinar-lo, lo conservan y hasta lo salvan a veces. No obstante, cuando es ya fatal la desaparición del idioma, el espesor aumenta; la oscuridad altera ciertas zonas del lenguaje, la lógica de la lengua se altera, las analogías se borran, las etimologías dejan de traslucirse bajo las palabras, una ortografía perversa ataca las raíces irrevocables, malos usos maltratan lo que queda de ese viejo fondo del idioma. Llega la agonía: las primeras en morir son las vocales: las consonantes persisten. Las consonantes son el esqueleto de la palabra. Más tarde ayudarán a reconocer la etimología. Por las consonantes se reconoce una palabra como por los huesos a un animal. Basta una osamenta para reconstruir un vocablo y un animal.

(*Ibidem*: 302-3).

Conclui-se então, de acordo com Victor Hugo, que os bons autores enriquecem as línguas, mas são os tradutores que mantêm uma língua viva, atrasando e evitando o seu empobrecimento. Mais, os tradutores são os que ajudam e preparam as línguas com antecedência para os acontecimentos, destruindo as barreiras entre os povos e permitem a comunicação entre eles:

Las traducciones los propician, los preparan con mucha anterioridad, los suavizan, los facilitan. En toda traducción hay una amalgama. Las transformaciones de las lenguas necesitan de un mixtura previa. Esta amalgama del fondo común de las lenguas es una preparación.

(Ibidem: 303).

3.1.2 - Contra os Estrangeirismos

Em 1888, Miguel Antonio Caro na «*Introducción*» (...) a la obra “Traducciones poéticas” (Santoyo, 1987: 180) faz referência de como a língua espanhola estava amplamente influenciada pela língua francesa, mas pelo pior aspecto, dado que em vez de ajudar a florescer estava a fazer com que a língua espanhola se anulasse a si própria, “Y es cosa notable que la decisiva influencia que la literatura francesa alcanzó en el siglo XVIII en España, más sirvió para empobrecer la literatura nacional, robándole su vitalidad propia, que para despertar ideas fecundas y abrir nuevos horizontes” (Idem: 181).

Defende que a tradução de versos exige um estudo comparativo de ambas as línguas, do autor, da mensagem e da forma:

Y como el arte de traducir en verso requiere el estudio comparativo de las lenguas y de los escritores, el continuado examen del pensamiento y de la forma que reviste, el conocimiento de los medios de expresión, de los recursos rítmicos, de sus equivalencias y diferencias, no es extraño que este departamento literario ande en lo doctrinal abandonado y desconocido, y cuente en lo práctico escasos cultivadores entendidos.

(*Ibidem*: 184).

Mas apesar de haver estudos e publicações sobre os mesmos, isto não significa necessariamente que haja bons tradutores, contudo estes artigos sempre ajudam a identificar os erros, a estudá-los e a entendê-los:

La preceptiva y la crítica no forman talentos ciertamente, pero sirven para librarlos de deplorables extravíos. Se comprende fácilmente escaseen las buenas traducciones poéticas por carecer, los que á esta labor se dedican, de las indispensables dotes de naturaleza; mas no por esta radical deficiencia, sino por falta de conocimientos especiales y de reflexivo estudio, (...).

(*Ibidem*: 184-5).

Alude, identicamente, para o facto de que alguns tradutores em vez de traduzirem originais estrangeiros ou através de outras traduções efectuadas em língua estrangeira, que não a do original deveriam, isso sim, reunir as traduções já existentes na língua de chegada e procederam a comparações e ‘fundir’ as mesmas, de modo a uniformizá-las:

Para calcular la dificultad que este trabajo impone, y la gran variedad de medios y formas que en su desempeño caben, bastará cotejar las diversas traducciones que corren de unas mismas poesías célebres; ó bien, suponer que se tratase, no ya de traducir á otra lengua, sino de refundir dentro de la misma en que se escribió, dándole nueva forma métrica, (...), supuesto que una buena traducción no es otra cosa que una especie de refundición.

(Ibidem).

3.2- O Horizonte Tradutório na Época Romântica Portuguesa

O historiador António José Saraiva, na mesma obra sobre o estudo da história da literatura nacional, apresenta duas datas distintas para o início do Romantismo em Portugal. Saraiva defende que normalmente este início é datado pela publicação dos poemas de Almeida Garrett *Camões* (1825), seguido de *D. Branca* (1826). Este evento, de acordo com o crítico, não teve consequências na literatura portuguesa. Saraiva considera, igualmente, que este processo foi o desenrolar de várias condicionantes, sendo uma das principais a volta dos emigrados ao longo das primeiras décadas oitocentistas. Com este retorno verifica-se “o fluxo contínuo de uma corrente literária inovadora.” (Saraiva, s./d.: 642).

O ano de 1836 é a data que, para António José Saraiva, marca o início definitivo do Romantismo em Portugal. Neste ano pode-se assistir a uma série de eventos interligados que surgem, entre outras condicionantes e eventos, com as publicações da obra *A Voz do Profeta* de Alexandre Herculano (bem ao modo da obra de Lamennais, *Paroles d'un Croyant*); das traduções de Walter Scott; das obras de António Feliciano de Castilho, *Ciúmes do Brado* e a *Noite do Castelo*; marcando igualmente o início o processo da reforma do teatro português pela mão de Almeida Garrett; e do aparecimento de um repertório dramático nacional (Idem).

Os três protagonistas mais focados neste capítulo, pela sua ligação laboral nas mais diversas áreas, e que mais influenciaram este século de Oitocentos pelos seus estudos e recensões sobre a o idioma mãe, foram alvo de estudo na obra de Alberto Ferreira. Assim, o crítico Alberto Ferreira defende que o autor Almeida Garrett se situava mais no campo da educação estética, interligada à formação de uma *élite* intelectual, enquanto Alexandre Herculano se debatia pela educação popular e “pela formação dum jornalismo enciclopedista que fornecesse à opinião pública (...) os instrumentos artísticos, políticos e sociais.” (Ferreira, 1971: 50).

Outro protagonista oitocentista referido por Alberto Ferreira foi António Feliciano de Castilho a quem, que segundo o autor, coube um papel mais inserido no

campo jornalístico e pedagógico, bem como na área da cultura popular (designadamente na pequena burguesia), pelas suas obras literárias, tanto quanto pelas suas obras políticas. Desta forma, a *Revista Universal Lisbonense*, fundada em 1842, por António Feliciano de Castilho, e o jornal *O Panorama*, fundado por Alexandre Herculano já em 1837, iriam ser um meio de educar pedagogicamente estas mesmas classes.

A preocupação sentida por Alexandre Herculano sobre o estado da língua portuguesa fê-lo afirmar que esta se encontrava num estado adormecido de que necessitava de acordar e desabrochar para as novas ideias que iam chegando a Portugal:

Infelizmente em nossa pátria a literatura há já anos que adormeceu ao som de gemidos da desgraça pública: mas agora ela deve despertar, e despertar no meio de uma transição de ideias. Esta situação é violenta, e muito mais para nós, que temos de passar de salto um longo prazo de progressão intelectual para mepraelharmos o nosso andamento com o do século.

(RRL, 1835: 54).

A sua preocupação leva-o a defender que se devia reavivar a língua nacional de forma a ultrapassar as influências negativas que se sentiam, especialmente provindas da língua francesa. Este reavivar deveria passar por três fases essenciais: a publicação de uma crestomatia nacional, a publicação desta a um preço simbólico de modo a ser acessível a todos e a existência de obras traduzidas com esmero.

Recua-se um pouco no tempo de forma a demonstrar como a predominância da literatura francesa surge em Portugal. Em França os designados “salões aristocráticos foram o lugar de troca e difusão das novas doutrinas” (Plinval, 1978: 121). O modelo destes saraus foi divulgado, aceite e copiado pelas sociedades aristocráticas dos outros países, originando, desta forma, “uma troca de ideias em toda a Europa entre as aristocracias de origem e de espírito. As ideias de Paris eram acolhidas e comentadas com grande benevolência nas cortes estrangeiras, na Alemanha, em Nápoles, na Suécia, em Petersburgo.” (Idem: 122). Portugal importa não só os saraus como também os designados “gabinetes de leitura” onde por uma mensalidade, que varia de gabinete para gabinete, colocava aos dispor dos seus associados um determinado número de edições nacionais e estrangeiras, constantes numa lista e publicadas num catálogo editado por cada um deles.

Segundo Fernando Guedes os gabinetes de leitura em Portugal são uma réplica do molde vinda de França, “O gabinete de leitura em Portugal, no século XIX, parece ter sido uma instituição importada, como tantas outras, de além-Pirenéus.” (Guedes, 1987: 167). No caso português, os gabinetes de leitura somam aos 41 e os catálogos, editados por eles, ao número de 28, sendo o acesso aos mesmos, somente possível mediante uma quota. Como importações se tratam, em Portugal havia gabinetes de leitura de pertença francesa e de portugueses, em que o número de livros disponível mediava de acordo com a nacionalidade do dono.

Assim, nos catálogos dos gabinetes de leitura franceses verifica-se que a existência de obras é predominantemente de língua francesa, escassas traduções de obras de outros países europeus e os que existem em português são obras, que Fernando Guedes considera de baixo valor, e talvez, devido à exigência de um certo público leitor português neste gabinete:

Ora este suplemento, além de pôr à disposição do público mais obras de Dumas, de Balzac e de George Sand, acrescenta novos autores como Marryatt, Ch.Didier, Duquesa de Abrantes, (...); mas, mais importante, apresenta uma secção, constituída por 41 espécies, de «Livros Portugueses». Porém, quando esperaríamos encontrar aí as principais obras dos nossos escritores até ao Romantismo, deparamos com um primeiro título, anónimo, simplesmente «traduzido do inglês», designado por *Amanda e Oscar*, logo seguido por *Aventuras de Estevão Gonçalves*, (...). A lista inclui também traduções de obras de Cooper, Paul de Kock, Walter Scott, Byron e Chateaubriand, mas, com ligação à literatura portuguesa, apenas se encontram umas *Cartas* do Pe. António Vieira, *Os Lusíadas*, os *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque* e a *Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, de D. Jerónimo Osório. De onde se pode, talvez, concluir que, se foi a existência de um público leitor, não dominando o francês, que forçou M.Ile Férin a incluir no seu gabinete a secção portuguesa, não só esse público era pouco exigente (como, aliás, seria natural, dado até o seu desconhecimento do francês), mas também que os restantes leitores, pressupostamente mais cultivados (como o domínio da língua francesa indica) não estavam fortemente motivados para a leitura das obras dos grandes autores portugueses.

(Idem: 184-5).

Os gabinetes de leitura pertencentes a proprietários portugueses apresentam obras nacionais e estrangeiras, bem como traduções, mas em quase todos os casos o nome do autor ou do tradutor não é mencionado. O caso mais emblemático é o gabinete de Pedro Bounardel “cujo catálogo de 1815 se apresenta com um total de 179 obras diferentes para alugar. (...) e mais uma série de *novellas*, traduções do francês na sua grande maioria, sendo raros os títulos para os quais é indicado o respectivo autor.” (*Ibidem*: 188).

Estes gabinetes frequentados pela classe burguesa da época assemelham-se mais a lugares onde se alugam livros do que propriamente a salas de leitura. Isto é defendido por Rosa Esteves e Manuela Domingos, e corroborado por Fernando Guedes, na sua obra, quando as estudiosas afirmam:

(...) os nossos foram predominantemente lojas de alugar livros e não locais de leitura. Só de quatro poderemos afirmar que comportavam a leitura interna: o que funcionou, em 1854, na Rua dos Aljibebes anunciava ter «patentes todos os jornais políticos que se publicam em Lisboa e Porto, que os Srs. Assinantes se poderão utilizar da sua leitura gratuitamente»; (...).

(Guedes, 1987: 179-180).

Desta forma é claramente compreensível o porquê da predominância da língua francesa na cultura portuguesa oitocentista. O autor Plinval defende que esta influência se deve ao facto de ter havido no século XVIII uma revolução literária em França que fez renascer e a fez influir nas literaturas europeias, “A língua francesa adquire então uma universalidade incontestada; é falada em todas as capitais; não somente é a língua da diplomacia, mas também a do coração e da razão.” (Plinval, 1978: 122).

Por conseguinte, a crescente preocupação dos autores portugueses deste século prende-se com as influências que as outras línguas vernáculas exerciam na língua mãe. Esta inquietação leva-os a tomar posições muito fortes sobre a presença de estrangeirismos e neologismos no idioma mãe e como estes influenciaram o português falado e escrito.

Estas influências provêm das traduções de todos os géneros literários, especialmente de obras francesas, que nesta altura abundavam em Portugal. A má tradução, o fraco uso da gramática portuguesa e a falta de revisores resultaram na

publicação de obras com um pobre e fraco domínio da língua mãe, bem como na introdução de palavras que conspurcaram a língua portuguesa.

Contraopondo à má recepção da interferência galicista, os críticos portugueses concordaram, com algum grau de unanimidade, na grande vantagem de se adoptar palavras estrangeiras sobretudo das línguas castelhana e italiana, devido à familiaridade destas para com o português.

Desta forma, os autores/críticos tentam manter a língua portuguesa num nível autêntico, expressivo e correcto. Advogam que os maus tradutores e futuros escritores deviam estudar os clássicos portugueses, não necessariamente os mais antigos, mas aqueles que escreveram num bom idioma nacional, de forma a aprenderem como redigir e a consultá-los sempre e quando surgissem dúvidas.

É neste panorama que se assiste no século XIX às lutas que os críticos tiveram para reavivar a pureza da língua mãe e afastar os malefícios das influências nefastas das outras línguas vernáculas no idioma português.

3.2.1– O Elogio da Língua-Mãe

Se no Século XVIII os escritores e críticos literários portugueses se tinham preocupado com a Língua-Mãe, no Século XIX esse mesmo sentimento toma posições amplamente visíveis e controversas. A maioria clama pela “obediência gramatical”, consulta dos clássicos nacionais e fortemente opositora aos estrangeirismos.

Um dos autores que ilustra esta corrente é Almeida Garrett que ao longo das suas obras fê-las acompanhar de anotações, para explicar o uso das palavras que adoptou e escolheu, dando referências das suas etimologias. Este facto é amplamente explanado na intervenção apresentada no Colóquio *Garrett às Portas do Milénio* por Ofélia Paiva Monteiro intitulada “A renovação garrettiana do português literário”, quando afirma:

“As múltiplas anotações (...) traduzem a permanência no poeta que começa a tentar moldes novos, de preocupações da sua formação inicial com a propriedade da linguagem, a utilização de arcaísmos, o recurso aos registos familiar e popular; (...), a distinção semântica (...), a justificação do uso da expressão (...) e, complementarmente, de que convém distinguir o 'que é *familiar* numa língua do que só é *vulgar*'.”

(Ferro, 2002: 19-20).

Desta forma, é possível confirmar esta particularidade de Almeida Garrett, a de explicar na forma de nota, no Volume IX, nas “Notas ao Canto Primeiro” de *O Retrato de Vénus*, Nota Q, *Desenhos volve*, pág. 254. quando defende o uso da palavra ‘desenho’ ao escrever que “Esta palavra mui portuguesa e antiga (embora de origem estrangeira) não é galicismo; exprime bem o — *dessein* — francês, e tem por si a autoridade de um escritor bem notável e bem antigo, qual é Damião de Góis (v. *Crón. de D. Man.* part. I, cap. 4, e *passim*).” (Garrett, 1984⁶: 289).

Almeida Garrett era da opinião que estudar uma língua era uma tarefa difícil, especialmente a língua portuguesa. Sobretudo, se essa língua estiver tão conspurcada,

quanto a língua nacional, pela influência das palavras adoptadas e nacionalizadas dos outros idiomas, referencialmente as de proveniência francesa “Que bela invenção para a ignorância e para a preguiça não foi esta nova linguagem mascavada e de furta-cores, que todos podiam saber sem fadiga, cujas leis cada um moderava e arbitrava a seu modo, alterava a seu sabor com tão plena liberdade de consciência!” (Garrett, 1984²: 35).

Garrett conclue que o estado lastimoso em que a língua mãe se encontrava, se devia ao facto de em Portugal haver um excesso de traduções, ao afirmar que “Mas de traduções estamos nós gafos: e com traduções levou o último golpe a literatura portuguesa; foi a estocada de morte que nos jogaram os estrangeiros.” (Idem: 38). Almeida Garrett concorda com o facto de que as traduções das ditas ciências exactas são uma mais valia para o avanço dos estudos científicos de uma nação, considerando que “Traduzir livros de artes, de ciências é necessário, é indispensável” (*Ibidem*). Contudo, pensa que a tradução de obras de lazer devem ser primeira e unicamente para o estudo “Essa casta de obras estuda-se, imita-se, não se traduz” (*Ibidem*: 39). Dado que ao se estudá-las se aprende e se apreende as ideias e os conceitos que conduzem à escrita de obras nacionais pela imitação, contudo o bom e correcto uso da gramática e língua portuguesa ficam salvaguardados.

Em 1841, quando António Feliciano de Castilho analisa no Prólogo do *Judeu Errante* o estudo designado «Monsieur La Harpe sobre traduções», contrapondo de certa forma Almeida Garrett, dado que este advogava a imitação, e Feliciano de Castilho a adaptação dos textos estrangeiros na língua portuguesa. Desta análise conclue que Monsieur La Harpe indicava três medidas para bem traduzir:

- 1) “que a versão boa de um bom original não desonra, senão que ilustra, mas que seja um talento avaliado”;
- 2) “que, para que a versão seja boa, há-de ser escrupulosa, exacta e puríssima na linguagem”;
- 3) “que deve sem transtornar o substancial do pensamento e aspectos do autor, vesti-lo e torná-lo completamente à moda e gosto da terra que se pretende naturalizar”.

(ROP, 1841: 101).

Este estudo apresentado por António Feliciano de Castilho insere-se na linha que o mesmo abraçou enquanto tradutor, uma vez que Feliciano de Castilho defendeu sempre que uma tradução deveria ser feita de modo a que “não são as palavras, as que se hão-de verter, mas os pensamentos, conceitos e afectos” (Pais, 2000: 43), tal como Monsieur La Harpe defende no ponto 3). A sua forma de adaptar os originais estrangeiros para a língua portuguesa, fê-lo auto-intitular-se de “camaleão” quando se caracterizou como “impressionavel em summo gráu, imitativo por indole, tomo facilmente as côres e fôrmas do que me cérca. Tenho meu tanto ou quanto de espelho vivo (por não dizer camaleão).” (Castilho, 1909²: 16).

Esta forma de traduzir insere-se numa era em que se teorizava que se devia assimilar os originais estrangeiros para que se assemelhassem a originais portugueses. O teorizador João Barrento descreve esta prática de adaptação e de assimilação como uma tradição deste século que “transforma quase sempre os originais à luz de modelos poéticos portugueses” (Barrento, 2002: 174),

Na mesma década, Alexandre Herculano atesta num artigo publicado n’*O Pamorama* número 6, p. 264, do ano 1842, que o que é deveras importante, na era em que vive, o de se escrever na língua-mãe de forma correcta e elegante, (“Sempre foi necessário, e ainda mais o é hoje que o tacto literário está mui apurado, escrever não só correcta mas elegantemente.”).

Não é, todavia, um caso isolado, pois reitera, desta forma, o que já tinha afirmado em 1839, quando escreveu um artigo intitulado *Historiadores portugueses: I: Fernão Lopes*, n’*O Panorama*, número 3, p. 196, que apesar de lamentar, compreendia que os jovens não lessem os autores portugueses devido ao facto de que os “Assustam os livros pesados e volumosos do tempo passado as almas débeis da geração presente: a aspereza e severidade do estilo e linguagem de nossos velhos escritores ofende o paladar mimoso dos afeitos ao polido e suave dos livros franceses.” (apud, Venâncio, 1998: 161). Assustam os livros dos autores clássicos portugueses que deveriam ser os mais lidos, em detrimento dos autores que chegavam dos outros países europeus, para se obter um bom nível de aprendizagem e exemplo da língua e que deveriam ser alvo de novas e constantes reedições de forma a poderem ser comprados por todos.

Igualmente, defendendo a consulta dos autores clássicos pelos jovens escritores, Almeida Garrett na *Introdução ao Romancerio* (1851), afirma que os “jovens talentos desvairados em suas melhores tendências procurar na imitação estrangeira o que só pode, o que só deve achar em casa.” (Garrett, 1961: 60). Acrescenta que devem estudar

o que é puramente de origem nacional e sem tentar procurar nas obras estrangeiras aquilo que só o conhecimento da língua mãe pode dar:

O que é preciso é estudar as nossas primitivas fontes poéticas, os romances em verso e as legendas em prosa, as fábulas e crenças velhas, as costumeiras e as superstições antigas: lê-las no mau latim mosárabe, meio suevo ou meio godo, dos documentos obsoletos, no mau português dos forais, das leis antigas e no castelhano do mesmo tempo (...).

(Idem: 66).

A influência estrangeira na língua portuguesa era de tal forma imensurável que Garrett chegou a classificar, na mesma obra, “A poesia e a literatura portuguesa precisavam retemperadas nos princípios do século passado, que estavam uma coisa informe e laxa: eram cordas castelhanas em segunda mão, cordas italianas de má fábrica, as únicas da lira portuguesa” (*Ibidem*: 64), onde “A falsa e a ridícula imitação da antiguidade clássica, amaneirada pelas regras francesas, dominava tudo.” (*Ibidem*: 87). Conclui que não só a literatura portuguesa que estava sob este jugo da influência francesa, como também “toda a literatura da Europa era francesa, amaneirada, monótona, servil e reduzida a uma estéril unidade rotineira que nada criava, nada sentia e nada ousava dizer senão por aquelas formas pautadas que lhe impunha o fatal regime da centralização absoluta.” (*Ibidem*: 88).

Segundo Venâncio, tanto Gabriel de Moura Coutinho quanto Caetano Teixeira Coelho defendem a língua portuguesa no ponto em que o primeiro advoga na obra *Análise Crítica*, de 1857, o estado de perfeição da língua “ao mais elevado nível”, até porque a língua portuguesa tinha atingido um «estado de perfeição» (1998: 135).

O segundo que o conhecimento da língua mãe não se limita somente ao escrever bem mas também ao profundo conhecimento da “a sintaxe, a regência dos verbos, as suas diferentes significações consoante as preposições que levam, ou complementos que pedem, [...] enfim, em iniciar-se cada um nos mistérios e génio da língua” (apud, Idem: 136) com o afirma na obra *Tira-Teimas*, «Um lance de olhos pela língua», escrita em 1861-2 .

3.2.2 – Contra os Estrangeirismos

O consenso sobre as várias formas de influência na Língua-Mãe só é alcançado nos extremos, seja a favor ou seja contra a introdução e uso dos mesmos. Assim em relação à influência de neologismo, encontra-se em António Feliciano de Castilho uma posição a favor da adopção de palavras, se estas provirem especialmente do castelhano:

«Quer poeta quer prosador, ouse formar por derivação, por composição, por feliz e inspirada onomatopeia, e até em alguns casos por adopção e perfilhação, mormente do castelhano, vocábulos que, bem gravados como o moderno cunho, bem expressivos e bem carregados de ideias ou relações jamais dantes enunciadas, mereçam ficar para sempre recebidos»

(apud, Venâncio, 1998: 118).

Não é único, pois em 1844, na obra *Pantólogo* de Joaquim Rodrigues da Fonseca pode-se ler que o mesmo acusa o excesso de zelo dos revisores que cortam todas as palavras introduzidas pelos autores e tradutores, “(...) censura aos lexicógrafos o «excessivo puritanismo» que os leva a excluírem termos posteriores a uma «idade áurea da língua portuguesa», mesmo sendo úteis, nacionais e autorizados.” (Idem: 117).

Também deste assunto se ocuparam Cunha Rivara e Latino Coelho que partilham a mesma opinião ao advogarem que os neologismos ocorrem sempre e quando uma língua é viva, falada e escrita.

Almeida Garrett, segundo Prado Coelho, foi um dos autores que não só usou neologismos como introduziu palavras novas, criadas por si, tais como, “*leigarraz*, *anacronizar*, e outros.” (Coelho, 1977: 64) e apresenta uma lista de galicismos e anglicanismos, não extensiva, apesar de tudo apontar que o é, “lista dos anglicanismos e dos galicismos poderia levar-me bastante longe” (Idem), como “*desapontar*, *fashionável*, *prejuízo* sinónimo de *preconceito*, *abandono* (...), *alarma*, *avance*, *chaperão* (...), *infantino* (...), *tapessado* (...), *élan*, *boudoir*, *étagère*, *demi-jour*... (...).” (Ibidem).

De igual modo, e de acordo com o autor, Almeida Garrett fazia uso destes galicismos e anglicanismos sempre que desejava enfatizar as características estrangeiras que desejava apresentar ao leitor, descrever objectos sem palavras portuguesas ou por ironia literária, redefinindo e aproximando a língua portuguesa das exigências europeias, “Por via de regra, os estrangeirismos de Garrett ou são ocasionais, têm por fim caracterizar melhor um ambiente inglês ou francês, ou correspondem a conceitos e objectos importados por nós, mas a que falta uma designação vernácula ou resultam enfim duma intenção irónica (...).” (*Ibidem*).

Todavia, José Inácio Roquete é um forte opositor dos neologismos dado que inundam a língua portuguesa de palavras estrangeiras, quando se deveria ‘ressuscitar’ termos antigos, em vez de multiplicar o número de sinónimos. Por isso afirmar que “«O neologismo é a maior calamidade que pode pesar sobre a pureza da língua. [...] Os melhores autores são os que inventam menos palavras. Camões foi mui parco a este respeito. Vieira pode-se dizer que não inventou uma só. [...] É melhor fazer reviver uma palavra antiquada que buscá-la em língua estranha».” (apud, *Ibidem*).

Uma outra ‘espécie de evolução da língua’ prende-se com a influência dos estrangeirismos e da sua aceitação ou não na língua portuguesa. Até que ponto a língua portuguesa deve usar palavras de outras línguas para evoluir? Iguamente em Venâncio, pode-se ler que segundo António Feliciano de Castilho a língua portuguesa deveria sempre que possível ter como base o castelhano e o italiano em detrimento do francês. De acordo com A. F. de Castilho as três línguas (português, castelhano e italiano) têm a mesma raiz, (o latim), e a sua evolução foi constante e similar, pelo que sempre que a língua portuguesa necessite de encontrar um novo termo deveria basear-se nestas duas línguas:

Muito nas boas horas nos venham de França elegância e finura, de Inglaterra altiveza e força, doçura de Itália, graça e pompa de Castela, filosofia, fantasias e novidades de Alemanha; mas para usar de tudo isto não tiremos de estranhos a linguagem, senão quando conhecermos em consciência que não basta a nossa; e ainda então não é à porta do francês que primeiro havemos de ir bater e envergonhar-nos, que mais perto temos a mãe latina, a boa irmã espanhola e ainda a italiana.

(apud, Venâncio, 1998 119).

Contudo, Teixeira de Vasconcelos na obra “«Cartas profanas» da *Revolução de Setembro*” adverte que é necessário ter em atenção que tal como a língua portuguesa, a língua castelhana também evoluiu e por tal nem sempre é o mais aconselhável ter como base esta língua pois:

«O castelhano antigo, o idioma de Cervantes e de Quevedo, [...] andou sempre de braço [dado] com o nosso português, mas o castelhano de então para cá, arrebicado de italiano, de francês e até de flamengo, é uma língua riquíssima, harmoniosa, mista de suavidade graciosa e de sonora graciosidade, mas não creio que possa retemperar o *bom falar vernáculo*».

(apud, *Idem*: 120).

Assim sendo a solução passaria sempre, e como Roquete afirma no seu *Código de Bom-Tom*, “«É melhor fazer reviver uma palavra antiquada que buscá-la em língua estranha».” (apud, *Ibidem*: 119). Afirmando, também nesta, a posição que tinha tomado em relação aos neologismos.

Mas a língua que mais tinta fez correr sobre o papel foi a influência da língua francesa. Neste assunto os ânimos eram fortemente acesos e, como já foi referido, com posições deveras antagónicas pelos seus acérrimos defensores de cada lado da moeda.

Num artigo publicado em Braga, intitulado «Duas palavras sobre galicismos», editado em sete números d’*O Murmúrio. Periódico literário e instrutivo*. (n.^{os} 7, 9-11, 13, 15-16, de 1856), assinado por Gabriel Moura Coutinho, é defendido que foram as traduções feitas dos livros franceses que conspurcaram a língua portuguesa, introduzindo desde modo o galicismo no idioma nacional tanto falado quanto escrito:

(...) os livros franceses, tornados «principal matéria de estudo», os introdutores privilegiados dos galicismos. Combatidos pelos Arcades, particularmente por Filintio, e depois por Francisco de S. Luís (...), os galicismos acabaram, todavia, por instalar-se. (...). Os factores de corrupção continuam a ser, predominantemente, as traduções do francês, entregues a «esfaimados aprendizes de literatos», e os periódicos, «afrancesadores do nosso modo de dizer», sobretudo no folhetim.

(*Ibidem*: 127).

Na mesma obra de Fernando Venâncio pode-se constatar que no reverso da moeda encontra-se José Agostinho de Macedo. Alguns anos antes, mais exactamente em 1830, o frade censor, autor e crítico escreveu que somente as traduções efectuadas pelos Frades, usando as boas regras do português, conseguem combater os tradutores que estão a empobrecer a língua portuguesa ao usar tantos galicismos “Os Galicismos introduzidos (...) por (...) os máos Mestres, e Traductores do Francez (...) desafiavão o riso aos homens sisudos (...)” (Venâncio, 1998: 123).

Mas José Agostinho Macedo não estava sozinho, Alexandre Herculano escreve um artigo denominado *Gallicismos* onde demonstra a sua opinião de como o galicismo tem prejudicado e conspurcando a língua portuguesa. O artigo inicia com uma frase que demonstra a forte oposição de Alexandre Herculano em relação à presença e influência da língua francesa na portuguesa “A leitura frequente dos livros francezes tem corrompido a nossa linguagem por tal maneira, que já hoje é impossivel desinça-la dos gallicismos, (...)” (ROP, 1837: 52), e acusa os leitores/escritores portugueses que lêem em francês por contribuírem em muito para que tal acontecesse dado que escrevem com mau uso da gramática portuguesa “um desses ledores se converte em escriptor, certa é a tormenta e o granizo (...), hediondíssimos gallicismos, (Idem). Defende que apesar do gosto português para as novelas francesas dever-se-ia traduzir outro tipo de obras que cultivassem o leitor “Entendemos que as primeiras obras que devem verter-se são as dos historiadores, (...). Creado o gosto de ler, brevemente se tornará em necessidade, (...) de outras sciencias, e das artes, se poderão com proveito publicar.” (*Ibidem*: 53).

Na mesma linha de pensamento encontra-se Almeida Garrett que em defesa da língua mãe escreve um texto “à volta do termo *galimatias*” (Monteiro, 2003²: 29-30), onde, segundo Telmo Verdelho conclui que “Garrett assume-se simultâneamente como um inovador e como um herdeiro comprometido com a tradição normativa. ” (Idem). Este termo “galimatias” aparece no Capítulo XXXVIII das *Viagens na Minha Terra* sendo o culminar de uma dissertação ‘retalhada’ no correr da obra sobre as influências dos autores estrangeiros, quer originais quer traduções das mesmas, nas obras escritas pelos autores portugueses ao longo dos tempos, da nacionalização e importação de algumas expressões estrangeiras para língua portuguesa, e de como o seu uso enriqueceu a língua:

Peço aos ilustres puritanos, que, à força de sublimado quinhentista, tem conseguido levar a língua à decrepitude, para a curar de suas enfermidades francesas, peço-lhes que me perdoem o *galimatias*, porque ele é muito mais português que outra coisa. A célebre oração *Pro galla Mathiae* deu origem a esta bela e expressiva palavra, que, sim, foi procriada em francês, mas hoje precisamos cá muito mais dela que em parte nenhuma.

(...)

Vamos usando destas palavras que herdámos, sem meter louvados na herança; não suceda descobirmos que estamos mais pobres do que se cuidava... Vamos repetindo estas frases, que nos formularam nossos antepassados, sem as analisar com muito rigor; não suceda vermos claro de mais que temos passado a vida a mentir...

Detesto a filosofia, detesto a razão; e sinceramente creio que num mundo, tão desconchavado como este; numa sociedade tão falsa; numa vida tão absurda como a que nos fazem as leis, os costumes, as instituições, as conveniências dela, afectar nas palavras a exactidão, a lógica, a rectidão que não há nas coisas, é a maior e mais perniciosa de todas as incoerências.

(Garrett, 1984¹: 312-313).

Em 1821, enquanto editor do jornal *O Chronista*, Almeida Garrett publicou vários artigos referentes às mais diversas temáticas. Nomeadamente nos artigos escritos e publicados sob a Secção *Parte Litteraria E Scientifica*, comenta a problemática da tradução, a disparidade das línguas, a influência das mesmas noutras, especialmente na língua portuguesa, e sobre a presença de estrangeirismos. Estes artigos de opinião surgiram como consequência da tradução de alguma obra estrangeira para português, ou para comentar o estado da língua portuguesa da época, como resultado dos predomínios das línguas estrangeiras e das importações que delas se faziam, até porque se no século XVIII os espanhóis lutaram contra a invasão de traduções provenientes da França, essa realidade foi sentida mais fortemente no século XIX em Portugal.

No artigo *Estudo da litteratura estrangeira. —Influencia d'ella em Portugal, principalmente da franceza. — Modo de rectificar essa influencia*. N.º I, Almeida Garrett comenta que a existência de inúmeras traduções, particularmente de obras francesas, eram de má qualidade, “D’ahi os milhares de traducções francezas pela maior parte indigestas.” (JOC¹, 1827: 15). Este facto originou a uma quebra de produção de

obras originais portuguesas, “Vulgarizou-se ésta lingua entre nós , tomou-se por molde e exemplar para tudo ; a nossa perdeu-se , e o modo, o espirito , o genio, tudo o que era nacional desapareceu , e tão rapidamente como por incanto.” (Idem).

O facto da literatura nacional estar numa calamidade deve-se ao excesso de obras traduzidas e da introdução deveras excessiva de galicismos. Contudo, é pelas traduções das obras estrangeiras que se conhecem as outras nações e as suas culturas, e que as se dão a conhecer. Porém deve-se evitar, a todo o custo, usar delas mais do que as suas essências, as suas mensagens, e simplesmente tirar os seus conhecimentos e aproveitar o que têm de bom de modo a aplicar-se tanto nos ensinamentos escolares quanto nas produções de obras nacionais:

Este nimio respeito e consideração em que tomámos pois os Portuguezes a litteratura franceza , damnou e empeceu á nossa. D’ahi me parece que se devem empenhar todos os que amam a litteratura portugueza e desejam seu augmento , em estudar tambem a das outras nações cultas , combiná-las umas com outras , sem fazer eschola de nenhuma , apporveitando de todas , mas sem delir ou confundir o character da nossa propria e nacional.

(*Ibidem*: 17).

Numa *Prefação*, consultada na obra de Castilho Pais, escrita por Frei Francisco de S. Luís (Cardeal Saraiva), de ano de publicação desconhecido, é advertido aos leitores que quase todas as traduções existentes em Portugal, de então, estavam pejudicadas de galicismos bem como as obras produzidas em português, e que a melhor forma de o combater seria a “(...) assidua lição dos classicos, que melhor possuíram a nossa lingua” (Pais, 1997: 129), pois “Nelles aprenderão a maneira verdadeiramente portugueza de tecer o discurso, de ordenar e arranjar as partes delle, e de ornamentalo com aquellas graças, e modos graves e desaffectedados, (...)” (Idem).

De igual modo, José Inácio Roquete considera que para se combater esta invasão francesa na língua portuguesa se deveria sempre encontrar “(...) «equivalentes» na língua portuguesa de termos ou giros franceses; (...)” (Venâncio, 1998: 125). De forma a evitar o seu uso e de modo a que, ao se traduzir, se use as boas e usuais formas da gramática portuguesa.

António Feliciano de Castilho teve uma posição algo ambígua. Se por um lado advogava que a língua portuguesa deveria ser pura, sem influências e sujeita a revisão, ao afirmar, em 1842, no artigo *Língua Portuguesa*:

Todo o vocábulo forasteiro ou novo, posto em lugar de um português bom e suficiente; toda a frase, ou dizer estranho e supérfluo; toda a construção gramatical, contextura, ou jeito de período acesso ao nosso costume; (...) ou figura inconciliável, ou só dificilmente conciliável com a nossa vernaculidade do dizer, e do pensar, são defeitos, erros vícios ou crimes que, em se cometendo, logo se hão-de castigar sem misericórdia; (...).

(Pais, 2000: 80).

Não é menos verdade que no mesmo artigo defende a evolução da língua portuguesa, na área das ciências, através do neologismo:

ciências físicas, ou metafísicas, ou políticas, ou económicas, ou industriais, e semelhantes, abramos os portos às novidade: venham com as coisas peregrinas os peregrinos vocábulos, e ainda em parte a construção e estilo, que o consenso dos sábios do mundo mostrou ser mais adequado na matéria, a que os tais vocábulos pertencem: venha tudo isso, e nas boas horas venha.

(Idem: 79).

António Feliciano de Castilho neste seu artigo defende a concepção de que a língua tem de crescer e aumentar os vocábulos de forma a haver menos repetições na nomeação dos conceitos. Assim se exprimia sobre este conceito:

Quanto mais crescer a terminologia tanto mais se aumentarão os meios de exprimir cada coisa com propriedade; de variar em vez de repetir; de chamar ou de espertar a atenção; de acudir às precisões da oratória e da poética, - por que mais? Poderia alguém impugnar as vantagens de uma sinonímia copiosa?

(*Ibidem*: 82).

Defende que se deveria ir buscar, tomar como base, os autores clássicos portugueses de modo a que se obtenha autoridade e sabedoria sempre que houvesse dúvidas “Dado por certo sem mais discursos, nem autoridade, que para escrever português é indispensável ter lido, e ler português, saibamos o que da lição dos clássicos se pode, e deve aproveitar.” (*Ibidem*: 81).

Igualmente em Venâncio, há António Pedro Lopes de Mendonça que advoga a influência francesa na cultura portuguesa como sendo deveras importante tecendo “(...) elogios rasgados à língua francesa.” (1998: 126). Rebelo da Silva, seu colaborador, é da opinião que “«O que nós carecemos de explicar em frases longas exprimem os franceses por duas sílabas».” (apud, *Idem*: 127), numa clara defesa da economia que a língua francesa tem em relação à portuguesa.

Em 1818, Filinto Elísio no *Modelo ou Escantilhão d'um Diccionario Francez e Portuguez* defende que sempre e quando aparecer uma palavra em francês que não haja correspondente em português o tradutor deve simplesmente dar-lhe um toque e aporuguesá-la “applique-lhe terminação portugueza, e deixe-o ir” (Pais, 1997: 111) pois não irá maltratar a tradução “Sabê-lo, ou não, nada faz á traducção.” (*Idem*).

Chega mesmo a ensinar como fazê-lo “Chegue-se o máis que poder para as lêttas, e para o som da palavra franceza, e diga *tombáo*. *Boucher* (verbo) *Buchar*, *Boucher* (nome subst.)” (*Ibidem*). Uma vez que o que interessa é que as pessoas que o lêem o entendam e não o original “Que não está o ponto em bem entender o Original Francez; mas sim em bem imitar o som do phraseado.” (*Ibidem*).

O arcaísmo foi igualmente um tema de divisão de opiniões. Se houve os que defendiam que se deveriam usar palavras antigas, outros houve que as repudiavam por serem totalmente arcaicas. Houve ainda quem mantivesse uma posição mista, algo relativamente nova nestas lutas linguísticas.

Se por um lado temos Roquete que defende que “(...) as «palavras antiquadas ou obsoletas» deviam, por contrárias ao *uso*, ser rejeitadas (...)” (Venâncio, 1998: 109), defende que as mesmas “(...) «não são de todo para desprezar na poesia e em escritos jocosos; porém, na conversação familiar e em discursos oratórios devem-se evitar».” (apud, *Idem*).

Facto igualmente corroborado por Costa e Silva que advoga que na poesia se deveria usar os vocábulos antigos, o que os elevaria a uma posição nobre, pois “ (...) a linguagem «poética» encarregar-se(-ia)²⁶ da disseminação dos vocábulos recuperados.” (*Ibidem*). Defende ainda que é o desuso das palavras que as faz cair em ‘desgraça’ e consequentemente obsoletas, velhas e antiquadas. Insta, desta forma:

«Usai delas, e a sua significação será corrente ainda para os menos instruídos. O não deixar esquecer as palavras e frases primitivas da língua faz com que ela não envelheça, e fornece aos autores cabedal com que possam bem pintar as suas ideias e variar o ser²⁷ estilo, livrando-o da forçosa obrigação de repetir continuamente as mesmas»

(apud, *Ibidem*).

Por outro lado, há Almeida Garrett que foi um acérrimo defensor de que os arcaísmos deveriam ser erradicados, especialmente na poesia, tal como explicita no “Prólogo da segunda edição do poema “(...) *D. Branca*: «Do estilo tirei muitas voltas de arcaísmo forçado que sabiam à reacção filintista em que estava a língua quando primeiro o compus».” (apud, *Ibidem*).

Na mesma senda de ideias há João Pedro Ribeiro que em 1835 redigiu “«Não se pode desculpar de charlatanismo ou pedantaria o uso de vocábulos que já passaram para o necrológico da língua; o uso, que os desprezou, mostra bem que eles eram desnecessários.»” (apud, *Idibem*).

Em 1841 António Feliciano de Castilho escreveu no «Prólogo à tradução das *Metamorfoses*» que por vezes fez uso de palavras antigas, ditas arcaicas, quando a sua escrita assim o exigia, “se algumas raras vezes me vali de palavras passadas, foi quando entendi que eram necessárias ou, pelo menos, úteis: (...) e nunca as pus senão em lugar, e de modo, que o contexto do período lhes declarasse, à justa, ou aproximadamente, a significação.” (Pais: 2002: 48).

Como tradutor, Castilho afirma que teve de traduzir o texto das *Metamorfoses*, para que o leitor entenda a obra traduzida. Por conseguinte, nacionalizou os nomes e explicou o que considerava dúbio.

²⁶ Parêntesis nossos

²⁷ cf. Venâncio, p. 109.

Classificou estes casos como de infidelidade, mas necessária para poder expor com esplendor o original, a mensagem, os pensamentos, com linguagem cuidada e esmerada (Idem: 43). Uma linguagem cuidada que sofrerá censuras de três frentes:

- 1 - os *franchinotes* – os que consideram que tudo o que não é francês não presta;
- 2 - os *modernistas* – os que não gostam de palavras antigas;
- 3 - os *quinhentistas* – os que não aceitam o uso de palavras antigas em trabalhos modernos.

(*Ibidem*: 48).

Contudo, Castilho advoga o uso de palavras antigas ao evocar Horácio e a premissa de que as palavras “finadas” deveriam “renascer” em “contextos históricos”, com o emprego de palavras acentuadas e com pontuação gramatical que “ajudasse” a declamação, e a de sintaxe, para manter a música dos versos.

O maior crítico sobre a linguagem popular, outra forma de influência linguística, é Rivara que apelida os termos populares de “(...) «termos chulos da gentilha, que ninguém atina donde vieram, ninguém sabe como se escrevem e que, o pior de tudo, lembram coisas torpes e obscenas».” (apud, *Ibidem*: 116).

Mas a melhor definição de linguagem popular, quiçá seja, a que Borges de Figueiredo introduz na sua obra *Instituições Elementares de Retórica* em 1849, quando redige “(...) o «provincianismo» como «o emprego de palavra ou frase que, não tendo o uso ou a pronúncia dos polidos da corte, se há por agreste e como estranha».” (apud, *Ibidem*: 115).

Tanto Garrett quanto Roquete desaconselham o uso de palavras populares por serem consideradas como «palavras triviais e baixas» (apud, *Ibidem*: 116).

Joaquim de Vasconcelos, na sua senda de perseguição a António Feliciano de Castilho, elabora uma lista de palavras populares constantes na tradução do *Fausto*. Intitula-a de «Termos chulos e de gíria baixa» (*Ibidem*), empregados por Castilho ao longo da versão que montam a “(...) oitenta vocábulos, onde detectamos termos como *escancarar, carão, atanazar, desunhar-se, enguiço, piscar (o olho), cachopa, traste, pirueta, pilhéria*.” (*Ibidem*).

Tudo isto porque em 1849 António Feliciano de Castilho defendeu que era no designado «povo inculto» que se deveria basear, em questões de dúvida, quanto a um termo a ser usado.

De acordo com António Feliciano de Castilho o dito povo era detentor da “(...) «tradição do bom falar, sendo na plebe que um escritor desconsolado de parlamentos e jornais pode ir retemperar-se.»” (apud, *Ibidem*. 113), até porque a língua é do povo e “(...) «só a ele pertence reformá-la.»” (apud, *Ibidem*: 114).

Estas lutas linguísticas contribuíram para que os autores/tradutores do século XIX intensificassem os seus métodos e teorias sobre a tradução, não só pela influência dos autores que traduziam e dos ecos das teorias que chegavam a Portugal, como também sobre o que defendiam sobre a sua própria língua mãe.

CAPÍTULO 4

HERCULANO E A TRADUÇÃO

4.1 – Herculano, Tradutor

Apresentar Alexandre Herculano tradutor, crítico e teórico de tradução de peças teatrais e de poemas de vários autores será o ponto fulcral deste capítulo e o objectivo final deste trabalho, sem esquecer, claro esta, o seu modo de encarar a tradução e as recensões, críticas a traduções publicadas na sua época.

Os quadros seguintes dão conta, exaustivamente, das traduções levadas a cabo por Alexandre Herculano.

A – POESIAS²⁸

Autor	Original – Obra	Original – Excerto	Título em Português	Método/ Língua	Local de Publicação	Tipo de Versão
Charles Hubert Millevoye (1782-1816)	Obra	<i>La Chute des Feuilles</i>	<i>O Secar das Folhas</i>	Tradução do Francês	<i>O Panorama</i> , N.º 35, Vol. I, 30/12/1837	Integral
Desconhecido	-----	<i>Desconhecido</i>	<i>A Noiva do Sepulcro</i>	Imitação do Inglês	<i>O Panorama</i> , N.º 61, Vol. II, 30/06/1838	Desconhecido
Pierre-Jean de Béranger (1780-1857)	<i>Chansons</i> , 1847	<i>Le Chant du Cosaque</i>	<i>O Canto do Cossaco</i>	Tradução do Francês	<i>O Panorama</i> , N.º 23, Vol. I, 07/10/1837	Integral
Gottfried August Bürger (1748-1794)	<i>Musen-almanach</i> , 1783	<i>Der wild Jäger</i>	<i>O Caçador Feroz</i>	Tradução do Alemão	<i>O Panorama</i> , N.º 96, Vol. III, 02/03/1839	Integral

²⁸ Nota: Para a elaboração desta tabela, seguimos as indicações constantes em *Poesias*, Tomo II, “Obras Completas de Alexandre Herculano”, Revisão de Vitorino Nemésio, 1978; conservamos a grafia aí utilizada no que diz respeito aos nomes dos autores. A coluna **Original – Obra** não consta na referida publicação.

Jean-François Casimir Delavigne (1793-1843)	<i>Les Messénien nes,</i> 1818	<i>Le Chien du Louvre</i>	<i>O Cão do Louvre</i>	Tradução do Francês	<i>O Panorama,</i> N.º 8, Vol. I, 24/06/1837	Integral
Gottfried August Bürger (1748-1794)	<i>Museunal manach,</i> 1773	<i>Lenore</i>	<i>Leonor</i>	Tradução do Alemão	<i>Repositorio Litterario,</i> N.º 5, 15/12/1834	Integral
Alphonse M. L. Prat de Lamartine (1790-1869)	<i>Geneviève , histoire d'une Servante,</i> 1851	<i>Vers à Mon Chardonn eret</i>	<i>A Costureira e o Pintassilgo Morto</i>	Tradução do Francês	<i>Revista Universal Lisbonense,</i> N.º48, 2.º Tomo, 05/09/1850	Integral
Matthew Gregory Lewis (1775-1818)	<i>The Monk,</i> 1796	<i>Alonzo the Brave and Fair Imogine</i>	<i>Afonso e Isolina</i>	Tradução Livre do Inglês	<i>Repositorio Litterario,</i> N.º 13, 15/03/1835	Integral
Johann C. Friedrich von Schiller (1759-1805)	<i>Museun-Almanach für 1798,</i> 1797	<i>Ritter Toggenbu rg</i>	<i>O Cavaleiro de Toggenburgo</i>	Tradução do Alemão	<i>Repositorio Litterario,</i> N.º 3, 15/11/1834	Integral
Friedrich Gottlieb Klopstock (1724-1803)	<i>Bermer Beiträger,</i> 1748-68	<i>Der Messias</i>	<i>Abbadona e Adramelec ou o Demónio Arrependido e o Demómnio Contumaz</i>	Tradução do Alemão	<i>Revista Academica — Jornal Litterario e Científico,</i> N.º 1, Vol. I, 01/03/1845	Parcial
Ludovico Ariosto (1474-1533)	Obra, 1516-32.	<i>Orlando Furioso</i>	<i>Orlando Furioso</i>	Tradução do Italiano	<i>Almanach das Senhoras para 1873,</i> 3.º	Parcial

					Anno, 1872	
Teodulfo, (?) (750-821)	----- ----	<i>Gloria, Laus et Honor</i>	<i>Hino de Ramos</i>	Tradução do Latim	<i>O Imparcial</i> , N.º 734, 07/05/1888	Integral
George Gordon Noel, Lord Byron (1788-1824)	Obra, 1812	<i>Childe Harold's Pil- grimage</i>	<i>Roma</i>	Tradução do Inglês	<i>O Panorama</i> , N.º 6, Vol. I, 10/06/1837	Parcial
George Gordon Noel, Lord Byron (1788-1824)	Obra, 1812	<i>Childe Harold's Pil- grimage</i>	<i>Convento da Pena em Sintra</i>	Tradução do Inglês	<i>O Panorama</i> , N.º 37, Vol. II, 13/01/1838	Parcial
George Gordon Noel, Lord Byron (1788-1824)	Obra, 1812	<i>Childe Harold's Pil- grimage</i>	12 Versos inclusos no «Capítulo IV — Alhos e Bugalhos» n.º <i>Pároco de Aldeia</i>	Tradução do Inglês	<i>O Panorama</i> , N.º 120, Vol. III, 13/04/1844	Parcial

B – TEATRO

Autor	Original – Obra	Original – Excerto	Título em Português	Método/ Língua	Local de Represen- tação	Tipo de Versão
Augustin Eugène Scribe (1791-1861) e Joseph Duverier, Mélesville (1787-1865)	Peça de Teatro (Comédia em um acto), Gymnase dramatique, 10 de Janeiro de 1821	<i>Le Secrétaire et le Cuisinier</i>	<i>Tinteiro não é Caçarola</i>	Tradu- ção do Francês	Teatro do Salitre	Integral

Inicia-se este sub-capítulo com a apresentação das traduções que Alexandre Herculano efectuou, tendo por base o livro *Poesias* de Alexandre Herculano, Tomo II, com a revisão de Vitorino Nemésio, publicado em 1978, e o livro de Inocencio Francisco da Silva, sobre Alexandre Herculano, «Segunda Parte, Estudos crítico-bibliograficos por Gomes de Brito»²⁹, de 1914.

Esta descrição tem em conta as traduções originais publicadas por Herculano e sequentes modificações (ou seja desde a sua primeira publicação, e consequentes alterações nas 1.^a e 2.^a edições da obra *Poesias*, 1850 e 1860, respectivamente, e na edição de 1978³⁰).

De acordo com informação constante em Gomes de Brito a data da 3.^a edição é de 1872 e “É, por conseguinte, impressa ainda sob as vistas do Autor. // Trará acaso algumas variantes. Não conseguimos vê-la ; mais nada podemos informar.” (Silva, 1914: 471). Em consequência, raras vezes ou nunca é mencionada em termos de comparação entre as versões publicadas por Herculano.

As traduções efectuadas por Alexandre Herculano, constantes no quadro «A - Poesias», serão analisadas por ordem cronológica de publicação.

Desta forma, em 15 de Novembro de 1834, no *Repositorio Litterario*, N.º 3, Alexandre Herculano publicou a tradução *O Cavaleiro de Toggenburgo*. Este poema intitulado no original alemão *Ritter Toggenburg* foi escrito por Johann C. Friedrich von Schiller³¹. A versão portuguesa é uma “Balada de 80 versos de 6 e de 10 sílabas, sobre estes incidindo a rima.” (Herculano, 1978: 112). Esta tradução não apresenta variantes

²⁹ in Silva, Inocencio Francisco da, *Dicionario Bibliografico Português Estudos de Inocencio Francisco da Silva Aplicaveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Brito Aranha e com amplo estudo crítico acêrca da obra monumental de Alexandre Herculano por J. J. Gomes de Brito da Sociedades de Bibliofilos «Barbosa Machado»*. Tomo XXI. (Decimo Quarto Suplemento). A. Lisboa: Imprensa Nacional, MCMXIV.

³⁰ cf. Tabela A- Poesias.

³¹ Johann C. Friedrich von Schiller (1759-1805) é considerado como um dos líderes do movimento literário romântico alemão “Sturm und Drang”, sendo também tradutor de obras clássicas e suas contemporâneas. Alexandre Herculano dedicou n’O *Panorama* N.º 136 de 7 de Dezembro de 1839, um artigo a Schiller onde tece um largo elogio ao génio deste autor alemão ao afirmar:

A propensão de Schiller para composições theatraes, como de ordinario acontece a todas as vocações vehementes e deliberadas, revelou-se logo nos primeiros annos d’este poeta, que a Allemanha põe a par das mais celebres reputações dramaticas dos outros povos ; e para em tudo igualar com a maioria dos homens notaveis na carreira das lettras ou das artes, Schiller teve que vencer muitos obstaculos primeiro que podesse livremente seguir as inspirações do seu genio.

(JOP, 1839: 389).

da primeira publicação e da presente. O poema original “Tem 10 estâncias em oitavas.” (Idem).

Para Gomes de Brito não há qualquer dúvida de que esta obra foi traduzida por Alexandre Herculano:

Esta versão, qualquer que fosse o motivo, não está assinada. Pode até ter sido um simples lapso do próprio tradutor, compreensível por quem sabe quão pouca importância ele ligou a um cuidado que a outrem não escaparia. Como quer que seja, não seria verosímil que alguém, além do tradutor de *Leonor*, inserisse no *Repositorio Literario* trabalho identico.

(Silva, 1914: 364).

Um mês depois, no mesmo jornal *Repositorio Litterario*, N.º 13, de 15/03/1835, assinado por si, publicou o poema traduzido a que intitulou *Afonso e Isolina*. A indicação dada por Herculano é que considera a tradução como sendo “Traduzida livremente do inglês”, (Herculano, 1978: 102), do poema *Alonzo the Brave and Fair Imogine*, pertencente à obra *The Monk*, de 1796, escrita por Matthew Gregory Lewis³². Segundo Vitorino Nemésio o poema original “Tem 87 versos em 17 estâncias, das quais 15 com 5 versos e 2 com 6.” (Idem). A versão apresentada por Alexandre Herculano é em forma de “Balada de 20 quadras — 80 versos de 7 sílabas, rima *bd*.” (*Ibidem*). Não apresenta qualquer tipo de referência a alterações ou variações efectuadas por Alexandre Herculano após a sua primeira e seguintes publicações.

Gomes Brito informa que é um poema “Traduzido livremente do inglês, de Lewis. É uma balada do género das anteriores, irmanando excelentemente com a *Noiva do Sepulchro*” (Silva, 1914: 364) e que tal “Como a versão de *Leonor*, está esta igualmente assinada — «A. H.»” (Idem).

O Canto do Cossaco é uma tradução do poema francês *Le Chant du Cosaque* de Pierre Jean de Béranger³³, inserida na obra *Chansons*, de 1847, e publicada n’*O Panorama*, do N.º 23, Vol. I, em 07/10/1837. O original “Consta de 5 estrofes de 8 versos cada uma.” (Herculano, 1978: 34). A tradução “Tem 10 quadras — 40 versos de 10 sílabas, rima *bd*” (Idem). Vitorino Nemésio escreve que foram efectuadas duas

³² Matthew Gregory Lewis (1775-1818) diplomático, político de carreira, escritor e tradutor de obras suas contemporâneas, especialmente de autores alemães.

³³ Pierre-Jean de Béranger (1780-1857), um auto didáctico sendo a sua obra maioritariamente de carácter político e pertencente ao puro Romantismo francês.

modificações “na 4.^a quadra, 2.^o verso: *Que te levou sanguento, e a sede apaga. (Pan.)* — *Que te lavou sangrento, e a sede apaga (Poesias)*; e na 7.^a, 1.^o verso: *De um enorme gigante eu vi o espectro (Pan.)*; *De um enorme gigante vi o espectro (Poesias).*” (*Ibidem*).

De acordo com Gomes de Brito, Alexandre Herculano executou uma “excelente tradução d’esta famosa poesia, que tão popular celebridade adquiriu em França” (Silva, 1914: 368) que era uma crítica contra o sistema em França e do qual Herculano “mais amplamente dá largas á indole varonil que lhe animava o estro, e tão apropriadamente respondeu aqui á psicologia do personagem criado pelo poeta.” (Idem).

Na edição de 1850 o poema é publicado com as suas “10 quadras, rimando o segundo com o quarto verso, ao todo 40, (...), respondendo a outras tantas originaes.” (*Ibidem*: 448). As alterações constantes nesta edição são consistentes com as supra verificadas e transcritas.

N’*O Panorama*, N.º 35, Vol. I, 30/12/1837, Alexandre Herculano publica a sua tradução de *La Chute des Feuilles*, do autor francês Charles Hubert Millevoye³⁴, a qual intitulou *O Secar das Folhas*, que no original tem “44 versos em 5 estâncias.” (Herculano, 1978: 10).

A tradução “Tem 12 quadras — 48 versos de 7 sílabas, rima *bd.*” (*Ibidem*). Vitorino Nemésio informa ainda que Alexandre Herculano efectuou somente “duas variantes: 4.^o verso da 4.^a quadra: *São estas só: não há mais! (Pan.)* — *São essas só: não há mais! (Poesias)*; 4.^o verso da 7.^a quadra: *Da vida a seve mirrou. (Pan.)* — *Da vida a seiva mirrou. (Poesias).*” (Idem).

Segundo Gomes Brito:

Esta obra prima do segundo periodo da poesia romantica francesa, que achou tradutores em toda Europa, e que, traduzida em russo, voltou um dia ás mãos de seu autor, atribuida a um poetastro do norte, teve em Portugal o seu primeiro interprete, na pessoa de Alexandre Herculano, (...).

(Silva, 1914: 370).

³⁴ Os autores franceses traduzidos por Alexandre Herculano podem-se classificar como os que de transição do século XVIII para o século XIX, ou pré-românticos e como românticos, Charles Hubert Millevoye (1782-1816) faz parte da classe de poetas de transição entre o Classicismo e o Romantismo, com uma carreira de poeta e tradutor dos poetas clássicos gregos e latinos.

Na edição de 1850 da obra *Poesias*, Alexandre Herculano efectuou algumas alterações “4.^a quadra — «essas» por «estas» // 7.^a quadra — «vã» por «vaã» // 7.^a quadra — «seiva» por «seve» // 10.^a quadra — «conforto» por «comforto.»” (*Ibidem*: 447).

A xácara *A Noiva do Sepulcro*, igualmente publicada n’*O Panorama*, no N.º 61, do Vol. II, de 30/06/1838, é considerada como uma imitação do inglês não se tendo conseguido “identificar com segurança o seu autor, o que como é óbvio, impossibilitou a reprodução do texto original.” (Herculano, 1978: 18).

É uma “Xácara de 3 estrofes numeradas — a primeira com 9 quadras, a segunda 39 e a terceira 36 — 336 versos de 7 sílabas, rima *bd*.” (Idem).

Em relação a esta xácara em Inocencio da Silva, Gomes de Brito escreve que esta poderia ser a versão portuguesa de dois autores ingleses. Sendo possível que este poema seja da autoria ou de Spencer ou de Lewis, autores que Herculano conhecia: “Spencer, acaso, o poeta inglês que, a testemunho de M^{ME} de Staël, melhor imitou as poesias alemãs do genero, porque melhor do que nenhum conhecia o espirito das linguas teutonicas, foi, ou Lewis, que Herculano também já traduzira, o autor da poesia d’este titulo, (...).” (Silva, 1914: 392).

Gomes de Brito informa que na edição de 1850 Alexandre Herculano publicou a *Xacara* com três estrofes. As estrofes deste poema têm a seguinte divisão: a primeira estrofe tem 9 quadras com 36 versos; a segunda estrofe tem 39 quadras com 156 versos e a terceira e última estrofe tem 36 quadras com 144 versos, perfazendo um total 84 quadras de 336 versos.

O estudioso Gomes de Brito adianta que de todas as traduções que Alexandre Herculano efectuou da língua inglesa, esta versão foi a que “passou quasi intacta, como seu ilustre Autor a trasladou das paginas do *Panorama* (1838).” (Idem: 447). É interessante notar que, mesmo não se sabendo de que língua provêm o original, na obra de Inocencio da Silva é tomada como sendo uma tradução de um poema proveniente de um autor inglês. Das mudanças mínimas que foram efectuadas por Alexandre Herculano ao poema *A Noiva do Sepulcro*, Gomes de Brito destaca a que foi feita na:

6.^a quadra, a qual dizia então assim :

«Nada lhe põe embaraço
Nem *ressonantes* ribeiros

Nem *brejos* apaúlados
Nem escarpados outeiros».

Sendo nesta edição geral modificada do seguinte modo :

«Nada lhe põe embaraço
Nem *resonantes* ribeiros
Nem *as chans* apaúladas
Nem escarpados outeiros».

(*Ibidem*).

Na edição de 1978, Vitorino Nemésio transcreve a quadra da seguinte forma:

«Nada lhe põe embaraço;
Nem *ressonantes* ribeiros,
Nem *as chãs apauladas*,
Nem escarpados outeiros».

(Herculano, 1978: 21).

Nemésio refere que n' *O Panorama* aparecia como «Nem brejos apanhados» (*Ibidem*), isto é, actualizou a grafia, manteve a pontuação e refere somente a modificação, neste caso em particular, da palavra “brejos” por “as chãs”, contrastando e fazendo a comparação com o original publicado n' *O Panorama*.

Na segunda edição do livro *Poesias*, 1860, Alexandre Herculano introduziu algumas alterações, especialmente a nível da ortografia, que consistiu “na mudança, de uma para a outra do «ê» no ditongo «ei»” (Silva, 1914: 469), mas a que mais alterações sofreu, não sendo necessariamente pela ortografia, mas por escolhas de outras palavras, refere-se ao poema *A Noiva do Sepulchro*, nomeadamente nas 3.^a, 7.^a, 8.^a e 9.^a quadras (Idem: 469-470). Por exemplo, na 7.^a quadra,

1.^a edição (1850) :

«Não mostrou grande *amargura*»

2.^a edição (1860) :

«Não mostrou grande *tristura*»

(*Ibidem*: 469).

Alexandre Herculano traduziu do alemão o poema *Der wild Jäger*, de Gottfried August Bürger³⁵, composto por “216 versos, em 36 estâncias de 6 versos.” (Herculano, 1978: 40).

Este poema foi publicado sob o título *O Caçador Feroz*, n’*O Panorama*, no N.º 96, do Vol. III, em 02/03/1839, com “74 quadras — 296 versos, rima *bd*.” (Idem). Nemésio apresenta 16 variações ao longo do poema, por exemplo no verso 19.º n’*O Panorama* lia-se «E envolto no som dos órgãos.» lê-se nesta edição «E envolto nos sons de um órgão,» (*Ibidem*. 41), sendo o maior número de variações rondando cinco versos, o 83.º, o 90.º, o 91.º, o 101.º e o 104.º.

Conforme é afirmado na obra de Inocencio da Silva após as modificações efectuadas na tradução, a mesma melhora consideravelmente e é interessante notar que são somente anotadas 13 modificações contra as 16 que Nemésio aponta:

Melhoria consideravel alcançou agora a celebre balada alemã, nesta primeira edição geral. Mais conforme o assunto com a feição impulsiva do talento do interprete, presente-se com quanto gosto ele se desempenhou do voluntario encargo, ao observar quão espontanea e natural lhe sae a expressão, quão bem

³⁵ Gottfried August Bürger (1748-1794) foi um escritor considerado como um dos melhores poetas de baladas da sua época, “O seu grande feito literário consistiu na ressurreição da balada popular, (...) e neste sentido pode considerar-se um dos grandes iniciadores do Romantismo europeu.” (Caeiro, 1983: 166). A este facto, Alexandre Herculano no número 5 de 13 de Dezembro de 1834 escreve no *Repositorio Literario* que:

Bürger empregou admiravelmente a poesia nas tradições nacionaes; e é a elle e a Voss que devemos a renovação deste genero inteiramente extincto na europa depois do 16.º século, o qual na collecção, publicada depois de Herder, se póde considerar como a historia dos terrores e das esperanças, dos preconceitos e dos sentimentos das ultimas classes da sociedade, ou, por outro modo, como a historia intellectual do povo.

(JRL, 1834: 38),

Noticia ainda que os conhecimentos de Bürger da Grécia Clássica, bem como da tradução das obras de Homero, influenciaram na sua escrita.

A harmoniosa singelesa grega acompanhada da rudesza e imaginação dos povos modernos apparece em quasi todos os seus poematos mais notaveis. As tradições da credulidade, os contos da infancia, as recordações das virtudes humildes vestirão nelles uma côr poetica talvez unica — e a maior parte dos alemães sabe de cór os romances de Leonor, das Filhas do pastor de Taubenhain, das Mulheres de Wensberg, do Caçador feroz, e outros deste original escriptor.

(Idem).

achada a frase, e perfeita ficou a rima. O tempo lhe deu um ultimo acabamento ; as variantes que apresentamos o provam, e tambem quanto o illustre tradutor se esmerou em melhorar uma das suas mais interessantes versões.

(Silva, 1914: 448).

Uma tradução parcial da obra *Der Messias* de Friedrich Gottlieb Klopstock³⁶, publicada no *Bermer Beiträger*, 1748-68, intitulada como *Abbadona e Adramelec ou o Demónio Arrependido e o Demónio Contumaz* foi publicada na *Revista Academica — Jornal Litterario e Scientifico*, no N.º 1, no Vol. I, de 01/03/1845, sendo das poucas obras, artigos ou traduções onde consta a assinatura de Alexandre Herculano (Herculano, 1978: 122), e onde não constam variantes.

A versão original:

Tem 232 versos brancos de 10 sílabas.

(...).

O texto integral tem 20 cantos e 19 299 versos, dos quais Herculano verteu para português 144, começando no verso 745 do Canto II, conforme a indicação que antecede o fragmento: «Abbadona, nur er war unbeweglich geblieben / Folgte von gern», etc — *Der Messias. II Ges. V. 745*.

(Idem).

É apresentada da seguinte forma, na obra de Inocencio Silva, como uma “prova que o illustre tradutor (...) ainda aos 35 anos se não fartava de admirar a obra do grande poeta alemão, (...), traduzindo, como que para melhor saborear as belezas do poema que tanto o seduziam” (Silva, 1914: 404).

³⁶ Friedrich Gottlieb Klopstock (1724-1803) que após “uma breve ocupação como professor particular e por fim uma existência votada em exclusivo às letras, tornando-se o primeiro escritor profissional da Alemanha naquele tempo e o primeiro grande poeta alemão na época moderna.” (Caeiro, 1983: 129). Friedrich Klopstock é considerado como o precursor do movimento “Sturm und Drang”, o movimento que introduz e inicia o Romantismo neste país, “a sua lírica quebrou a secura poética dos contemporâneos, operando grande renovação que vai possibilitar o aparecimento da geração de Goethe” (*Ibidem*: 130). Devido ao seu percurso encetou o movimento nacional na Alemanha,

Deste modo, assiste-se no período da *Aufklärung* a uma dupla situação na literatura: enquanto as cortes permanecem fiéis à imitação estrangeira (francesa, sobretudo), pouco adiantando sobre as preferências da última fase do Barroco, no convívio das cidades, nos círculos universitários e nas paróquias nasce o interesse pela criação duma literatura nacional, que, à míngua de bases tradicionais, vai ao menos buscando a aproximação com os modelos ingleses, porque os sente mais próximos da sua natureza germânica. Opera-se portanto um regresso à consciência histórica da raça e um restauro da literatura destinada a mais largas massas populacionais.

(*Ibidem*: 112).

Do autor francês Alphonse de Lamartine³⁷, traduziu *Vers à Mon Chardonneret*, publicado no *Geneviève, histoire d'une Servante*, em 1851, composto por “35 versos em 7 estâncias.” (Herculano, 1978: 94).

Nomeou a sua versão de *A Costureira e o Pintassilgo Morto*, publicada na *Revista Universal Lisbonense*, no N.º48, do 2.º Tomo, em 05/09/1850, com “6 estrofes, não numeradas — a 1.ª e a 7.ª em 8 versos e as restantes com 6 —, versos de 6 e de 10 sílabas de várias rimas.” (Idem). Esta tradução foi publicada em conjunto com o original

Vitorino Nemésio refere três modificações, verso 9.º onde na RUL se lê «Oh, não te esquecerei! Por» na edição de 1978 lê-se «Nunca me hás-de esquecer! Por bem seis anos,» (*Ibidem*: 95), no verso 33.º lia-se «Dava-te, variando, o grão, a alpista» lê-se «Sementes várias dava-te coa alpista,», e no verso 44.º «No meu riste» lê-se agora «Neste triste aposento,», (*Ibidem*: 96).

É ponto assente na obra de Inocencio da Silva que Alexandre Herculano é o tradutor desta versão apesar de não ter sido assinada³⁸.

Baseado-se na publicação posterior de Herculano, afirma que “a tradução da poesia de que se trata pertence a Herculano, eis o que é inegável, por isso que o ilustre tradutor a incluiu, como adiante se nota, na 2.ª edição das suas *Poesias*, posto continuasse o *alibi* na tradução do romance, que ficou completa em 1851.” (Silva, 1914: 458).

Adianta ainda:

Na parte inferior da pag. 580 lê-se esta especie de apresentação, precedendo a peça poetica de que se trata :

³⁷ Igualmente parte do puro Romantismo francês é Alphonse M. L. Prat de Lamartine (1790-1869) que é considerado como o maior e primeiro poeta e escritor romântico francês, a quem se dedica um artigo n' *O Panorama*, n.º 180 de 1840 (JOP, 1840) onde se afirma que “Póde dizer-se que foi elle quasi o fundador de uma nova escola poética ; assim como Mr. de Chateaubriand creou um estylo novo, deu uma nova ordem e fôrma ás ideias, entre os prosadores francezes.” (*Ibidem*: 325), e se dá o percurso da sua carreira diplomática. Segundo Plinval “Lamartine foi o mais idealista dos poetas românticos; daí a pureza, a emoção doce e comunicativa do sentimento.” (Plinval, 1978: 151), tendo sido o resultado que as

Numerosas leituras alimentaram a imaginação de Lamartine. Por um lado, a Bíblia, Fénelon, Bernardin de Saint-Pierre; por outro, Rousseau, Ossian, Lord Byron. Mas estas inspirações contraditórias foram assimiladas, fundidas de uma forma muito pessoal pelo seu génio apaixonado e generoso, sempre ligado à compreensão dos sentimentos elevados.

(*Ibidem*: 15).

³⁸ Na RUL geralmente era o proprietário Sebastião José Ribeiro de Sá que traduzia, “o qual aceitava assinaturas para a tradução em anuncio no escritório do mesmo semanario, na rua dos Fanqueiros.” (*Ibidem*: 458).

«Traducção de *Genoveva*». — Para provarmos que, merecidamente, o favor publico tem auxiliado muito mais do que se esperava, a traducção que o traductor da *Revista* emprehendeu, d'esta excellente e ultima obra de Lamartine, aqui publicamos, com o original em frente, como specimen do cuidado com que é feito este trabalho, a traducção de uns versos com que o auctor aformoseou a narração do seu primoroso e util livro».

(Idem: 457).

Na segunda edição, em 1860, Alexandre Herculano, “alem de modificar um tanto a diacritica, e de alterar a ortografia de um que outro vocábulo, fez tres emendas em outros tantos versos.” (*Ibidem*: 470).

Assim se pode verificar:

No 6.º verso da oitava final, lê-se na edição de 1860 :

«Neste triste aposento»

Na *Revista* imprimira-se, como tambem no romance :

«No meu triste aposento»

(*Ibidem*: 471).

Da mesma obra de George Gordon Noel, Lord Byron³⁹, intitulada *Childe Harold's Pilgrimage*, Alexandre Herculano traduziu três excertos. Herculano publicou os três poemets n' *O Panorama*, tendo incluindo, igualmente, o último numa das suas obras, no «Capítulo IV — Alhos e Bugalhos» d' *O Pároco de Aldeia*.

Desta forma pode-se encontrar a traducção de «Roma» n' *O Panorama*, N.º 6, Vol. I, 10/06/1837 e o artigo *Convento da Pena em Sintra*, no ano seguinte, a 13 de Janeiro, N.º 37, do Vol. II, que inclui a traducção do excerto do poema de Lord Byron.

³⁹ George Gordon Noel, Lord Byron (1788-1824) foi um dos maiores expoentes da expressão romântica na Inglaterra, mas “Diferentemente de muitos românticos, Byron desempenhou completamente o seu papel de poeta — ao ponto de ele próprio poder ser considerado a obra da sua vida.” (Fowler, 1987: 297). E tudo porque se pode afirma que Lord Byron “Projectou a sua imagem por todo o teatro da Europa, cultivando-a mais do que a sua poesia. Consequentemente, as suas cartas encontram-se entre as mais brilhantes da nossa literatura” (Idem).

Estas versões são referidas por Gomes de Brito sob o título «Poesias em romances e artigos. // Originaes e traduzidos // 1837-1843», (Silva, 1914: 475).

Os versos que compõem o poema designado por *Roma*, “Antecedem o artigo «Roma» tendo traduzido as estâncias LXXVIII, LXXIX e LXXX do Canto IV da *Peregrinação de Childe Harold*.”

A tradução apresenta-se composta por 32 versos brancos de 10 sílabas.” (Herculano: 1978: 172). A obra original, *Childe Harold's Pilgrimage* tem “4 cantos e 186 estâncias de 9 versos — total: 1674.” (Idem).

Em relação a este poema, Gomes Brito, no seu estudo analítico sobre as obras traduzidas por Alexandre Herculano, apresenta a divisão do poema como o seguinte formato:

Na 1. ^a estancia, versos 13				
Na 2. ^a	»	»	10	} Total 32
Na 3. ^a	»	»	9	

(Silva, 1914: 475).

Os versos denominados como *Convento da Pena em Sintra*, é uma “Sextilha em versos soltos, traduzidos dos 6 primeiros versos dos 9 que formam a estância XX do Canto I da *Peregrinação de Childe Harold*.” (Herculano: 1978: 178), sendo o Epígrafe de um artigo da primeira página sobre o Convento da Pena.

Apesar de ter sido dada como uma tradução de Alexandre Herculano, Gomes de Brito ainda assim levanta algumas reservas quanto ao restante artigo, se à sextilha tudo indica que é de Herculano “Assim como já registamos esta estancia como sendo vertida por Herculano — e o não seria, quem o no-lo dirá?” (Silva, 1914: 544), em relação ao artigo sobre o *Convento da Pena em Sintra*, apresenta-se a indecisão dado que foi cometido, de acordo com Gomes de Brito, um *anglicismo*, algo que considera que Herculano não faria:

(...) assim registamos agora a rapida descrição que forma o artigo, a qual justamente no passo que nos poderia fazer crer saído da pena do modelar Escritor, nos suscita duvidas sobre a sua procedencia. Meira, que manejava superiormente o inglês, e traduziu para o *Panorama* as cartas de Lord Beckford,

bem pode ter traduzido a estancia byroniana, sendo que tinha letras bastantes para poder redigir tambem o artigo de que se trata. (...).

A frase que gerou as duvidas, e bem pode passar por um *anglicismo*, vae incluída em italico no seguinte periodo:

«O que porém ha mais admiravel nesta solidão, visinha do ceu, é a saudade de seus horisontes, e o quadro magnifico que descobre aquelle que *toma o trabalho* de subir a tão descompassada eminencia».

(...). Quere-nos parecer — ou muito nos enganaremos — que se fosse Herculano tal articulista, não haveria aqui *anglicismo* algum.

(Idem).

O terceiro foi publicado n’*O Panorama*, N.º 120, Vol. III, 13/04/1844, compostos por 12 Versos inclusos no «Capítulo IV — Alhos e Bugalhos» n’*O Pároco de Aldeia*, sendo “Os 12 versos, traduzidos do Canto I da *Peregrinação de Childe Harold*.” (Herculano: 1978: 184), com a numeração XVI, XVII e XVIII no original (Idem: 187).

Estes “3 primeiros versos são da estância XVI (versos 7-8-9), os 6 seguintes da XVII (vv. 5-6-7-8-9) e os restantes da XVIII (vv. 1-2).” (*Ibidem*: 184). Foram traduzidos em “Versos brancos de 10 sílabas.” (*Ibidem*).

Do idioma italiano, Alexandre Herculano traduziu do autor Ludovico Ariosto⁴⁰ o poema *Orlando Furioso*. Num artigo, publicado n’*O Panorama*, N.º 99 de 23 de Março de 1839, Alexandre Herculano descreve a trajetória da vida de Ludovico Ariosto e da obra *Orlando Furioso*.

Em relação a obra *Orlando Furioso*, Herculano noticia que “O Ariosto tomou a historia d’Angelica onde o Boiardo a deixára ; (...).” (JOP, 1839: 99), um autor que juntamente com Pulci e Bello “tinham composto poemas sobre as guerras entre Carlos-Magno e os sarracenos, (...).” (Idem).

Findo a apresentação da obra de Ariosto, no mesmo artigo, Herculano adverte que “Tal é o *Orlando furioso*, (segundo a curta idéa que em poucas palavras se póde delle dar) o primeiro entre todos os romances e poemas de cavallarias. Para se entender perfeitamente este, é necessario ter lido antes o *Orlando innamorato* do Boiardo.” (JOP,

⁴⁰ Ludovico Ariosto (1474-1533) foi um escritor tipicamente medieval, tendo escrito poesia, peças de teatro, sátiras e dramas da corte.

1839: 99). Herculano previne os leitores que “Em ambos os poemas ha passagens licenciosas, pelo que não são conveniente leitura para gente moça.” (Idem). Informa que o autor Ludovico Ariosto compôs, redigiu e corrigiu o poema várias vezes após a sua primeira publicação:

Dez annos gastou o Ariosto em compôr o seu poema, e o publicou, pela primeira vez, em Ferrára, em 1516, só em 40 cantos ; e pela segunda vez em 1521, no mesmo numero de cantos, mas com muitas correccões ; finalmente, depois de muito limado e emendado, deu a terceira edição em 1532, accrescentando com seis cantos inteiros, que são os 33.º, 37.º, 39.º, 42.º, 44.º, e 45.º, além de varias estanças novas espalhadas pelos outros cantos.

(*Ibidem*).

Estas correccões podem ser verificadas não só nas três edições distintas da obra mas também no espólio do autor, onde se encontram as várias correccões, “O Ariosto corrigia e emendava muito : oitavas ha que elle escreveu por vinte formas diversas antes de as inserir no texto, como se prova com os seus manuscriptos originaes.” (*Ibidem*).

Rematando que “A facilidade apparente dos versos do Ariosto é filha de mui aturado trabalho.” (*Ibidem*). Mas um trabalho que valeu a pena, como se pode comprovar pelas “edições, e as traducções, se multiplicaram depois rapidamente, e o *Orlando furioso* é lido sempre com deleite.” (*Ibidem*).

Do latim Herculano traduziu o Hino *Gloria, Laus et Honor* escrito por St.º Teodulfo de Orleães⁴¹ (750?/60?-821), Bispo em Orleão que compôs obras em prosa de muita importância para a vida eclesiástica e hinos litúrgicos, estando os seus trabalhos poéticos divididos em seis volumes. O hino traduzido foi composto na cadeia quando St.º Teodulfo esteve preso no Mosteiro em Angers por razões políticas.

Finda a apresentação das poesias traduzidas por Alexandre Herculano, dá-se início à análise do quadro «B – Teatro»⁴², onde consta a única tradução teatral conhecida efectuada por Alexandre Herculano.

⁴¹ St.º Teodulfo de Orleães⁴¹, (750?/60?-821), publicou seis livros, onde dividiu as suas obras de acordo com os géneros literários que produziu. O primeiro é inteiramente dedicado a um só poema, *The exhortation to judges*; o segundo é composto por 16 obras, incluindo epitáfios e vários versos; o terceiro tem 12 obras, o quarto é composto por 9 obras; o quinto de 4 obras; e o sexto 30 obras, e no Apêndice de Migne surgem mais 10 poemas.

⁴² cf. início deste sub-capítulo.

A tradução e subida à cena da obra cénica dos autores franceses Augustin Eugène Scribe e Joseph Duverier, mais conhecido por Mélesville, intitulada *Le Secrétaire et le Cuisinier*, com a tradução portuguesa *Tinteiro não é Caçarola*, foi divulgada nos jornais da época de Herculano. Debruçar-se-á nas notícias publicadas pelos jornais *O Desenjoativo*, *Atalaia* e no *Diario do Governo*.

A tradução e subida à cena da obra cénica dos autores franceses Augustin Eugène Scribe e Joseph Duverier, mais conhecido por Mélesville, intitulada *Le Secrétaire et le Cuisinier*, com a tradução portuguesa *Tinteiro não é Caçarola*, foi divulgada nos jornais da época de Herculano.

Desta forma, na edição do *Suplemento ao N.º 6.º do DESENJOATIVO THEATRAL*. (1838) é editado um artigo de capa intitulado *Theatro Nacional do Salitre* onde se anuncia que Alexandre Herculano acaba de publicar a sua obra *A Harpa do Crente* e que está a traduzir em conjunto com António Feliciano de Castilho, obras dramáticas do francês para serem representadas nesse mesmo teatro.

O referido jornal no número seguinte, *Numero 7.º*, identicamente em artigo de capa e sob o nome *Theatro Nacional do Salitre*, notícia, ao enaltecer os tradutores, que muito em breve haverá peças traduzidas em bom português a serem representadas neste teatro⁴³.

O anúncio da subida à cena da tradução de Alexandre Herculano é, finalmente, publicado na parte final da noticia no *Numero 14.º*. Este artigo comunica que “Hoje 26 d’Agosto terá logar a Primeira Representação (...) (d)⁴⁴o Drama em um Acto imitado do Francez pelo Sr. ALEXANDRE HERCULANO.// O TINTEIRO NÃO É CAÇAROLA.” (Idem).

Enquanto o jornal *O Desenjoativo* editava notícias sobre o Teatro do Salitre, o jornal *Atalaia* anunciava sobre a programação do Teatro da Rua dos Condes. Estes dois jornais competiam entre si as notícias cénicas de ambos os teatros. Apesar de cada um editar sobre a produção do teatro que representava, o facto é que, também, atacavam as

⁴³ Na referida notícia pode-se ler:

O seu progresso cresce de dia a dia, e o incansavel zêlo dos Senhores *Antonio Feliciano de Castilho*, *Alexandre Herculano*, e outros Litteratos, em o levarem ao verdadeiro grão de perfeição promette, que dentro de pouco tempo este Theatro nada deixe a desejar. — Se por desgraça pública, ainda appareceu em scena alguns Dramas da lavra das traducções Gallo-Lusas; dentro em pouco, terrivel maldição levará taes Dramas para longe do Theatro do Salitre: e representando-se nelle peças em que a moral seja o primeiro movel da acção, e escriptas em Portuguez puro, (...).

(JDT, 1838).

⁴⁴ Parêntesis nossos.

produções, quer fossem nacionais quer fossem internacionais ou traduções, que cada teatro apresentava. Estes ataques aconteciam independentemente do autor ou do tradutor das peças a serem representadas.

Desta forma, o jornal *Atalaia Nacional dos Theatros* anuncia a estreia da tradução da peça teatral por Alexandre Herculano no N.º18 de Domingo 26 de Agosto, num artigo de capa sob o nome *Theatro Nacional da Rua dos Condes* como sendo o culminar de uma evolução de notícias publicadas no jornal *O Desenjoativo Theatral*.

Ataca, assim, o jornal rival e as representações do Teatro do Salitre e relega o tradutor Alexandre Herculano a um lugar de mero copiador de obras já representadas no mesmo teatro:

Este moto-contínuo de traducções é exaltada até ás estrellas, e os dois traductores-authores representam uma nova comedia mais engraçada do que a do *Padecente* empurrando um para o outro a corôa que o Camara e consocios *gratuitos*, e que *gratuitamente* encheram a plateia, tinham levado. Seguem-se algumas farças traduzidas, indecentissimas, e mal escriptas; uma comedia tambem traduzida pelo ignorantissimo chefe da espionagem (elle mesmo o confessa); o sr. Herculano entra na lide, e como *debutou esse illustre campeão?* Traduzindo a farça: *Le Secrétaire et le cuisinier* — já representada naquelle Theatro, e concorrendo para essa honrosa especulação com o *formidavel* contingente da mudança de titulo — *O Tinteiro não é caçarola*— foi a substituição, e com tal peça celebraram os *gratuitissimos* o dia do Nome de S. M.!

(JANT, 1838: 70).

Outro jornal que publica a notícia da estreia da versão de Alexandre Herculano é o “*Diario do Governo*, de 4.^a feira, 15 de agosto de 1838” (Silva, 1914: 477), secção dos espectáculos e onde se pode ler que “«Grande Gala, por ser dia do nome de Sua Magestade, a Rainha. 1.^a representação de *O tinteiro não é caçarola*, drama (*sic*) em um acto, imitação do francez pelo sr. Alexandre Herculano».” (Idem).

Por isso é possível encontrar nas palavras de Luiz Francisco Rebello no seu artigo intitulado *Herculano e o Teatro* que “Brevíssima foi, porém essa carreira, que se

limitou a três obras, duas originais e uma traduzida, num total de cinco actos apenas.” (CL, 1977: 45)⁴⁵.

Uma opinião que demonstra bem a efêmera vida como dramaturgo e tradutor de peças teatrais vivida por Alexandre Herculano.

Contudo, se como escritor e tradutor de teatro Alexandre Herculano editou apenas duas peças (originais) e representaram-se três (originais e tradução), como autor de artigos e pareceres sobre as problemáticas e estudos acerca do teatro Alexandre Herculano publicou vários artigos onde manifestava amplamente a sua opinião⁴⁶.

A sua faceta como tradutor e colaborador de versões de peças teatrais é pouco referida pelos estudiosos e críticos do século XX, como se pode comprovar pela escassez de artigos publicados ou referências literárias constantes nas obras que versam sobre o estudo da vida e obra de Herculano.

Uma destas estudiosas que referiu a tradução da comédia francesa por Alexandre Herculano foi a crítica de literatura portuguesa Luciana Stegagno Picchio. Esta referência está inserida nas «Notas» ao seu Capítulo Oitavo. Na referida nota, a Nota 13,

⁴⁵ A “novidade” apresentada no artigo de Luiz Francisco Rebello é que Alexandre Herculano escreveu duas peças teatrais; a primeira foi à cena a 3 de Novembro de 1838 no Teatro do Salitre, um “drama histórico *O Fronteiro de África ou Três Noites Aziagas*” (CL, 1977: 45), facto corroborado por Henrique de Almeida Lopes (Lopes, 1968) quando escreve que “Até o sisudo Alexandre Herculano escreveu *O fronteirço de África*”⁴⁵ (Idem: 96) que apesar de nunca se ter importado com o mesmo pois “não curou de o editar – muito embora ele viesse a imprimir-se no Brasil” (CL, 1977: 45) em 1862 pela Editora de J. J. Fontes (Typographia - Economica) na cidade do Rio de Janeiro, (Fontes, 1862), uma segunda publicação que segue a efectuada em Pernambuco pela Typographia de Santos de Companhia em 1846. A não publicação desta obra por parte de Alexandre Herculano é justificada pelo próprio quando questionado “acêrca das questões da *propriedade litteraia*” (Silva, 1914: 480), em 1866, ao responder que:

— O *Fronteiro*?! Mas que importa isso? O *Fronteiro* foi uma peça que eu escrevi sobre o joelho, para satisfazer o Castilho, que tinha então o teatro do Salitre. Nunca fiz conceito de semelhante frioleira, nem me importo, sequer, com a atenção que lá, no Rio, se lembrassem de prestar-lhe.

Havia quatro anos que o «*Fronteiro*» fôra, sem que Herculano tivesse sido ouvido, impresso no Rio de Janeiro aproveitando o editor a copia do manuscrito que uma companhia levava de Lisboa.

(Idem: 481).

A segunda peça é um “drama lírico em um acto, *Os Infantes de Ceuta*” (CL, 1977: 45), sendo escrita em 1844, ambas as peças “inscrevem(-se) na área da ficção histórica sobre motivos nacionais” (Idem: 46), assuntos que eram deveras caros a Alexandre Herculano; e foi publicado “In 8.º; de 6 (inn.) + 34 paginas.” (Silva, 1914: 481), sendo posteriormente “inserto no volume de *Poesias* do Autor, das quaes possuiu a 2.ª edição (Lisboa, Imp. Nacional, 1860; in 8.º, de 4.º + 332 pag.º)” (*Ibidem*).

⁴⁶ Desta forma é possível ler-se estudos sobre as *Origens do Teatro Moderno – Teatro Português até aos Fins do Século XVI*, publicado em 1837, a *História do Teatro Moderno – Teatro Espanhol*; em 1839, os Pareceres *A Casa de Gonçalo. Comédia em cinco actos*, 1840, *D. Maria Teles. Drama em cinco actos*, 1842, editado sob o título *Estudos Sobre Teatro, 1837-1842*, e sob o título *Questões Teatrais*, a polémica *A Questão Relativa À Peça Os Três Últimos Dias de Um Sentenciado*, 1838, e os respectivos Pareceres Emitidos no Conservatório, 1839-1841, e 1842, e *A Questão do Teatro do Rossio*, 1842, n’*Os Opusculos* (Herculano, 1986).

Picchio descreve as duas peças escritas por Alexandre Herculano e a peça traduzida pelo próprio ao escrever:

Herculano, Alexandre (Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, n. Lisboa, 1810, m. Quinta do Val de Lobos, Santarém, 1877).

Obras dramáticas: *Tinteiro não é Caçarola*, vaudeville de *Le Secrétaire et le Cusnier*, de Scribe e Duverier, Lisboa, Teatro do Salitre, 1838; *O Fronteiro de África ou Três Noutes Aziagas*, editadas em Lisboa, 1839; *Os Infantes de Ceuta*, com música de A. L. Miró, *ibid.*, 1844.

(Picchio, 1969: 402).

Estas «Notas» são uma notícia brevíssima ao que Luiz Rebello referenciará alguns anos mais tarde (cf. Nota 43 deste capítulo). Neste artigo Rebello descreve a tradução efectuada por Alexandre Herculano como “uma adaptação da comédia de Scribe e Mélesville, *Le Secrétaire et le Cusnier*, a que Herculano pôs o título de *Tinteiro não é Caçarola*” (CL, 1977: 45).

Muito recentemente, no ano passado, as autoras Ana Clara Santos e Ana Isabel Vasconcelos classificaram esta peça teatral como *Drama*, podendo-se encontrar na entrada sob o título “*Tinteiro não é Caçarola (O)*,/ D1 – Autor(es) – Eugène Scribe, Mélesville. Trad. Alexandre Herculano./ 1.^a Ref. 15-8-1838.” (2007:95). Das 16 referências que as autoras apresentam informam que esta peça subiu à cena sempre no Teatro do Salitre.

Adiantam que nesse mesmo ano de 1838 a peça teve 13 representações sendo a última a 16 de Dezembro (Idem: 177) e as três últimas subidas à cena foram nos dias 1, 9 e 13 de Janeiro de 1839 (*Ibidem*: 178-9).

Em Portugal oitocentista a maioria das peças em exibição ou eram traduções de obras estrangeiras, especialmente francesas, ou eram adaptações das mesmas, sendo maioritariamente produzidas, encenadas e representadas por companhias francesas em Portugal. Esta influência conduziu a um elevado número de traduções de obras cénicas francesas, em todos os géneros inerentes ao Teatro (comédia, drama, etc.).

No seu artigo *La pratique de la traduction théâtrale ou les voies de la création dramaturgique sur la scène portugaise au XIXe siècle*, Ana Clara Santos demonstra o quanto esta influência era sentida no meio teatral português, e como o moldou, “Sans parler de l’influence de certains acteurs français sur la formation d’acteurs portugais,

l'un des premiers grands impacts de cette troupe sur la scène nationale se situe indubitablement au niveau de la constitution d'un répertoire des troupes portugaises." (Santos, s./d.: 4).

A par deste facto, havia o reportório e conjuntamente a tradução, que condicionavam as obras a serem representadas, "Or, dans cette matière, répertoire et traduction se superposent car l'un ne va pas sans l'autre", (Idem).

A título de exemplo, o Teatro do Salitre, onde Alexandre Herculano cooperava com obras e tradução, levou a público, entre os anos de 1835 e 1836, obras maioritariamente de língua francesa, sendo os autores Scribe e Mélesville os mais representativos.

Uma vez que sem tradução não havia reportório, a produção teatral dependia das obras estrangeiras, não só para se manterem os teatros abertos, como também para inspirar os autores portugueses a escreverem originais.

Desta forma, pelas palavras do tradutor oitocentista, João Baptista, é possível verificar que Baptista defendeu as traduções teatrais da sua época contra a acusação de estarem pejudicadas de galicismos, feita por Herculano ao afirmar:

Pelo que respeita à tradução destas Peças e ao Francês macarrónico e língua de preto que o sr. Herculano notou nelas, pedimos-lhe que se recorde bem, e verá que nem todas merecem a gracinha: algumas há, principalmente as que foram traduzidas no princípio da empresa, que não estão bem apuradas, mas o Teatro ainda não tinha o seu *répertoire* e por isso era necessário trabalhar depressa, porque uma peça não podia ir à cena mais de 3 ou 4 vezes.

(apud, *Ibidem*: 6).

Devido ao facto de a maior parte das peças teatrais não serem assinadas é difícil de se saber quais as que seriam de autores portugueses ou quais as que seriam de autores estrangeiros, pelo que dificulta a nomeação exacta da peça e a identificação das que possam ser versões.

Por isso mesmo, Ana Clara Santos afirma que "En effet, les traductions faites à l'intention de la représentation théâtrale sont rarement identifiées en tant que telles car les annonces n'identifiant ni l'auteur ni le traducteur ces pièces sont données, la plupart du temps, comme des pièces originales portugaises." (*Ibidem*: 7).

Com estes dados é difícil corroborar o facto que Henrique de Almeida Lopes escreve no seu artigo sobre *Do velho teatro da rua dos Condes*. Neste artigo, Almeida Lopes afirma que “De 1836 a 1846, ano da inauguração do teatro de D. Maria II, só nos Condes representam-se 28 dramas e 10 farsas originais portuguesas.” (Lopes, 1968: 96).

Isto significa que em dez anos se produziram 38 peças teatrais ditas originais, facto que a ser verdade, demonstra o impulso numérico que as peças teatrais originais portuguesas obtiveram nesta época, contra o que acontecia nas décadas passadas, em que a língua portuguesa estava em minoria na cena cultural portuguesa: “Ora isto é bem diferente do que se passava no início da década, já que em determinada altura do ano de 1836 a língua portuguesa tinha sido banida dos tabladados lisboetas, dado que no S. Carlos se cantava em italiano, no Salitre se falava espanhol e no Condes se dizia em francês...” (Idem).

Por não haver a certeza fundamentada, deixou-se para o fim a alusão de que vários autores do tempo de Herculano, e comentários posteriores, fizeram ao afirmar que a tradução do texto alemão de Schiller intitulada *O Phantasma*, é da autoria de Alexandre Herculano. A primeira alusão a este facto é feita por António Feliciano de Castilho, aquando da publicação da “I, Epístola A Francisco de Paula Cardoso de Almeida (Mordago de Assentiz)” nas *Excavações Poéticas*. Nela Castilho poetisa com o facto de o tradutor do *O Fantasma* ser Alexandre Herculano:

Aos ocios do jardim nega-te uns dias;
larga o sacho ao frenético Alexandre,³
se Schiller e o Phantasma o deixam livre;⁴

(Castilho, 1904: 19).

Neste versos adiciona duas notas de rodapé com a numeração (3) e (4) onde faz referência à época estudantil conjugada com o gosto pelos trabalhos ao ar livre de Herculano. Na nota número 3 escreve o seguinte:

³ O nosso amigo Alexandre Herculano, em principio de estudos ainda a esse tempo, mas em quem já se admirava o infatigável fervor do trabalho, assim mental como corporal, porque já então como ainda hoje, as suas horas de desenfadamento litterario eram dispendidas em cavar e jardinar.

(Idem).

Na nota número 4 refere a tradução de Alexandre Herculano do poema de Schiller “⁴ No estudo da língua alleman andava todo, e na sociedade do snr. Assentiz nos fazia, ás noites, leitura da sua tradução do *Phantasma* de Schiller.” (*Ibidem*). Por aqui se pode concluir que Alexandre Herculano ao estudar a língua alemã fazia-o a traduzir poemas para as reuniões literárias que frequentava apresentando consequentemente o fruto deste estudo para apreciação dos seus amigos de letras.

Inocência da Silva referencia este facto quando escreve que Alexandre Herculano leu “na sociedade de amigos das letras, (...), ás noites, uma tradução que fizera do *Fantasma*, de Schiller.” (Silva, 1914: 183).

Vitorino Nemésio num primeiro impluso defende que não há provas conclusivas de que Alexandre Herculano tenha efectuado esta tradução pelo facto de não haver suporte escrito que tenha perdurado “De modo que as recordações de Castilho se devem reportar a 1828, ano em que Herculano acometia a tradução do suposto *Fantasma* de Schiller.” (Nemésio, 1934¹ 217-8). Posteriormente, acaba por se contradizer quando escreve que “Segundo a *Epistola* de Castilho ao anfitrião da Tebaida, Herculano andava então todo entregue ao estudo da língua alemã, lendo às noites ali a versão do *Fantasma* de Schiller, de-certo empreendida como tema escolar e filtro de ritmos novos.” (Idem: 222). Nemésio comenta ainda que “A tradução de Schiller, lá lida, deveria soar-lhes como um bom exercício retórico, de aluno aplicado e curioso, pondo à prova a aptidão para achar o justo epíteto, a equivalência vernáculo, a transposição fiel e ao mesmo numerosa.” (*Ibidem*: 226).

4.2 – Herculano: para uma Teoria da Tradução

Para uma compreensão da teoria sobre a tradução defendida por Alexandre Herculano há que se reportar aos textos que escreveu sobre a defesa da língua mãe ou a recensões que escreveu sobre traduções efectuadas por outros tradutores e que publicou nos jornais literários da época. Como no sub-capítulo anterior, infra apresenta-se uma tabela onde constam os artigos onde Alexandre Herculano se referiu à crítica da tradução.

C - ARTIGOS PUBLICADOS SOBRE TRADUÇÃO⁴⁷

ANO	ARTIGO
1834	“Leonor — Romance de Bürger”. <i>Repositorio Literario</i> , Porto, n.º 5, 15/12/1834, pp. 38-39.
1835	“Poesia. Imitação -Belo – Unidade.” <i>Repositório Literario</i> . Porto, n.º 7, 1/1/1835, pp. 53-56, n.º 8, 1/2/1835, pp. 61-64, n.º 9, 15/2/1835, pp. 70-71, e n.º 11, 15/3/1835, pp. 84-88.
1836	“A Noite do Castelo e os Ciúmes do Bardo. Poemas seguidos da Confissão de Amélia, pelo Sr. A. F. de Castilho”. Lisboa 1836, 1 — vol. — 12.º. <i>Jornal de Sociedade dos Amigos das Letras</i> , n.º 1, Abril, 1836, pp. 27-28.
1837	<ul style="list-style-type: none">• “Homero”. <i>O Panorama</i>, vol. I, n.º 5, 3/06/1837, pp. 37-38.• “Galicismos”.* <i>O Panorama</i>, vol. I, n.º 7, 17/06/1837, pp. 52-53.• “Poesia”. <i>O Panorama</i>, vol. I, n.º 8, 24/06/1837, pp. 59-60.
1838	<ul style="list-style-type: none">• “Ivanhoe — Novela de Walter Scott, Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa, 4 vol!”.* <i>Diário do Governo</i>, n.º 91, 18/04/1838, pp. 384.• “Ivanhoe Traduzido em Vulgar”. <i>O Panorama</i>, vol. II, n.º 52, 28/04/1838, pp. 134.

⁴⁷ Nota: Para a elaboração desta tabela, seguimos as indicações constantes nos *Opúsculos*. Vol. V. 1986.

* — Artigos constantes na *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa Antologia (Séc. XV-XX)*. Carlos Castilho Pais. Lisboa: UA, 1997.

** — Artigo não constante nos *Opúsculos*, Vol. V, 1986.

1839	“Quintino Durward — Novela de Walter Scott, Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa. Lisboa 1838 — 9 — 4 vol. — 8.º — Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis. A mesma obra — traduzida pelo Dr. C. L. Moura. Paris 1838 — 4 vol.— 12.º — Livraria d’Aillaud”. <i>O Panorama</i> , vol. III, n.º 103, 20/04/1839, pp. 128.
1849	“Eliézer. — Poema de Florian vertido em portuguez”. Braga 1839 — 1 fol. 8.º **. <i>O Panorama</i> . Tom. IV. N.º 148, 1840, p. 72.
1844	<ul style="list-style-type: none"> • “Anna de Geierstein, ou a Donzela do Nevoeiro, Novela de Walter Scott, Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa.” — 4 vol. 8.º— Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis. <i>O Panorama</i>, vol. III, 2.ª série, n.º 156, 1844, p. 48. • “Reflexões Etnográficas, Filológicas e Históricas. A Propósito de uma Publicação Recente sobre a Origem Céltica da Língua Portuguesa”. <i>O Panorama</i>, vol. III, 2.ª série, 1844, pp. 391-394.
1856	<ul style="list-style-type: none"> • “Carta a Bulhão Pato Sobre o Poema Paquita, Datada de 20 de Maio de 1856”. <i>Revista Peninsular</i>, vol. II, n.º 1, 1856, pp. 8-12. • “Carta a Soares de Passos Sobre as Poesias”, Datada de 5 de Agosto de 1856. <i>Cartas</i>, Tomo II, Bertrand, Lisboa, 4 ed. s./d., pp. 87-99.
1872	“Carta a S.ª D. Guimar Torreção”. Carta de 25 de Abril de 1872**. <i>in</i> Junior, Dr. Armelim. <i>Trechos Litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do mesmo e de outros escriptores illustres a Guiomar Torreção. Colleccionadas, publicadas e editadas por sua irmã, com prefacio por Dr. Armelim Junior</i> . Lisboa: Typhographia Leiria, 1910. p. 30.
1877	“Cartas a B. Barros de Gomes”**. Carta de Julho de 1876. <i>Cartas de A. Herculano</i> . Tomo I, 3.ª Ed., Lisboa: Bertrand, s./d., pp. 13-29.

Antes de se fazer uma apresentação dos textos inseridos na tabela supra citada, referir-se-á três traduções que Alexandre Herculano efectuou e as quais foram publicadas juntamente com comentários seus sobre a forma de como traduziu. A primeira remonta ao ano de 1834, quando disserta sobre a vida e a obra do autor alemão e onde se intitula autor da tradução que publica no *Repositório Literário*, a 15 de Dezembro de 1834, a segunda quando em 1838 quando um artigo sobre *Poesia*, publicado n’*O Panorama*, a 14 e 28 de Julho e a terceira quando descreve o que o levou

a traduzir parte de uma obra numa carta de 25 de Abril de 1872 justificando desta forma a sua participação tão solicitada por parte da autora do *Almanach das Senhoras*.

Em relação ao primeiro caso, Alexandre Herculano, em 1834, aquando da publicação da tradução da obra *Leonor* (escrita pelo autor alemão Bürger) no *Repositório Literário*, de 15 de Dezembro, (num dos raros artigos assinados por si nesta altura), apresenta o poema com referências aos conhecimentos literários de Bürger. Segundo Vitorino Nemésio, Herculano coloca Bürger no “lugar de restaurador das tradições nacionais na poesia” (Nemésio, 1934¹: 318) alemã, e as leituras e traduções que Bürger efectuou de Homero acabaram por fazer com que obtivesse do “grego a ideia da necessidade de notas locais que dêem ao belo um cunho de originalidade e de fôrça.” (Idem: 319).

Alexandre Herculano lamenta não ter conseguido ter acesso à tradução em inglês do mesmo poema “para a comparar com a nossa; mas não a podémos alcançar” (*RRL*, 1834: 38),. Refere-se à tradução feita por “Lord Spencer, de que apenas tem notícia” (Nemésio, 1934¹: 319). Numa nota de rodapé, Vitorino Nemésio informa ainda que “Há também tradução castelhana de Llorente” (Idem), não adiantando se Alexandre Herculano saberia desta tradução ou se teve acesso à mesma.

Apresentando desculpas pelo pouco alemão que sabe⁴⁸ Alexandre Herculano advoga que é preferível uma tradução mais defeituosa do que não haver alguma para dar a conhecer esta obra, que demonstra ter características deveras interessantes para o público:

A que appresentamos ao publico foi trasladada do allemão apenas com o nosso apoucado conhecimento daquella riquissima lingua; bem longe portanto estamos de julgar que démos em linguagem as graças e a rapidez descriptiva do original. Os intelligentes saberão desculpar os deffeitos de um trabalho tão difficil como é o de reproduzir nos idiomas meridionaes o fundo e as fórmãs da poesia do norte; muito mais quando ao tradutor faltárão todos os meios de pulir sua versão.

(*RRL*, 1834: 38-9).

⁴⁸ Facto que D. Carolina Michaëlis contradiz ao considerar as traduções que Alexandre Herculano fez das obras de Bürger como “«magnificas adaptações»” (Nemésio, 1934¹: 320). Vitorino Nemésio reitera este conceito ao afirmar que “não é preciso galgar da lição das *Poesias* aos originais de Bürger para palpitar a relativa dextreza com que Herculano infundiu em ritmos portugueses aquelas duas baladas.” (Idem).

Segundo Vitorino Nemésio a obra original *Lenore* é composta por “256 versos, repartidos por 32 estâncias em oitavas” (Herculano, 1978: 72) as quais foram traduzidas para português em “65 quadras — 260 versos de 7 sílabas, rima *bd.*” (Idem). Devido à quantidade de emendas que Alexandre Herculano efectuou antes de as “incluir em *Poesias*” (*Ibidem*) é difícil de registá-las.

Consequentemente, Nemésio resolveu publicá-las um capítulo intitulado de *Apêndices* e nele consta o artigo «LEONOR — ROMANCE DE BÜRGER» (*Ibidem*: 223-225) bem como a versão original do poema, LEONOR [Versão primitiva] (*Ibidem*: 227-234). Corroborando assim o que consta na obra de Inocencio Francisco da Silva, quando se afirma:

Leonor passou para a primeira edição das *Poesias* do autor, em 1850, mas com tantas variantes, que, sem por sombras pretendermos ultrapassar nestas simples notas os limites de uma, decerto, incompleta noticia bibliografica, nos animamos a dar as duas lições na crença de que nossos leitores não desistirão o facto. Não podendo ser impressas emparelhadas damos agora a primeira versão, e em seu lugar proprio a segunda igualmente.

(Silva, 1914: 358).

De facto, algumas páginas mais à frente, quando se faz referência ao livro *Poesias*, descreve-se:

Leonor. — Compreende a celebre composição de Bürger 65 quadras, ou sejam 260 versos.

Damos agora, como precedentemente estabelecemos, esta poesia tal qual o illustre tradutor a remodelou, para fazer parte da presente edição, sentindo que as dimensões d'este formato nos não deixassem publicar a par a edição de 1834.

(*Ibidem*: 452).

Um século mais tarde, Nemésio defende que se Alexandre Herculano não foi rigoroso na sua tradução o mesmo não prejudicou em nada a versão portuguesa:

Se lhe escapou algum meandro de expressão ou torceu algum lance narrativo, o leitor português não o sente. Êle próprio fornece uma prova do seu escrúpulo de tradutor ao confessar que, achando excessiva a morte que Guilherme inflige a

Leonor como castigo de blasfêmias, nem por isso se atreveu a tocar no desfecho dramático da balada.

(Nemésio, 1934¹: 320).

Alexandre Herculano chega mesmo a transmitir “tôda a frescura original, desde o despertar de Leonor mal o oriente se tinge até ao *requiescat* pronunciado pelo cavaleiro implacável” (Idem).

As escolhas que tomou enquanto tradutor “era(m)⁴⁹ facilitada(s)⁵⁰ pelas reminiscências rítmicas do romancelheiro português, e o *gôzo* intelectual do tradutor consistiria precisamente em regar essas plantas abandonadas do romance e da xácara portuguesas com a água fresca, tónica, da inspiração de Bürger” (*Ibidem*: 320-1).

Escolhas que resultaram no suavizar do poema em português ao “não só desfez aquela dura inversão, tirando-lhe o prosaísmo de «exercito», como trocou a forma portuguesa do nome do Rei da Prússia por um germanismo intencional, destinado a dar sabor alemão à *Leonor* : «Friderico» (*Friedrich*)” (*Ibidem*: 321).

Segundo Vitorino de Nemésio, Alexandre Herculano consegue assim resolver os problemas de som e ritmo :

O poeta português tentou resolver portuguêsmente as dificuldades onomatopaicas que o texto alemão oferecia. Assim, o galope do cavalo de Guilherme é dado com um pouco esforço:

Ei-los vão! Soa a corrida.
Ei-los vão! á fula-fula !
Ginete e guerreiro arquejam:
A faisca, a pedra pula.

(Nemésio, 1934¹: 322).

A segunda referência ocorre no artigo “Poesia”. *O Panorama*, vol. I, n.º 8, 24/06/1837, pp. 59-60, refere-se à tradução que fez de *Le Chien du Louvre* do autor francês Jean-François Casimir Delavigne, editada na obra *Opúsculos*, escrevendo:

⁴⁹ Parêntesis nossos.

⁵⁰ Parêntesis nossos.

O seguinte poemeto, que alude ao facto de um cão que passou o resto dos seus dias junto da sepultura do dono, morto em Julho de 1830 no ataque do Louvre, foi composto por um dos mais célebres poetas franceses ainda vivos. Procurámos quanto em nós coube dar na tradução o sentimento profundo que transluz em todas as estrofes do original. Os leitores avaliarão quanto nos aproximámos ao alvo que tivemos em mira.

(Herculano: 1986: 137).

Conforme Vitorino Nemésio a obra original *Le Chien du Louvre* é composta por “74 versos em 13 estâncias de 6 versos, excepto a primeira e a última, que só tem 4.” (Herculano, 1978: 62). Estas estâncias foram traduzidas para português para uma “Balada de 62 versos de 11 sílabas, entremeados de outros de 6 e de 4, distribuídos por 11 estrofes.” (Idem).

Na obra de Inocencio Francisco da Silva foi afirmado que se publicava deste modo a “versão de uma das mais apreciadas produções poeticas do autor das *Messénianas*” (Silva, 1914: 307) e tal como o já tinha feito com a publicação do poema de Bürger no *Repositorio Litterario*, esta composição é “antecedida de um artigo encomiastico dos dons da divina arte.” (Idem).

Entre a publicação n’*O Panorama* e a final na obra *Poesias* houve várias alterações entre as quais:

Se ela (tradução)⁵¹ beneficiou dos aperfeiçoamentos adiante notados, com que seu Autor a habilitou-a fazer parte d’este Livro III, o leitor curioso o ajuizará comparando as duas edições:

(...)

2.^a estrofe :

«o martyr

1837 Não *chorais* — *mas* o amigo seu que vive

Só deplora!

1850

«o martyr

Não *deplora* : o amigo seu que vive

Só prantea!»

4.^a estrofe :

1837 «*Esse torrão guardando, onde repousam*»

⁵¹ Parêntesis nossos.

1850 «*Essa gleba guardando onde repousam*»

(*Ibidem*: 450-1).

Mas a alteração, talvez mais importante, tenha sido a nível da evolução gráfica da palavra *libréu* para *lebréu*, com dados justificativos da sua evolução e onde validação:

Herculano fizera imprimir no *Panorama* :

«Dá ao martyr do Louvre algumas flôres ;
Dá pão ao seu *libréu*»

Nesta edição, porem, adoptou a forma geralmente usada :

«Dá pão ao seu *lebreu*»

A primeira d'estas duas formas terá chegado a ver vernacula no seculo XVII, posto que já em 1562 Jeronimo Cardoso registava a segunda em seu *Vocabulario Lusitanico-Latinum*, e Frei Bernardo de Brito, empregando-a em sua *Cronica de Cister* (1602), (...).

(...).

Cumpre, por derradeiro, lembrar que o nosso Autor já em 1843 adoptara a forma *lebreu*, antecipando a lição d'este comento, no capitulo XIII do romance *O Bobo*, impresso em o numero 79 do *Panorama*, onde diz : — «covarde porque só sabes injuriar no meio destes *lebreus* esfaimados que te cercam.»

(*Ibidem*: 451-2).

O terceiro caso surge quando responde ao pedido da Sr.^a D. Guiomar Torreção para que contribua para a sua publicação ao enviar-lhe a sua tradução do poema italiano *Orlando Furioso*, apelida-a de “trechos de versão (que)⁵² foram feitos á vista do texto, nú de notas e commentarios, e até sem o auxilio de um dictionário italiano” (Júnior, 1910: 30), demonstrando claramente o que sempre acontece com as publicações das traduções por parte de Herculano, numa recusa sistemática de não fazer acompanhar as mesmas de “notas e commentarios”.

⁵² Parêntesis nossos.

Alexandre Herculano estava mais preocupado com o facto de obter prazer na leitura e proveito no exercício da tradução em si “Antes como abuso sacrilego do que como obra litteraria se deveria talvez considerar o deleite egoista com que aproveitei a admiravel concepção do divino poeta de Ferrara para matar sobejidões tediosas de tempo nas longas noites d’inverno,” (Idem).

Devdio a istotenta-se distanciar de todo e qualquer tipo de problema ou efeito que esta versão possa causar ao afirmar “sem grande responsabilidade minha, simples responsabilidade de traductor,” (*Ibidem*).

Mas para uma melhor apreciação transcreve-se um trecho da referida carta:

Nos largos serões da estação invernososa tenho tentado traduzir alguns fragmentos do *Orlando Furioso*. É o que me está mais á mão para enviár a V. Ex.^a sem grande responsabilidade minha, simples responsabilidade de traductor; e quasi que dessa me eximirá V. Ex.^a quando souber que estes trechos de versão foram feitos á vista do texto, nú de notas e commentarios, e até sem o auxilio de um dictionário italiano, de que está desprovida a pequena estante de Val-de-Lobos. Antes como abuso sacrilego do que como obra litteraria se deveria talvez considerar o deleite egoista com que aproveitei a admiravel concepção do divino poeta de Ferrara para matar sobejidões tediosas de tempo nas longas noites d’inverno, longas sobretudo quando vem associar-se com o inverno da vida. O menos legitimo, porém, do incentivo e a insignificancia da obra, tudo a inexgotavel bondade de V. Ex.^a perdoará á rusticidade do obreiro.

Remetto a V. Ex.^a um extenso fragmento do primeiro canto para que tenha por onde escolher alguma cousa menos ruim. Far-me-hia especial mercê em communicar-me uma prova disso que escolhesse, dado que alguma cousa haja ahi que, admittida no Almanach, lhe não venha a servir de bitafe. Carregar-me-hão de sobra os proprios peccados para não desejar sobrecarregar-me com os dos compositores e revisores.

(*Ibidem*).

Sobre esta tradução pode-se ler na obra de Inocencio da Silva a seguinte notícia sobre a publicação do artigo e tradução que Alexandre Herculano fez da obra de Ariosto:

Março, 23. — N.º 99. — *Ariosto*.

Biografia pessoal, política e literaria do poeta, entretecida com a rápida noticia dos acontecimentos políticos em que ele teve parte. Antecedentes do poema que o imortalizou. (...). Exame critico-literario do «primeiro entre todos os romances e poemas de cavallariãs».

(Silva, 1914: 558).

Mas é nas notícias que escreveu à publicação de obras traduzidas por autores portugueses, seja em território nacional ou não, que Alexandre Herculano demonstra claramente o que considera ser a melhor forma de se traduzir.

Partindo da premissa de que a língua mãe é a que se deve ter em consideração, Alexandre Herculano castiga de forma veemente toda e qualquer tradução que apareça a público e que não tenha em atenção o bom uso das regras gramaticais portuguesas ou escrita em bom português.

É possível constatar pela análise da publicação da tradução no *Jornal de Sociedade dos Amigos das Letras*, n.º 1, Abril, 1836, pp. 27-28, do “poema traduzido do francês e composto por M.^{lle} Delphine Gay.” (Herculano, 1986: 192), que a tradução, de acordo com Alexandre Herculano e como o próprio tradutor afirma a “versão, assevera o tradutor que não foi bastantemente castigada.” (Idem: 193).

A este facto Herculano não deixa e de rematar ao comentar que “Cremos com efeito que o Sr. Castilho a podia aprimorar mais; mas oxalá todas as versões que temos de estranhas linguagens para a nossa, fossem com tanta curiosidade feitas, contando mesmo algumas de honrosa nomeada.” (*Ibidem*).

Alexandre Herculano considerava que era sempre preferível haver versão das obras estrangeiras em língua portuguesa do que versões vindas de França ou inexistência e traduções e esta falta de primor no verter, é desculpável a António Feliciano de Castilho.

Igualmente inserida na obra *Opúsculos*, está a notícia publicada no *Diário do Governo*, n.º 91, 18/04/1838, pp. 384 da tradução de “*Ivanhoe* — Novela de Walter Scott, Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa, 4 vol.” tecendo um rasgado elogio ao Sr. Ramalho por esta tradução considerando-a como sendo “a melhor tradução de novela que há muito temos visto.” (Herculano, 1986: 194).

Congratula o tradutor devido à obra escolhida dado que a história de época e de um autor quase desconhecido na altura em Portugal, “Difícilimo era o empenho; porque sendo *Ivanhoe* uma pintura da vida da Idade Média, árdua empresa fora para o homem

pouco lido nos nossos livros,” (Idem), bem como toda a panóplia de que caracterizam esta época “o verter com propriedade as frases de cavalaria, os nomes de armas, vestuários, adornos, adereços daqueles tempos divertíssimos dos nossos.” (*Ibidem*).

Uma obra cheia de termos bem vertidos, segundo Herculano pelo Sr. Ramalho, “Com raro engenho e exacção verteu o Sr. Ramalho tudo isto em português limpo e corrente. Ficou, além disso, o todo da obra com a viveza de estilo, rapidez, e concisão do original, de modo que deste se pode fazer cabal ideia pela versão portuguesa.” (*Ibidem*).

Alexandre Herculano, nas duas últimas frases desta recensão, defende, acima de tudo, a pureza da língua portuguesa:

O traduzir coisas boas em bom português vale muito: o compor bagatelas em português afrancesado e bastardo nada vale. Oxalá que o exemplo do Sr. Ramalho sirva de espelho ao vulgo dos tradutores, e autores que de parceria com certos jornais, parece andam apostados a dar cabo da última herança que nos resta do velho Portugal — a nossa formosíssima língua.

(*Ibidem*).

Um mês mais tarde, chega a Portugal a tradução portuguesa, publicada em Paris, da novela *Ivanhoe* de Walter Scott. Esta nova versão é alvo de uma recensão comparativa escrita por Alexandre Herculano sob o título *Ivanhoe* Traduzido em Vulgar.” *O Panorama*, vol. II, n.º 52, 28/04/1838, pp. 134.

Nela, Alexandre Herculano, a par do que já tinha acontecido no mês anterior, enaltece a tradução publicada em Lisboa ao defende que apesar de ter sido feita uma tradução apoiada no original e em versões estrangeiras, apresenta-se com uma “linguagem (...) limpa e corrente, e o texto fielmente dado.” (Herculano, 1986: 195). Elogiando que este é um “romance bem traduzido, coisa raríssima na nossa terra,” (Idem).

Em relação à versão vinda de Paris, Alexandre Herculano tece as mais dras críticas sobre a tradução considerando-a como “barbaríssima em linguagem, é uma destas obras de *fancaria*, com que se costumam atulhar as lojas dos livreiros.” (*Ibidem*: 194-5).

Este facto contraria o que Herculano supunha, uma vez que estando no estrangeiro tinha acesso às “mais apuradas versões francesas, enfim, feita no coração da

república das letras, devia sair muito mais aprimorada do que a tradução de Lisboa.” (*Ibidem*: 194). O tradutor de Paris indo contra o esperado, apresenta uma tradução que parece ter sido assente na versão francesa de menos valor “O tradutor parece ter-se servido da versão francesa de Defauconpret” (*Ibidem*: 195), em vez de ter como base o original e a tradução francesa, “sem consultar a mais trabalhada de Montemont, nem o original, ou se consultou este, mil vezes o não entendeu.” (*Ibidem*).

Herculano crítica, desta forma, uma tradução, que em seu parecer, o tradutor “Cortou passagens inteiras sem necessidade, torceu outras, e converteu o curioso e poético romance de *Ivanhoe*, num tedioso conto. Os versos das epígrafes dos capítulos, e os que vêm no corpo do livro, quando os não suprimiu, reduziram a versos portugueses quase sempre errados” (*Ibidem*). Aconselha o tradutor residente em Paris que ou se aprimora ou deixe de exercer “e pedimos ao de Paris que, ou aprimore mais o seu trabalho, ou deixe repousar o autor do *Waverley* na paz do seu honrado sepulcro.” (*Ibidem*).

Prosseguindo com as traduções do autor escocês Walter Scott em Portugal, Alexandre Herculano publica n’*O Panorama*, vol. III, n.º 103, 20/04/1839, pp. 128, uma nova recensão crítica as analisar as traduções efectuadas da novela *Quintino Durward* por Ramalho e Silva e pelo Dr. C. L. Moura.

Apesar de considerar que o tradutor Dr. C. L. Moura apresentava melhorias na sua forma de traduzir, continua a preferir a tradução feita pelo Sr. Ramalho e Silva. Pois uma vez mais, a tradução do Sr. Ramalho apresenta-se como o modelo a seguir, dado que conseguiu ultrapassar as dificuldades que a tradução de uma novela acarretam “Essa dificuldade venceu-a o Sr. Ramalho excelentemente, dando-nos na sua tradução, com toda a energia, natureza, e verdade, as galas nativas com que o escritor escocês adornou o seu Quintino.” (Herculano, 1986: 196).

Esta preferência de Herculano prende-se com o facto de serem nas boas traduções de novelas, por de serem o género de que mais traduções há, que se pode de educar o gosto pelo bom uso da língua mãe:

São as novelas, os livros que por maior número de mãos correm, e, quando instrutivas e vertidas em boa linguagem, podem, por isso mesmo, fazer grande benefício, não só instruindo e deleitando, mas habituando o vulgo dos leitores a pouco e pouco se aborrecem dos desconcertos, barbarismos, e neologismos

escusados, de que anda inçada essa linguagem de novelas e conversações, a que chamam, cremos que por escárnio, língua portuguesa.

(Idem: 195).

O tradutor Dr. C. L. Moura continua a insistir em usar a tradução francesa do tradutor Defauconpret, que se apresenta com cortes e contradições perante a obra original:

Serviu-se, segundo nos parece, da versão francesa de Defauconpret, que por certo não é a mais fiel. Foi por isso, talvez, que a sua tradução tem o gravíssimo defeito de estar incompleta, faltando-lhe a *conclusão* da obra, que o autor escreveu muito depois de ter publicado o seu livro, e que se acha nas edições inglesas mais modernas, bem como na versão francesa de Montemont, que, a não traduzir do original, o Sr. Moura devia ter antes seguido. Lugares houve também que, ou por estarem mal dados por Defauconpret, ou por mal os entender o Sr. Moura, desdizem essencialmente do original. Outros, difíceis de verter, julgou conveniente suprimi-los; e este, em nosso entender, é um dos grandes defeitos do livro.

(*Ibidem*: 196).

Sobre esta recensão, em Inocencio da Silva é escrito que Herculano confrontou as duas traduções, apontou os defeitos e enaltece as perfeições ao afirmar que Herculano:

Confronta as duas traduções, e tendo notado as imperfeições, os erros e os passos menos bem compreendidos do original, da versão Lopes de Moura, acaba por dar a preferencia á de Ramalho, que traduziu o romance de Walter Scott do original, e não da tradução francesa de Defauconpré, como fez aquele outro tradutor.

(Silva, 1914: 559).

Um artigo, que não aparece nem nos *Opúsculos*, nem em Inocencio da Silva ou nos livros consultados, é publicado em 1840, a 29 de Fevereiro por Alexandre Herculano n' *O Panorama*, assinado por si, intitulado "*Eliézer. — Poema de Florian vertido em portuguez. Braga 1839 — 1 fol. 8.º*".

Herculano noticia a publicação de uma tradução que, a ser ver, considera como excelente devido o cuidado que o tradutor teve em apresentar uma versão aprimorada, quer a nível gramatical quer a nível lexical da língua portuguesa:

Eis-aqui uma tradução daquellas que dão tanta honra ao traductor, quanta o original dá ao auctor. Todos conhecem o mimo e a graça de quanto escreveu Florian: mas nem todos sabem que uma das suas mais formosas composições se acha trasladada em nossa lingua, sem que perdesse uma unica das suas galas nativas.

(ROP: 1849, 72).

Herculano, considera como excelente devido o cuidado que o tradutor teve em apresentar uma versão aprimorada, quer a nível gramatical quer a nível lexical da língua portuguesa, “Por tal arte se houve o traductor, tão aprimoradamente trabalhou, concertou e puliu a sua versão, (...) pelo torneado das phrases ser nesta obrinha essencialmente portuguez, e os vocabulos castiços, sem que entre elles appareçam descuidos em que muitas vezes caem ainda os bons traductores.” (Idem).

Quatro anos volvidos, e sobre a noval de Walter Scott *Anna de Geierstein, ou a Donzela do Nevoeiro*, reitera a sua preferência pelo tradutor Sr. A. J. Ramalho e Sousa tecendo-lhe um elogio considerando-o como o melhor tradutor das obras deste autor escocês para português:

Será preciso cotejar o texto com o traslado, para avaliar a exacção, o esmero do tradutor, e então se conhecerá também que não houve descuido no adaptar a locução convenientemente às coisas, e que o estilo é puro sempre e em geral aprimorado. Em suma, nesta última novela principalmente, a originalidade do escritor inglês nada perdeu ao tomar carta de naturalização em Portugal, graças ao trabalho assíduo e à consciência literária do Sr. Ramalho.

(Herculano, 1986: 198).

Considera que em Portugal, Walter Scott deve ser lido ou na sua língua original, o nas traduções existentes em português:

Quem não sabia o inglês lançou-se avidamente às primeiras traduções francesas, que apareceram. — Mas, assim como os espelhos baços reflectem mal as

imagens dos objectos, as cópias desleais e imperfeitas atenuam, desfiguram os portentos dos autores como dos artistas: e daí procederia a falsa apreciação daquelas obras.

(Idem).

Sobre este assunto, Inocencio da Silva afirma que com tão excelentes traduções a circularem em Portugal de várias obras de Scott, parecia impossível que houvesse em território nacional leitores que ainda afirmasse “após taes, tão esmeradas e conscienciosas versões, quaes as tem dado a lume este notavel cultor da pureza do idioma nacional, e competente sabedor do idioma inglês, haja ainda entre nós quem confesse não conhecer as obras de Sir Walter Scot” (Silva, 1914: 682).

Tendo em consideração o que foi referido no capítulo anterior sobre o que Alexandre Herculano defendia sobre a língua-mãe e a luta contra os estrangeirismos, conjuntamente com os elogios que traçou ao tradutor Ramalho e Silva (como um dos melhores tradutores pela sua forma de se expressar no idioma mãe), é possível compreender porque é que Alexandre Herculano sempre lutou contra a influência de línguas estrangeiras, principalmente a francesa, na língua portuguesa.

O seu artigo mais emblemático sobre a sua posição contra a invasão da língua francesa na língua portuguesa foi editado em 1837 com o título de “Galicismos” n’*O Panorama*, a 17 de Junho. Nele defende que a língua portuguesa é muito mais rica e vasta do que a francesa, “Acresce, que sendo a nossa língua abundantíssima, e escassa a francês a muitos respeitos,” (Herculano, 1986: 133) com diferenças gramaticais bastante visíveis no processo da tradução:

Desta leitura das obras francesas ainda outro grave dano e segue: e vem a ser que, até tratando de matérias curiosas, os livros portugueses enfastiam. Quem está habituado a certas ideias, e a certa ordem e disposição delas, não gosta do que vai fora daquele trilho que costumou seguir. O que muito tem manuseado os livros franceses, não só gosta de ler os portugueses, mas nem os ingleses, nem os alemães; nem os italianos, nem os de outra qualquer língua; porque cada nação, pensando a seu jeito, tem por consequências as suas ideias particulares, e o seu modo de as exprimir, e o espírito habituado ao que é especial desta ou daquela, não se afaz levemente ao que o é de qualquer outra.

(Idem: 134).

Neste artigo apresenta três soluções para combater esta invasão. Considera que se deve fazer uma *crestomatia* da língua portuguesa, publicar de livros de autores nacionais a um preço acessível à maioria da população e publicar obras cuja tradução seja bem feita. Em que as versões sejam “bem castigadas”, com o bom uso das regras gramaticais, com palavras portuguesas puras e sem a aplicação de neologismos ou estrangeirismos:

E tratando primeiro do modo de tornar mais acessíveis as fontes da língua clássica, parece-nos, que se devia começar por fazer uma *crestomatia* dos nossos autores, tanto de prosa como de verso, em segundo lugar reimprimi-los por preço tão módico, que a qualquer pessoa de medianos teres fosse possível comprá-los; em terceiro lugar, enfim, traduzirem os homens eruditos as boas obras estrangeiras, que mais lidas são em Portugal nos seus originais, e que em versões bem castigadas dariam útil e agradável leitura aos nossos compatriotas.

(*Ibidem*).

Igualmente nos *Opúsculos*, se encontra o artigo “Reflexões Etnográficas, Filológicas e Históricas. A Propósito de uma Publicação Recente sobre a Origem Céltica da Língua Portuguesa.” de 1844, onde Herculano alude à influência da língua francesa na língua mãe. Desta vez não se refere à aquisição de novas palavras mas pela completa maculação da gramática portuguesa pela francesa.

Intromissão essa, que advém e provém das mãos de quem mais deveria preservar a língua mãe, dado que é através da publicação de obras traduzidas, mal, no conceito de Herculano, que se dá esta invasão:

E todavia como actua a língua francesa em a nossa? — Unicamente pela imprensa, pelos livros; mas cada livro é como um indivíduo daquela nação que vem falar no meio de nós; indivíduo por via de regra mais civilizado, mais rico de ideias, ou pelo menos de ideias mais bem ordenadas, que os que o escutam. Reflectidas em nossa alma essas ideias, a que muitas vezes não é fácil achar a fórmula nacional que as representa como as concebemos, até porque haverá casos em que tal forma não exista, exprimimo-las involuntariamente com a frase peregrina.

(Herculano, 1986: 148).

Herculano defende que se estas traduções e termos não forem corrigidos nem emendados ao fim de algum tempo, após de tanto serem lidos e repetidos, principalmente pelos que menos sabem, acabam por fazer parte da linguagem portuguesa:

Então aquelas ideias, partindo de sujeitos superiores em civilização e cultura de espírito, vasadas no molde estrangeiro, derramam-se entre o povo, e passados poucos anos vamos encontrá-las trajando já o burel popular no mercado, na taberna, e até nos lugares que mais resistem às inovações de todo o género, nas povoações rurais.

(*Ibidem*).

Doze anos mais tarde, em duas cartas remetidas a pessoas distintas, volta a referir-se ao estado em que a língua mãe chegou com a interferência que a língua francesa efectuou na língua portuguesa.

Desta forma, pode-se constatar na “Carta a Bulhão Pato Sobre o Poema *Paqueta*, Datada de 20 de Maio de 1856”. *Revista Peninsular*, vol. II, n.º 1, 1856, pp. 8-12, que Herculano considera este poema como uma forma de chamar a atenção contra a invasão galicista:

A *Paqueta* é um protesto contra a poesia francesa que nos invadiu, e que, privada das harmonias métricas, até nos lança na caricatura doutra caricatura, na imitação bastarda do seu monótono ritmo, saguão literário, para onde mais duma vez, nesta época de corrupção em tudo, ainda os melhores poetas atiram composições belíssimas no sentir e no pensamento; saguão que é o paraíso dos poetastros, e as delícias das nossas eruditas *blue-stockings*.

(Herculano, 19986: 207).

Na obra de Inocencio é possível encontrar várias referências sobre as datas da publicação da referida *Carta*:

Carta em resposta a outra do autor, agradecendo-lhe a oferta do poema. É datada de «Ajuda 20 de março de 1856». (...).

(...).

Esta *Carta*, precedida da que o autor do poema escrevera a Herculano, oferecendo-lhe o primeiro canto, datado de 5 de maio de 1856, apareceu em o n.º 1 do volume II da *Revista Peninsular*, do ano sobredito, datada de 20 d'aquela mês e ano. A seguir a ela, imprimiu-se o predito primeiro canto de *Paqueta*.

Na 1.ª edição que o autor levou a efeito da primeira parte do seu poema, em 1866, foram reimpressas ambas as cartas como introdução. No *Diario Illustrado* de 12 de fevereiro de 1894, vindo a lume a segunda parte, se publicaram também alguns trechos da *Carta* de Herculano.

(Silva, 1914: 678).

Alexandre Herculano na “Carta a Soares de Passos Sobre as *Poesias*”, defende que é excessivo o uso da língua francesa na portuguesa, “(...) não vejo na escola que predomina senão um gongorismo francês, correspondendo, no século XIX, ao gongorismo italiano do século XVII.” (Herculano, 1986: 211).

Este facto é de novo referido numa carta inserida na sua obra *Cartas de A. Herculano*, Tomo I, dirigida a B. Barros de Gomes (Herculano: s./d.), escrita em Vale de Lobos em Julho de 1876, onde Alexandre Herculano defende que o facto de haver uma influência negativa nas letras portuguesas por influência das outras culturas, não se deve ao facto de as obras que chegam a Portugal serem de má qualidade, mas por serem traduzidas de uma forma que prejudica a língua mãe:

Ha dous periodos na sua carta que me affligem, não por mim, mas por si. É aquelle em que diz que venha tudo de França, maus livros, más modas, sciencias de fancaria ; mas que não venham irmans de caridade. Pois a França não terá senão maus livros e sciencias de fancaria? (...). De França vem bons livros e maus livros; sciencias sólidas e de fancaria; é o mesmo que vem d'Inglaterra ou d'Allemanha, d'Italia ou dos Estados Unidos. Em toda a parte ha escriptores peralvilhos e escriptores de sciencia e consciência. De França é que, de certo, nos vem mais livros maus, pela simples razão de que é de lá que nos vem mais livros.

(*Ibidem*: 14-5).

Alexandre Herculano defende no seu artigo “Poesia Imitação – Belo -Unidade”, 1835, publicada mais tarde nos *Opúsculos*, que se deve ter em atenção os escritos dos

autores clássicos antigos bem como os mais modernos ou mesmo contemporâneos, uma vez que em todos eles se pode fundamentar a evolução das línguas, das gramáticas das línguas mães e quais as expressões e palavras verdadeiramente puras de uma língua:

Nós devemos em grande parte aos antigos o que sabemos: seria uma ingratidão negá-lo. Eles criaram as letras e as levaram a um ponto de esplendor admirável; mas por as criar e aperfeiçoar não se deve concluir que acertaram em tudo ou tudo sabiam. Nós não dizemos com Mr. de Chateaubriand que em literatura só devemos estudar os antigos: Camões, Tasso, Klopstock não nasceram na Grécia ou em Roma, e entretanto achamos tanto que estudar nos escritos deles como nos de Homero e Virgílio.

(Herculano, 19886: 31).

É neste sentido que o estudo que Alexandre Herculano efectuou sobre a evolução da língua portuguesa desde a origem até ao seu tempo, conduziu-o a investigar, ler e consequentemente escrever artigos sobre o mesmo. É neste sentido, que desde muito jovem inicia a sua aprendizagem de línguas estrangeiras ao ponto de posteriormente ter traduzido de línguas como do inglês, do francês, do alemão, do italiano e do latim, além de ter estudado o grego e o espanhol.

Desta forma, iniciando com as designadas línguas clássicas, sabe-se que Alexandre Herculano aprendeu latim, quando estudou “«(...) com os padres congregados de S. Philippe Neri, no convento das Necessidades»” (apud: Nemésio, 1934¹: 114), que o possibilitou a verter textos nesta língua com mestria “Documentam a sua perícia em latim as traduções dos curandeiros capitulares do *Eurico* e a do cântico de Ramos, *Gloria, laus et honor*, feita quási de improviso na Torre do Tombo em 6-XII-1847 a pedido de Canais de Figueiredo” (Idem: 134). O grego estudou-o através do “*Lexicon Graec.* de Damn ; e se não era capaz de entender correctamente um texto, dominava ao menos elementarmente, a flexão e discutia acepções.” (*Ibidem*: 137), que o iria possibilitar não só fazer uso de vocábulos “Mas o mais largo mostruário do seu reduzido helenismo — das suas «greguices», como êle diz — é esta sabatina a que o levou a revisão das provas do compêndio *Estudos de Philosophia Racional* do seu amigo e advogado Joaquim Maria da Silva” (*Ibidem*: 138), como leituras comentadas:

Quanto a leituras, podemos ceifar alguns passos indicativos de algumas: referências acidentais ao «fabulador da Phrigia, a Sócrates, a Píndaro, a Aristóteles; ao *Theagenes e Chariclea* do bispo Heliodoro d'Emesa», «romance obscuro escripto na decadencia do império romano e da antiga literatura»; a Plutarco, que conta que «o capitão atheniense, Alcibiades, foi censurado» «por ter a bordo uma cama dependurada de cordas ; isto é uma maca!...»; e a Profírio e «Diodoro de Sicilia», cujas palavras «acerca das maneiras de embalsamar» transcreve.

(*Ibidem*: 139).

Igualmente na obra de Vitorino Nemésio se pode encontrar a informação de que foram os padres de S. Filipe de Neri “«que lhe ensinaram depois, o francez, inglez e allemão»” (apud. Nemésio, 1934¹: 114), as designadas línguas vernáculas.

Outra língua vernácula que aprender foi o italiano, onde se “um aprendiz da língua, que, iniciado nela e na literatura respectiva, se apressa a mostrar que as conhece e maneja com uma certa desenvoltura.” (Idem: 236).

Nesta língua, Alexandre Herculano demonstrou a sua versatilidade ao compor uma *Ode* neste idioma, escrita num italiano correcto e com bom uso das regras gramaticais.

Tal como com a língua grega, usa o italiano para escrever termos e expressões para poder descrever o que deseja demonstrar nas suas obras. Assim, pode-se encontrar passagens em suas obras com termos como:

(...) coisas e homens italianos Herculano emprega vocábulos ou frases dessa língua: *guardie-nobili; dei Priori, primario concelliere; Santa Croce; bolgia; fiero pasto*, e talvez outros. Mas, ainda fora disso, aflora-lhe um ou outro termo ou expressão que denunciam intimidade com a linguagem do *bel canto*: *salvo migliore judicio; imbroglio; dilettante; benedetta canaglia*.

(*Ibidem*).

Esta desenvoltura de usar a língua italiana permitiu-lhe entre 1871 e 1872 traduzir a obra de Ariosto, e segundo o próprio Bulhão Pato, na sua obra *Memorias*, descreve como Alexandre Herculano verteu esta obra:

«(...) , á sombra das frondosas e formosissimas faias, banhadas pela ribeira rumorosa e fervente, Herculano abriu o Ariosto, e principiou a traduzil-o no nosso decassyllabo branco, o verso mais sonoro e mais bello de portuguezes, hespanhoes e italianos. De tal modo sabia a lingua de Petrarca, que não tinha á mão dictionario! Algumas estancias, cotejadas com o original, vejo agora como saíram perfeitas».

(apud: *Ibidem*: 260).

Alexandre Herculano, fazendo alusão aos textos que possuía sem nunca terem sido editados, informa por carta enviada à Sr.^a D. Guiomar Torrezão a 4 de Junho de 1871 que lhe enviará para publicação no almanaque que a referida editava, artigos antigos que tinha guardado.

Para este almanaque contribuiu com a tradução o poema italiano *Orlando furioso*, pode-se, então, ler que “a solução que achei foi recorrer a alguns dos meus papeis velhos, condemnados, porventura, a nunca verem a luz publica, pequena desgraça para a patria, mas ainda, se é possível, mais pequena para mim.” (Júnior, 1910: 28).

Apesar de não haver um consenso no quando, no aonde e no como é que Alexandre Herculano aprendeu o alemão nas obras consultadas sobre a vida e obra de Herculano, pode-se afirmar que Alexandre Herculano sabia o suficiente deste idioma para não só traduzir como para escrever sobre a complexidade gramatical o mesmo:

(...) a lingua allemã : é um idioma perfeitamente accentuado ; os vocabulos escriptos correspondem rigorosamente aos falados : não ha ahi luxo inutil de letras : todas representam um som ou uma articulação. Os caracteres alphabeticos nunca serviram para enganar o estrangeiro. Não achais nisto uma expressão do animo leal, franco e singelo d’aquelle povo? A *Deutsche Treue*, a *fé germanica*, não se reflecte, como em um espelho, na lingua dêste país?».

(apud: *Ibidem*: 303).

Vitorino Nemésio defende que o domínio de Alexandre Herculano sobre a língua alemã não era o suficiente para que pudesse escrever nesse idioma, contudo nada indicava que não possuísse suficientes conhecimentos linguísticos que o impedissem de o verter.

Pois, “Há uma grande distância entre o entendimento de um texto e o pensar na língua do texto ; entre o deletrear compreensivo e o apêlo feito ao centro cortical que comanda e coordena a escrita” (Nemésio, 1934¹: 304) mas nada o impedia de conhecer a língua alemã, de a entender e de saber cōmo vertê-la. Alude, igualmente, ao facto de que foi encontrado entre os escritos de Alexandre Herculano estudos efectuados por Herculano sobre a língua alemã:

(...) apenas alguns vocábulos avulsos, que, quando não são gralhados à conta do revisor ou do tipógrafo, o mais que documentam é uma certa ciência de léxico : «Schoeffler, que em allemão significa pastor» ; «*Urtheil* em allemão, julgamento», dado como étimo de *ordália* ; «a palavra alemã *spiel*», *comédia*; «*heereskoenige*» ; gralhado em «*heereskoeninge*» ; «*auswärtiges Mitglied*», gralhado em «*auswarthig Mitglied*».

(apud, Idem: 303).

Ainda sobre uma possível datação do início de aprendizagem do alemão, Liberato Bittencourt na sua obra *Psychologia de Alexandre Herculano* advoga que Alexandre Herculano era um adolescente deveras culto, pois já aos dezoito anos lia e traduzia do alemão textos que depois apresentava nos saraus:

Antes do dezoito annos elle já tinha uma notável cultura literaria; já traduzia do allemão produções varias de Schiller, que lia ás noites, em tempos anteriores a 1828, em sociedade de amigos e homens de letras, entre os quaes presente era o valoroso Antonio Feliciano de Castilho.

(Bittencourt, s./d.: 69).

Analisando a obra de Bittencourt pode-se constatar, e confirmar com o que foi supra escrito, que Herculano possuía um vasto conhecimento de várias línguas europeias “Estudou particularmente o latim e o grego, o francez e o inglez, o portuguez e o allemão, o hespanhol e o italiano” (Idem: 30) de forma que em relação “ao francez, ao latim, ao hespanhol e ao italiano, elle os cultivava como o portuguez, com igual carinho e com igual vantagem. Escrevia em francez como si em vernaculo, com igual belleza de forma e correcção.” (*Ibidem*: 127).

Este seu conhecimento de várias línguas condu-lo a poder emitir considerações sobre traduções de obras estrangeiras em línguas que não a portuguesa. Assim no seu artigo sobre “Homero”, *O Panorama.*, vol. I, n.º 5, 3/6/1837, pp.37-8 apresenta e aconselha o público leitor que saiba italiano ou francês a aceder às traduções nestas línguas de modo a poderem ler a obra de Homero que estava escassamente traduzida em português:

Na falta de uma tradução portuguesa da *Iliada*, de que não temos senão o primeiro livro pessimamente vertido, aconselhamos aos que entenderem o italiano a leitura da versão de Monti, o primeiro tradutor que, em uma língua do meio-dia da Europa, soube mostrar-nos o que era Homero. Das traduções francesas, que conhecemos, a melhor é a Bitaubé.

(Herculano, 1986: 162).

Sobre um assunto deveras melindroso, num dos seus artigos políticos Alexandre Herculano fez referência à censura especialmente à exercida sobre a área teatral, (como na literatura e no jornalismo), intitulado “Teatro — Moral — Censura”⁵³, datado de 1842. Neste artigo culpa o poder político pela falta de liberdade de expressão sentida na sua época. Segundo Herculano, “vem de uma parvoíce legal: vem da *censura prévia*. // O remédio só lho pode dar um parlamento que queira pensar cinco minutos nesta matéria” (Herculano, 1986: 84).

Uma falta de liberdade que era exercida pela censura às obras produzidas em língua portuguesa e extensiva às obras traduzidas, e como deveriam ser traduzidas, defendendo que enquanto, em território nacional não se alterassem as regras, “Fazei uma lei para o teatro em harmonia com a lei política da nação, com os princípios eternos da liberdade intelectual, e salvareis a moral e a decência pública, que a vossa ridícula censura deixa todos os dias impunemente afrontar.” (Idem: 86), e continuar-se-ia a assistir a produções cénicas de má qualidade. Uma pressão praticada pela censura portuguesa que Herculano considerava desnecessária, uma vez que as mesmas obras a serem traduzidas já tinham passado pela mesa censória do país de origem:

Donde nos vieram as *Torres de Nesle*, as *Proezas de Richelieu*, de todas as mais prostituições literárias da nossa pocilga dramática, chamada teatro normal?

⁵³ Publicado na “*Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, t. I, n.º 34, de 26 de Maio de 1842, pp. 406-409.” (apud: Herculano, 1986: 81).

Vieram-nos dos repertórios dos teatros de Paris: atravessaram pela censura de Mr. Taylor ou dos seus delegados, como em Portugal passaram sãs e escoreitas pela censura do Conservatório.

(*Ibidem*).

Herculano considera que esta censura condicionava não só os “empresários, autores, e tradutores dramáticos da responsabilidade moral e legal dos seus envenenamentos literários” (*Ibidem*) mas também a produção escrita fosse ela publicada em forma de livro ou jornal, mesmo “porque o exemplar da publicação cénica deixa de existir apenas cai o pano; mas do livro ou do jornal impressos, embora sequestreis os volumes ou os números não vendidos, os exemplares derramados do primeiro golpe lá ficam no domínio público; (...)” (*Ibidem*: 85).

Sobre o mesmo tema, a censura no teatro, a autora Ana Isabel Vasconcelos no seu livro sobre o teatro no século XIX, aborda este tema e informa que a base documental usada foram “os textos redigidos pelos membros do Conservatório e pelas polémicas trazidas a lume em várias publicações periódicas.” (Vasconcelos, 2003: 230). De acordo com a autora, este órgão fiscalizava tanto as obras traduzidas como as obras originais de autores portugueses durante o século XIX em Portugal:

O primeiro volume do *Registo da Censura Dramática*, que abrange um período de 3 anos com início a 3 de Abril de 1837, inclui informações relativas à autoria da tradução ou do original, o título do texto, a data em que foi admitido ao Conservatório bem como as respectivas decisões.

(*Idem*).

Os critérios usados para exercer a censura prendiam-se com factores como actos ou palavras que ofendessem a Religião, a Política e a moral pública, a forma de escrever e usar o idioma materno e a má qualidade das traduções:

[...] o exame das peças que daqui em diante forem distribuídas para censura a qualquer dos membros do Júri Dramático não deve ter por fim o conhecer unicamente se nelas há coisas que ofendam a Religião, as Instituições Políticas ou a moral pública, mas também se estão ou não escritas em português corrente e limpo, para o que são convidados a marcar nas ditas peças os lugares que lhes parecem merecer correcções, por conterem erros palmares de linguagem, a fim

de serem emendadas pelos autores, ou declararem estes com que fundamento usaram da palavra ou prosa convertidas, e a Inspeção-Geral decidirá o que parecer de razão [...] (Apud Cruz, 1991: 179).

(apud, *Ibidem*: 232).

A singular relevância deste Conservatório, onde se praticava a censura, deve-se ao facto de que tanto Almeida Garrett quanto Alexandre Herculano fazerem parte deste órgão, não só como censores como igualmente autores e tradutores que submetiam as suas obras. No caso de Alexandre Herculano censor, Ana Isabel Vasconcelos apresenta um caso em que Alexandre Herculano emite um parecer desfavorável sobre uma tradução devido à sua má qualidade de versão por parte do tradutor:

A primeira decisão que encontramos em que o censor objectivamente recusa a licença para representação de um texto dramático pertence ao Parecer emitido por Alexandre Herculano, datado de 4 de Dezembro de 1839, relativo à comédia *O Pau de Cabeleira*, no qual se expõe a razão do imerecimento de um tal texto subir à cena pública: a péssima tradução que exhibe e que não pode, de forma alguma, contar com a indulgência do censor (cf. *Registo*, L. 1.º: 76).

(*Ibidem*: 233).

A mesma autora informa que, durante o ano de 1837, todas as obras que o Conservatório analisou eram traduções, tendo sido todas autorizadas e aprovadas:

Durante o primeiro ano, todos os registos dizem respeito a textos estrangeiros, apresentados em tradução, e que, regra geral, na mesma data em que eram apresentados obtinham licenciamento, dado pelo "Inspector Geral dos Teatros e Espectáculos Nacionais", José Augusto Correia Leal.

(Vasconcelos, 2003: 230-1).

Dado que nos dois primeiros anos todas as obras analisadas foram aprovadas, para a dúvida se seriam somente estas as obras analisadas ou se haveria obras censuradas que não chegaram a ser registadas. A censura era igualmente exercida sobre a "má qualidade das traduções" (Idem: 231) como, por exemplo, é o caso apresentado pela:

pronuncia [d]o censor Francisco de Borja Carvalho e Melo, que, a propósito da falta de qualidade da versão do drama *O Amor de Mãe*, chama a atenção dos Srs. Tradutores para o facto de "tais composições não pode[rem] nem deve[rem] fazer-se de improviso", o que pode mesmo levar a "equivocos grosseiros" (Registo, L.2.º: 6).

(*Ibidem*).

Contudo, havia censores que emitiam pareceres de censura sobre uma tradução sem conhecerem o original ou terem acesso ao mesmo:

(...) alguns censores confessam não conhecer o original das traduções que lhes são submetidas, não constituindo tal, por estranho que pareça, objecção à redacção do Parece:

Não conheço o original por isso não posso julgar da fidelidade da tradução, nem isso me importa quando vejo um drama escrito em boa linguagem, fácil, clara e portuguesa, sem mistura de estrangeirismos e o diálogo conciso e conveniente que repreende o vício e anima a virtude e os caracteres bem conservados, e quando nele não vejo monstruosidades que horrorizem. (Parecer de Manuel de Sousa Raivoso, relativo à comédia *O Diamante* in *Registo*, L.2.º: 24).

(*Ibidem*:233-4).

A partir de 1840, os censores adoptaram o sistema de pedir aos tradutores que refizessem o que tivesse de ser corrigido "Verificamos que, ao longo de 1840, muitas são as peças devolvidas aos tradutores para serem corrigidas, o que indica maior atenção, por parte dos censores, relativamente à linguagem empregue." (*Ibidem*: 234).

Uma clara demonstração de como o que era importante nesta altura era o bom uso da língua portuguesa, com a boa aplicação das suas regras gramaticais, de palavras de cariz e raiz portuguesa, sem recorrer ao uso de estrangeirismos ou neologismos, em todas as suas vertentes, independentemente da origem das obras apresentadas.

Com certeza, e como é natural, as traduções foram as mais castigadas neste processo, não só pela defesa da língua mãe mas também como uma forma de filtrar as ideias que os textos transmitissem.

4.3 – A Crítica da Tradução

Alexandre Herculano raramente referia o modo como traduzia os textos que teve em sua posse. A melhor, se não o único modo, de tentar dar um molde à sua reflexão de qual seria a melhor forma de verter, no seu ponto de vista, seja situar os poucos conceitos que fez das suas versões e algumas opiniões que deu sobre a publicação de uma ou outra tradução efectuada pelos seus contemporâneos e não só. Igualmente, serão analisados artigos de opinião sobre obras traduzidas que chegavam a Portugal, mas que não estão assinados, desconhecendo-se assim se algum será da autoria de Alexandre Herculano.

Batalhando sempre por um bom uso da língua mãe, com o seguimento das boas regras gramáticas, uma língua que deveria ser pura, limpa e imaculada de estrangeirismos e neologismos, especialmente dos galicismos tão em voga no seu tempo, Herculano publica um artigo no *Repositório Literário* dividido em quatro edições, intitulado «Poesia. Imitação-Bello-Unidade.».

O primeiro é editado a 15 de Janeiro, o segundo a 1 de Fevereiro, o terceiro a 15 de Fevereiro e o quarto a 15 de Março, este artigo revela-se o resultado de um estudo que Alexandre Herculano fez sobre a história da literatura europeia e das sucessivas influências que foram havendo ao longo dos séculos⁵⁴.

Logo no primeiro artigo defendia que os autores do seu tempo estavam em dívida para com os antigos. Contudo, ao contrário do autor francês Chateaubriand, Alexandre Herculano defendia que não são só aos autores antigos que devem ser alvo de estudo por parte dos autores/tradutores mais jovens. Herculano considerava que os autores de todas as épocas contribuíram para a evolução das línguas vernáculas. Assim, Herculano defendia que se devem estudá-los mas não se devem usar as suas palavras, tão-somente apreender as suas ideias e conceitos escritos de forma exímia.

⁵⁴ Para provar este seu ponto de vista faz a comparação e análise dos poemas *A Ilíada*, *A Eneida*, *O Orlando Furioso*, *Os Lusíadas* e *a Jerusalém Libertada*.

Como se pode verificar pela citação a seguir apresentada:

Nós devemos em grão-parte aos antigos o que sabemos — seria uma ingratidão negá-lo. Elles crearam as letras e as levaram a um ponto de esplendor admirável ; mas por as crear e aperfeiçoar não se deve concluir que acertaram em tudo ou tudo sabiam. Nós não dizemos com Mr. Chateaubriand que em litteratura só devemos estudar os antigos : — Camoens, Tasso, Klopstock não nascerão em Grecia ou em Roma e entretanto achamos tanto que estudar nos seus escriptos como nos de Homero e Virgilio.

(RRL¹, 1835: 55).

Desta forma, sabe-se que todas as traduções das obras efectuadas pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa do autor escocês Walter Scott eram excelentes, no ponto de vista de Alexandre Herculano, devido à forma como o tradutor as trasladava. Versões que Herculano apelidou de limpas, com bom uso gramatical do português, puras e sem galicismos.

O conhecimento que o tradutor demonstrava pelos romances de época escritas pelo autor, era motivo de apreço e elogio por parte de Herculano: “Com raro engenho e exacção verteu o Sr. Ramalho tudo isto em português limpo e corrente. Ficou, além disso, o todo da obra com a viveza de estilo, rapidez, e concisão do original, de modo que deste se pode fazer cabal ideia pela versão portuguesa.” (Herculano, 1986: 194).

Os elogios ao tradutor A. J. Ramalho e Sousa não se ficam por aqui, pois é dado como exemplo a seguir pelos outros que desejem seguir a árdua tarefa que é a tradução, “Oxalá o exemplo do Sr. Ramalho sirva de espelho ao vulgo dos tradutores, e autores que de parceria com certos jornais, parece andam apostados a dar cabo da última herança que nos resta do velho Portugal —a nossa formosíssima língua.” (Idem).

Deixa, desta forma, uma clara mensagem aos editores de que o mais importante é a pureza da língua mãe, mais do que dar à luz versões que de nada ajudam a ensinar quem as lê por estarem pejadas de uma linguagem bárbara e impura, em vez de obras que estejam em linguagem “limpa e corrente” (*Ibidem*).

N’O Panorama, n.º 5, Junho 3, 1837, é publicado um artigo sobre «HOMERO.», da autoria de Alexandre Herculano, mas não assinado, onde é escrita uma dissertação sobre a vida e obra de Homero e se informa que, até à data da publicação do artigo, não existem traduções em português das obras deste autor, excepto uma que faz da *Iliada* e que considera estar horrivelmente traduzida.

Segundo as próprias palavras de Alexandre Herculano: “Na falta de uma tradução portuguesa da Iliada, de que não temos senão o primeiro livro pessimamente vertido,” (ROP, 1837: 38), e que os leitores que soubessem italiano ou francês poderiam ter acesso as versões existentes nessas línguas.

Adverte igualmente que há traduções de Homero em língua estrangeira que estão melhores traduzidas do que outras. Por isso, aconselha a tradução efectuada pelo francês Bitaubé como sendo a melhor, chegando a superar as traduções dos tradutores italianos:

(...), aconselhamos aos que entenderem o Italiano a leitura da versão de Monti, o primeiro traductor que, em um lingua do meio-dia da Europa, soube mostrar-nos o que era Homero. Das traducções francezas, que conhecemos, a melhor é a de Bitaubé.

(...) Odysseia (...). Salvini e Pindemonti a traduziram em italiano. A traducção do primeiro, que tambem verteu a Iliada, é muito inferior á do segundo, e muitissimo á franceza de Bitaubé, de quem já havemos fallado.

(Idem).

Após estudo da versão de *Eliézer*. – *Poema de Florian vertido em portuguez*. Alexandre Herculano expressa que é uma das melhores traduções existentes em português devido à excelente forma em que foi vertida. Esta opinião deve-se ao facto de o tradutor não se ter deixado cair nas armadilhas que a maior parte dos tradutores portugueses esbarra ao pejarem as suas versões de galicismos ou neologismos.

Os seus comentários sobre tradução não se limitavam a tradutores conhecidos, abrangeram igualmente tradutores/autores de renome amplamente conhecido. Desta forma, há a crítica escrita na recensão à tradução *Confissão de Amélia* efectuada por António Feliciano de Castilho, o qual Herculano acusa de não ter prestado a devida atenção e cuidado que a obra merecia ao verte-la.

Um dos casos mas emblemáticos são as recensões comparativas das obras vertidas em português do autor Walter Scott. Nestas recensões Alexandre Herculano defende que existem várias obras deste autor vertidas num português correcto e que somente essas deveriam ser lidas por todos. Para ele, somente quem quisesse ler as obras na língua original tinha desculpa plausível para ler as obras numa língua que não o português.

Alexandre Herculano tece grandes críticas à presença no idioma português de galicismos, anglicismos, germanismos, latinismos, espanholismos, regra geral, estrangeirismos e neologismos. Contudo ele próprio, raramente, é certo, as ter usado nas suas obras, como é o caso de palavras gregas e italianas. Defendia que em caso de dúvidas se deveria consultar os escritores clássicos e ter em atenção as evoluções que as línguas vernáculas sofriem ao longo dos tempos e, só então, decidir que palavra ou expressão a ser usada.

Durante vários anos escreveram-se artigos, focando-se, neste caso, o jornal *O Panorama*⁵⁵, sobre várias personalidades literárias das quais se dão a informação das traduções existentes em português, quando as existe, e as que valem a pena serem lidas. Estes artigos informam, identicamente, que há originais que não foram traduzidas para português e destes aconselha-se as versões que devem ser lidas na língua estrangeira, se o leitor não dominar as línguas clássicas.

A maioria dos artigos não estão assinados tornando difícil saber se foi o próprio Alexandre Herculano a escrevê-las ou não. Assim, a 21 de Novembro de 1840, pp. 373-5, é escrito um artigo sobre a vida e obra do autor romano sob o título *BUSTO DE VIRGÍLIO*, onde se documenta que há um extenso número de versões deste autor romano clássico em várias línguas vernáculas contemporâneas:

Grandissimo é o numero das edições e traducções das obras de Publio Virgilio Marão, ou juntas ou separadas. A edição de Burmanno de 1749 é muito estimada ; igualemnte a de Barbou : sumptuosas são as do italiano Bodoni e do celebre editor Didot, em folio. Uma ampla bibliographia de Virgilio achar-se-ha na excellente noticia por Heyne , augmentada e correcta por Barbier, na reimpressão do Virgilio do mesmo Heyne por Lemaire. A melhor traducção franceza é do poeta Delille : o critico Mr. Gley a prefere ás de MM. Mollevaut e Gaston, e diz que é uma injustiça litteraria a preferencia dada á do ultimo para o ensino nos collegios, apesar de que não é destituida de merecimento.

(ROP, 1840: 375).

⁵⁵ Escolheu-se este jornal por ter sido dirigido durante vários anos por Alexandre Herculano e porque foi, mesmo quando saiu da direcção do jornal, um colaborador muito activo e participativo. Porque quase nunca assina os seus artigos, é impossível saber se algum destes fazia parte dos que estavam no baú dos documentos que não seriam posteriormente incluídos em obras. Destaca-se, desta forma, a título de exemplo do supra escrito, os artigos que foram incluídos nos *Opúsculos* ou usados em colaborações para os almanaques, revistas e jornais, que foram depois publicados por ou com a assinatura de Herculano.

O artigo adverte, igualmente, que em português pode-se encontrar as versões de várias obras efectuadas por vários tradutores nacionais. Na opinião do crítico há no mínimo duas versões excelentes, duas que apresentam defeitos e uma que é uma completa paráfrase do texto traduzido. Conclui que o público leitor português que não conheça as línguas clássicas não tem motivos para desconhecer um dos maiores autores da antiguidade Clássica, uma vez que há um vasto número de traduções nacionais e estrangeiras ao seu dispor:

Nós temos a da Eneida por Franco Barreto, fiel quanto se pode ser n'uma traducção d'um poeta latino, feita em verso e em oitava rima ; é obra ainda hoje de muito apreço entre os que sabem avaliar estas cousas. Leonel da Costa, o traductor de Terencio, deu uma versão das Bucolicas e Georgicas, tambem em versos que tem o defeito de serem muito prosaicos. Vimos uma traducção da Eneida em metro solto, n'um volume de 4.º, foi rapidamente e ha muito tempo , não nos lembra se era do mesmo Leonel. Dos modernos o Osório , auctor da Alfonsiada, imprimiu com as suas poesias uma traducção das Georgicas, que é uma paraphrase : e o Sr. Dr. Lima Leitão , conhecido por outros escriptos , publicou a sua versão das obras completas de Virgilio, tomando por systema a concisão e escrupulosa fidelidade no trasladar o texto para o idioma pátrio : sahiu á luz no Rio de Janeiro em tres volumes. Consta-nos que a Academia das Sciencias possui uma versão inédita das Georgicas pelo seu socio Mendo Trigoso. — Já se vê que os portuguezes , que não se familiarisaram com a lingua dos antigos romanos , não estão privados de conhecerem as obras do principe dos poetas latinos.

(Idem).

No mesmo ano, mas a 12 de Dezembro, pp. 396-8, sob o título «Godofredo fallando aos Capetães da Cruzada. *O Godofredo ou Jerusalem libertada. Poema do Tasso vert. em port. pelo Dr. André Rodrigues de Mattos. Cant. 1.º Est. 20 a 29*», novamente num artigo não assinado, é publicada uma parte do poema. No texto o crítico informa que o tradutor Dr. André de Mattos enfrentou grandes dificuldades na tradução deste épico poema, mas que mesmo assim, era preferível haver uma versão a que os leitores pudessem ter acesso a esta obra tão grandiosa do que ficarem sem a conhecer. Após as breves palavras sobre o tradutor é dado um resumo da história de Godofredo:

Copiámos estes versos da traducção portugueza da *Jerusalemme libertada*, mais para dar noticia da versão daquelle poema que para os appresentar como modelo de rythmo e de elegancia. Foi ella feita pelo Dr. Mattos, e impresa em 1682: a aspreza e dissonancia do metro, alem d'outros defeitos, póde attribuir-se ao mimio escrupulo do traductor, que traduziu oitava por oitava e verso por verso; não será preciso muito conhecimento dos trabalhos litterarios e das fórmas poeticas para se avaliar a difficuldade desta empreza. Em summa sem desculparmos inteiramente André de Mattos, quizemos mostrar que havia uma versão em rima portugueza do poema immortal do Tasso, homem célebre e desgraçado, cuja biographia escrevemos a pag. 71 do 1.º vol. Falta-nos agora fallar dos heroes da sua epopéa. (...).

(Idem: 397).

No ano de 1841, a 24 de Abril, é publicado um artigo intitulado «RETRATO DE M.^{ME} DE STAEL.» (pp. 133-4), traçando a trajectória de vida e de autora que tanto influenciou os autores da sua e sequente geração. A noticia apresenta uma breve lista de algumas das obras da autora e as que foram vertidas para portuguez. A recensão informa que sob a assinatura das iniciais 'Dona F. de P. P. da C.' foi vertido para a lingua portuguesa a obra que é considerada como uma das obras-primas desta autora e considera como sendo uma obra de excepcional interesse público (pelo jornal da *Sociedade dos Amigos das Lettras*, escrito por Castilho):

Temos trasladada ao portuguez uma das melhores obras de Stael "*Corinna ou a Italia*" por uma senhora, já fallecida, que modestamente firmou a traducção apenas com as iniciaes do seu nome — *Dona F. de P. P. da C.* — Os tres primeiros tomos sahiram em 1834, e o 4.º em 1835; (...).

(...).

(...); o Sr. Castilho, dando noticia desta publicação no 1.º quaderno do Jornal da *Sociedade dos Amigos das Lettras*, exprime-se da seguinte maneira. — "Este livro é verdadeiramente um monumento de gloria intellectual feminina: a heroína, a auctora, a traductora, constituem um grupo de graças não fabulosas para o entendimento" — Nós ousaremos accrescentar que é uma das obras mais convenientes para desarreigar o gosto da leitura de inspidas novellas; porque tendo os attractivos d'um romance encerra ao mesmo tempo curiosas noticias e solida instrucção.

(*Ibidem*: 134).

Analogamente, no Jornal *O Panorama*, a 12 (pp. 190-192) e a 19 (pp 197-9) de Junho desse mesmo ano de 1841, foi publicado um artigo, notavelmente dividido em dois números, sobre a vida, a obra e as traduções feitas do clássico romano «CICERO». É na segunda parte do artigo que consta a informação sobre as traduções efectuadas das obras de Cícero sob o título «CICERO CONCLUSÃO.». Nesta parte do artigo foram enumeradas as traduções internacionais e nacionais efectuadas sobre algumas das suas obras. A nível internacional destacam-se “Das cartas a Attico possue a lingua franceza uma excellent versão com optimo commentario pelo abbade Mongault.” (ROP, 1841: 199). Em relação às publicações efectuadas em Portugal, foram destacadas as seguintes, sendo o leitor prevenindo de que poucos ou nenhuma versão são dignas, mas que sempre é preferível havê-las em português do que não as haver de tudo:

(...); e a *Noticia succinta dos monumentos da lingua latina*, impressa em Coimbra em um vol. de 4.º, dá aos leitores portuguezes sufficiente instrucção até a data em que foi publicada.

Em a nossa lingua traduziu Duarte de Resende o dialogo sobre a amisade , os paradoxos, e o sonho de Scipião ; Damiao de Goes deu o dialogo sobre a velhice ; e modernamente ha a escolha das orações pelo P.º Antonio Joaquim , e os livros das obrigações civis por Ciéra. As duas primeiras versões são antiquadas ; a traducção do P.º é frouxa, e a de Ciéra, que tinha do portuguez muito pouco conhecimento, não é digna do original.

(Idem).

O ensaísta informa ainda que os próprios ingleses têm uma escassez de traduções de Cícero e que a obra existente sobre a sua vida escrita por Middleton não deverá ser tida a sério, dado que os dados nela contidos estão comprometidos com a identificação do autor sobre o escritor clássico:

Não admirará esta penuria, quando os auctores da moderna Encyclopædia britannica se queixam de não haver em inglez uma translação completa dos livros de Cicero, e affirmam que isso mesmo que tem não é de grande valia. Cumpre prevenir os leitores para que não creiam á carga cerrada uma vida de Cícero , escripta por Middleton , que anda pela mãos dos eruditos : o auctor fez

do orador o seu heroe; *jurou nas suas palavras*, e por consequencia adulterou a verdade dos factos.

(*Ibidem*).

Sob o artigo *Bibliographia*, com o título «Os *Mysterios de Paris* = O *Judeu Errante* = *Matilde*. Romances traduzidos.», publicado n' *O Panorama* a 19 de Outubro de 1844, p.334., o crítico apresenta a forma como o autor Eugenio Sue escreve e uma breve descrição das suas obras, seguido da lista das traduções existentes em português que considera serem dignas de leitura pelos leitores portugueses:

Quanto ás traduções : a dos *Mysterios de Paris* imprime-se no Porto , e já tem segundo volume; parece-nos corrente, porque leves descuidos não maculam um trabalho litterario; o traductor aproveitou bem a *giria* nas scenas vulgares, e sem o que se chama *affectedção* prosegue fluentemente.

A versão do *Judeu errante* tem subido merecimento , e attesta-o o prologo do Sñr. A. F. de Castilho, mestre que em materia de linguagem muito respeitâmos : diremos que a narrativa nos parece sempre mui appropriada ao objecto descripto, ou ao caso referido ; que sobre tudo no dialogo achâmos muitíssima naturalidade de expressões , e as louçanias do formoso idioma portuguez.

A versão de = *Matilde* = está no primeiro volume , e é devida ao Sñr. Mendonça, que encetou a sua carreira de traductor pela feliz escolha do romance , grandemente moral , o *Atheu* ; e que acaba de publicar com reflexões preliminares a *Bananeira*, obra de Frederico Soulié.

(*Ibidem*: 334).

O autor-crítico elogia o prólogo que António Feliciano de Castilho escreveu sobre o *Judeu errante*. Sobre a imediata publicação desta obra em Portugal, Carlos Castilho Pais no seu artigo “A Tradução Portuguesa de *Le Juif Errant*, Um Caso Singular da Tradução do Século XIX Português” adianta que Portugal não teve de esperar muito tempo até que a versão desta obra chegasse aos leitores, “(...) *Le Juif Errant*, a tradução portuguesa não fazia esperar tanto tempo o leitor português, dado que o original começou a publicar-se em Paris no mês de Junho de 1844 e a publicação da tradução da obra se iniciou um mês depois no periódico de Lisboa *Restauração*.” (Pais, 2001: 43). Segundo Castilho Pais os anúncios que foram publicados a anunciar a

publicação nos jornais, um de Lisboa e outro do Porto, designavam de forma diferente a publicação da obra. O jornal de Lisboa anunciava a obra como versão efectuada por José Feliciano de Castilho e seu irmão Adriano, e posteriormente coligida, enaltecida e prefaciada por António de Feliciano de Castilho. O jornal do Porto designava-a por versão (de autor amónio)⁵⁶.

Em 6 de Novembro de 1852, na secção «BIBLIOGRAPHIA», sob o título *A tradução de Lucrecio, pelo Dr. Lima Leitão*, é editada uma recensão assinada por J. M. da Costa e Silva que tece uma forte crítica ao afirmar: “A Litteratura portuguesa rica em poemas épicos, riquíssima em poesia lyrica, bucolica e elegiaca, é cumpre confessal-o, pobrissimo em traducções poeticas.” (JOP, 1852: 360). Contudo, na sua crítica afirma que “Portugal é a unica nação civilisada que não possui traduzidos na sua lingua, já não digo todos os poetas gregos, que não são muitos, mas nem ao menos um poema de Homero.” (Idem). Mas Homero não está sozinho, pois há uma escassez de traduções dos clássicos romanos. Além do mais, há a percepção de que as traduções deste género pertencem a género inferior e nem todos os tradutores as desejam nem o iriam conseguir empreender:

Para aggravar estes inconvenientes vem ainda a preocupação vulgar de que ha pouco merito em traducções, como se a traducção poetica de um poema não demandasse quasi tanto genio como o do auctor original ; como se em tal trabalho não houvesse a vencer obstaculos e difficuldades, que demandam grande força de talento ; como se um bom interprete de Homero, e de Virgilio não fosse mais benemerito da litteratura patria do que muitos auctores de poemas originaes.

(*Ibidem*).

Todavia, na opinião de J. M. da Costa e Silva há em Portugalum tradutor que merece ser prezado e laureado por ter empreendido tal empresa, que não só era bastante delicada como também resultou numa das versões de grande merecimento por parte dos seus pares e digna de ser lida pelo público leitor português:

⁵⁶ Segundo consta no livro de Carlos Castilho Pais (2001) na nota de rodapé número 2 “O *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva (Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, tomo V, pp. 100-101) indica o nome de José Pereira Reis como tendo sido o tradutor de *Os Mistérios de Paris*.”

Por isso em nosso entender grande louvor merece o Dr. Antonio José de Lima Leitão, que tão utilmente emprega o tempo, (...), em traducções poeticas de poemas antigos e modernos, procurando assim preencher a grande lacuna, que existe na nossa litteratura, tão inferior n'esta parte á dos italianos e francezes, que possuem muitas traducções em verso de todos os poetas gregos e latinos, e de todos os modernos auctores de livros de grande reputação.

Devemos ao sr. Dr. Lima Leitão a versão completa de Virgilio, a do Paraiso Perdido de Milton, a da Arte Poetica de Horacio, e de algumas tragedias de Racine.

Estas versões são na verdade de merecimento superior, e de grande trabalho, porém de mais trabalho, e de muito maior importancia é sem duvida a que emprehendeu ultimamente, e de que já publicou um volume.

(JOP, 1852: 360).

O crítico avisa que o Dr. Lima Leitão teve em mãos um original de difficil tradução, todavia apresentou ao público uma tradução tão distinta que se assemelha como se de um original se tratasse:

Queremos fallar da traducção em verso do poema da Natureza das Cousas de Tito Lucrecio Caro, (...). Pela belleza da poesia, pelo vigor da expressão, e pela natureza das materias, de que se trata n'aquelle poema, é este talvez o mais difficultoso de traduzir em verso, de todos os que nos legou a antiguidade e apesar d'isso elle apparece reproduzido em portuguez com uma louçania de estylo, facilidade e força de metro superior a tudo, que póde imaginar-se ; parece a cada passo que estamos lendo uma composição original, tão pouco é o constrangimento, que se vislumbra na sua brilhante execução.

(Idem).

Conclui-se, após análise de tudo o que foi escrito por Alexandre Herculano⁵⁷, (bem pelo que era publicado no jornal de qual era editor) que ele defendia uma forma de verter em que a língua mãe teria de ser eximamente escrita, com bom uso gramatical e vocabulário exacto, correcto e limpo e onde a ideia do autor deveria ser dada com fidelidade e coerência.

⁵⁷ Por tudo o que foi publicado n'*O Panorama*, e nos artigos por ele assinados noutros jornais da época, e reunidos nos *Opúsculos*, bem como pelo que se pode ler o que os seus críticos escreveram sobre as suas traducções nos Capítulos 4.1 e 4.2.

CONCLUSÃO

Verificou-se que ao longo dos séculos os prefácios e/ou as notas foram os registos onde os escritores e tradutores manifestaram as suas preferências e teorias. Dos autores portugueses considerados como os Três Românticos do Século XIX, sendo, também, os mais visados neste trabalho poder-se-á apresentar uma divisão sobre o que defendiam como sendo a melhor forma de verter.

Desta forma, houve um que era exímio em prefácios (António Feliciano de Castilho), outro em notas e alguns prefácios (Almeida Garrett), e um terceiro que raramente escrevia quer um quer outro e/ou assinava as suas próprias traduções (Alexandre Herculano). Sendo este trabalho sobre Alexandre Herculano Tradutor, será sobre o mesmo que se resumirá as suas ideias enquanto tradutor.

Foi manifestamente visível que para Alexandre Herculano o bom uso das regras gramaticais da língua portuguesa conduziram-no a combater contra todos aqueles que usavam estrangeirismos, nomeadamente o galicismo e o latinismo. Nesta luta encontrou nos supra citados aliados, contudo cada um com as suas próprias reticências.

Apesar de António Feliciano de Castilho ter lutado contra as influências que a língua mãe sofria, quer fosse por evolução natural quer fosse por influência das outras línguas mãe no idioma nacional, não é menos verdade que ele próprio não tinha problemas em usar nas suas traduções um ou outro estrangeirismo, ou neologismo. Contudo o que ele não consentia nem admitia de forma alguma (quer fosse aos seus pupilos e/ou participantes dos seus saraus ou reuniões literárias noutros salões, ou quer fosse a um autor que não conhecesse) era o excesso com que as obras portuguesas, originais e traduções, se encontravam pejadas de galicismos, alguns anglicismos ou latinismos. Castilho era defensor de que as obras deveriam ser vertidas de uma forma nacionalizante, mesmo que isso significasse mudar o enredo 'internacional' por um 'nacional', com algum, muito raro, uso de neologismo, mas que servia para dar um ar mais exótico à versão.

Almeida Garrett era mais selecto neste aspecto, advogava uma tradução mais perto ao texto, o de trazer o leitor à obra, em que o estrangeirismo deveria ser evitado, adepto de notas finais, que usava para aclarar as suas escolhas.

Alexandre Herculano, tal como Almeida Garrett, excepto quando o notificava (e até essas eram mínimas, dado que raramente apresentava uma nota explicativa sobre as suas escolhas), era de uma literalidade constante e adverso ao estrangeirismo, apesar de o ter usado numa ou noutra ocasião.

Qualquer um dos três defendia que em caso de dúvidas sobre uma ou outra expressão a ser usada aquando se vertia, dever-se-ia sempre consultar os autores clássicos. Alexandre Herculano levava esta ideia ainda mais longe, de que não eram só os autores da antiguidade, ou clássicos, mas também os autores contemporâneos que tinham uma boa forma de escrever (leia-se, o uso das boas regras gramaticais e palavras portuguesas) que se deveriam ter em conta. Contudo esta consulta não se limitava aos autores portugueses, advogava que os autores estrangeiros da sua época deveriam, igualmente, ser considerados, no sentido de teorias e ideologias sobre a língua.

É por esta razão que Alexandre Herculano defendia que com o constante evoluir das línguas vivas, seja pelo aparecimento de novos conceitos, afecto a todas as áreas do saber, que têm de ser nomeados, seja pela evolução natural que a língua "sofre" cada vez que uma nova geração se torna falante da sociedade, a tarefa de traduzir torna-se cada vez mais difícil. Esta dificuldade poderia ser facilmente solucionada se os tradutores tivessem o cuidado de consultar cuidadosamente os textos em mãos.

Neste aspecto, Alexandre Herculano era um autor pessoa que estava acima de qualquer tipo de suspeita em relação a qualquer um dos seus conterrâneos e contemporâneos, uma vez que a sua vida activa de bibliotecário, de jornalista, de cronista, de historiador, de político, de autor e tradutor o fizeram ter acesso a documentos antigos e modernos, nacionais e estrangeiros que o habilitaram a um conhecimento superior ao dos seus pares. Habilitando-o a uma escrita correcta quer fosse a nível gramatical quer fosse a nível de vocabulário para a produção das suas obras originais e/ou versões.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA:

a) Alexandre Herculano:

- Herculano, Alexandre. *A Harpa do Crente*. Mem Martins: Livros de Bolso Europa América, s./d..
- — — — — *O Fronteiro d'Africa, ou Tres Noites Asiagas. Drama Em Tres Actos*. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1846.
- — — — — *O Fronteiro d'Africa, ou Tres Noites Asiagas. Drama Historico Portuguez. Em Tres Actos*. Rio de Janeiro: Typographia — Economica — De J. J. Fontes, 1862.
- — — — — *Composições Varias*. Lisboa: Editores e Proprietarios, Aillaud, Alves, Bastos & C.^a. Rio de Janeiro — S. Paulo — Bello Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1889.
- — — — — *As Melhores Obras de Alexandre Herculano. O Bobo. "Alexandre Herculano" por Oliveira Martins. "Alexandre Herculano — Esboço Biográfico" por Ariosto da Silva, Autobiografia de Alexandre Herculano. Quadro Sinóptico da Época*. Vol. I¹. Lisboa: Círculo de Leitores, 1986.
- — — — — *As Melhores Obras de Alexandre Herculano. Cenas de um ano da minha vida. Apontamentos de viagens*. Vol. VIII². Lisboa: Círculo de Leitores, 1987.
- — — — — *As Melhores Obras de Alexandre Herculano. Poesias*. Vol. IX³. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987.
- — — — — *Opúsculos. Tomo I*. Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Porto: Imprensa Portuguesa/Editorial Presença, 1982.
- — — — — *Opúsculos. Tomo III. Edição Crítica*. Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. 1.^a Edição. Lisboa: Editorial Presença Lda., 1984.

- — — — — *Opúsculos*. Tomo V. Edição Crítica. Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. 1.^a Edição. Lisboa: Editorial Presença, Lda., 1986.
- — — — — *Opúsculos. Tomo IX. Literatura (Tomo I)*. 3.^a Ed.. Venda Nova-Amadora: Imprensa Portugal-Brasil, Livraria Bertrand, s./d..
- — — — — *Poesias*. Tomo I. Colecção “Obras Completas de Alexandre Herculano”. Revisão de Vitorino Nemésio. Verificação do Texto e Recolha de Variantes por António C. Lucas. Amadora: Livraria Bertrand, S.A.R.L., 1977.
- — — — — *Poesias*. Tomo II. Colecção “Obras Completas de Alexandre Herculano”. Revisão de Vitorino Nemésio. Verificação do Texto e Recolha de Variantes por António C. Lucas. Amadora: Livraria Bertrand, S.A.R.L., 1978.

b) Sobre Herculano:

- — — — — *Alexandre Herculano: um pensamento "Poliédrico". Colóquio Comemorativo dos 120 Anos da sua Morte 1877-1997*. Lisboa: Bibliotecas Municipais de Lisboa, 2005.
- — — — — *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950. Actas do Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978.
- — — — — *Centenário do Nascimento de Alexandre Herculano. Discursos pronunciados na Sessão solenne de 28 de Março de 1910*. Lisboa: Typographia da Academia, 1910.
- — — — — *Ensaio de Literatura e Cultura Alemã*. Coordenação de Rita Iriarte. Coimbra: Minerva Editora, 1996.
- Agostinho, José. *Alexandre Herculano*. Os Nossos Escritores. V. Porto: Casa Editora de António Figueirinhas, 1910.
- Baptista, Jacinto. *Alexandre Herculano. Jornalista*. Amadora: Livraria Bertrand, 1977.
- Barreiros, António José. *História da Literatura Portuguesa. Volume II - Séc. XIX-XX*: 11.ª Edição. Braga: Editora Pax, 1985.
- Bernstein, Harry. *Alexandre Herculano. (1810-1877). Portugal's Prime Historian and Historical Novelist*. Coleção Civilização Portuguesa. Vol. VII. Paris, Braga & Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1983.
- Bittencourt, Liberato. *Psychologia de Alexandre Herculano*. Lisboa: Livrarias Ailland e Bertrand, s./d..
- Buescu, Ana Isabel Carvalhão. *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica Oitocentista*. 1.ª Edição. Série «História - 10». Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- Caeiro, Olívio. *Oito Séculos de Poesia Alemã. Antologia Comentada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

- Cândido Beirante, Jorge. *A Ideologia de Herculano. Da teoria do Progresso da Civilização às Reformas Regeneradoras de Portugal*. Prefácio. Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão. Santarém: Edição da Junta Distrital, 1977.
- — — — — Org., pref., notas. *Alexandre Herculano um homem e uma ideologia na construção de Portugal*. Amadora: Livraria Bertrand, 1979.
- Coelho, António Borges. *Alexandre Herculano*. Coleção Biografia de Bolso. Lisboa: Editorial Presença, 1965.
- Júnior, Dr. Armelin, Pref. *Trechos Litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do Mesmo e de Outros Escriptores Illustres a Guiomar Torrezão*. Collecionadas, publicdas e editadas por sua Irmã. Lisboa: Typografia Leiria, 1910.
- Martins, F.A. Oliveira. *Metamorfoses políticas de Alexandre Herculano. Com uma carta inédita do grande Historiador*. Lisboa: Imprensa Baroeth, 1937.
- Martins, Oliveria. *Alexandre Herculano. Introdução e notas de Joel Serrão*. Lisboa: Editorial Gleba, Lda, Livros Horizonte, s./d..
- Pimentel, António de Serpa. *Alexandre Herculano e o Seu Tempo. Estudo Crítico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- Pires, M. Lucília G., “A expressão do sagrado n’ *A Harpa do Crente* de Herculano”, in *Linguagem, Linguagens e Ensino*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1981, pp. 35-55.
- Plinval, Georges. *História da Literatura Francesa*. Edição revista e actualizada por Edmond Richer. Tit. Original: *Histoire de la Litterature Française*. Trad. Ilídia Ribeira Pinto Portela. Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- Rebello, Luiz Francisco. *O teatro romântico (1838-1869)*. Biblioteca Breve. Vol. 51. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Cultura e Ciência. 1.^a Ed.. 1980. Amadora: Livraria Bertrand SARL, 1980.
- Reis, António. *O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- Ribeiro, Carlos Portugal. *Alexandre Herculano. A Sua Vida e a Sua Obra. (1810-1877)*. Volume I. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- — — — — *Alexandre Herculano. A Sua Vida e a Sua Obra. (1810-1877)*. Volume II. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

- Saraiva, António José. *Herculano e o Liberalismo em Portugal*. Amadora: Livraria Bertrand, 1977.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.
- Silva, Inocencio Francisco da, *Dicionario Bibliografico Português Estudos de Inocencio Francisco da Silva Aplicaveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Brito Aranha e com amplo estudo crítico acêrca da obra monumental de Alexandre Herculano por J. J. Gomes de Brito da Sociedades de Bibliofilos «Barbosa Machado»*. Tomo XXI. (Decimo Quarto Suplemento). A. Lisboa: Imprensa Nacional, MCMXIV.
- Vasconcelos, Ana Isabel P. Teixeira. *O Drama Histórico Português do Século XIX (1836-56)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- Viana, Mário Gonçalves. *Alexandre Herculano*. Porto: Educação Nacional, 1937.
- Videira-Lopes, Maria da Graça, “*Les Paroles d’un Croyant de Lamennais et A Voz do Profeta de Herculano*”, in *Ariane*, Revue d’études littéraires françaises, Vol. 2, Lisboa: Publié par le Group Universitaire d’études de Littérature Française, 1983, pp. 259-269.

c) Almeida Garrett:

Garrett, Almeida. *Doutrinas de Estética Literária*. Prefácio e notas de Agostinho da Silva. Textos Literários. Autores da Língua Portuguesa. 2.^a Edição. Lisboa: Gráfica Santelmo, Lda., 1961.

— — — — — *Obras Completas de Almeida Garrett*. Volume I¹. Porto: Printer Portuguesa – Círculo de Leitores, 1984.

— — — — — *Obras Completas de Almeida Garrett*. Volume IV². Porto: Printer Portuguesa – Círculo de Leitores, 1984.

— — — — — *Obras Completas de Almeida Garrett*. Volume V³. Porto: Printer Portuguesa – Círculo de Leitores, 1984.

— — — — — *Obras Completas de Almeida Garrett*. Volume VII⁴. Porto: Printer Portuguesa – Círculo de Leitores, 1984.

— — — — — *Obras Completas de Almeida Garrett*. Volume VIII⁵. Porto: Printer Portuguesa – Círculo de Leitores, 1984.

— — — — — *Obras Completas de Almeida Garrett*. Volume IX⁶. Porto: Printer Portuguesa – Círculo de Leitores, 1984.

d) Sobre Almeida Garrett:

- Bom, Laurinda. *Almeida Garrett. Uma Proposta de Trabalho*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.
- Buescu, Helena Carvalhão, João Ferreira Duarte e Fátima Fernandes da Silva, Org. *Corpo e Paisagem Românticos*. ACT 9. Actas do Colóquio Corpo e Paisagem Românticos. Lisboa: Colibri – Artes Gráficas, Lda., 2004.
- Colóquio, Revista de Artes e Letras. António da Costa Isidoro, Editor, Número 27 – Fevereiro de 1964, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Dias, Luís Augusto Costa. *Os Papelinhos de Garrett*. Câmara Municipal de Sintra. Mem Martins, 1988.
- Ermita do Chiado. *Garrett, Castilho, Herculano e a Escola Coimbrã ou Dissertação ácerca da Genealogia da Moderna Escola, Contendo um Esboço Rápido e Pitoresco da Litteratura Contemporânea*. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1866.
- Ferreira, P.e Ernesto. *Os Três Patriarcas do Romantismo nos Açores. Edição do Instituto Cultural da Ponta Delgada, Comemorativa do 1.º Centenário da Chegada de Castilho a S. Miguel*. 1.ª Ed. 1947. 2.ª Ed.. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.
- Ferro, Fernando Mão de, Ed. *Garrett às Portas do Milénio/Seminários Garrett*; Coord. Comissão Executiva dos Seminários Garrett. (Actas & colóquios; 32). Lisboa: Colibri – Artes gráficas, 2002.
- Latino Coelho, J. M. *Garrett e Castilho. Estudos Biográficos com uma carta prefacio do Dr. Xavier da Cunha*. Lisboa - Porto: Editores-Santos & Vieira, Tip. Da Imprensa Portuguesa, 1917.
- Miranda, José da Costa, org. , et. al.. *Almeida Garrett. Um Breve Encontro*. Caldas da Rainha: Livraria Nova Galáxia, 2000.

Monteiro, Ofélia Paiva & Maria Helena Santana, org. *Almeida Garrett – Um Romântico, um Moderno*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

— — — — — *Almeida Garrett – Um Romântico, um Moderno*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

Viana, Mário Gonçalves. *Vida e Obra de Almeida Garrett*. Porto: Editora Educação Nacional – Círculo de Leitores, 1984.

e) António Feliciano de Castilho:

- Castilho, António Feliciano. *Palavras de um Crente, Escriptas em Francez pelo Senhor Padre de Lamennais e vertidas em vulgar por Antonio Feliciano de Castilho*, Lisboa: Typografia de A. I, S. de Bulhões, 1836.
- — — *Camões Estudo Histórico-Poético*, Tomo III, 2.^a Edição. Lisboa: Typ. Da Sociedade Typographia Franco-Portuguesa, 1863.
- — — *Excavações Poeticas*. Obras Completas de A. F. de Castilho. Revista, anotadas e prefaciadas por um dos seus filhos. Vol. I¹. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, Sociedade Editora, 1904.
- — — *Excavações Poeticas*. Obras Completas de A. F. de Castilho. Revista, anotadas e prefaciadas por um dos seus filhos. Vol. II². Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, Sociedade Editora, 1904.
- — — *Excavações Poeticas*. Obras Completas de A. F. de Castilho. Revista, anotadas e prefaciadas por um dos seus filhos. Vol. III³. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, Sociedade Editora, 1904.
- — — *Castilho Pintado por Elle Próprio*. Obras Completas de António Feliciano de Castilho. Revista, anotadas e prefaciadas por um dos seus filhos. Vol. I¹. Lisboa: Empreza a Historia de Portugal, 1909.
- — — *Castilho Pintado por Elle Próprio*. Obras Completas de António Feliciano de Castilho. Revista, anotadas e prefaciadas por um dos seus filhos. Vol. II². Lisboa: Empreza a Historia de Portugal, 1909.

f) Sobre António Feliciano de Castilho:

- Barrento, João. *O Poço de Babel. Para uma Poética da Tradução Literária*: Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2002.
- Capão, António Tavares Simões. *António Feliciano de Castilho: Um clássico que deambulou pela Bairrada, nas veredas do Romantismo, Nos 200 anos do Nascimento de António Feliciano de Castilho*. Edição do Museu S. Pedro de Palhaça, 2000.
- Castilho, Júlio. *Memórias de Castilho*. Tomo I^o. Lisboa; Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.
- — — *Memórias de Castilho*. Tomo II^o. Lisboa; Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.
- Pais, Carlos Castilho. *António Feliciano de Castilho. O Tradutor e a Teoria da Tradução*. Lisboa: Quarteto, 2000.
- Monteiro, José Gomes. *Os Críticos do Fausto do snr. Visconde de Castilho*. Porto: Viúva Moré-Editora, 1873.
- Scheidl, Ludwig. *Fausto na Literatura Portuguesa e Alemã*. 1.^a Edição. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987
- Silveira, Luís. *Cartas de António Feliciano de Castilho e de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara*. Documentos da Biblioteca Pública de Évora. Publicação feita a expensas de Turismo da Câmara Municipal de Évora. Évora: Minerva Comercial Limitada, 1941.

g) Sobre a Época:

- Agostinho da Silva. *Vida de Lamennais*. Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1943.
- Barreiros, António José. *História da Literatura Portuguesa, Séculos XIX-XX*, Vol. II, 13.^a Edição. Braga: Editora Pax, 1992.
- Barreto, João. Ed. e org. *Literatura Alemã. Textos e Contextos (1700-1900). O Século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- Bell, Aubrey F. G. *A Literatura Portuguesa. (História e Crítica)*. Trad. Agostinho de Campos e J. G. de Barros e Cunha. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.
- Betencourt, J. Barbosa. *História Comparativa da Literatura Portuguesa*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1923.
- Braga, Theophilo. *Obras Ineditas de José Agostinho de Macedo - Censuras a diversas obras (1824 a 1829), com varias composições Lyricas, didacticas e dramaticas - Com um Estudo sobre a Censura litteraria por Theophilo Braga*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1901.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão. *Aspectos da Herança Clássica na Cultura Portuguesa*. Biblioteca Breve. Vol. 33. Instituto da Cultura Portuguesa. Secretaria de Estado da Cultura. Ministério da Cultura. Presidência do Conselho de Ministros. 1.^a Ed.. 1979. Amadora: Livraria Bertrand, 1979.
- — — — — *História da Literatura. Síntese da Cultura Portuguesa*. Europália – Portugal. 2.^a Ed. Revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
- Caeiro, Olívio. *Oito Séculos de Poesia Alemã. Antologia Comentada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- Chaves, Castelo Branco. *O Romance Histórico no Romatismo Português*. Biblioteca Breve. Vol. 45. Instituto da Cultura Portuguesa. Secretaria de Estado da Cultura. Ministério da Cultura e Ciência. 1.^a Ed.. 1979. Amadora: Livraria Bertrand, 1980.
- Cidade, Hernâni. *Século XIX. A Revolução Cultural em Portugal e Alguns dos Seus Mestres*. Vila da Feira: Editorial Presença, 1985.

- Costa, Fernanda Gil e Helena Gonçalves da Silva. Org. *A Ideia Romântica da Europa. Novos Rumos. Antigos Caminhos*. Centro de Estudos Alemães e Europeus. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- — — — — *Goethe e a Literatura Mundial na Época do Multiculturalismo*. Separata. Lisboa: Edições Colibri, 2005.
- Ferreira, Alberto. *Perspectiva do Romantismo Português. (1834-1865)*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- Ferreira, Padre Ernesto. *Os Três Patriarcas do Romantismo nos Açores. Edição do Instituto Cultural da Ponta Delgada, Comemorativa do 1.º Centenário da Chegada de Castilho a S. Miguel*. 1.ª Ed. 1947. 2.ª Ed.. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.
- Fowler, Alastair. *História da Literatura Inglesa. Formas e Géneros Desde a Idade Média À Actualidade*. Tit. Original, *A History of English Literature*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1989.
- França, José Augusto. *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais. 1. Os anos da Inocência. Os Anos da Loucura*. Título Original: *Le Romantisme au Portugal. Edute de faits socio-culturels*. Trad. Francisco Bonze, revista pelo autor. 1.ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- — — — — *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais. 2. Os Anos da Loucura*. Título Original: *Le Romantisme au Portugal. Edute de faits socio-culturels*. Trad. Francisco Bonze, revista pelo autor. 1.ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- — — — — *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*. Título Original: *Le Romantisme au Portugal. Edute de faits socio-culturels*. Trad. Francisco Bonze, revista pelo autor. 3.ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- Furet, François. *O Homem Romântico*. Tit. Orig. *L'Uomo Romantico*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- Guedes, Fernando. *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios Para a Sua História. Séculos XVIII e XIX*. Edição Realizada por Ocasião do 60.º Aniversário da Criação da Associação da Classe dos Livreiros de Portugal Antecessora do Grémio Nacional de Editores e Liveiros e da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros e no Ano do 5.º Centenário da Introdução da Imprensa em Portugal. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

- Hazard, Paul. *O Pensamento Europeu no Século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Tit. Orig. *La Pensée Européenne au XVIIIe Siècle*. Trad. Carlos Grifo Babo. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- Iáñez, Eduardo. *História da Literatura. As Literaturas no Século XVIII*. Título Original, *Historia de la Literatura Universal*. Trad. Serafim Ferreira. Vol. V. Lisboa: Planeta Editora, Lda, 1990.
- — — — *História da Literatura. O Século XIX. Literatura Romântica*. Título Original, *Historia de la Literatura Universal*. Trad. Fernanda Soares. Vol. VI. Lisboa: Planeta Editora, Lda, 1991.
- — — — *História da Literatura. O Século XIX. Realismo e Pós-Romantismo*. Título Original, *Historia de la Literatura Universal*. Trad. Fernanda soares e Paulo Pisco. Vol. VIII. Lisboa: Planeta Editora, Lda, 1992.
- Júdice, Nuno. *As Máscaras do Poema*. Lisboa: Aríon Publicações, 1998.
- La Mennais. *Palavras de um Crente e vertida em vulgar por António Feliciano de Castilho*. Tit. Orig. *Paroles de un Croyant*. Lisboa: Typographia de A.I.S. de Bulhões, 1936.
- Lopes, Henrique de Almeida. *Vida, Morte e Ressureição do velho Teatro da Rua dos Condes*. Separata da Revista *Ocidente* – Volume LXXV. Lisboa: Editorial Império Lda., 1968.
- Machado, Álvaro Manuel. *As Origens do Romantismo em Portugal*. Biblioteca Breve. Vol. 36. 1.^a Ed.. 1979, 2.^a Ed.. 1985. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação. Amadora: Livraria Bertrand, 1985.
- — — — — *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal*. 1.^a Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- Menezes, Hugo Lenes. *A Formação da Prosa Moderna em Língua Portuguesa: O Lugar de Garrett e Herculano*. Diss. Em Teoria e História Literária. IEL – UNICAMP. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2005.
- Moíses, Massaud. *As Estéticas Literárias em Portugal Séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Editorial Caminho, S.A., 2000.
- Nemésio, Vitorino. *Relações Francesas do Romantismo Português. Biblioteca Geral da Universidade. Cursos e Conferências de Extensão Universitária. XIX-XXIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1936.

- Picchio, Luciana Stegagno. *História do Teatro Português*. Tit. Original. *Storia del Teatro Portoghese*. Trad. Manuel de Lucena. Lisboa: Portugália Editora, 1969.
- Pires, Maria Laura Bettencourt. *Walter Scott e o Romanstismo Português*. 1.^a Ed.. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1979.
- Plinval, Georges de. *História da Literatura Francesa*. Edição revista e actualizada por Edmond Richer. Título Original *Historie de la Litterature Française*. Trad. Ilídia Ribeiro Pinto Portelo. Lisboa: Editorial Presença, Lda., 1978.
- Reis, António. *O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- Reis, Carlos. *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- Santos, Ana Clara e Ana Isabel Vasconcelos. *Repertório Teatral na Lisboa de Oitocentista – 1835-1846*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.
- Santos, M. de Lourdes Lima. *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- Santos, Maria de Lourdes C. L. dos. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença Lda., 1985.
- Saraiva, António Jose e Óscar Lopes. *História da Literatura Portuguesa*. 3.^a Ed. Porto: Porto Editora, Lda., s./d..
- Saraiva, António José. *História da Literatura Portuguesa (das origens a 1970)*. Amadora: Livraria Bertrand, 1949.
- Souto, José Correia do. *Dicionário da Literatura Portuguesa*. Vol. I. Vila do Conde: Marujo Editora, s/d.
- Vasconcelos, Ana Isabel P. Teixeira. *O Drama Histórico Português do Século XIX (1836-56)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- Venâncio, Fernando. *Estilo e Preconceito. A Língua Literária em Portugal no Tempo de Castilho*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

h) Obras sobre Tradução:

- Almeida Flor, João, et. al. *Problemas da Tradução: escrever, traduzindo*. II Jornadas de Estudos sobre a Tradução. GUELF. Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa: 1983.
- Bassentt, Susan. *Translation Studies*. Revised Edition. First edition 1980, revised edition, 1991, reprinted 1002, 1994. London and New York: Routledge, 1996
- Bassnett, Susan & Harish Trivedi. *Post-Colonial Translation. Theory and Practice*. London and New York: Routledge, 1999.
- Buescu, Helena Cavilhão e João Ferreira Duarte. Org. *Narrativas da Modernidade. A Construção do Outro*. ACT 3. Coleção: Alteridades, Cruzamentos, Transferências. Dir. Centro de Estudos Comparatistas. Faculdade de Letras de Lisboa. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- Delille, Karl H., et. al. *Os Problemas da Tradução Literária*. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.
- Garcia, Dámaso Lopez, ed. *Teorías de la Traducción: Antología de textos*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1996.
- Ladmiral, Jean-René. *A Tradução e os Seus Problemas*. Título Original La traduction. Trad. Luísa Azuaga. Lisboa: Edições 70, 1980.
- Lopes, Alexandra e Maria do Carmo Correia de Oliveira, Org. *Deste Lado do Espelho. Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literautra Portuguesa*. Colóquio realizado na Universidade Católica Portuguesa em 21 e 22 de Fevereiro de 2002. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2002.
- Mounin, George. *Os Porblemas Teóricos da tradução*. Pref. Dominique Aury. Trad. Heloysa de Lima Dantas. S. Paulo: Editora Cultirx, 1975.
- Pais, Carlos Castilho. *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa Antologia (Séc. XV-XX)*. Pref. Nuno Júdice. Lisboa: Universidade Aberta, 1997.

- — — — — *Em Louvor de Cassandra. Uma Teoria da Tradução. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses. Vol. III.* Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- — — — — *António Feliciano de Castilho, o Tradutor e a Teoria da Tradução.* Coleção: Estudos de Tradução n.º 1. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.
- — — — — "A Tradução Portuguesa de *Le Juif Errant*, Um Caso Singular da Tradução do Século XIX Português". in *Para a História da Tradução Peninsular*. Discursos. Série de Estudos de Tradução. Número 1. Dir. Carlos Castilho Pais. Mem-Martins: Universidade Aberta, 2001. 43-54.
- — — — — *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa.* Parte II. Trad. (solapa e introducción) Ángela Blum San Juan. Hermênis. Revista de investigación de Traducción e Interpretación. Vertere. Monográficos de la Revista Hermêneu. Num. 7 – Zaragoza: Imprenta Provincial de Soria, 2005. 103-175.
- Pinilla, José Antonio Sábio e Maria Manuela Fernández Sánchez. *O Discurso sobre a Tradução em Portugal. O Proveito, o Ensino e a Crítica Antologia (C. 1429-1818).* Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- Robinson, Douglas. *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche.* Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.
- Santoyo, Julio-César. *Teoría y Crítica de la Traducción: Antología.* Escola Universitària de Traductors | Intèrprets. Universitat Autònoma de Barcelona. Bellaterra (Barcelona): Editat pela Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 1987.
- Seruya, Teresa. Org. *Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa.* Colóquio realizado na Universidade Católica Portuguesa em 14 e 15 de Dezembro 2000. Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2001.
- Schleiermacher, Friedrich. *Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir. [Ueber die Verschiedenen Methoden des Uebersetzens].* Edição Bilingue. Apresentação, Tradução, Notas e Posfácio José M. Miranda Justo. Porto: Porto Editora, 2003.
- Shelley, Percy B.. *Defesa da Poesia.* Introdução, Tradução do Inglês e Notas de J. Monteiro-Grillo. Título Original *Defense of Poetry in Essays Letters from Abroad, Translations and Fragments.* 4.ª Ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2001.

- Steiner, George. *After Babel. Aspects of language and translation*. First Edition, 1975, Second Edition, 1992, Third Edition. Oxford New York, Oxford University Press, 1998.
- Tymoczko, Maria. *Translation in a Postcolonial Context. Early Irish Literature in English Translation*. Manchester, UK,; St. Jerome Publishing, 1999.
- Vega, Miguel Ángel. Ed. *Textos clásicos de teoría de la traducción*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1994.
- Vilela, Mário. *Tradução e Análise Contrastiva: Teoria e Aplicação*. Lisboa, Editorial Caminho, S.A., 1994.
- Venuti, Lawrence. *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. New York and London: Routledge, 1995.
- — — — — *The Translation Studies Reader*. Ed. by Lawrence Venuti. Advisory Editor: Mona Baker. 1st Published 2000. New York: Routledge, 2001.

i) Webgrafia:

Lamennais, Félicité. *Paroles de un Croyant*. (1834):

http://docil-cocktail.org/_1848/paroles_d_un_croyant.html (2006/2/9).

Marques, Ana Maria dos Santos, Alexandre Herculano, <http://www.instituto-camoes.pt/CVC/figuras/aherculano.html> - (06/10/18)

Publicações da Obra de António Feliciano de Castilho, Museu de S. Pedro da Palhaça, <http://www.museusaopedro.jb.pt/autores/afc/publi.htm> - 06/10/18 (Castilho)

Santos, Ana Clara. *La pratique de la traduction théâtrale ou les voies de la création dramaturgique sur la scène portugaise au XIXe siècle*. Artigo In: Biblioteca Digital Camões, Centro Virtual Camões, Cultura Portuguesa, <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/artigos/anaclarasantos.pdf>, (08/1/10).

j) Revistas e Jornais:

Almanach das Senhoras para 1873 Portugal e Brazil contendo 190 Artigos, por D. Guiomar Torrezão com uma Carta de Alexandre Herculano. 3.º Anno. Lisboa: Typographia de Souza & Filho, 1872.

A Atalaia. Atalaia Nacional do Theatros. N.º 14¹. Anno 1838. Lisboa: Typ. Do Largo do Contador Mor, 1838.

A Atalaia. Atalaia Nacional do Theatros. N.º 15¹. Anno 1838. Lisboa: Typ. Do Largo do Contador Mor, 1838.

A Atalaia. Atalaia Nacional do Theatros. N.º 17³. Anno 1838. Lisboa: Typ. Do Largo do Contador Mor, 1838.

A Atalaia. Atalaia Nacional do Theatros. N.º 18⁴. Anno 1838. Lisboa: Typ. Do Largo do Contador Mor, 1838.

Colóquio, Revista de Artes e Letras. António da Costa Isidoro, Editor, Número 27 – Fevereiro de 1964, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Ilustração Portuguesa, n.º38, Edição Semanal, Empreza do Jornal O Seculo, II Anno, 12 de dezembro de 1904, José Joubert Chaves, Editor. Lisboa, Redacção, administração, atelier de desenhos e officinas de photographia, photogravura, zincographia, stereotypia, typographia e impressão - Rua Formosa, 43. pp.86-7.

Lopes, Henrique de Almeida. *Vida, Morte e Ressureição do velho Teatro da Rua dos Condes*. Separata da Revista *Ocidente* – Volume LXXV. Lisboa: Editorial Império Lda., 1968.

O Chronista, Semanario De Politica , Litteratura , Sciencias, E Artes. Volume I¹. [Março, Abril, e Maio.]. Lisboa: Na Imprensa Do Portuguez, 1827.

O Chronista, Semanario De Politica, Literatura, Sciencias E Artes. Volume II². [Junho, Julho, e Agosto.]. Lisboa: Na Imprensa Do Portuguez, 1827.

- O Desenjoativo Theatral. Jornal Recreativo, e Moral.* N.º 5^{1.º}. Lisboa: Na Imprensa de C. A. Silva Carvalho no fim da Calçada do Garcia, n.º 42, 1838.
- Suplemento ao N.º 6² do O Desenjoativo Theatral. Jornal Recreativo, e Moral.* .Lisboa: Na Imprensa de C. A. Silva Carvalho no fim da Calçada do Garcia, n.º 42, 1838.
- O Desenjoativo Theatral. Jornal Recreativo, e Moral.* N.º 7^{3.º}. Lisboa: Na Imprensa de C. A. Silva Carvalho no fim da Calçada do Garcia, n.º 42, 1838.
- O Desenjoativo Theatral. Jornal Recreativo, e Moral.* N.º 14^{4.º}. Lisboa: Na Imprensa de C. A. Silva Carvalho no fim da Calçada do Garcia, n.º 42, 1838.
- O Desenjoativo Theatral. Jornal Recreativo, e Moral.* N.º 15^{5.º}. Lisboa: Na Imprensa de C. A. Silva Carvalho no fim da Calçada do Garcia, n.º 42, 1838.
- O Panorama. Jornal Litterario E Instructivo, Da Sociedade Propagadora Dos Conhecimentos Uteis. Volume Primeiro. Publicado De Maio A Dezembro De 1837.* Lisboa. Na Typographia Da Sociedade, Rua Direita Do Arsenal N.º 55, Primeiro Andar. 1837.
- O Panorama. Jornal Litterario E Instructivo, Da Sociedade Propagadora Dos Conhecimentos Uteis. Volume Segundo. Publicado De Janeiro A Dezembro De 1838.* Lisboa. Na Typographia Da Sociedade, Rua Nova Do Carmo N.º 39, D. 1838.
- O Panorama. Jornal Litterario E Instructivo, Da Sociedade Propagadora Dos Conhecimentos Uteis. Volume Terceiro. Publicado De Janeiro A Dezembro De 1839.* Lisboa. Na Typographia Da Sociedade, Rua Nova Do Carmo N.º 39, D. 1839.
- O Panorama. Jornal Litterario E Instructivo, Da Sociedade Propagadora Dos Conhecimentos Uteis. Volume Quarto. Publicado De Janeiro A Dezembro De 1840.* Lisboa. Lisboa. Na Typographia Do Panorama, Travessa Da Victoria, 73. 1860.
- O Panorama. Jornal Litterario E Instructivo, Da Sociedade Propagadora Dos Conhecimentos Uteis. Volume Quinto. Publicado De Janeiro A Dezembro De 1841.* Lisboa. Na Typographia Da Sociedade, Rua Nova Do Carmo N.º 39, D., 1841.
- O Panorama. Jornal Litterario E Instructivo, Da Sociedade Propagadora Dos Conhecimentos Uteis. Volume Primeiro — Serie Segunda.* Publicado De

- Janeiro A Dezembro De 1842. Lisboa. Na Typographia Da Sociedade, *Largo Do Pelourinho*. N.º 24, 1842.
- O Panorama. Jornal Litterario E Instructivo, Da Sociedade Propagadora Dos Conhecimentos Uteis*. Vol. 2.º — Serie 2.º. Publicado De Janeiro A Dezembro De 1843. Lisboa. Na Typographia Da Sociedade, *Largo Do Pelourinho*. N.º 24, 1843.
- O Panorama. Jornal Litterario E Instructivo, Da Sociedade Propagadora Dos Conhecimentos Uteis*. Vol. 3.º — Serie 2.º. Publicado De Janeiro A Dezembro De 1844. Lisboa. Na Typographia Da Sociedade, *Largo Do Pelourinho*. N.º 24., 1844.
- O Panorama. Semanario Litterario E Instructivo*. Vol. IX — Primeiro Da Terceira Serie. (Publicado De 5 De Setembro De 1846 A 25 De Dezembro De 1852.). Lisboa. Typographia De A. J. F. Flores. — Rua Aurea N.º 67. 1846-1852.
- O Panorama. Semanario Litterario E Instructivo*. Vol. X — Segundo Da Terceira Serie. (Publicado De 1 De Janeiro A 31 De Dezembro De 1853.). Lisboa. Typographia De A. J. F. Flores. — Rua Aurea N.º 67. 1853.
- O Panorama. Semanario Litterario E Instructivo*. Vol. XI — Terceiro Da Terceira Serie. (Publicado De 1 De Janeiro A 31 De Dezembro De 1854.). Lisboa. Typographia Do Panorama, Travessa Da Victoria, 52. 1854.
- O Panorama. Semanario Litterario E Instructivo*. Vol. XV — Segundo Da Quarta Serie. (Publicado De Janeiro A Dezembro De 1858.). Lisboa. Typographia Do Panorama. Travessa Da Victoria, 52. 1858.
- O Panorama. Semanario Litterario E Instructivo* Vol. XVI — Primeiro Da Quinta Serie. Lisboa. Typographia Franco-Portugueza, 6 Rua Do Thesouro Velho 6 1866.
- Rebello, Luiz Francisco. *Herculano e o Teatro*. In Colóquio de Letras. Revista Bimestral. Lisboa: Director: Jacinto do Prado Coelho. Direcção Fundação calouste Gulbenkian. Editorial Notícias, 1977.
- Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto*. N.º 1¹, 15 de Outubro de 1834. Porto: Impr. Alvares Ribeiro aos Lavadouros, N.º 16, 1834.
- Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto*. N.º 2², 1 de Novembro de 1834. Porto: Impr. Alvares Ribeiro aos Lavadouros, N.º 16, 1834.

Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto. N.º 5³, 15 de Dezembro de 1834. Porto: Impr. Alvares Ribeiro aos Lavadouros, N.º 16, 1834.

Repositorio Literario da Sociedade das Sciências Medicas e de Literatura do Porto. N.º 7¹, 15 de Janeiro de 1835. Porto: Impr. Alvares Ribeiro aos Lavadouros, N.º 16, 1835.

Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto. N.º 8,² 1 de Fevereiro de 1835. Porto: Impr. Alvares Ribeiro aos Lavadouros, N.º 16, 1835.

Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto. N.º 9³, 15 de Fevereiro de 1835. Porto: Impr. Alvares Ribeiro aos Lavadouros, N.º 16, 1835.

Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto. N.º 11⁴, 15 de Março de 1835. Porto: Impr. Alvares Ribeiro aos Lavadouros, N.º 16, 1835.

Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto. N.º 13⁵, 15 de Abril de 1835. Porto: Impr. Alvares Ribeiro aos Lavadouros, N.º 16, 1835.

Revista Universal Jornal Dos Interesses Phisicos, Moraes, E Litterarios. Por Uma Sociedade Estudiosa. Tomo 1.º Anno De 1841. Lisboa. Typographia Da Viuva De J. A. Da Silva Rodrigues. Rua Da Condeça N.º 19. 1841 (Início Da Revista).

l) Pesquisa sobre Escrita:

Gibaldi, Joseph. *MLA Handbook for Writers of Research Papers*. 1977. 5th Edition.
New York: The Modern Language Association of America, 1999.

ANEXOS

ANEXO 1

Eliézer. — Poema de Florian Vertido em Portuguez. Braga

1839 — 1 Fol. 8.º. *O Panorama.* Tom. IV. N.º 148, 1840, p. 72.

S ^x
S *Eliézer. — Poema de Florian vertido em portuguez.*
Braga 1839 — 1 fol. 8.º
Eis-aqui uma traducção daquellas que dão tanta honra ao traductor, quanta o original dá ao auctor. Todos conhecem o mimo e a graça de quanto escreveu Florian: mas nem todos sabem que uma das suas mais formosas composições se acha trasladada em nossa lingua, sem que perdesse uma unica das suas galas nativas. Por tal arte se houve o traductor, tão aprimoradamente trabalhou, concertou e puliu a sua versão, que a não ser obra tão conhecida na antiga litteratura franceza pudera passar por nascida em terra de Portugal, pelo torneado das phrases ser nesta obrinha essencialmente portuguez, e os vocabulos castigos, sem que entre elles appareçam descuidos em que muitas vezes caem ainda os bons traductores. Quanto á obra em si escusado é fallar do seu merito: basta dizer que o seu objecto é o mais sancto dos sentimentos humanos, o amor fraterno, e que foi Florian quem escreveu o livro. — *A. H.*

ANEXO 2

LEONOR — ROMANCE DE BURGER

Leonor é uma das composições poéticas mais célebres da Alemanha. A música lhe emprestou as suas harmonias, e este romance tornou-se de tal modo uma canção popular. Bürger empregou admiravelmente a poesia nas tradições nacionais; e é a ele e a Voss que devemos a renovação deste género inteiramente extinto na Europa depois do xvi século, o qual na colecção, publicada depois por Herder, se pode considerar como a história dos terrores e das esperanças, dos preconceitos e dos sentimentos das últimas classes da sociedade, ou, por outro modo, como a história intellectual do povo.

** *Repositorio Literario*, n.º 5, 15 de Dezembro de 1834, pp. 38-39.

A leitura de Homero, a cujas obras Bürger era mui familiar e de que mesmo traduziu alguns trechos, o convenceu de que a poesia deve ter, além do belo de todos os tempos, de todos os países, um carácter de nacionalidade sem o qual nenhum povo se pode gabar de ter uma literatura própria ⁽¹⁾; e essa leitura que tanto poema *regular* e sonífero tem gerado produziu em Bürger um efeito contrário. A harmoniosa singeleza grega acompanhada da rudeza e imaginação dos povos modernos aparece em quase todos os seus poemetos mais notáveis. As tradições da credulidade, os contos da infância, as recordações das virtudes humildes vestiram neles uma cor poética talvez única — e a maior parte dos alemães sabe de cor os romances de Leonor, das filhas do Pastor de Taubenhain, das Mulheres de Weinsberg, do Caçador Feroz ^[2], e outros deste original escritor.

Nota-se nas composições de Bürger uma tendência quase sempre melancólica; mas esta foi a consequência das desgraças que o perseguiram toda a vida, a última das quais lhe acarretou a crítica severa e injusta de Schiller, que neste género nunca o pôde igualar, e que com ela lhe abreviou a existência, roubando-lhe o único bem que possuía — a esperança de um nome honrado nos anais da literatura ^[3].

A posteridade fez justiça a Bürger. Lorde Spenser, traduzindo *Leonor*, a fez quase tão conhecida em Inglaterra como o era na Alemanha. Muito desejáramos examinar essa tradução para a comparar com a nossa; mas não a pudemos alcançar. A que apresentamos ao público foi trasladada do alemão apenas com o nosso apoucado conhecimento daquela riquíssima língua; bem longe portanto estamos de julgar que demos em linguagem as graças e a rapidez descritiva do original. Os inteligentes saberão desculpar os defeitos de um trabalho tão difícil como é o de reproduzir nos idiomas meridionais o fundo e as formas da poesia do Norte; muito mais quando ao tradutor faltaram todos os meios de polir sua versão.

Observaremos em último lugar que a pouca resignação de Leonor e as suas blasfêmias não mereciam talvez pena tão exemplar quanto a morte; mas nas ideias religiosas dos Alemães este castigo não é exagerado. Se fosse um conto português daqueles que nos restam dos tempos passados sobretudo sendo de invenção fradesco-inquisitorial, a pobre Leonor seria arrebatada para o inferno sem cerimónia; e no conto que Bürger aproveitou, o hino dos mortos exora para ela a piedade celeste. E porquê? É que nós somos fanáticos — os Alemães crédulos. Assim neste romance, a ser português, para lhe conservar a nacionalidade seria preciso ainda mais alguma coisa que a morte da protagonista.

(A. H.)

⁽¹⁾ Em alguns dos subsequentes números teremos ocasião de apresentar mais extensa esta verdade tantas vezes menoscabada, esquecida ou ignorada. [Com efeito A. H. iniciou no n.º 7, de 15 de Janeiro de 1835, um extenso artigo, continuado noutros números sobre «Poesia. Imitação — Belo — Unidade» e que é como afirmou Teófilo Braga (ob. citada) a primeira tentativa de uma filosofia da arte em Portugal. (Editado neste volume)].

^[2] Também traduzido por A. H. em *O Panorama*.

^[3] Refere-se Herculano ao tão mal inspirado artigo que Schiller deu a lume na *Gazeta Literária*, criticando impiedosamente a edição das obras de Bürger, acabada então de sair do prelo. O rude golpe vibrado por braço tão potente abreviou os dias já bem precários do poeta, que faleceu a 8 de Junho de 1794. [Nota de G. de Brito, in *D. B. P.* XXI, p. 358].

ANEXO 3

POESIA

IMITAÇÃO — BELO — UNIDADE

1 8 3 5

Je donne mon avis non comme
bon, mais comme mien.

MONTAIGNE

Na torrente de opiniões contrárias sobre a crítica literária, que na presente época combatem, morrem, ou nascem, também nós temos a nossa: e vem a ser parecer-nos que da falta de exame dos princípios em que se fundam os diferentes sistemas, procedem essas questões que se têm tornado intermináveis talvez por esse único motivo. O génio, impellido a produzir no meio de ideias vagas e controvertidas sobre as formas, as condições da poesia, julga que todas elas são indiferentes e desvairado se despenha; o engenho, dominado pelos preceitos que muitos séculos por assim dizer, santificaram, contrafaz e apouca as suas produções temendo cair naquilo que julga monstruoso e absurdo. Tal é, geralmente, o estado da literatura: e enquanto se não estabelecer um corpo de doutrina que, afiançando a liberdade do poeta, o circunscreva aos limites da razão, a república das letras semelhará as associações políticas no meio de uma revolução espontânea onde o despotismo extremo e a extrema licença, os terrores e as esperanças, a felicidade e a desventura, se cruzam, se arruinam e se aniquilam no meio de uma confusão espantosa.

Os que conhecem o estado actual das letras fora de Portugal, na França, na Inglaterra, e ainda na Itália, sabem ao que aludimos. Trememos ao pronunciar as denominações de *clássicos* e *românticos*, palavras indefinidas ou definidas erradamente, que somente têm gerado sarcasmos, insultos, misérias, e nenhuma instrução verdadeira; e que também teriam produzido estragos e mortes como as dos *nominais* e *reais*, se estivessemos no XVI século. Infelizmente em nossa pátria a literatura há já anos que adormeceu ao som dos gemidos da desgraça pública: mas agora ela deve despertar, e despertar no meio de uma transição de ideias. Esta situação é violenta, e muito mais para nós, que temos de passar de salto sobre um longo prazo de progressão intelectual para emparelharmos o nosso andamento com o do século. Se as opiniões estivessem determinadas, o mal ainda não seria tão grande; mas é num caos que nos vamos mergulhar e de qual nos tiraremos talvez muito depois de outras nações. A influência da literatura estrangeira torna necessário este acontecimento, se aqueles a quem está encarregada esta porção do ensino público não tratarem de estabelecer uma teoria segura que previna tanto o delírio duma licença absurda como a submissão abjecta que exige certo bando literário. Sabemos as dificuldades que tal trabalho encerra; porém o amor da literatura vencerá todas quando ajudado do estudo e do génio.

As reflexões que ora apresentamos são fruto de uma parte de nossas meditações sobre tal objecto. Desejaríamos tê-las podido coordenar todas e estabelecer melhor algumas; mas trabalhos, posto que literários, de diferente espécie, impostos por um dever, nos distraíram do nosso desenho. Oferecemo-las aos eruditos para que tendo alguma utilidade a aproveitem e sendo danosas acautelem delas aqueles a quem podem ser nocivas. Nós

nos envergonharíamos mais de ter acertado com leveza do que de ter errado pensando.

Talvez alguém as julgue em demasia abstrusas; mas, ou o belo, objecto da poesia, seja inteiramente resultado das relações das nossas faculdades intellectuais entre si, ou das destas faculdades com o mundo objectivo, ou, finalmente, resida neste, é sempre a alma do homem quem o sente e goza. Para nós a sua existência depende da nossa; e a metafísica influirá sempre em qualquer sistema que sobre tal objecto venhamos a adoptar. Tem-se dito, e mil vezes repetido, que é preciso para que a literatura floresça afastá-la desta ciência: isto equivale a dizer-se que para os ramos de uma árvore se conservarem videntes é mester decepar-lhe o tronco principal. Na poesia há essência e formas: estas devem convir àquela, ou, diremos melhor, dela devem partir. Sem levar o facho da filosofia ao seio das artes, sem examinar a essência destas, as teorias formais ficam sem fundamento; e é justamente o que tem acontecido. Seguiu-se quanto a nós, método inverso ao que devera seguir-se, e um grande mal daí resultou: a flutuação dos princípios, e consequentemente dos juízos críticos. Todos sabem das controvérsias de Boileau e seus sectários com Perrault, Lamotte, e ainda Fontenelle e Huet; mas o que nem todos sabem é que muitas vezes os últimos tinham razão. E se é possível entender uns e outros, veremos que o arruído nascia da incerteza ou da contradição dos preceitos, o que nunca sucederia se a poética estivesse fundada em princípios metafísicos em que ambos os bandos conviessem. Mas qual era a consequência da versatildade das regras e das suas contradições? O fazerem homens, aliás engenhosos, os juízos mais contraditórios sobre a mesma coisa, e haver uma falta de consciência em todos esses juízos que salta aos olhos. A crítica tomou naquela época um carácter mesquinho e pedante. Nem acreditemos que esse mesmo Boileau, tão gabado pelos seus franceses como homem de sumo gosto e fino tacto, sobrelevasse muito outros seus contemporâneos. A falta desse gosto e desse tacto achamos nós numa carta a Brossette acerca do Telémaco. Esta grande criação de um dos maiores génios do século (perdoem-nos os admiradores do inquisitorial e raivoso Bossuet) foi comparada pelo autocrata literário da França com o romance de *Theagenes* e *Chariclea* de Heliodoro bispo de Tydea, romance obscuro escrito na decadência do império romano e da antiga literatura [1]: bastava esta carta para sabermos o peso que devíamos dar às decisões de Despreaux, quando nas suas poesias não encontrássemos já para isso erradas opiniões acerca do Quinault e do Tasso.

A história da crítica em França no reinado de Luís XIV e de Luís XV, e que também o é com pouca diferença da que vogava em Inglaterra durante o governo de Ana, se reduz a que, se um poeta ousava apartar-se das formas imaginadas nos antigos monumentos, e se este poeta merecia a estimação pública, os criticos se viam na necessidade ou de confessar, se não a inutilidade, ao menos a insuficiência de seus preceitos, ou a votar ao desprezo as produções do género moderno. A opção não era duvidosa; as regras sempre tinham razão; mas como ante o tribunal da opinião era preciso que elas apresentassem algum título, aí se corria a pedir socorro ao homem e ao mundo, e sempre lá se achava com que contentar o povo literário. Aqueles preceitos que factos opostos não controvertiam ficavam amparados por grandes nomes e pelo respeito dos séculos sem dar razão da sua existência, bem como em nossas catedrais os cônegos à sombra do culto religioso.

[1] Esta obra mais conhecida pelo nome de *As Etiópicas* é considerada uma das mais famosas da Antiguidade.

A justiça pede que digamos que uma grande parte dos preceitos dos antigos foram deduzidos do princípio da unidade, desse princípio que reside em nossa alma e que, enquanto existirmos sobre a terra, representa para nós o absoluto, ao qual nós faz constantemente tender a consciência da immortalidade; mas a aplicação deste princípio foi em nosso entender muitas vezes errada ou exagerada. Metastásio refutou excelentemente a regra da restrita unidade de lugar e de tempo nos poemas dramáticos, e nós veremos brevemente que nem só essa unidade carecia de fundamento: porém, afora das regras nascidas deste princípio, outras há de tal maneira fúteis que para as destruir basta negar-lhes a validade. Que razão daria Horácio, tirada da essência do drama, para uma tragédia ou comédia não ter nem mais nem menos de cinco actos? Julgamos não teria outra melhor do que uma dada engraçadamente pelo autor do *Anno de 2440* em nota a um dos seus dramas (1).

Nós devemos em grande parte aos antigos o que sabemos: seria uma ingratidão negá-lo. Eles criaram as letras e as levaram a um ponto de esplendor admirável; mas por as criar e aperfeiçoar não se deve concluir que acertaram em tudo ou tudo sabiam. Nós não dizemos com Mr. de Chateaubriand que em literatura só devemos estudar os antigos: Camões, Tasso, Klopstock não nasceram na Grécia ou em Roma, e entretanto achamos tanto que estudar nos escritos deles como nos de Homero e Virgílio. O mesmo Mr. de Chateaubriand é uma prova de que o génio não é partilha exclusiva de nenhuma época, de nenhum povo. No renascimento das letras a admiração pelos autores clássicos não deixou ver seus defeitos e erros, e julgou-se inviolável a antiguidade. Vénia mereciam os descobridores dos preciosos manuscritos que continham o tesouro de ideias que nos herdaram os gregos e os romanos: laboriosas indagações, largos anos de aplicação davam jus aos Vallas e aos Filelfos, aos Aldos e aos Stefanos, a não verem uma só mácula nos objectos caros que eles revelavam à Europa: mas que, passados dois séculos, ainda a república literária se conservasse deslumbrada pelo fulgor dos tempos remotos, enquanto as ciências começavam a fazer justiça e a dar o seu a seu dono, é o que nos parece inexplicável ou, para melhor dizer, o que com repugnância explicaríamos.

Embora se apresentassem dificuldades insuperáveis, embora fosse preciso recorrer às razões mais frágeis, aos argumentos mais illusórios, uma vez que as regras fossem ou se cressem originais, ou derivadas dos escritos de Aristóteles ou de Horácio, de Cícero, de Quintiliano ou de Longino, era obrigatório defendê-las sob pena de ser havido por ignorante ou por homem de minguido critério. Boileau disse em uma das suas sátiras que só a verdade era bela: o padre Castel profundo literato que escreveu sobre o belo e sublime e que jurava ante os numes defender esta posição (porque enfim era de Despreaux), sem mesmo se aproveitar da vaga distinção do verdadeiro e verosímil, que tem salvado muita coisa e muita gente, começou a aplicá-la por esse mundo poético, mas enbêbicou logo com Virgílio. O verso *Provehimur portu terraeque urbesque recedunt* recalcitrava, além de outros, contra a sentença do mestre. Que fez o bom do padre? — Zás — Uma razão digna de Fr. Gerúndio: «O verso de Virgílio exprime uma ideia verdadeira, porque há aí uns anos descobriu-se a teoria do movimento; e voto a Apolo que a regra há-de passar inconcussa: o verso é belo porque é verdadeiro». Se fosse possível um padre grave ludibriar o

(1) Diz Mercier em uma anotação, que segundo nossa lembrança vem no tomo I de suas obras dramáticas, que a divisão de cinco actos é fundada em ser preciso atigar cinco vezes as luzes do teatro enquanto dura uma récita.

público, nós diríamos que ele estava escarnecendo os leitores. Desejaríamos que o padre Castel nos tivesse explicado porque o verso era achado belo antes dessa teoria e porque o continuaria a ser mesmo se ela fosse destruída. Tais são as misérias que têm resultado do modo porque durante muitos séculos foram tratadas as letras. Destas ninharias poderíamos dar muitos exemplos; mas voltemos ao nosso objecto.

Depois de Aristóteles a poesia foi para os antigos a imitação do belo da natureza, tendo por condições a unidade e a verdade, ou a verosimilhança. É esta em nossa opinião a maneira mais simples de exprimir a filosofia da arte entre eles, ou os elementos da sua poética, os quais o continuaram a ser até nossos dias. É, pois, o valor dos termos *imitação*, *belo*, *unidade*, *verdade* ou *verosímil*, que cumpre determinar para ver se as ideias que exprimem estão em harmonia entre si, e se podem dar validade a uma poética nelas fundada.

A imitação supõe o belo em a natureza moral ou física, e qualquer delas existente fora de nós. Os actos humanos serão na primeira, digamos assim, o *abstractum* da imitação: na segunda sê-lo-ão os corpos, e o belo nos será comunicado por meio das sensações: qualidade dos corpos, forma das acções, naquelas a sua impressão será universal, nesta nunca necessária. O europeu, o chim, o hotentote sentirão igualmente que o Apolo de Belvedere é belo: a acção dos templários cantando hinos a Deus no meio das chamas, e cuja morte Mr. Rainouart pintou divinamente num só verso:

«Il n'en était plus temps, les chants avaient cessé.»

nunca será necessariamente bela: se ele a imitou de um acto humano semelhante, esse acto sendo contingente parece-nos não teria qualidade dotada de carácter necessário: se applicarmos isto a uma acção épica ou dramática, ainda mais visível é a falta de necessidade da sua existência e consequentemente a dos seus caracteres formais.

Se dissermos que o belo é relativo e resultado do nosso modo de ver, da relação particular dos objectos connosco, da harmonia ou desarmonia dos factos com as nossas ideias morais, nesse caso não poderemos afirmar que os *Lusíadas* ou a *Odisseia* sejam absolutamente superiores ao *Afonso* ou ao *Viriato Trágico*. Poderemos dizer que para nós não há sequer comparação; mas seria absurdo exigir dos outros o mesmo sentimento. Boileau julgou esquivar-se a esta dificuldade asseverando que a opinião geral devia ser a norma do nosso modo de sentir, e que a totalidade dos homens não se engana numa crença duradoura. Desejaríamos que Boileau nos dissesse se era pela opinião geral que ele acharia frio o gelo e quente o fogo. Que nos importa a opinião quando se trata de sensações? Que vale mesmo aos olhos dos homens cordatos o crédito de uma opinião geral? Cremos nós hoje na arte mágica, na alquimia, ou na virtude dos Jesuítas? E foram estas crenças porventura pouco gerais e pouco duradouras? Quando concedêssemos o princípio, ele nos seria inútil para julgar as produções contemporâneas, e a crítica não nos serviria para conservar puras as letras, nem para gozar as criações do génio moderno: a glória ou o desprezo não encontraria já nem as cinzas do poeta. Séculos haveriam passado para reformar a opinião, quando isso mesmo fosse possível.

Mas felizmente não é assim. Lamartine! com uma poesia celeste tu fazes adorar a religião que saudaste em teus hinos solitários. Monti! tu nos encheste de um terror delicioso conduzindo-nos aos umbrais do outro mundo. Schiller! quem não sentiu bater mais fortemente o coração lendo a despedida de Picolomini e Thecla? A infância do século XIX já tem muitos títulos com que faça passar sua memória enobrecida diante dos outros

séculos. Eles julgarão como nós os génios que no meio das tempestades políticas consolaram o género humano com a harmonia de seus cantos. Acerca de Lamartine, de Monti, de Schiller, e não só deles, nós damos seguro da posteridade.

Tal é o belo para quem o julgar em sua modalidade necessário e absoluto: uma ideia oposta repugna e nos afflige: nós queremos que todos os tempos, todos os homens o julguem e gozem como nós, e diremos sem hesitar, o que não for de nosso sentir ou carecerá de gosto ou o terá pervertido.

É esta circunstância da necessidade do nosso juízo sobre o belo que distingue inteiramente este do agradável. — Do primeiro nós afirmamos a existência, do segundo a sua relação connosco. O quadro da morte da Clorinda na *Jerusalém Libertada* é belo, e que deixe os poetas aquele que tal não o julgar. Um pomo saboroso é para nós agradável, talvez para outrem o não seja, o que nos é indiferente. No primeiro caso julgamos; no segundo exprimimos a ideia da relação particular entre nós e o fenómeno.

A que reduziriam Burke e Delaunay a máxima parte do que escreveram sobre o assunto se tivessem reflectido nesta diferença? Poria um porventura os elementos do belo nas linhas curvas e no macio e tê-lo-ia outro dividido geograficamente como se dividem as raças humanas? Estamos persuadidos que não.

A incerteza acerca do critério do belo não é o único resultado do princípio da imitação: ele também está em contradicção com o da unidade: esta debalde se procuraria nos corpos: as partes do universo coexistem; mas individualmente, e entre indivíduo e indivíduo medeia um abismo que rigorosamente falando nós não podemos eliminar: géneros, espécies, famílias, causas e efeitos necessários são fórmulas do entendimento; são como lhas chama Ancillon muletas da intelligência. Se procurássemos a fugitiva unidade do total do Universo lá mesmo ela seria para nós a nuvem de Ixion. Com efeito, sendo impossível à imaginação acabar a síntese dos fenómenos, ela disse quando cansou — isto é o universo —; mas têm acaso os objectos que produziram essa ideia uma ligação absoluta e uma entre si? — Não: a mente faz uma abstracção semelhante à que faz a história natural deduzindo dos indivíduos géneros, espécies, famílias. O Universo não é senão a repetição indefinida da individualidade.

Parece-nos, pois, que é forçoso ou abandonar a imitação do mundo físico, ou não exigir a unidade nas imitações deste género. Outras razões existem para provar que a mesma dificuldade apresenta a conciliação dos dois princípios no mundo moral; mas nós guardamos essas reflexões mais complicadas para quando voltarmos a este assunto, temendo ser por agora tachados de prolixos.

Do que temos dito concluímos que o belo das imagens, o belo chamado físico não existe nos objectos porque a unidade e a necessidade da sua existência seriam destruídas; mas sem estas duas condições o espirito não o admite. É, pois, em nós, no mundo das ideias que o devemos buscar. Um tipo independente do que nos cerca, deve existir, com o qual a faculdade de julgar possa comparar o belo de uma imagem particular. *Eu* — Não eu, eis o círculo das existências, os dois nómenos fora os quais nada concebemos. Mas nós admitimos o necessário e o uno sem o encontrarmos no que nos rodeia: cumpre, pois, que eles residam em nós como formas da intelligência.

séculos. Eles julgarão como nós os génios que no meio das tempestades políticas consolaram o género humano com a harmonia de seus cantos. Acerca de Lamartine, de Monti, de Schiller, e não só deles, nós damos seguro da posteridade.

Tal é o belo para quem o julgar em sua modalidade necessário e absoluto: uma ideia oposta repugna e nos aflige; nós queremos que todos os tempos, todos os homens o julguem e gozem como nós, e diremos sem hesitar, o que não for de nosso sentir ou carecerá de gosto ou o terá pervertido.

É esta circunstância da necessidade do nosso juízo sobre o belo que distingue inteiramente este do agradável. — Do primeiro nós afirmamos a existência, do segundo a sua relação connosco. O quadro da morte da Clorinda na *Jerusalém Libertada* é belo, e que deixe os poetas aquele que tal não o julgar. Um pomo saboroso é para nós agradável, talvez para outrem o não seja, o que nos é indiferente. No primeiro caso julgamos; no segundo exprimimos a ideia da relação particular entre nós e o fenómeno.

A que reduziriam Burke e Delaunay a máxima parte do que escreveram sobre o assunto se tivessem reflectido nesta diferença? Poria um porventura os elementos do belo nas linhas curvas e no macio e tê-lo-ia outro dividido geograficamente como se dividem as raças humanas? Estamos persuadidos que não.

A incerteza acerca do critério do belo não é o único resultado do princípio da imitação: ele também está em contradição com o da unidade: esta debalde se procuraria nos corpos: as partes do universo coexistem; mas individualmente, e entre indivíduo e indivíduo medeia um abismo que rigorosamente falando nós não podemos eliminar: géneros, espécies, famílias, causas e efeitos necessários são fórmulas do entendimento; são como lhes chama Ancillon muletas da inteligência. Se procurássemos a fugitiva unidade do total do Universo lá mesmo ela seria para nós a nuvem de Ixion. Com efeito, sendo impossível à imaginação acabar a síntese dos fenómenos, ela disse quando cansou — isto é o universo —; mas têm acaso os objectos que produziram essa ideia uma ligação absoluta e uma entre si? — Não: a mente faz uma abstracção semelhante à que faz a história natural deduzindo dos indivíduos géneros, espécies, famílias. O Universo não é senão a repetição indefinida da individualidade.

Parece-nos, pois, que é forçoso ou abandonar a imitação do mundo físico, ou não exigir a unidade nas imitações deste género. Outras razões existem para provar que a mesma dificuldade apresenta a conciliação dos dois princípios no mundo moral; mas nós guardamos essas reflexões mais complicadas para quando voltarmos a este assunto, temendo ser por agora tachados de prolixos.

Do que temos dito concluímos que o belo das imagens, o belo chamado físico não existe nos objectos porque a unidade e a necessidade da sua existência seriam destruídas; mas sem estas duas condições o espírito não o admite. É, pois, em nós, no mundo das ideias que o devemos buscar. Um tipo independente do que nos cerca, deve existir, com o qual a faculdade de julgar possa comparar o belo de uma imagem particular. *Eu* — Não eu, eis o círculo das existências, os dois nómenos fora os quais nada concebemos. Mas nós admitimos o necessário e o uno sem o encontrarmos no que nos rodeia: cumpre, pois, que eles residam em nós como formas da inteligência.

não tiver tipo na natureza nunca será belo. Pobre Homero! Os teus ciclopes, o teu Polifemo, os monstros de Charibdis, enfim teus lindos sonhos devem-nos arrancar uma gargalhada. Tu mesmo, crapulário Horácio, quererás com o teu Pégaso fazer-nos estourar de riso? Com efeito, onde existem as ficções dos antigos monstros da mitologia? Quem viu um homem ou um cavalo alado como o Amor e o Pégaso? Nem se diga que a crença popular lhes tinha dado a existência: isto são palavras que soam mas sem sentido. — Cremos que existir na inteligência não é existir no mundo real. Se a fantasia produziu estas criações elas não foram imitadas, logo não têm modelo, logo não são belas; porque nos persuadimos que a mais duradoura crença nunca poderá fazer que uma coisa seja o que não é. — Vemos, portanto, que para a teoria do verosímil pouco se aproveita a poética do ilustre adulator de Mecenas e de Octaviano.

Talvez Boileau nos satisfaça. Eis o que encontramos nas suas doudas poesias a este respeito:

Rien n'est beau que le vrai. Le vrai seul est aimable (1).

Le vrai peut quelque fois n'être pas vraisemblable (2).

Qual seria a conclusão que tiraríamos destas duas proposições, dispondo-as em forma de silogismo? — Quem respeitar Despreaux não ousará fazê-lo.

Metastásio falando da imitação nos comentários da poética de Aristóteles, nos explica em que consiste o verosímil que o imitador é obrigado a conservar na sua imitação: «O alvo do copista, diz ele, é que a sua cópia possa substituir o original, o do imitador é conservar a *semelhança possível* do objecto sem alterar a matéria sujeita da imitação». Continua depois dizendo que o *admirável* desta consiste nas dificuldades que venceu o artista: o que, em nosso entender, equivale a dizer que o belo consiste em vencer as dificuldades da imitação: lembremo-nos, porém, que por este mesmo tempo Batteux reduzia as artes a um só princípio — a imitação da *bela natureza*; e louvemos a Deus pela unidade de doutrina de uma escola que hoje com tanta arrogância acusa de barbarismo e incerteza todos os princípios literários que não se amoldam aos seus.

Tirou Metastásio da estatuária um exemplo para nos dar a conhecer as diferenças que há entre imitação e cópia, mas tratando-se de poesia, seria talvez bom que nesta o buscasse. Nós o faremos por ele comparando o retrato de Gabriela de Estées por Voltaire, com o de Inês Sorel por Chapelain. — Para os nossos leitores poderem ajuizar transcreveremos ambos:

CHAPELAIN

En la plus haute part d'un visage celeste,
 un front grand et modeste
 Sur qui vers chaque temple à bouillons séparés
 Tombent les riches flots de ses cheveux dorés
 Sous lui
 Deux yeux étincelants sereins
 Au dessous se fait voir en chaque joue éclore
 Sur un fond de lis blanc une vermeille rose
 Qui de son rouge centre épandue en largeur
 Vers les extrémités fait palir sa rougeur.
 Plus bas s'offre et s'avance une bouche enfantine,
 Q'une petite fosse a chaque angle termine,
 Et dont les petits bords faits d'un corail riant
 Couvrent deux blancs filets ...

(1) *Epist.* 9 — v. 43.

(2) *Art. poet.* C. 3 — v. 48.

- VOLTAIRE

Telle ne brillait point au bord de l'Eurotas
La coupable beauté qui trahit Ménélas.
Moins touchante et moins belle, à Tarse on vit paraître
Celle qui des Romains avoit dompté le maître

.....
Elle entrait dans cet âge, hélas! trop redoutable,
Qui rend des passions le joug inevitable.
Son coeur né pour aimer, mais fier et généreux,
D'aucun amant encore n'avait reçu les vœux.
semblable en son printemps á la rose nouvelle
Qui renferme en naissant sa beauté naturelle,
Cache aux vents amoureux les trésors de son sein
Et s'ouvre aux doux rayons d'un jour pur et serein

Quem duvidará que Chapelain imita uma bela mulher com a *semelhança possível* e que no retrato de Gabriela a imaginação nada pode afigurar-se que não seja vago e indeterminado? Quem duvidará também que o primeiro retrato é obra de um borrador e o segundo digno de Albano? Contudo hoje é reputado bárbaro e extravagante quem se ri das regras da velha poética!...

Desde Batteux, Sulzer, Jaucourt e outros, as artes em geral e a poesia em particular foram definidas — a imitação do belo da natureza. Esse princípio se achava nos escritos dos antigos, mas confundido com a ideia de que do artifício da imitação também resultava um prazer semelhante ao produzido pelo belo. Muito devemos a estes críticos; aliás, fugindo constantemente da natureza para a arte e desta para aquela, a velha poética salvaria uma grande parte dos seus cânones dos olhos investigadores da filosofia. Era isto misturar a noção do agradável com a do belo. Os modernos, reduzindo a poesia à imitação deste, caíram, em nosso entender, num erro análogo confundindo-o com o bom.

Diderot disse que no útil consistia o belo — Watelet que o era tudo o que preenchia o seu fim. Mr. Lemercier dá como causa final das letras a utilidade. Mendelssohn creu-o a expressão sensível da perfeição, e ao seu sistema semelha o de Mr. Laurentie acerca do belo intelectual. Todos estes enunciados se podem reduzir ao de Mr. de Bonald — o belo absoluto é sinónimo de bom. Não sabemos o que Marmontel e Laharpe opinaram, porque temos a infelicidade de não entender as suas definições.

Os sensualistas do século passado, depois de um longo rodeio, voltaram à confusão do agradável e do belo; e os espiritualistas daquele século e do nosso foram progressivamente tirando o belo da natureza física e colocando-o somente na moralidade, ou criando uma coisa chamada *belo relativo* que, ou não existe ou é o mesmo que o agradável.

Mr. Laurentie escreveu um volume para mostrar aos bárbaros inovadores que o bom e o belo moral eram inseparáveis: neste livro toma o pobre Kant para a sua alma, visto que, por culpa dele, foi enxovalhado o rico e harmonioso idioma de Pascal e Bossuet com o *Eu e Não-eu*. Até aqui bem vamos. Se Kant fosse vivo, como causa primeira de se cometer tão horrendo atentado, devia acabar numa fogueira: e nisto, cremos, conviria Mr. Laurentie, porque nos seus escritos alguma pena mostra de ter visto findar as assaduras dominicanas. Mas no que não tem razão é em insultar a memória do venerável professor de Königsberg [1], que estabeleceu antes dele a mesma verdade, como mostraríamos se este escrito comportasse

[1] Referência a Kant.

uma exposição da doutrina daquele filósofo acerca do juízo estético. Não seria melhor que Mr. Laurentie, antes de decidir com um tom tão dogmático e magistral estudasse primeiramente as opiniões que intentava impugnar? Semelhante altivez não nos parece concordar com a humildade evangélica própria de um bom cristão como Mr. Laurentie! (1)

Insistimos na diferença do bom e do belo, porque o grande nome de Mendelssohn se coloca naturalmente à frente dos que os declaram idênticos. Esta ideia se encontra já na filosofia neo-platónica e talvez no *Hípias maior* do mesmo Platão, de cujas opiniões Mendelssohn não estava mui longe. O que Mr. de Bonald e Alletz disseram sobre este ponto funda-se inteiramente naquelas doutrinas.

Porém serão elas verdadeiras? Nós cremos que não. A perfeição de qualquer coisa é o complemento de seus fins, e estes devem ser bons, aliás não se daria aquela. Disto resulta sempre um interesse, quer no moral quer no físico, o que supõe uma existência real: porém o sentimento do belo é desinteressado e não carece de ser acompanhado do de existência. Os jardins de Alcínoo, a ilha de Vénus, não seriam mais belos se os crêsemos existentes fora da *Odisseia* e dos *Lusíadas*. A imaginação é quem nos presta a ideia de que resulta o juízo acerca do belo: o bom nasce de uma ideia determinada pela razão; porque, para julgar uma coisa boa e perfeita, é preciso saber para que serve, qual seu alvo, quais suas relações: um edificio irregular, mas cómodo e reparado, será bom, porque satisfaz o seu alvo objectivo: a Vénus de Medicis chama-se bela, porque satisfaz, por uma ideia da imaginação, o jogo das nossas faculdades quando a comparamos com o ideal do belo humano.

Dissemos que o belo moral é sempre acompanhado do bom. Concorrendo nisto com as opiniões actuais dos literatos puros, julgamos não ser preciso prová-lo e portanto nos absteremos disso. O pouco que notámos basta para se ver em que consiste a diferença das duas ideias no mundo da moralidade.

Cremos ter indicado, bem que mui de leve, as dificuldades e por ventura contradições que encerra uma poética respeitada por tantos séculos. Mas desde Aristóteles estava apontado, e por ele mesmo, o vício da sua construção. Aplicando à *Iliada* os cânones que tinha estabelecido e que julgou ter deduzido dela, achou que às vezes eles falhavam, e viu-se obrigado a dizer que as regras se podiam pôr de parte quando o belo assim o exigisse. Não é deste modo que nós concebemos a poesia. Seus preceitos devem ser imprescritíveis sendo deduzidos do belo e de suas condições. De que modo o nosso critério pode ser seguro, ter este carácter de necessidade que a consciência requer, sendo incertos os seus meios? O jogo de arguições e réplicas que constituem o capítulo 25 da sua poética seria digno de um sofista, não do maior filósofo da antiguidade: elas fariam luzir um estudante das nossas aulas de retórica em uma sabatina; mas para o estudo da literatura parece-nos que de nada servem.

Tendo até aqui procurado derribar, cumpria edificar agora: mas não escrevendo um livro, nem possuindo para isso o cabedal necessário, apenas

(1) Talvez alguns dos nossos leitores estranhem o modo por que tratamos um escritor acreditado e ainda vivo. Nós sabemos que a urbanidade é o principal dever de quem impugna qualquer opinião: mas confessamos que não pudemos resistir à tentação. Mr. Laurentie é um defensor do absolutismo, e muito mal tratou a causa da nossa pátria no seu exame da Carta portuguesa. É uma pequena vingança literária que se nos deve perdoar

lançaremos os primeiros traços dos (quanto a nós) unicamente verdadeiros fundamentos de uma poética razoável, para estabelecer a teoria da unidade de um modo mais conforme à razão, e ao mesmo tempo mais concorde com os grandes monumentos literários.

A poesia é a expressão sensível do belo por meio de uma linguagem harmoniosa.

O belo é o resultado da relação das nossas faculdades, manifestada como jogo da sua actividade recíproca.

Esta relação consistirá na comparação da ideia do objecto com uma ideia geral e indeterminada: a harmonia dela resultante produzirá o sentimento do belo: esta harmonia será subjectiva, residirá em nós; e a sua existência *a priori* necessária e universal.

Como composta a ideia do objecto leva consigo a variedade; como geral o outro termo da comparação é puramente subjectivo e consequentemente uno.

A condição, pois, do belo é a concordância da variedade da ideia particular com a unidade geral: condição que é portanto necessária em todos os juízos acerca do belo.

Mas existindo essa harmonia no jogo das faculdades e requerendo-se para ela a unidade, esta será subjectivamente absoluta, e tudo o que na ideia particular do objecto não estiver em relação com ela nunca poderá ser julgado belo.

Tanto nos basta da longa e difícil teoria do belo e sublime para o nosso intento. Na sua aplicação restringir-nos-emos aos poemas narrativos, porque os outros, sobretudo os dramáticos, exigiram um mais amplo desenvolvimento que não comporta este escrito.

Dos princípios que apresentámos e que em parte as antecedentes observações pediam, se colhe o sempre imprescritível cânone da unidade, porém esta colocada mui longe donde os antigos a collocavam. É uma ideia geral e indeterminada que a torna necessária: a acção não é mais do que a série de variedades que devem, digamos assim, dar um som unísono com a ideia geral e una. Será, pois, em nosso sistema o primeiro passo a dar no exame de qualquer poema o buscar qual foi essa ideia, esse *deus in nobis* que constrangeu o poeta a revelar-se ao mundo em cantos harmoniosos. Nós a buscaremos nos cinco mais célebres poemas da Europa — a *Iliada*, — a *Eneida* — o *Orlando furioso* — os *Lusíadas* — e a *Jerusalém libertada*. Se a teoria for verdadeira acharemos essa ideia: as partes que os constituem serão concordes com ela; aliás estes poemas cessarão para nós de ser considerados como absolutamente belos, e ficaremos persuadidos de que a Europa inteira se enganou tendo-os por modelos do gosto.

Antes, porém, de tudo convém sujeitá-los a um exame cujo norte seja o que a antiga poética exige para julgar semelhantes produções. Sere-mos severos neste exame, mas limitar-nos-emos ao *mais importante* princípio — o da unidade de acção, a que nós temos a infelicidade de não dar valor algum. Com este nos contentamos, que de outro modo faríamos em vez de um artigo um volume.

Quem será nosso guia para ver em que essa unidade consiste? Aristóteles: ninguém o recusará. Ele é o único escritor original sobre tais matérias: os que vieram depois dele o copiaram, o comentaram e talvez demudaram suas ideias. Diz Dacier que todas as poéticas se reduzem à do Stagyrita, e por outra parte Mr. Lemercier nos assegura ser bastante para constituir um perfeito crítico em poesia o entender bem as poéticas de Aristóteles, Horácio, Vida e Despreaux. Reunindo, pois, as opiniões de dois

tão ilustres literatos parece-nos que nesse escrito do velho grego devemos buscar a norma de nossos juízos para avaliar os poetas.

Busquemos lá, com efeito, em que a unidade consiste. Achá-lo-emos no capítulo 8. *Serão, diz ele, as partes de uma acção de tal geito ligadas entre si, que tirada ou transposta uma, fique tudo destruído ou mudado.*

São os episódios que na epopeia constituem essas partes da acção, rigorosamente falando. Assim o julga Dacier e a *Enciclopédia*: assim o cria Voltaire dizendo que os episódios semelham aos membros de um corpo robusto e bem afigurado. Um episódio, pois, que sendo omitido deixa a acção inteira, inserido nela destruirá a sua unidade. Mas ficará, porventura, incompleta a acção da *Iliada* se lhe tirarmos o longo trecho da descrição das naus gregas e o muito mais longo do funeral de Pátroclo? Cremos que não, e que portanto se, pela poética de Aristóteles julgarmos a *Iliada*, dela desaparecerá a unidade.

Diz mais o crítico grego, no começo deste capítulo, que a identidade do herói principal nunca estabelecerá a unidade, quando as acções forem múltiplas. Ora, quem é que une a primeira metade da *Eneida* à segunda? — Apenas o herói. Tudo é novo depois da sua chegada à Itália. Novas são as aventuras, novas são as personagens secundárias. É o mesmo Virgílio quem nós indica a duplicidade da acção do seu poema. A exposição da *Eneida* estava plenamente desenvolvida no fim do sexto livro, e assim, logo no principio do sétimo, ele nos avisa que vai contar uma nova ordem de coisas (1). Podemos, pois, afirmar afoitamente que na *Eneida* falta a unidade.

Quanto aos *Lusíadas* nada é preciso dizer. Salta aos olhos que a história dos doze de Inglaterra, o assassinio de D. Inês, têm tanto com a acção do descobrimento da Índia com a da *Odisseia*.

Todos acham bellissimo o *Orlando furioso*, ainda ninguém o achou uno. A distinção de poema heróico, de poema romance, de Dubois, Fontenelle, e de Mr. Lemerrier nada mais é do que a impotência absoluta de aplicar a certas produções as regras da antiga poética.

A *Jerusalém libertada* é o poema que mais parece ajeitar-se aos preceitos clássicos pelo que toca à unidade. Entretanto qual é a acção do poema? A conquista de Jerusalém: e acaso conduziria o episódio de Olindo e Sofrónia para o seu êxito? Certo não. Além disso, a acção da *Jerusalém conquistada* é a mesma; o poeta mudou vários episódios e ela continuou a ser a da *Jerusalém libertada*, apesar de Aristóteles.

Vejamos, segundo o nosso modo de julgar, se uma ideia geral e indeterminada pode estabelecer a unidade na série de acções, de quadros e de descrições que constituem estes cinco poemas.

No tempo de Homero a história grega apresentava só um grande feito, a conquista e ruína de Tróia. Uma grande ideia ocupava a mente do poeta e esta ideia era a glória da Grécia. Foi, pois, à roda dela que Homero aglomerou as variedades que lhe diziam respeito. Onde existiam elas? Unicamente na memória das batalhas pelejadas junto aos muros de Tróia: mas uma parte dessa história era vergonhosa para os gregos. Ou admitamos qualquer das opiniões referidas por Heródoto acerca da queda daquela populosa cidade, ou as narrações de Trifiodoro e do suposto

(1) Major mihi rerum nascitur ordo:
Majus opus moveo — 7, 44.

Dictys, a nódoa de fraqueza, quando não de dolo, sempre parece vir manchar os gregos. Neste caso o poeta repeliu todo o odioso da história e aproveitou ou inventou o que dava um som unísono com a ideia que o dominava; assim, na *Iliada* tudo a ela tende; assim, o poema começa quando a falta de Aquiles deixa fulgir o valor dos outros heróis e acaba quando a morte de Heitor devia, bem pelo contrário da verdade histórica, fazer cair Tróia e dar a vitória aos gregos. Da era a mais gloriosa da semi-bárbara Grécia, foram os sucessos de poucos dias que Homero escolheu para objecto de seus cantos; mas estes dias eram os mais belos daquela época memoranda; neles tiveram lugar os mais brilhantes feitos de guerra tão acintosa, e o poeta ainda os tornou mais admiráveis com os traços vigorosos do seu pincel divino.

Os caracteres dos heróis da *Iliada* são todos agigantados e o valor destes rude, como o podia conceber a mente de Homero; mas os valentes de Tróia são sempre homens, enquanto os da Grécia são muitas vezes semi-deuses. O mesmo Heitor, que hoje (nós pelo menos) achamos a personagem mais interessante da *Iliada*, e que parece vir destruir a opinião de que a unidade exista neste poema por uma ideia vaga da glória pátria, é uma prova do princípio que estabelecemos. Para julgar Homero é preciso colocar-nos no seu tempo e no seu país. O amor paternal e conjugal por que Heitor nos interessa, não era para os antigos, sobretudo nos tempos primitivos, o mesmo que para nós. A robustez de braço e de coração era a principal virtude, e os affectos morais estavam apenas esboçados nessas sociedades nascentes. Por isso ele devia interessar, não despedindo-se de Andrómaca, porém combatendo por uma causa que reputava injusta, mas que se tinha tornado a da pátria; não por suas virtudes domésticas, mas pelas virtudes públicas e por seu valor quase igual ao de Aquiles.

Foi por causa deste que Homero desenhou tão amplamente o carácter de Heitor. Com efeito, aquele guerreiro que viu fugir ante si Diómedes, o vencedor de um nume (1), cai vencido e morto aos pés de Aquiles. Quanto este devia parecer grande entre um povo que olhava o valor e a força como o dote mais digno do homem, e qual seria a ufania e a glória de um país cujos filhos assim sobrelevavam os numes.

Alguém crê dever notar o haver-nos Homero pintado Aquiles arrasando a cadáver do seu inimigo à roda dos muros de Tróia. Parece-nos também nascer isto de se julgar os antigos por nossas actuais ideias. Nós vemos que para a maior parte das virtudes sociais eles não tinham divindades particulares; contudo havia-as para a amizade. Certo é, pois, que esta nobre paixão tinha preço e valia entre eles. Esqueçamo-nos das virtudes que devemos unicamente ao Cristianismo, constituamo-nos gregos, e vejamos qual de nós não faria o mesmo no momento da vingança e da cólera. Somente aquele desgraçado que não possuísse um amigo.

Se assim examinarmos toda a *Iliada*, acharemos sempre a ideia de glória pátria servindo de nó a este admirável poema que hoje se despreza por moda, crendo-se que nisso consiste o romantismo. Já lemos numa enfiada de versos, de que não era possível ler vinte sem bocejar, que Homero fazia dormir. Ao menos quem assim calca aos pés o velho trovador da Grécia não corre o risco de lhe acontecer o caso do soldado liliputiano que meteu a lança pelo nariz de Gulliver. Homero já não espirra. Que pensariam tais críticos poetas se lhes disséssemos que a *Odisseia*, quanto às imagens e mesmo às formas, tem muitíssimos caracteres próprios da poesia romântica? Certamente não nos entendiam. Não é em chamar ridículo ao

(1) *Iliad.*, 5.^a.

que é belo, nem em destemperos que deve consistir a ingenuidade das modernas opiniões literárias (1). Mas passemos a Virgílio.

Foi na época deste que Roma caiu em terra e que Cépias se assentou sobre uma campa da pátria. Todos sabem a história dos feitos romanos e a glória que os cerca: mas a glória acaba onde a escravidão começa. Nesta transição apareceu Virgílio que, talvez exemplo único, sabia mendigar as migalhas de um tirano e nutrir ideias generosas. As recordações da república, as memórias de um povo que já não existia reclamavam as canções do poeta. Esta ideia o agitava e ela gerou a *Eneida*. Porém o cortesão não podia no palácio de Augusto, nos banquetes da prostituição, ao som dos grilhões de Roma, entoar um hino em que a lembrança da liberdade se associaria a quase todas as imagens, a quase todos os sentimentos. Por outro lado a grinalda dos louros romanos partia de uma caverna de saltadores: nascia de um ponto negro como o em que findava. Este podia ilustrá-lo Virgílio; uma messeniana (2) e um punhal bastavam; mas ele queria gozos e repouso: Augusto ameigava-o, e o manhoso Mecenas dava-lhe os meios de satisfazer seus vergonhosos apetites. O mal denominado epicurismo que dominava na cidade eterna e que tanto contribuiu para ela deixar de o ser, o fazia olhar a vida feliz como um bem que se devia conservar mesmo à custa da moralidade. Tudo contribuiu para envilecer Virgílio, e notemos que até no seu estilo encontramos a prova disso. Aquele lavrado, aquele *molle atque fecetum* que Horácio achava em seus versos não sabemos o que tem de análogo às palavras suaves e atractivas de um homem abjecto quando adula o seu patrono. Porque haverá tantas semelhanças entre as pessoas do tempo de Luís XIV que dava pensões aos poetas e as do século de Augusto que lhes dava também de comer? Porque serão eles nestas duas épocas modelos de perfeição, pelo que toca ao bem obrado do estilo, sempre em proporção de seus serviços e da sua frequência nos passos dos Reis e dos grandes da terra?

Na impossibilidade de cantar os romanos, quando dignos deste nome, somente restava a Virgílio um meio de satisfazer essa ideia de glória pátria, desse Deus que o agitava, o colocar um monumento espantoso no berço obscuro da sua nação: ele o fez, e a *Eneida* foi este monumento. Não tendo como Homero ao menos um pequeno cabedal de realidade, ele arrancou da fantasia todo o seu edificio, edificio o mais bem acabado que neste género conhecemos. Porém observemos que ele desenhou os caracteres dos seus heróis mui diferentes dos da *Iliada*. Os desta são rudes mas sublimes, os da *Eneida* são macios e cuidados, mas geralmente mesquinhos. No poema grego surgem, interessam individualmente os Ajaces, Diómedes, Ulisses, Agamémnon e tantos outros; no latino os heróis secundários deslizam pelo poema, como as turbas de Roma deslizavam por uma existência sem significação debaixo dos pés do César. De todos os troianos, acabada a leitura da *Eneida*, apenas nos recordamos do filho de Anquises: Acates, Gias, Cloanto sumiram-se como sombras. O mesmo Eneas tem um certo ar hipócrita que desagrade aos homens singelos e o coloca a seus olhos bem longe de Aquiles. Foi a influência do século quem fez Virgílio, nesta parte tão inferior a Homero: se o poeta tivesse vivido no tempo dos velhos romanos, nós não possuiríamos hoje a mais agradável

(1) O nosso sócio o Sr. Castilho teve também o seu *quinhom* de crítica na referida moxinifada romântica. Cremos piamente que ele riu tanto como teria rido o bom do Homero se fosse nosso contemporâneo.

(2) Aludimos às Messenianas de Barthelemy e às de Mr. Delavigne, de que talvez as primeiras deram a ideia. Das últimas lembrámo-nos principalmente da de Waterloo.

porção do 4.º livro da *Eneida*. Dido não teria sido seduzida e abandonada, embora isto contribua, e muito, para satisfazer a ideia principal do poeta. Uma imoralidade tão vil, o ludibriar a hospitalidade e a fraqueza só podia caber a um herói inventado na época dissoluta da queda da república romana. Afora isto nós não podemos deixar de admirar Eneias; e apesar da corrupção do século e da própria, Virgílio soube ainda dar um ilustre fundador à sua pátria. De todos os restos de Tróia só dele precisava o poeta, assim é que só ele resplandece no meio dos seus troianos, enquanto os guerreiros da Hespéria, Turno, Palante, Lauso, Camila, têm muitas vezes uma cor homérica. Estes eram filhos da Itália e a Itália era o solo que viu nascer Virgílio. Quando Voltaire, acabando de ler a *Eneida*, achou que Turno interessava mais que Eneias, disse que apesar da falta da unidade de interesse não ousava repreender Virgílio. Nem havia de quê: e unidade de interesse tem tanta validade como a de acção. Qualquer dos dois que interessasse principalmente, a ideia geral estava preenchida. Nos belos dias de glória de Roma, todos os povos do Lácio estavam fundidos no romano e as suas recordações nas deste. Escondesse o filho de Vénus o covil de Rómulo com o seu escudo celeste, o fim de sua existência estava satisfeito, e o poeta podia na série das variedades buscar as que bem lhe parecessem para com elas tirar um som acorde com a ideia que o dominava. Segundo nosso modo de pensar em literatura, muitos defeitos que têm sido associados à *Eneida* não existem nela. Em nenhuma coisa ofendeu Virgílio os princípios eternos do belo, senão quando o século com sua peçonha pôde mais do que o génio extraordinário do poeta. Ele não teria igual se tivesse sido livre.

A ordem das ideias exige que desprezemos a das datas. Circunstâncias há, como o leitor verá, que nos obrigam a falar dos *Lusíadas* em seguimento aos dois grandes poemas da antiguidade, e a unir as reflexões acerca do Orlando às que temos de fazer acerca da *Jerusalém*. Os *Lusíadas* são o poema onde mais aparece a necessidade de recorrer a uma ideia independente da acção para achar a imprescritível unidade, e o seu título nos revela logo a mente de Camões. Não foi, quanto a nós, o descobrimento da Índia que produziu este poema: foi sim a glória nacional. Esta ideia bela, pura, imensa, como a alma de Camões, gerou os *Lusíadas*. A unidade, que procurada de outro modo não pode encontrar-se neste poema, se encontra logo encarando-o por esta maneira. Era o feito mais espantoso da história portuguesa que servia de frontispício à longa colecção de maravilhas que ela oferecia; foi por ali pois que rompeu a canção nacional que entoou Camões; mas todas as recordações de Portugal, mesmo as suas débeis esperanças, estão consignadas nos *Lusíadas*. Não é um facto que ele cantou; são mil factos, mas unidos todos por um ponto, a ideia do renome português. Camões lançou mão de nossos anais, rasgou e maldisse suas páginas negras, e arrojou o resto à eternidade. As diferentes feições morais traçadas no seu poema têm uma individualidade que não cede, em nossa opinião, à das personagens da *Ilíada* ou da *Jerusalém*, mas todas com um ideal eminente de belo ou de sublime. Poucos sentimentos houve de que o poeta não revestisse algum de seus compatriotas, e se Mr. de Chateaubriand acusa Tasso de ter esquecido o mais puro de todos eles, o da maternidade, não poderia dizer o mesmo do nosso Camões, que por este lado, despindo-nos de qualquer prevenção nacional, não podemos deixar de chamar *divino*. Se nisto ninguém o excede, talvez ninguém o iguale em aglomerar num quadro selvas tão densas e variadas de imagens e sentimentos. Diz Mr. J. B. Say que a descrição da partida dos portugueses para

o descobrimento da Índia é mais do que a narração de um embarque. Nós dizemos que pouco achamos neste género que assemelhar-lhe.

Chegando a este trecho dos *Lusiadas*, cremos estar vendo ondear na praia do Restelo um tropel imenso de pessoas de todas as condições e idades; cremos descobrir no gesto, nas expressões de cada uma delas, a multidão de ideias, de paixões que tal espectáculo devia excitar, e quando elas acabam de passar diante de nossos olhos, um velho lá surge e fluem da sua boca as palavras da sabedoria. Nós o escutamos: a vida exterior nos esquece: o ancião nos fez pensar sobre a vaidade de nossas paixões, sobre o nada de nossas esperanças; e o poeta terminando aqui e com arte suma um canto do poema, é que nos vem despertar da nossa meditação, abrindo o seguinte canto com estes versos, que exigem uma expressão vagarosa, semelhante ao modo por que um homem embebido em reflexões as deixa, e começa a volver os olhos para os objectos que o rodeiam:

Estas sentenças tais o velho honrado
Vociferando estava, quando abrimos
As asas ao sereno e socegado
Vento, e do porto amado nos partimos.

Tal é sempre um poeta livre, celebrando as memórias de uma nação ilustre. Tal é Camões a quem não pôde envilecer nem a desventura, nem o ar da corte de D. João III e de seu iludido e absoluto neto, ar já apestado pela escravidão. Assim talvez o único defeito dos *Lusiadas* seja o seu absurdo maravilhoso, que ele deveu ao século, e de que mesmo poderíamos tirar um argumento a favor da imensidade do génio de Camões, se o espaço deste artigo já demasiado longo no-lo permitisse.

A admiração e o respeito que lhe consagramos nos fez desviar um tanto do nosso objecto: mas seja-nos isto desculpado. Só por Camões nós os portugueses seríamos grandes. Opróbrio da Europa nos tempos modernos, era debaixo da sua coroa de louro e das de antiga glória, que já começavam a desfolhar-se quando ele a cantou, que nós nos abrigávamos para ainda entre os estranhos ousar dizer o nome de nossa pátria. E esta com que retribuiu ao poeta? Nem com um amigo. O seu António era filho da Ásia. E em nossos dias levantou-se um verme da terra para insultar sua memória. Desonra eterna àquele que pretendia despedaçar-nos nosso último título de nobreza, nosso último consolo no meio da infâmia e das desditas! [1]

Ariosto e Tasso não tinham pátria, porque é não tê-la o nascer numa terra de servos. Deste modo as duas ideias que dão unidade a seus poemas são duas ideias gerais mas estranhas como tais à Itália, — a cavalaria e as cruzadas.

A segunda parece conter-se na primeira, mas considerada em si é tão geral e tão indeterminada como ela. O que é a cavalaria? É o espírito humano modificado de certo modo. O que são as cruzadas [2]? A resposta do Cristianismo à terrível pergunta que lhe fizera o islamismo quando os sarracenos invadiram a Itália, a Espanha e uma parte da França. Qual de nós dominará a terra? Esta era a pergunta: a resposta foi o som das armas nos plainos de Ascalon, o estrondo das portas de Jerusalém estalando aos embates dos arietes de Godofredo. Incerta como a pergunta do maometismo foi a réplica da cruz. Vagas como o seu resultado, estas invasões

[1] Referência ao padre José Agostinho de Macedo.

[2] Herculano escreveu em *O Panorama*, vol. II n.º 46, 1838, pp. 85-86, um artigo sobre «As Cruzadas» (Vide vol. 7 desta edição).

longínquas têm uma certa magnificência moral, digamos assim, uma certa demasia de entusiasmo religioso, de generosidade e de valor que esses gélidos filhos do século XVIII, esses compiladores e discípulos da *Enciclopédia* escarneceram, porque eram incapazes de sentir profundamente o belo e sublime desse todo histórico das cruzadas. Foi, pois, a ideia geral de Ariosto uma época brilhante; a de Tasso, a luta e vitória da cruz contra o crescente. As variedades relativas à primeira, eram em muitíssimo maior número do que as relativas à segunda; assim o *Orlando* é mais variado do que a *Jerusalém*. Multiforme, como a vida de um cavaleiro, a Idade Média se apresentou a Ariosto ora sublime, ora bela, ora ridícula nas suas variedades imensas, e se *Orlando* tem muitas vezes um carácter de verdade objectiva, isso, em vez de servir de argumento a favor da imitação, unicamente prova haver-se muitas vezes quase realizado o ideal nesses tempos heróicos das nações modernas ⁽¹⁾. Faltam a Tasso amiúdo as cores locais, a verdade dos costumes, porque a sua grande ideia tinha um lado extremamente moral, e nos costumes e no histórico das Cruzadas havia muita coisa em desarmonia com ela. O poeta substituiu tudo isso por ficções de cores muito mais belas, e a *Jerusalém* ficou sendo um canto admirável elevado em honra do cristianismo e do entusiasmo dos baixos tempos.

Tasso respeitava as regras: a *Jerusalém conquistada* foi o fruto desse respeito. Felizmente a *Libertada* já era pública: aliás o poeta perseguido pelos preceitos e pelos pedantes teria destruído a sua obra-prima para nos deixar um poema que ninguém hoje lê. Seria mais um mal produzido pelo fanatismo literário; e apesar de Galileu e de Dureau Delamalle, nós folgamos que tal não acontecesse ⁽²⁾.

Passámos de leve na aplicação de uma parte de nossos princípios aos cinco mais célebres poemas da velha e nova Europa, porque não era compatível com a brevidade o fazê-lo de outro modo; por essa razão fomos talvez obscuros. Ser-nos-á porventura dado algum dia tratar desta matéria, fora de uma folha periódica: então mostraremos que esta nova teoria não é tão horrível como agora parecerá a muitos; nem se nos levará tanto a mal a nossa impiedade literária, quando, mais miudamente, fizermos surgir do caos da antiga crítica suas contradições e absurdos.

Mas, pretendendo destruir o sistema da escola clássica, não somos nós românticos? Alguém nos terá como tais: cumpre portanto que nos expliquemos. Na verdadeira acepção do termo ele é o nosso símbolo; porém este símbolo nada tem em rigor com aquilo acerca de que havemos falado. Tratámos das formas da poesia. As modernas opiniões dos verdadeiros românticos versam sobre a sua essência. Verdade é que a teoria do belo, que indicámos apenas, dá a razão da maior parte dessas mesmas opiniões, cujo exame nos absteremos de encetar. Diremos somente que somos românticos, querendo que os portugueses voltem a uma literatura sua, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a pátria mesmo em poesia: que aproveitem os nossos tempos históricos, os quais o Cristianismo com sua doçura, e com seu entusiasmo e o carácter generoso e valente desses homens livres do norte, que esmagaram

⁽¹⁾ Em um curso de literatura como nós o concebemos daria matéria esta ideia, aqui apenas enunciada, a dois capítulos interessantíssimos, o da teoria do agradável e o da poesia nacional, ou dos objectos da poesia moderna.

⁽²⁾ É curioso ver as observações de Galileu acerca da *Jerusalém libertada*, as quais jaziam inéditas e foram publicadas em 1793, assim como o é ler a dissertação de Dureau Delamalle comparando os duas *Jerusaléns*, a qual vem no fim do tomo I da *História das Cruzadas* de Mr. Michaud.

o vil império de Constantino, tornaram mais belos que os dos antigos: que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, agradáveis para eles, mas ridículos para nós e as mais das vezes inarmônicos com as nossas ideias morais: que os substituam por nossa mitologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela filosofia e pela moral na lírica. Isto queremos nós e neste sentido somos românticos; porém naquele que a esta palavra se tem dado impropriamente, com o fito de encobrir a falta de gênio e de fazer amar a irreligião, a imoralidade e quanto há de negro e abjecto no coração humano, nós declaramos que não o somos, nem esperamos sê-lo nunca. Nossa teoria fôra a primeira a cair por terra diante da barbária desta seita miserável que apenas entre os seus conta um gênio, e foi o que a criou: gênio sem dúvida imenso e insondável, mas semelhante aos abismos dos mares tempestuosos que saudou em seus hinos de desesperação: gênio que passou pela terra como um relâmpago infernal, e cujo fogo mirrou os campos da poesia e os deixou áridos como o areal do deserto; gênio enfim que não tem com quem comparar-se, que nunca o terá talvez, e que seus exagerados admiradores apenas têm pretendido macaquear.

Falamos de Byron. Qual é, com efeito, a ideia dominante nos seus poemas? Nenhuma ou, o que é o mesmo, um cepticismo absoluto, a negação de todas as ideias positivas. Com um sorriso espantoso, ele escarneceu de tudo. Religião, moral, affectos humanos, mesmo a liberdade e a esperança foram seu ludíbrio. A leitura dos seus poemas só produz, em geral, descoroçoamento ou antes desesperação. Byron é o Mefistófeles de Goethe lançado na vida real. — Virtude e crime, pudor e impudência, glória e infâmia, que montam em seus cantos sinistros? Mas o homem, ser imortal, passageiro em um mundo transitório, não nasceu para o cepticismo, para um estado violento, porque ele precisa crer, quando mais não fosse ao menos na voz esperançosa ou ameaçadora da consciência: infeliz, pois, daquele que ao acabar de ler Byron não sente no coração um peso insuportável: a sua alma será tão escura e tão vazia como a deste poeta sublimemente destruidor. De sua escola apenas restará ele; mas como um monumento espantoso dos princípios do gênio quando desacompanhado da virtude. Dos seus imitadores diremos só que eles farão com seus dramas, poemas e canções em honra dos crimes, que a Europa, volvendo a si, amaldiçoe um dia esta literatura, que hoje tanto aplaude. Nossa profecia se verificará, se, como cremos, o género humano tende à perfectibilidade, e se o homem não nasceu para correr na vida um campo de lágrimas e despenhar-se pela morte nos abismos do nada. No meio das revoluções, na época em que os tiranos, enfurecidos pela perspectiva de uma queda eminente, se apressam a esgotar sobre os povos os tesouros da sua barbaridade: enquanto dura o grande combate, o combate dos séculos, os hinos do desespero soam acordes com as dores morais; mas quando algum dia a Europa jazer livre e tranquila, ninguém olhará sem compaixão ou horror os desvários literários do nosso século. Muitos mesmo não os entenderão.

ANEXO 4

A NOITE DO CASTELO E OS CIÚMES DO BARDO, Poemas seguidos da Confissão de Amélia, pelo Sr. A. F. de Castilho. Lisboa 1836, 1 — vol. — 12.º

Quando no xv século ressurgiram as letras, e os monumentos literários da Grécia e de Roma começaram a ser estudados, a formosura quase constante da sua execução e mesmo o grandioso que às vezes aparecia na sua traça, arrebataram o espírito dos povos da Europa, ainda atrasados na senda das letras. As formas clássicas se prenderam logo à Poesia e dentro em pouco às artes plásticas. Perderam-se breve todas as feições nacionais em literatura. As paixões reveladas pelos nossos poetas ou indicadas pelos monumentos foram em geral ignóbeis, ou positivas e compreensíveis. Aquela fonte insondável de sentimento profundo, que o génio cavaleiroso dos povos do norte, a esplêndida imaginação dos Árabes, e mais que tudo o cristianismo rico de ideal, de esperanças e de sustos, tinham aberto nos corações, já por si ferventes, dos povos do sul, estancou-se progressivamente na república dos poetas e dos artistas, se fizemos uma excepção na estatuária e na pintura, únicas artes que ganharam por ventura no estudo dos antigos. Esse amor comum na Idade Média, que nem vergavam desventuras, nem desprezos apagavam, nem a morte mesma partia, que não carecia de gozos para se alimentar, tornou-se um amor sensual e abjecto. A generosidade circunscreveu-se; e se o valor não acabou para as canções, foi porque o desejo de domínio e da superioridade é indestrutível no homem, e o valor é uma das expressões deste desejo: se não se acabou também, foi porque nos modelos antigos a coragem, ainda que muito mais mesquinha do que nos costumes modernos, era contudo assaz grande e poética. Assim a imaginação que cria se afastou da imaginação que gera os actos, isto é, a arte deixou de ser o eco da actualidade da vida, e tornou-se frutuosa só para os eruditos que metódicamente julgavam por um tropel de regras gélidas e de convenção essas concepções que haviam deixado de ser um nobre arrojado da alma, um som sublime da consciência da immortalidade. A beleza da poesia consistiu então em vencer dificuldades.

Quando o génio surgiu no meio de uma literatura assim apoucada, lhe era quebrar essas peias de invariável imitação que os pedantes lhe pretendiam lançar, porque ele precisava ser entendido e sentido pelas turbas, e achar paixões virgens que despertar em corações não quebrados pela fantasmagoria dos preceitos. Eles o alcançaram; e as estâncias de Tasso retumbando das bocas dos barqueiros nas margens do Brenta e do Adige, e os Romances de Bürger cantados em sons monódicos à lareira nas longas noites da Germânia, e as trovas de Beranger repetidas por milhões de bocas em todos os ângulos da França, dizem mais a favor da poesia em que transluz a nacionalidade, do que largas dissertações metafísicas. Esses cantos repetidos na Itália e na Germânia, talvez sobre as cinzas dos dois poetas já mortos, e que ressoarão na França sobre a campa do Trovador Beranger, são para aqueles e serão para este um consolo por certo. Mas também por certo este sussurro glorioso não alegra as sombras dos Sannazares, dos Boileaux e dos Ferreiras.

* Na secção de «NOVAS PUBLICAÇÕES PORTUGUESAS» do *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, n.º 1, Abril, 1836, pp. 27-28. (Tem a assinatura Alexandre Herculano CARVALHO).

A *Noite do Castelo* é um poema em que seu Autor procurou sacudir quanto pôde as recordações clássicas; e nesta tentativa foi quase sempre feliz. O ciúme de um amante mal-fadado é a ideia de fogo que imprime em todo ele o selo indispensável da unidade. A esta ideia se prendem todas as outras. Traduzida em um factó, agregam-se a este os incidentes mais dramáticos, que em harmonia com ele era dado excogitar. Em nosso entender, o poema quase sempre belo é por vezes sublime. Nós não receamos de apontar como um exemplo desta poesia que alarga a órbita do espírito, que é mais pelo que deixa a pensar do que pelo que nos diz, a seguinte passagem

Partiu. Um pouco há já que a torre é muda, etc.

até

Morte que o rei da torre está bradando.

Quem se não lembra dos sustos e da credulidade da infância, e para quem deixa de ser grata essa recordação, lendo esta cena entre o velho Castelão e o moço pagem?

Partiram pois: só fica Orlando e o pagem, etc. (até ao fim do Canto).

Belíssima é toda a narração dos casos de Henrique durante a sua ausência; belíssima a expressão de seu amor, esperanças e cru desengano; tremendas suas ameaças. É neste canto 3.º, defeituoso segundo a velha poética pela falta de acção, que nós achamos mais poesia de sentimento, onde o coração do leitor é mais agitado por affectos diversos. O desfecho do poema no 4.º Canto é natural, e a impressão que recebemos viva como a de Inês ao enxergar o ataúde de Adolfo. O que quer que é há de semelhança entre esta cena e a do aparecimento do capitão dos piratas no campo do Pachá no *Corsário* de Lord Byron — uma cena inesperada e terrível, um momento doloroso que se encarna em nossa memória como a lembrança de um sonho de pesadelo na mente do mal desperto; e o contraste dos camponeses tumultuando em som de festa às portas do templo é um cambiante que mais avulta as figuras do principal quadro.

O poema termina por um destes mistérios da noite e dos finados, que o homem acaso imaginou, quando desejoso de ver neste mundo um reflexo de esse outro em que Deus distribui o prémio ou o castigo. Solene é este acabamento, e muito contribui para que da *Noite do Castelo* fique uma duradoura memória, ainda largo tempo depois de acabada a sua leitura.

Como no poema antecedente, é o ciúme quem no do *Bardo* dá matéria a larga poesia em curta soma de versos. Aqui o grito da desesperação é mais íntimo e as imagens e os pensamentos mais bastos e cerrados. A mesma traça do poema é muito mais feliz. Na *Noite* o nosso coração fala a pró de Henrique, mas essa Inês tão meiga, tão pura não nos é dado odiá-la; e um crime, se o foi, o de esquecer o amante havido por morto, é talvez punido com rigor demasiado; no *Bardo* porém seguimo-lo sem custo através das ondas, choramos com ele, e com ele sussurrámos a maldição do desespero contra a infiel que o traiu. A nossa alma une-se toda com ele e não é dividida por opostos affectos; assim fortíssimo é o que nos agita, ampla e sem mescla a compaixão de sua desventura e de seu aziago suicídio.

Segue-se a *Confissão de Amélia*, poema traduzido do francês e composto por M.^l Delphine Gay. Não julgaremos nós esta composição que mais hábeis críticos julgaram já. Quanto à versão, assevera o tradutor que

A *Noite do Castelo* é um poema em que seu Autor procurou sacudir quanto pôde as recordações clássicas; e nesta tentativa foi quase sempre feliz. O ciúme de um amante mal fadado é a ideia de fogo que imprime em todo ele o selo indispensável da unidade. A esta ideia se prendem todas as outras. Traduzida em um facto, agregam-se a este os incidentes mais dramáticos, que em harmonia com ele era dado excogitar. Em nosso entender, o poema quase sempre belo é por vezes sublime. Nós não receamos de apontar como um exemplo desta poesia que alarga a órbita do espírito, que é mais pelo que deixa a pensar do que pelo que nos diz, a seguinte passagem

Partiu. Um pouco há já que a torre é muda, etc.

até

Morte que o rei da torre está bradando.

Quem se não lembra dos sustos e da credulidade da infância, e para quem deixa de ser grata essa recordação, lendo esta cena entre o velho Castelão e o moço pagem?

Partiram pois: só fica Orlando e o pagem, etc. (até ao fim do Canto).

Belíssima é toda a narração dos casos de Henrique durante a sua ausência; belíssima a expressão de seu amor, esperanças e cru desengano; tremendas suas ameaças. É neste canto 3.º, defeituoso segundo a velha poética pela falta de acção, que nós achamos mais poesia de sentimento, onde o coração do leitor é mais agitado por affectos diversos. O desfecho do poema no 4.º Canto é natural, e a impressão que recebemos viva como a de Inês ao enxergar o ataúde de Adolfo. O que quer que é há de semelhança entre esta cena e a do aparecimento do capitão dos piratas no campo do Pachá no *Corsário* de Lord Byron — uma cena inesperada e terrível, um momento doloroso que se encarna em nossa memória como a lembrança de um sonho de pesadelo na mente do mal desperto; e o contraste dos camponeses tumultuando em som de festa às portas do templo é um cambiante que mais avulta as figuras do principal quadro.

O poema termina por um destes mistérios da noite e dos finados, que o homem acaso imaginou, quando desejoso de ver neste mundo um reflexo de esse outro em que Deus distribui o prêmio ou o castigo. Solene é este acabamento, e muito contribui para que da *Noite do Castelo* fique uma duradoura memória, ainda largo tempo depois de acabada a sua leitura.

Como no poema antecedente, é o ciúme quem no do *Bardo* dá matéria a larga poesia em curta soma de versos. Aqui o grito da desesperação é mais íntimo e as imagens e os pensamentos mais bastos e cerrados. A mesma traça do poema é muito mais feliz. Na *Noite* o nosso coração fala a pró de Henrique, mas essa Inês tão meiga, tão pura não nos é dado odiá-la; e um crime, se o foi, o de esquecer o amante havido por morto, é talvez punido com rigor demasiado; no *Bardo* porém seguimo-lo sem custo através das ondas, choramos com ele, e com ele sussurramos a maldição do desespero contra a infiel que o traiu. A nossa alma une-se toda com ele e não é dividida por opostos affectos; assim fortíssimo é o que nos agita, ampla e sem mescla a compaixão de sua desventura e de seu aziago suicídio.

Segue-se a *Confissão de Amélia*, poema traduzido do francês e composto por M.^{lha} Delphine Gay. Não julgaremos nós esta composição que mais hábeis críticos julgaram já. Quanto à versão, assevera o tradutor que

não foi bastante castigada. Cremos com efeito que o Sr. Castilho a podia aprimorar mais; mas oxalá todas as versões que temos de estranhas linguagens para a nossa, fossem com tanta curiosidade feitas, contando mesmo algumas de honrosa nomeada.

Alexandre Herculano Carvalho

ANEXO 5

HOMERO

(1837)

Escassas notícias temos acerca da literatura grega dos tempos anteriores a Homero, e até essas são mais conjecturas do que memórias certas. É verdade que existem fragmentos atribuídos a Orfeu: mas estes, além de duvidosos, são assaz diminutos. O que parece indubitável é que Homero não foi o primeiro poeta da Grécia. A parte externa da *Iliada* e da *Odisseia*, isto é, o estilo e o ritmo, ou versificação, é mui perfeita para supormos que Homero fosse o seu inventor. Entretanto nada chegou até os nossos dias, desses tempos remotos: e é no poeta de Esmirna que principia a história literária dos gregos.

Homero viveu ou oito séculos antes da era vulgar como quer Barthelemy, ou dez como pretende Pope: quanto à sua pátria, sete cidades da Grécia disputaram entre si a glória de lhe ter dado o berço. Para os modernos a questão ainda pende entre a ilha de Chios e a cidade de Esmirna, mas a crença mais seguida dá a palma a esta última.

A *Iliada*, que é o principal poema de Homero tem por objecto a época mais importante da guerra de Tróia, que, verdadeira ou fabulada, dizem haver durado dez anos. Ofendido Aquiles por Agamémnon, recusa

* O *Panorama*, vol. I, n.º 5, 3 de Junho de 1837, pp. 37-38.

combater com os troianos, e por sua falta estes levam a melhoria dos gregos, que chegam finalmente a verem-se nos últimos transeos do vencimento. Então Pátroclo, o amigo íntimo de Aquiles, pede a este permissão para, revestido das armas do herói, combater Heitor, o mais valente dos troianos. Pátroclo é morto na peleja, e Aquiles enfurecido voa ao campo de batalha, vence e mata Heitor: — arrasta-lhe o cadáver à roda dos muros da cidade, e entrega-o por fim ao rei Príamo, que, banhado em lágrimas, lhe vem pedir o corpo de seu filho. O poema termina com o funeral de Pátroclo.

Tal é a matéria da *Iliada*, desse quadro majestoso das ideias, da ciência, dos costumes, e da crença dos tempos primitivos da Grécia. A rudeza da maior parte dos objectos, nele traçados, desajeita-se geralmente ao nosso modo de pensar actual, pelo mesmo motivo que Ulisses ou Agamémnon seriam péssimos generais em um exército moderno, e que a força prodigiosa dos heróis da *Iliada* fôra de bem pouco momento contra um mosquete, ou uma peça de artilharia. No poema grego, os homens aparecem como são naturalmente, e não como a natureza os tem modificado: ali, as paixões ainda não são hipócritas, nem o valor fictício: os guerreiros insultam-se uns aos outros com uma sinceridade selvagem, e o mais débil, fugindo ante o mais forte confessa-lhe a superioridade. Quanto ao mérito poético da *Iliada*, a opinião de mais de vinte e cinco séculos confirmou Homero na posse de um distintíssimo lugar entre os poetas históricos. A brevidade, de que necessitamos, não nos permite dar aqui um juízo acerca dele, e além disso, a poesia sente-se melhor do que se julga. Na falta de uma tradução portuguesa da *Iliada*, de que não temos senão o primeiro livro pessimamente vertido, aconselhamos aos que entenderem o italiano a leitura da versão de Monti, o primeiro tradutor que, em uma língua do meio-dia da Europa, soube mostrar-nos o que era Homero. Das traduções francesas, que conhecemos, a melhor é a de Bitaubé.

Crê-se que a *Odisseia* foi composta por Homero no último quartel da vida. Ele havia peregrinado muito, e por isso tinha notícia das fábulas, da história, e dos costumes de vários povos: os velhos gostam de contar o que viram, ou por tradição souberam; este desejo natural foi quem provavelmente produziu a *Odisseia*, poema cuja variedade excede muito a da *Iliada*, mas que, fruto de uma imaginação cansada, é lânguido e mal traçado. O seu objecto são as viagens de Ulisses depois do cerco de Tróia, e os seus extraordinários casos, dos quais alguns são no género de *Palmeirim de Inglaterra*, e outros no gosto das *Mil e uma noites* e dos mais contos arábios. Salvini e Pindemonti a traduziram em italiano. A tradução do primeiro, que também verteu a *Iliada*, é muito inferior à do segundo, e muitíssimo à francesa de Bitaubé, de quem já havemos falado.

Além da *Iliada* e da *Odisseia*, grande número de poesias se atribuem a Homero, das quais umas existem, outras inteiramente se perderam; mas há muito quem assevere que Homero nada mais compôs do que a *Iliada* e a *Odisseia*. Destes poemas duvidosos resta-nos a *Batrachomyomachia* ou *guerra das rãs e ratos*, os *hinos* e os *epigramas*: perderam-se o *Margiles*, o *Cercops*, a *Destruição de Occalia*, as *Cypriacas*, e outras obras, de que fazem menção vários escritores antigos.

As obras de Homero imprimiram-se pela primeira vez, no original, em Florença (1483): antes disso havia aparecido, em 1474, uma versão latina da *Iliada*: depois as edições multiplicaram, e talvez hoje o seu número exceda o de 200. Tal é a avidez, com que em tantos séculos se tem lido os cantos do grande poeta grego.

ANEXO 6

GALICISMOS *

(1837)

A leitura frequente dos livros francezes tem corrompido a nossa linguagem por tal maneira, que já hoje é impossível desingá-la dos galicismos, nomeadamente os de frase, em que abunda; se isto em alguns casos é danoso ou útil para a gramática ideológica, isto é, se algumas construções daquela língua, extremamente regular, serão boas de ajeitar ao nosso idioma, não o podemos aqui dizer: mas o que não padece dúvida é que essa lição de autores francezes pôs em esquecimento os portuguezes; que os hábitos e costumes excellentes dos nossos antepassados se tem alterado e modificado em grande maneira por tal motivo, visto que a frequência de estrangeiros torna estranhos os usos de qualquer povo, e o trato dos livros produz muitos efeitos semelhantes aos do trato dos homens. Acresce, que sendo a nossa língua abundantíssima, e escassa a franceza a muitos respeito; pela falta de conservar os escriptores nacionaes encurtamos e empobrecemos as formas e os elementos do discurso. Sabemos que muita gente escarnece os que amam a pureza da língua; mas a razão é óbvia: mais fácil é escarnecer dos bons estudos do que segui-los. A leitura dos livros clássicos está ao alcance de poucos por uma parte, e por outra estes versam muitas vezes sobre matérias áridas, e pouco importantes, para este século. Quem há aí, que, por exemplo, possa colher às mãos a curiosíssima *História da Etiópia oriental* de Fr. João dos Santos, a viagem de Fr. Gaspar de S. Bernardino, e outros tantos livros raros, e de instrução deleitosa? — E aqueles que, por edições repetidas, sem grande custo se podem comprar e ler, sobre que versam em geral? — Contam milagres de santos, por vezes incríveis, descrevem usanças monásticas, pregam sermões sem unção, e quando muito pintam pelejas dos nossos maiores; em que ordinariamente já de antemão lhes sabem só das vitórias. E, para não accumularmos exemplos, quem pode ir atrás do boníssimo Lucena, parando por quantas enseadas, por quantas aldeias tem a Índia, as Molucas, e o Japão, para escrutar as mínimas acções de S. Francisco Xavier e dos seus jesuitas; para ver maravilhas onde muitas vezes a razão humana basta para explicar naturalmente o caso. Um erudito, que por novecentas páginas de fólio vai buscando em Lucena uma ou outra passagem eloquente naquela tulha de dormideiras, leva isto com paciência, esfrega os olhos, e segue avante por esse mar de sono, para chegar ao porto do desejado = *Finis-Laus Deo* = e poder gabar-se da inaudita façanha de haver lido a *Vida de S. Francisco Xavier*: mas o vulgo dos leitores vinga-se em si próprio de alheios erros, e largando por mão o volume tedioso, volta-se para os mui agradáveis livros francezes; e se por acaso (nesta época em que, graças a Deus, todos escrevemos e estampamos)

* O Panorama, vol. I, n.º 7, de 17 de Junho de 1837, pp. 52-53.

um desses leitores se converte em escritor, certa é a tormenta e o granizo dos *remarcáveis* e *deboches*, das *condutas* e dos *afazeres*, e outros que tais hediondíssimos galicismos, com que até já embicam os estudantinhos que apenas têm lido a cartilha, e o panegírico de D. João de Castro [1] por Jacinto Freire.

Desta leitura das obras francesas ainda outro grave dano se segue; e vem a ser que, até tratando de matérias curiosas, os livros portugueses enfastiam. Quem está habituado a certas ideias, e a certa ordem e disposição delas, não gosta do que vai fora daquele trilho que costumou seguir. O que muito tem manuseado os livros franceses, não só não gosta de ler os portugueses, mas nem os ingleses, nem os alemães; nem os italianos, nem os de outra qualquer língua; porque cada nação, pensando a seu jeito, tem por consequências as suas ideias particulares, e o seu modo de as exprimir, e o espírito habituado ao que é especial desta ou daquela, não se afaz levemente ao que o é de qualquer outra. Vejamos agora se haverá algum meio de obviar a todas as dificuldades que temos apontado, e que, como dissemos, são as causas da alteração, às vezes depravada, da nossa formosíssima linguagem.

E tratando primeiro do modo de tornar mais acessíveis as fontes da língua clássica, parece-nos, que se devia começar por fazer uma *crestomatia* dos nossos autores, tanto de prosa como de verso; em segundo lugar reimprimi-los por preço tão módico, que a qualquer pessoa de medianos teres fosse possível comprá-los; em terceiro lugar, enfim, traduzirem os homens eruditos as boas obras estrangeiras, que mais lidas são em Portugal nos seus originais, e que em versões bem castigadas dariam útil e agradável leitura aos nossos compatriotas. Usando destes três meios, cremos que a língua pouco a pouco surgiria do lodaçal, em que está mergulhada.

Quanto à *crestomatia*, ou pedaços selectos dos escritores portugueses, há muito propôs a Academia um prémio a quem a apresentasse; mas até hoje ninguém apareceu a receber o prémio. Demanda este género de trabalho duas coisas, que raramente se encontram reunidas no mesmo sujeito — gosto e vasta lição —; mas se tal obra se escrevesse, de certo, o governo, se fosse ilustrado, pagaria bem tão útil livro, mandando que nas escolas primárias de nenhum outro se usasse para ensinar a ler as crianças. E assim seria por ele substituído o panegírico de D. João de Castro, de que vulgarmente os mestres se servem, sem atenderem a que é este o mais impróprio livro para semelhante idade.

Esta colecção, que deveria ser a flor da nossa literatura, sendo ampla e feita com judiciosa escolha, fora não só o livro das escolas, mas também dos adultos; uns por entreter-se o leriam, outros por sem grande trabalho os tentar erudição, mas todos aproveitariam dele cópia de vocábulos, pureza de dicção, e mais que tudo, o hábito de ler sem fastio os livros escritos em vulgar. A mocidade tendo bebido as primeiras ideias nas fontes puras dos clássicos, os buscaria, os amaria depois; e só faltara então o facilitar-lhos.

Entre os propósitos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, um dos mais vantajosos é o de reimprimir e publicar os nossos bons livros por módico preço. Este intento esperamos vê-lo posto por obra em breve, e recebido como o da publicação do *Panorama*, que logo ao 5.º Número se tirava a 5000 exemplares, caso único em a história das publicações periódicas em Portugal.

[1] Trata-se da *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade (1597-1657)

Quanto à tradução dos bons livros estrangeiros, em que acima tocamos, forçosamente deploramos que isso se não haja feito. Dizem que o povo não lê senão novelas; mas que há-de ele ler; se não lhe dão outra coisa? Porque desprezarão os nossos homens conspícuos nas letras o serem tradutores? — Não nos parece isso fundado em boa razão. Uma versão bem feita é também um título de glória: o célebre Guizot traduziu a *História da Decadência do Império Romano*, pelo inglês Gibbon, e não é este o escrito que menos reputação lhe alcançou. — Entendemos que as primeiras obras que devem verter-se são as dos historiadores, porque é esta a leitura mais fácil, e o degrau que sem custo subirão os leitores de novelas. Criado o gosto de ler, brevemente se tornará em necessidade, e é então que os livros mais fastidiosos de outras ciências, e das artes, se poderão com proveito publicar. É preciso que nos lembremos que em Portugal não carecemos só de dar livros ao povo, carecemos também de pouco a pouco o habituarmos a ler.

E aqui nos cai responder aos que nos têm increpado pela disposição do *Panorama*, pretendendo que as suas colunas sejam dedicadas a matérias de utilidade popular. Já, cremos, os embarçaríamos bastante, se lhes pedíssemos um catálogo por alto dos objectos que eles julgam merecer o nome de úteis, ou por outra, se lhes pedíssemos a definição exacta dos termos de que se servem. Mas abster-nos-emos disso, e só lhes diremos que a razão do método que seguimos está no que ponderámos no parágrafo antecedente. Se os que nos repreendem querem dizer que tratemos exclusivamente de artes e officios, e das applicações práticas das ciências, responder-lhes-emos que faltariamos à nossa obrigação e à confiança que em nós pôs a Sociedade, se lhe escrevêssemos resmas de papel, que só servissem de ir dormir repousadamente nas lojas dos livreiros. A verdade é, que a porção do povo, para quem querem que escrevamos, ainda comumente nem sabe ler. Daqui a vinte anos o modo de redacção que nos propõem será talvez já vantajoso; por ora nada significa.

Porém ainda aqui não pára o que há a dizer no caso. O *Penny Magazine* (em cujo molde vasámos o *Panorama*) é o periódico mais popular de Inglaterra, de um país onde o hábito da leitura desce às classes mais inferiores, e sem ter mudado o sistema de redacção (inteiramente semelhante ao nosso) extrai semanalmente de cada número acima de trezentos mil exemplares.

Acabamos por esta digressão por nos ter caído naturalmente aqui, e porque nos julgamos com obrigação de dar razão de nós ao público, para quem escrevemos.

ANEXO 7

POESIA *

(1837)

O homem arrojado em uma vida semeada de gozos e dores, de recordações e esperanças, foi dotado pela natureza dos desejos e da faculdade de comunicar estes sentimentos todos aos seus semelhantes; porém para o alcançar carecia de tornar a imagem deles tão sensível como a própria realidade. Foi isto que deu origem à poesia, e depois à eloquência

* O *Panorama*, vol. I, n.º 8, 24 de Junho de 1837 pp. 59-60. Publicado antes da sua versão do poema de Casimir Delavigne (intitulado «O Cão do Louvre»). Cf. Alexandre Herculano, *Obras Completas. Poesias*, Tomo II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978, pp. 63-65. O artigo foi anteriormente publicado na edição de Vitorino Nemésio, deste volume, pp. 219-222.

da palavra, do gesto, e do estilo. Assim, todos os povos, ainda barbarísimos, tiveram e têm uma literatura. Nós a encontramos nos monumentos mais remotos das nações da Europa e da Ásia, nas canções das rudes tribos da Negrícia, e nas tradições dos selvagens da América. Em toda a parte e em todos os séculos a linguagem harmoniosa da poesia influiu nas turbas — em toda a parte e em todos os séculos retumbou no coração humano o gemido da aflição, o cântico do prazer, ou o hino vívido do entusiasmo, surgindo da alma do poeta, quando nela trasborda qualquer destes sentimentos.

E estas inspirações, por cujo meio o homem revela a sua origem celeste, não dependeram jamais do aumento de civilização, quanto à sua essência, mas só quanto à sua forma acessória. O poeta, como o artífice ou filósofo, é levado pelas opiniões e costumes do século; porém no âmago dos seus cantos há sempre um ou muitos pensamentos perpétuos e imutáveis: a tradição dos princípios morais que não flutuam, das ideias santas que devem estar gravadas no espírito de todos aqueles que têm pátria, família e deus, está confiada às almas dos poetas. São eles os depositários de uma herança de virtude: e desgraçado daquele que falsando sua missão na Terra, conspurcou com o lodo das paixões ignóbeis o tesouro do género humano.

O génio, pois, é superior a esse progresso lento de cálculos e raciocínios, a esse aumento de complicação na máquina social, a que se chama aperfeiçoamento. Como um deus ele grita à imaginação do povo: crede-me porque sou omnipotente — e o povo levanta um clamor de admiração, e diz ao génio: «Tu és, com efeito, um deus!»

Sobre as cinzas de David, de Isaías, de Jeremias e de Homero pesam as cinzas das raças que passaram na Terra por mais de vinte e seis séculos, e as palavras desses homens ainda ressoam em nossos ouvidos com uma harmonia, que nos pede, ao escutá-la, amplo tributo de espanto e entusiasmo. Os heróis do *Semunda Eda* [1] foram há muito saciar-se de batalhas no céu de Odin: os seus cantores dormem há mil anos; mas as poesias atléticas dos *Nibelungos* e *Volsungos*, ainda nós aterram, a nós homens apoucados de uma época mesquinha, em que muitas vezes o sublime nos parece barbárie, e a virtude taxamo-la de superstição ou fraqueza.

A história acompanha as nações do berço ao túmulo, ali lhes abandona os cadáveres, para seguir os povos que de novo nascem: ela observa impassível a humanidade, e impassível transmite de época a época os sucessos passados. A poesia porém paira sobre as existências, e quando as levanta da terra é para as revestir de vida e de perpetuidade. Para as dores e desventuras do homem não tem a história uma lágrima; mas a poesia as derrama, porque ela é o monumento da vida íntima, enquanto a história o é apenas dos actos e da vida externa.

E é isto o que tornou a poesia tão grata em todos os tempos. Ela é como um eco da existência do futuro — e qual de nós não sente que esta não é a nossa pátria? Quem não sonha um outro existir, mais digno de nós, e em que o homem não se envergonhe mil vezes de ter este nome? Alguém haverá: porém, acerca deste, doamo-nos só de que o barro que forma o

[1] *Semunda Eda*: Dá-se o nome de edas a duas colecções, uma em verso, a outra em prosa, da antiga literatura escandinava. O eda em verso é atribuído a Saemund Sigfusson e contém poemas, lendas, toda a mitologia e cantos heróicos dos antigos povos do Norte da Europa. O eda em prosa foi escrito por Snorri Sturlusson, que se inspirou no eda poético. Herculano refere-se ao primeiro (*Semunda* = Saemund). [Nota de Vitorino Nemésio, in *Alexandre Herculano, Obras Completas, Poesias*. Tomo II. Bertrand, Lisboa, 1978, p. 220].

seu vestido terrestre lhe pudesse assim calar a voz consoladora da consciência, que nos fala de uma origem celeste e de um futuro de imortalidade.

A poesia é a aspiração dessa voz íntima — nada mais. Onde esta não aparecer não surgirá aquela. Não se creia poeta o que dispõe num livro alguns centenares de imagens triviais em versos melódicos e com uma pura dicção — os tiranos costumam ter servos que lhes roubem aos remorsos suas horas solitárias — e esse desgraçado foi, porventura, apenas um menestrel parasito.

Como nos cantos de Camões e de Homero sejam sempre livres, e inspirem sempre amor de virtude e de pátria os cantos de todos os bardos: o que for alheio a estas paixões generosas, que não cure deixar um nome à posteridade; porque se o alcançasse em vez de glória só recolheria infâmia.

Considerada assim, a poesia é uma coisa útil. Companheira da moral, ela a faz penetrar no coração humano por meio do sentimento: e o sentimento para o homem vale mais que todos os raciocínios.

O seguinte poemeto, que alude ao facto de um cão que passou o resto dos seus dias junto da sepultura do dono, morto em Julho de 1830 no ataque do Louvre [1], foi composto por um dos mais célebres poetas franceses, ainda vivos [2]. Procurámos quanto em nós coube dar na tradução o sentimento profundo que transluz em todas as estrofes do original. Os leitores avaliarão quanto nos aproximámos ao alvo que tivemos em mira.

ANEXO 8

IVANHOE — NOVELA DE WALTER SCOTT,
Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa, 4 vol.

Tendo já um nosso contemporâneo, o *Constitucional*, dado um juízo acerca desta tradução, e sendo aquele juízo escrito com a consciência e saber, com que costumam ser redigidos os artigos do *Constitucional*, tarde vimos nós alevantar a nossa fraca voz em louvor da tradução do Sr. Ramalho; porém, não por nosso, sim pela folha em que aparece, a mais derramada pelas províncias, pomos aqui um testemunho de louvor e agradecimento por este bom serviço feito à literatura pátria. É o *Ivanhoe* uma das melhores, ou talvez a melhor novela do autor de *Waverley*; é a tradução a melhor tradução de novela que há muito temos visto. Dificílimo era o empenho; porque sendo *Ivanhoe* uma pintura da vida da Idade Média, árdua empresa fora para homem pouco lido nos nossos livros, o verter com propriedade as frases de cavalaria, os nomes de armas, vestuários, adornos, adereços daqueles tempos divertísimos dos nossos. Com raro engenho e exacção verteu o Sr. Ramalho tudo isto em português limpo e corrente. Ficou, além disso, o todo da obra com a viveza de estilo, rapidez, e concisão do original, de modo que deste se pode fazer cabal ideia pela versão portuguesa. — As reflexões do *Constitucional* acerca de novelas e tradutores nada temos que acrescentar senão a nossa inteira aquiescência, posto que esta seja de diminuta valia. Há bem um ano que num jornal de instrução popular nós fizemos [1], com pouca diferença, as mesmas observações. O traduzir coisas boas em bom português vale muito: o compor bagatelas em português afrancesado e bastardo nada vale. Oxalá que o exemplo do Sr. Ramalho sirva de espelho ao vulgo dos tradutores, e autores que de parceria com certos jornais, parece andam apostados a dar cabo da última herança que nos resta do velho Portugal — a nossa formosíssima língua.

* *Diário do Governo*, n.º 91, 13 de Abril de 1833, p. 384 (Na secção intitulada «Bibliografia»).

[1] A. H. refere-se ao artigo «Galicismos» que publicara em *O Panorama*, vol. I, n.º 7, 17 de Junho de 1837, pp. 52-53 e que recolhemos também no presente volume.

ANEXO 9

IVANHOE TRADUZIDO EM VULGAR

Vieram a nossas mãos, quase simultaneamente, duas versões deste romance, o mais acabado e perfeito do fecundíssimo Walter-Scott. É impressa uma das traduções em Paris, outra em Lisboa. Julgamos ao primeiro aspecto fosse a melhor a que nos veio de fora: feita em Paris, onde são conhecidas vulgarmente as mais recentes e correctas edições do original, as mais apuradas versões francesas, enfim, feita no coração da república das letras, devia sair muito mais aprimorada do que a tradução de Lisboa. Enganamo-nos. A versão feita em Paris, barbaríssima em lin-

** O *Panorama*, vol. II, n.º 52, 28 de Abril 1838, p. 134.

194

guagem, é uma destas obras de *fancaria*, com que se costumam atulhar as lojas dos livreiros. O tradutor parece ter-se servido da versão francesa de Defauconpret, sem consultar a mais trabalhada de Montemont, nem o original, ou se consultou este, mil vezes o não entendeu. Cortou passagens inteiras sem necessidade, torceu outras, e converteu o curioso e poético romance de *Ivanhoe*, num tedioso conto. Os versos das epígrafes dos capítulos, e os que vêm no corpo do livro, quando os não suprimiu, reduziu-os a versos portuguezes quase sempre errados. Certo que o afamado Walter Scott não podia esperar que, depois de morto, houvesse um homem nascido no canto da Europa, que tão barbaramente o esfolasse.

A tradução de Lisboa, pelo contrário, vê-se que foi feita com consciência, e que o original e as versões francesas estiveram sempre diante dos olhos do tradutor. A linguagem é limpa e corrente, e o texto fielmente dado. Enfim é um romance bem traduzido, coisa raríssima na nossa terra, onde esta casta de literatura é sempre tratada com uma espécie de desprezo, sendo certo que há novelas que valem mais como coisas literárias do que certos tratados científicos, ou certas matérias de elevada literatura, que tradutores e autores tratam com maior esmero.

Convidamos o tradutor de Lisboa a que continue a dar-nos traduções como estas, de que sem dúvida lhe resultará proveito e honra, e pedimos ao de Paris que, ou aprimore mais o seu trabalho, ou que deixe repousar o autor do *Waverley* na paz do seu honrado sepulcro.

ANEXO 10

QUINTINO DURWARD — NOVELA DE WALTER SCOTT,
Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa. Lisboa 1838 — 9 — 4 vol. — 8.º —
Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis

A mesma obra — traduzida pelo Dr. C. L. Moura.
Paris 1838 — 4 vol. — 12.º — Livraria d'Aillaud

Parece a muitos que a tradução de uma novela é a coisa menos importante, e talvez mais escusada do mundo: — em tese poderá ser isto verdade: em hipótese nem sempre. Pegar ao acaso em uma dessas mil novelas que os franceses atiram à imprensa anualmente, como mercadoria para comércio, e traduzi-la em português choco e bastardo, entra na tese; mas trasladar uma novela, como algumas de Walter Scott, onde às vezes se aprende mais história que nos livros dos historiadores — porque estes narram sucessos, e aquelas pintam épocas e gerações — e trasladá-la em português corrente e limpo, longe de ser coisa inútil, é um bom serviço que se faz à literatura portuguesa. São as novelas, os livros que por maior número de mãos correm, e, quando instrutivas e vertidas em boa linguagem, podem, por isso mesmo, fazer grande benefício, não só instruindo e deleitando, mas habituando o vulgo dos leitores a pouco a pouco se aborrecerem dos desconcertos, barbarismos, e neologismos escusados, de que anda inçada essa linguagem de novelas e conversações, a que chamam, cremos que por escárnio, língua portuguesa. Nesta hipótese entra, em nosso entender, a tradução do Quintino, feita pelo Sr. Ramalho.

* O *Panorama*, vol. III, n.º 103. 20 de Abril de 1839, p. 128.

Todas as pessoas que têm lido no original as obras de Walter Scott, sabem quão grande dificuldade achará quem quiser traduzir com primor qualquer das suas novelas, e poemas. Essa dificuldade venceu-a o Sr. Ramalho excelentemente, dando-nos na sua tradução, com toda a energia, natureza, e verdade, as galas nativas com que o escritor escocês adornou o seu Quintino.

Infelizmente, não podemos dizer o mesmo da versão feita em Paris: o Sr. Moura, posto que mais aprimorasse esta obra do que a tradução do *Ivanhoe*, ainda está longe de merecer os elogios que de bom grado lhe déramos, se nossa consciência nos não obrigasse a ser justos. Serviu-se, segundo nos parece, da versão francesa de Defauconpret, que por certo não é a mais fiel. Foi por isto, talvez, que a sua tradução tem o gravíssimo defeito de estar incompleta, faltando-lhe a conclusão da obra, que o autor escreveu muito depois de ter publicado o seu livro, e que se acha nas edições inglesas mais modernas, bem como na versão francesa de Montemont, que, a não traduzir do original, o Sr. Moura devia ter antes seguido. Lugares houve também que, ou por estarem mal dados por Defauconpret, ou por mal os entender o Sr. Moura, desdizem essencialmente do original. Outros, difíceis de verter, julgou conveniente suprimi-los; e este, em nosso entender, é um dos grandes defeitos do livro.

Não podemos, portanto, deixar de dar grande preferência à tradução do Sr. Ramalho e Sousa o qual, em verdade, tem feito um bom serviço às letras portuguesas, trasladando para a nossa língua o *Ivanhoe*, e o *Quintino*.

ANEXO 11

ANNA DE GEIERSTEIN, OU A DONZELA DO NEVOEIRO,
NOVELA DE WALTER SCOTT,
Traduzida pelo Sr. A. J. Ramalho e Sousa. — 4 vol. 8.º — Tipografia
da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis

Não será ainda bem conhecido (segundo por aí dizem muitos) do máximo número dos leitores portugueses o autor do *Ivanhoe*, do *Waverley*, e de tantas obras imaginosas e ao mesmo tempo ricas de cenas, ora patéticas, ora majestosas, ora populares, de retratos fiéis apesar de indefinidamente variados, de quadros locais ou de costumes, todos verdadeiros, e de interessantes recordações históricas: — se tal é, o que não podemos acreditar à vista das traduções do Sr. Ramalho, cremos que da mesma maneira desconhecem Walter Scott grande número de leitores franceses e espanhóis, porquanto nos idiomas destas nações correm versões nada escrupulosas, que adulteraram o cunho original do autor, e até muitas vezes o genuíno sentido de suas expressões.

Quem não sabia o inglês lançou-se avidamente às primeiras traduções francesas, que apareceram. — Mas, assim como os espelhos baços reflectem mal as imagens dos objectos, as cópias desleais e imperfeitas atenuam, desfiguram os portentos dos autores como dos artistas; e daí procederia a falsa apreciação daquelas obras.

Hoje porém não há desculpa: existem quatro traduções dadas pelo Sr. Ramalho: «*Ivanhoe*» «*Quintino Durward*» «*Kenilworth*» e a que anunciamos agora. — Será preciso cotejar o texto com o traslado, para avaliar a exacção, o esmero do tradutor, e então se conhecerá também que não houve descuido no adaptar a locução convenientemente às coisas, e que o estilo é puro sempre e em geral aprimorado. Em suma, nesta última novela principalmente, a originalidade do escritor inglês nada perdeu ao tomar carta de naturalização em Portugal, graças ao trabalho assíduo e à consciência literária do Sr. Ramalho. — Aí têm os críticos imparciais o livro, e verão como é fundamentado o nosso juízo.

* O *Panorama*, vol. III, 2.ª série, n.º 156, 1844, p. 43.

Walter Scott publicou muitas novelas, em que brilham os dotes particulares do seu talento assombroso: mas parece-nos que nenhuma delas é tão própria para excitar a atenção dos nossos compatriotas, como a que se intitula «*Anna de Geierstein*.»

A heroína inculca-se vantajosamente logo nos primeiros capítulos; ainda não sabemos quem é verdadeiramente, já por ela tomamos interesse; interesse igual àquele com que acompanhamos desde as geleiras da Suíça e no meio de singulares aventuras até a corte dos príncipes e aos campos de batalha um ancião e um mancebo, de ascendência que só mais tarde conhecemos; muito mais tarde nos revela a série dos acontecimentos quem é o sacerdote de S. Paulo — personagem tão principal, mas não conciliadora de simpatias, como o respeitável Landaman, com o qual logo travamos amizade. — Os mistérios da inquisição civil da Vestefália; os hábitos e virtudes da singela e independente Helvécia; três caracteres extraordinários, cada um em seu género, Carlos de Borgonha, Renato de Provença e sua filha a rainha proscrita de Inglaterra, aparecem oportunamente para constituir o enredo, as belezas desta novela, que desafogadamente recomendamos ao público.²⁰¹

ANEXO 12

II

REFLEXÕES ETNOGRÁFICAS, FILOLÓGICAS E HISTÓRICAS

A Propósito de uma Publicação recente sobre
A origem Céltica da Língua Portuguesa *

(1844)

Haverá um ano que apareceu um escrito anónimo destinado a refutar uma memória do Em.^o Cardeal Saraiva sobre as origens da língua portuguesa [1]: o autor do opúsculo reivindicava para a latina a maternidade desta, que S. Em.^{cia} lhe refusara. Diferindo até certo ponto da opinião do escritor anónimo, que nos parece ter atribuído ao latim puro uma acção demasiado exclusiva e imediata na formação do português, não podemos deixar de reconhecer que ele tinha obtido um completo triunfo no pensamento essencial do seu trabalho; isto é, que tinha demonstrado o nenhum fundamento das sonhadas origens da nossa língua, que se dizia existirem na linguagem primitiva das Espanhas, conservada através de todas as invasões, conquistas, e mudanças sociais da Península com uma tenacidade, não dizemos admirável, mas milagrosa. Assentámos que o opúsculo anónimo ficaria sem resposta: acaba, porém, de sair à luz a I parte de uma obra mais vasta que a memória do Em.^o Cardeal Patriarca, em que seus A. A. (dois membros do Conservatório Real) estabelecem quatro proposições que pretendem sucessivamente propugnar [2]. Ei-las: 1.^a Que o latim introduzido na Península pela conquista dos romanos, não foi durante o domínio daquela nação a língua vulgar dos espanhóis e portu-

* O Panorama, III, 2.^a série, Lisboa, 1844, pp. 391-394.

[1] Trata-se de *A Língua Portuguesa é filha da latina, ou refutação da Memória em que o Senhor Patriarcha eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*, Lisboa, Typ. de Manuel Jesus Coelho, 1843 e é autoria de Francisco António de Campos, 1.^o Barão de Vila Nova de Fozcoa (1780-1873). O estudo do Cardeal Saraiva intitulava-se *Memória em que se pretende mostrar que a língua portugueza não he filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos Lusitanos*. Publicado inicialmente nas *Memórias da Academia*, veio a ser reeditado nas *Obras Completas* do referido prelado, em 1880, no tomo IX (Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, pp. 165-208).

O Barão de Vila Nova de Fozcoa publicou vários estudos filológicos sobre questões de ortografia e gramática portuguesa no jornal *O Pantólogo*, Lisboa, 1844, sob o pseudónimo Y.

[2] Francisco Martins de Andrade (1810-1878), conservador ajudante da Biblioteca Nacional de Lisboa, repartição dos manuscritos e antiguidades e professor da cadeira de Numismática e João Nepomuceno de Seixas (?-1873) professor de rudimentos históricos no Conservatório Real. A obra destes dois autores intitulava-se *Opúsculo acerca da origem da lingua portugueza, composto e dedicado ao Exmo. Sr. Conselheiro João Baptista de Almeida Garrett, por dois sócios do Conservatório Real de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844. Tratava-se apenas de uma I parte. A II nunca chegou a imprimir-se. Como é sabido, estes dois autores foram companheiros de lides literárias de A. H. no Conservatório. Por essa razão lhe remeteram o livro esperando uma crítica oportuna.

gueses (que portugueses serão estes?); 2.º que também o não foi até o reinado de D. Dinís, época em que, conforme a opinião geralmente recebida, começou a figurar a nossa língua; 3.º que em a natureza destes dois idiomas se dá uma oposição manifesta; 4.º que o céltico é a fonte genuína do português. Estas quatro proposições ao menos são claras e precisas. Demonstradas elas ficará perfeitamente refutado o escrito anónimo, cujas conclusões nos pareciam evidentes e indestrutíveis.

Os A. A. do opúsculo, cuja 1.ª Parte se acha publicada, tiveram a bondade de remeter-nos um exemplar dela, pedindo-nos o nosso voto. Damos-lho sinceramente imprimindo as reflexões que nos ocorreram à leitura do seu elegante e erudito escrito. Nasceram elas de opiniões que anteriormente formámos por ocasião de alguns trabalhos de história, a qual tem mais relações com a linguística do que os A. A. do opúsculo parecem acreditar [1].

Antes de tudo permitam-nos os dois ilustres defensores das origens célticas cortar um pouco pela glória de A. Ribeiro dos Santos [2], cuja crítica está bem longe de ser em coisa nenhuma tão severa como eles afirmam; permitam-nos, dizemos, negar-lhe a ele a invenção da teoria de que a língua pátria teve origem céltica e não latina. Esta ideia veio de França: o que lá se tinha dito da língua francesa disse-se em Portugal, *mutatis mutandis*, da portuguesa, como em Espanha por esse mesmo tempo o dizia da castelhana um homem que estava em ciência e consciência muito acima de Santos, o grande historiador Martinez Marina. Já em 1757 no *Mercúrio de França* se provava que o francês actual era nascido do gaulês ou céltico. «Quando se observa — disse depois Girard — a prodigiosa oposição que há entre a índole destas línguas (francês, italiano, e castelhano) e a do latim; quando se repara que a etimologia prova somente a existência de palavras emprestadas e não origem; quando se sabe que os povos conquistados tinham as suas línguas... não se pode dizer que sejam filhas dela, etc.» É este pensamento de Girard [3], comentado depois largamente por Beauzée [4], que veio, segundo nos parece, inspirar os nossos defensores das origens célticas. Viesse, porém, donde viesse, é certo que se fosse verdadeiro devia ser adoptado: infelizmente não passa de um paradoxo, destinado a excitar a atenção pela novidade, e a lisonjear a mania fidalga que têm as nações de remontarem na língua, como em tudo, à maior antiguidade possível.

[1] Nos estudos históricos de Herculano as questões filológicas ganharam por vezes o primeiro plano nas investigações. De notar que no tomo I da *História de Portugal*, Herculano voltaria a colocar os problemas desenvolvidos neste artigo. Estes poderão constituir uma síntese das investigações a que se viu obrigado a realizar no decurso desta polémica e que, como é óbvio, esboça aqui de forma analítica.

[2] António Ribeiro dos Santos (1745-1818) defende a tese da origem céltica da língua portuguesa. Herculano demonstra que a questão é própria de uma época de reacção nacionalista às tendências oriundas da Renascença, quando se atribui as origens de tudo à cultura greco-latina.

[3] O Abade Gabriel Girard (1677-1748) foi gramático e membro da Academia Francesa e esmoler da Duquesa de Berry. Escreveu *Justesse de la langué française ou les Différentes significations des mots qui passent por être synonymes* (1718) cuja nova edição em dois volumes de 1736 é seguida de *Synonymes français, leurs differents significations, et le choix qu'il en faut pour parler avec justesse* (1780).

[4] Nicolas Beauzée (1717-1789) e depois François Guizot (1787-1874) desenvolveram os estudos de Girard. Cf. *L'Orthographe française sans equivoque et dans ses principes naturels* (1716), *Parole réduite en méthode conformement aux lois de l'usage* (1747), e *Nouveau Dictionnaire des Synonymes*. Como se pode ver no que se segue, Herculano estava bem elucidado do método utilizado por estes «filólogos» na determinação da origem da língua francesa. A questão não estava na morfologia, mas, sobretudo, na sintaxe.

O pensamento de Girard e Beauzée e dos que o imitaram ou traduziram é paradoxal e falso, assim no concreto da questão especial que nos ocupa, como no absoluto da teoria que estabelecem de rejeitar as semelhanças dos vocábulos para deduzir as origens exclusivamente das fórmulas gramaticais ou índole da língua. Os serviços que a Etnografia tem feito nestes últimos tempos à história seriam em boa parte anulados se tal doutrina se houvesse de admitir. É empregando os dois meios, o da gramática e o das palavras, que se tem podido chegar a estabelecer as grandes famílias das línguas, e a respeito daquelas a que por imperfeitamente conhecidas não é ainda possível aplicar o primeiro, os maiores etnógrafos não têm duvidado em classificá-las usando só do segundo, quando é evidente a analogia radical de duas línguas nas palavras que representam as ideias mais simples e necessárias a qualquer povo, embora selvagem ou apenas entrado na infância da civilização.

Foi uma grande verdade a que escreveu Maltebrun na sua carta a Balbi sobre o *Atlas etnográfico* [1], quando disse: «Além dos resultados que produz a simples mistura dos idiomas considerados como grupos de raízes, cumpre também que se reconheça a acção da inteligência humana que lhes modifica a seu bel-prazer as formas gramaticais, e que até pode sujeitar idiomas inteiramente diversos a uma legislação comum.» É esta reflexão exactíssima, a qual muitas vezes nos ocorre, que nos obriga no exame da filiação das línguas a preferir as conclusões que resultam da comparação do vocabulário às que se poderiam tirar de certas afinidades ou antinomias de índole. As línguas seguem sempre, especialmente na sintaxe, o desenvolvimento ideológico dos povos que as falam. A proporção que as ideias se multiplicam e novas relações se vão encontrando entre elas — que estas se tornam complexas por um lado, e por outro se vão subdividindo — que enfim os elementos do cogitar humano se coordenam, é acaso possível imaginar que a forma objectiva não se altere e não siga as transformações do verbo interior? E não acontecerá o mesmo quando vice-versa uma nação corrompida parece retroceder para a barbaria? Pode haver uma ou outra condição gramatical que atravesse as diversas fases por onde passa no correr dos séculos o género humano, mas o seu número deve ser limitado posto que característico, e de feito é o que se deduz dos mais graves e extensos trabalhos linguísticos empreendidos nos nossos dias.

Não saíamos do nosso país: não apliquemos esta doutrina, que por si é evidente, a outra língua. Leiamos uma página do Nobiliário atribuído ao conde D. Pedro, uma cantiga do cancionero antigo, um capítulo de Fernão Lopes ou da Tradução da História Bíblica: imaginemos como exprimiríamos o que lemos na linguagem de hoje comum e desafectada.

[1] Adrien Balbi, geógrafo e matemático natural de Veneza, nasceu em 1782. Publicou em 1808 a sua primeira obra de geografia que lhe granjeou nome a nível internacional. Autor da *Introduction à l'Atlas Etnographique du globe contenant un Discours sur l'utilité et l'importance de l'étude des langues appliquées à plusieurs branches des connaissances humaines* (...) Tomo I, Paris, Chez Rey et Gravier, Lib. e Imp. Chez Paul Renouard, 1826, onde reuniu diversas considerações gerais sobre as línguas, sua filiação, relações e diferenças de escrever que veio impulsionar a filologia e a linguística. Conrad Malte-Brun (1775-1826) que dirigiu uma carta a Balbi (reproduzida no início do *Atlas*), foi um notável geógrafo e filólogo, introdutor da linguística, por dar enorme relevância ao estudo comparado. A carta vem publicada nas páginas 65-68 do *Atlas*. Acerca da definição de *idiomografia* afirmou que, é como a geografia ou a etnografia, «uma doutrina histórica composta de coisas morais ou intelectuais, de coisas materiais e de traços puramente acidentais».

Que acharemos? Não será uma palavra ou outra antiquada para substituir, mas a sucessão dos vocábulos para alterar, proposições para trocar, sintaxe para regularizar, verbos para reduzir a outras terminações nos seus tempos e modos. Se desatendêssemos o vocabulário para só aceitar como prova de filiação as fórmulas da gramática ficaríamos às vezes perplexos sobre se deveríamos conceder que o português hoje seja o mesmo idioma, ou antes idiomas, de que usavam os nossos avós nos séculos XIII, XIV e XV.

É uma coisa que desejaríamos fizessem todos aqueles que estudam a língua pátria com alguma filosofia, que depois de terem lido os nossos escritores da grande época, isto é, da segunda metade do século XVI, passassem seguidamente a ler Maquiavel e Villani, Montaigne e Rabelais. Estamos certos de que muitas vezes creriam terem ante si páginas de Arraes ou de Heitor Pinto, de Barros ou de Francisco de Moraes, escritas com palavras italianas ou francesas. É que as três línguas correspondiam ao mesmo ponto do progresso ideológico das nações modernas: era que tinham partido quase a um tempo da barbaria e achavam-se por consequência proximamente num grau semelhante de aperfeiçoamento. As frases, a sintaxe e ainda muitas outras condições que constituem a índole de um idioma assemelhavam-se entre esses três, porque o estado das ideias era em geral o mesmo no ocidente da Europa [1].

Venhamos ao tempo presente e continuemos o estudo das transformações gramaticais, sem sairmos de casa. De que se queixam os que lamentam a perversão da linguagem actual pela influência do francês? Da introdução de alguns poucos vocábulos; mas principalmente da alteração completa da sintaxe e em geral da índole da língua, alteração que, em nosso entender, nenhuns queixumes, nenhuma diligências evitarão enquanto não se destruir a acção intelectual da França em Portugal, o que é impossível [2]. E todavia como actua a língua francesa em a nossa? — Unicamente pela imprensa, pelos livros; mas cada livro é como um indivíduo daquela nação que vem falar no meio de nós; indivíduo por via de regra mais civilizado, mais rico de ideias, ou pelo menos de ideias mais bem ordenadas, que os que o escutam. Reflectidas em nossa alma essas ideias, a que muitas vezes não é fácil achar a fórmula nacional que as representa como as concebemos, até porque haverá casos em que tal forma não exista, exprimimo-las involuntariamente com a frase peregrina. Então aquelas ideias, partindo de sujeitos superiores em civilização e cultura de espírito, vasadas no molde estrangeiro, derramam-se entre o povo, e passados poucos anos vamos encontrá-las trajando já o burel popular no mercado, na taberna, e até nos lugares que mais resistem às inovações de todo o género, nas povoações rurais.

Tal é o facto que passa diante de nossos olhos, e que qualquer observador medíocre pode verificar. Sem invasão pessoal de estranhos, num período de muito menos de um século, operou-se em grande parte uma importante transformação, que nos parece possível conduzir prudente-

[1] Este conjunto de observações são de toda a acuidade, ainda hoje, pois permitem aferir o lugar que Herculano dava à história do pensar e do viver na linha da moderna *história das mentalidades*. Cf. sobre esta questão, o que se afirma acerca dos costumes e superstições populares. Volume VII desta edição.

[2] Cf. artigo sobre «Os Galicismos» neste volume. Notar ligeiras alterações do ponto de vista de Herculano, com a aceitação inevitável de certos neologismos. Sobre esta questão, vide também Fr. Francisco de S. Luiz, *Glossário das Palavras e frases da língua francesa que por descuido, ignorância, ou necessidade se têm introduzido na locução portuguesa moderna; com o juízo crítico das que são adoptáveis nela*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1827.

mente para que não desfêche em anarquia; mas que julgamos vão empenho tentar destruir, porque os que imaginarem ter forças para lutar contra a torrente, só alcançarão mais cedo ou mais tarde serem submergidos e afogados por ela.

Deve-se por isto, no estudo das origens, abandonar inteiramente a comparação da índole das línguas? Não por certo: quando as analogias gramaticais vêm confirmar os resultados das semelhanças das raízes, elas completam as provas deduzidas do vocabulário, e fixam positivamente a nossa opinião. Se, porém, a influência de uma nação sobre outra, debaixo de certos aspectos igualmente civilizada, influência exclusivamente literária, pode produzir tão graves mudanças gramaticais em menos de um século; que sucederá entre as línguas mães e as suas derivadas, quando as migrações, as conquistas, as misturas de raças, os progressos e decadências intelectuais, e a sucessão de milhares de anos tenham contribuído por infinitas maneiras para alterar a índole do idioma transmitido? Podem-se, na verdade, muitas vezes averiguar e avaliar as causas que produzirem essas alterações, marcar-lhes até os limites, mas recusar-lhes a existência ou a acção seria contradizer a história e a própria experiência dos nossos dias.

Se em tese o sistema de desprezar o vocabulário para se ater exclusivamente à gramática é absurdo, na hipótese de estudar as origens da língua portuguesa, ou de outra qualquer da Europa central e meridional, e de inquirir se o céltico ou o latim formam a base delas, tal sistema corre grande risco de ser ridículo, porque no estado presente da etnografia ele conduzirá seus fautores ao impossível, ou antes ao nada. Hoje parece incontestável que todas as línguas da Europa chamadas mães, ou primitivas, tem uma origem comum — o Sânscrito [1], ou um mais antigo idioma que o gerou, e também ao grego, ao latim, ao teutónico, ao eslavo, e ao céltico (2). E como se chegou a semelhante resultado no exame comparativo dessas línguas? Pelas claras analogias gramaticais que há entre

[1] A descoberta da origem comum das línguas europeias e o lugar de relevo do sânscrito deve-se aos estudos de um conjunto de orientistas apontados por Adrien Balbi no seu *Atlas*. O papel da arqueologia oriental e egípcia, o desenvolvimento dos estudos indianos; em especial influenciados pelo interesse suscitado pelas religiões bramânica, budista e a criação em Viena de uma Escola especial de línguas orientais, assim como uma cadeira de sânscrito e de chinês no *College Royal*, no tempo de Luis XVIII; foram factos relevantes das novas preocupações científicas na área da etnolinguística e do estudo comparado das línguas; meio preciso para seguir «à travers la série des siècles les migrations des peuples et leurs établissements ignorés dans les différentes parties de la terre (...)» (Balbi, *Atlas*).

(2) As obras em que esta matéria se pode estudar a fundo são a de Bopp — *Vergleichende Grammatik des Sanskrit*, etc. — a de Pott — *Etymologische Forschungen auf dem Gebiete der Indo-Germanischen Sprachen*, a de Prichard — *Eastern Origin of the Celtic Nations*, e ainda a de Balbi — *Introduction à l'Atlas Ethnographique*, [Bopp, filólogo alemão natural de Mayence (1791) e estudioso das línguas do Indostão. Ensinou sânscrito na Universidade de Berlim. Os seus estudos iniciaram uma época nova nos estudos linguísticos. Para além da *Gramática crítica da língua sânscrita* (1829-1832) foi autor, de entre outras obras, do *Sistema da conjugação do sânscrito comparado com os das línguas grega, latina, persa e germânica*, etc. (1816) e *Sistema completo da língua sânscrita* (1827). Morreu em 1869 após ser fundada a gramática comparada. Auguste-Frederic Pott (1802-1887) filólogo alemão responsável pelo desenvolvimento da filologia comparada foi professor da Universidade de Halle. As suas *Pesquisas Etimológicas sobre o domínio das línguas indo-germânicas* foram publicadas em dois volumes (Lamego, 1833-1836). James Cowler Prichard (1785-1848) célebre etnólogo inglês, cujas *Investigações sobre a história física do género humano* (1813) foram uma das primeiras obras de etnologia. Em 1849 ainda era o mais completo tratado sobre a história natural do homem. A obra mencionada por Herculano foi publicada em 1843].

elas, pela comparação das palavras elementares, ou antes necessárias em qualquer idioma, despojadas das letras ou sílabas afixas ou prefixas, e atendendo a certas mudanças regulares de tais ou tais consoantes de uma para outra língua. Assim os que na índole do céltico quiserem achar contraste com a do latim terão primeiro de destruir as doutrinas dos principais etnógrafos e linguistas da Europa, trabalho e glória, que estamos bem longe de lhes invejar.

Mas, dir-se-á, se é verdade que o Sânscrito seja a mãe comum de todas as línguas antigas da Europa, e se a gramática e os vocábulos concordam em mostrar essa origem idêntica do latim e do céltico, a comparação das palavras elementares ou necessárias do português com as suas semelhantes, latinas e célticas, dará um resultado igual à das aproximações gramaticais, isto é, a impossibilidade de resolver a questão das origens. Este argumento que ao primeiro aspecto parece concludente, fora apenas especioso: o céltico e o latim não são sânscrito, são duas transformações dele, transformações operadas por diverso modo porque para elas concorreram circunstâncias. Nas letras ou sílabas radicais das três línguas há clara analogia, e muitas vezes identidade; mas as afixas e prefixas e o som flutuante das vogais em cada uma delas fazem variar a totalidade do mesmo vocábulo de uma para outra, e muito mais nos seus dialectos ⁽¹⁾. Transformadas, organizadas, e aumentadas na Europa, elas geraram as modernas por transformações sucessivas, vindo as últimas a ser, por assim dizermos, as netas ou bisnetas da língua fundamental da Ásia que produziu aquelas. Assim ficando na base de todas, antigas ou modernas, certos caracteres de índole, comuns e fundamentais, que profundamente as separam das pertencentes à família semítica, em cada uma os respectivos vocábulos de significação idêntica são mais ou menos diversos na sua forma completa, posto que nas radicais sejam idênticos. As línguas modernas, porém, nascidas em circunstâncias mais favoráveis deviam tomar daquele idioma de que nasciam uma boa parte das suas letras afixas e prefixas, isto é, mostrar mais facilmente, e ao primeiro aspecto a língua de que provinham imediatamente. A palavra sânscrita *mira*, por exemplo, é na verdade a remota origem da palavra portuguesa *mar*; mas tendo ela passado pela fórmula de uma língua intermédia falada outrora na Espanha e devendo nós resolver se nos veio pelo latim ou pelo céltico, ficaremos convencidos de que foi pelo primeiro quando soubermos que *mar* corresponde ao vocábulo latino *mare* e ao céltico *muir* ou *mor*, segundo for cymrage ou gael.

Deste modo fica evidente que a subfiliação das línguas dentro da mesma família só pode ser indicada pelos vocábulos, ao passo que a analogia gramatical, nos habilita para classificarmos os idiomas, não tanto em relação à sua origem imediata, como em relação à sua origem primitiva.

Fizemos estas reflexões que talvez deveríamos guardar para quando se publicassem a 3.^a e 4.^a partes do opúsculo a que nos referíamos para precaver os autores dele contra a empresa que prometem cometer e que nos parece excederá as suas forças, porque é quanto a nós impossível. Para então reservamos desenvolver mais largamente as doutrinas que apenas esboçamos aqui, ou confessar que nos enganámos, servindo-nos de consolação o haver-nos sucedido essa desventura em excelente com-

(1) Como se vê nos numerais dos dois dialectos célticos conhecidos: por ex. *dwi* em Sânscrito, em latim *duo*, no Cymrage *da* ou *do* e no Gael *dwy* ou *dau*; *chatur* em S., em lat. *quatuor*, no Cym, *keathair*, e no G. *pedwar*, *shash* em S., em lat. *sex*, no C. *se*, no G. *chwech*; *Navan* em S., em lat. *novem*, no C. *noí*, no G. *naw*, etc.

panhia. Pondo, pois, de parte no entanto as questões de linguística suscitadas pelas duas últimas proposições estabelecidas no prólogo do opúsculo, a'valiemos os factos e raciocínios que aí se aduzem em prova de que o latim introduzido na Península pela conquista dos romanos, não foi durante o domínio daquela nação a língua vulgar dos espanhóis [1]. Na escolha duns e doutros, os autores do opúsculo não foram, segundo se nos afigura, demasiadamente felizes.

.....

A. Herculano

[1] Não sabemos se Herculano já entregara este novo capítulo à redacção de *O Panorama* e se esta se reservava para publicá-lo no número seguinte. É, muito provável que sim, devido à forma como terminou. Como se sabe *O Panorama*, nesta sua série, acabou neste ano, mudando de direcção e só regressando em 1846 (3.ª série). Importa salientar que, apesar de não ter concluído as suas teses, A. H. está neste texto, muito além das críticas que Teófilo Braga lhe moveu na sua *História do Romantismo em Portugal*.

ANEXO 13

CARTA A BULHÃO PATO SOBRE O POEMA PAQUITA, Datada de 20 de Maio de 1856

Meu poeta:

Agradeço-lhe cordialmente a oferta da sua *Paquita*. Não lhe agradeço menos a singeleza com que motiva essa oferta, evitando a si e a mim os derrancados cumprimentos com que se costuma às vezes pungir a face a quem teve a desgraça de fazer alguns livros não absolutamente ermos de senso comum; e com que ainda mais vezes se assopra a vaidade dos que tiveram a fortuna de fazer outros só povoados de inépcias. É que o meu amigo é sobretudo homem de gosto, e o homem de gosto é sobretudo singelo.

Vi nascer a *Paquita*, essa filha da sua imaginação; vi-a crescer e engolfar-se num mundo vertiginoso, por onde o poeta a vai seguindo, e ao seu Pepe. Amei-a desde o berço, porque a *Paquita* representa na literatura actual uma restauração, e nega um progresso: restauração santa, e progresso mentido.

Sabe o poeta o que é a sua obra, à qual, aliás, como há-de sentir, não faltam defeitos? É a sequência dos poemas-romances que ilustraram a Itália desde os *Orlandos* de Boiardo e do divino Ariosto, até o *Ricciardetto* de Fortiguerra, grinalda esplêndida tecida de milhões de flores, a que o espirituoso autor dos *Animais falantes* acrescentou novos festões tecidos de folhagens e flores novas, nascidas das inspirações da sua época.

A *Paquita* pertence a essa escola italiana, admirável pelos seus caracteres essenciais, — a variedade e a singeleza; escola que sabia bordar o matiz da vida real com suprema verdade na tela das criações mais fantásticas; que ria e chorava no mesmo canto e até na mesma estrofe, antes que Shakespeare risse e chorasse no mesmo acto, e até na mesma cena; escola que não nos deu Camões, porque os génios sumos manda-os a piedade de Deus às nações que têm de morrer numa lenta e vergonhosa agonia, para lhes alumiar o sepulcro com um raio de glória; mas que deu aos *Lusíadas* muito do que neles há mais belo; do que os eleva acima de todas as criações análogas da arte moderna.

A *Paquita* é um protesto contra a poesia francesa que nos invadiu, e que, privada das harmonias métricas, até nos lança na caricatura doutra caricatura, na imitação bastarda do seu monótono ritmo, saguão literário, para onde mais duma vez, nesta época de corrupção em tudo, ainda os melhores poetas atiram composições belíssimas no sentir e no pensamento; saguão que é o paraíso dos poetastros, e as delícias das nossas eruditas *blue-stockings*.

Nunca se achou, como Dante, perdido numa selva escura,

Che la diritta via era smarrita?

Nunca tomou uma vereda por outra nos numerosos pinhais das nossas províncias do sul? Quando, nesses labirintos de colunas rugosas, percebemos que nem as ondulações do terreno, nem as curvas caprichosas

* Foi publicada na *Revista Peninsular*, vol. II, n.º 1, 1856, pp. 8-12 e integrada no volume da *Paquita*, a servir-lhe de prefácio.

das sendas, nem os verdes bázis dos brejos são nossos conhecidos, retrocedemos sem hesitar até atinarmos com o direito caminho. Este retroceder é progresso. O distraído, ou o que ignora donde vem ou para onde vai, é que continua a seguir avante. Só o insensato crê que caminhar sempre em frente é sinónimo de progredir. A *Paqueta* é o símbolo da poesia transviada que retrocede da estrada por onde andava erradia.

Agradecida a oferta, permita-me que lhe ralhe um pouco:

O meu amigo é injusto quando vê na máquina de vapor, no resumo da civilização deste século, a inimiga da poesia.

Eu já tive uma época em que pensava assim. Faz isso a inexperiência e a irreflexão dos vinte e seis anos.

Não: a máquina de vapor é um dom do céu, um instrumento de progresso legítimo, uma fonte de cómodos e gozos para o género humano, como o foram o arado, o navio, a imprensa, para os homens que os viram nascer. A máquina de vapor leva o agasalho, o conforto, a limpeza, a saúde, às choupanas do povo, onde, sem ela, só habitaria por séculos a miséria extrema, com todas as suas dores e agonias. Não maldigamos os dons de Deus. O enxugar as lágrimas do pobre tem alta poesia.

Com a máquina de vapor podem fazer-se tantas tolices e maldades como com a imprensa. E que prova isso?

O que mata a poesia é a morte moral das nações. O belo não pode existir sem o bom: nada mais diverso, e nada mais inseparável.

Se o que nasceu poeta não escutar a voz da sua consciência ainda virgem, no meio duma sociedade que se converteu num charco dormente, há-de suceder-lhe o que sucede aos animais palustres; tombar moribundo na vasa, e infeccionar os ares com o cadáver.

Na sua ainda curta existência quantos talentos inspirados tem visto pulular, para murcharem e desaparecerem no oceano das vulgaridades apenas chegados à idade viril? Perdeu-os um mundo perdido. Não creia que a vida positiva com os seus graves cuidados mate forçosamente nenhum dote do espírito.

A verdade poética está na observação dos fenómenos da existência, quer na ordem material, quer na espiritual; e sem verdade não há poesia. Porque é esta, em regra, nas épocas de decadência, empolada em vez de elevada, arguta em vez de sentida? É porque a sociedade não crê rectamente, nem sente sinceramente; é porque a gangrena dos ânimos se decompõe em duas espécies de corrupção: a do entendimento, que, desatinado, verte entre as multidões o paradoxo e o sofisma; e a do coração, que, engelhado, mente friamente aos affectos mais santos e íntimos. O estilo é então na literatura o que o vestido bordado, e as veneras e insígnias são nos homens públicos: é, por via de regra, o pano recamado de ouro sobre o ataúde onde se esconde o corpo, que se dissolve já meio apodrecido.

Deixemos, pois, a máquina de vapor no lugar que lhe compete.

Quanto ao resto relaxe tudo ao braço secular.

Os governichos a que faz a honra de chamar governos, os agiotas-barões, os comissários, os chefes, os sub-chefes, esse mundo oficial e semi-oficial, essa coisa informe, viscosa, fétida, que ferve, zumbe, coaxa, volteia por cima e à roda de nós, manche nela, se quiser, o bico da bota ao perpassar. Não me oponho a isso. Mas olhe que se bane a si próprio; que exorbita da sociedade; que enceta a via dolorosa dos desgostos de toda a vida. Fazer abespinhar os que foram, são, ou serão poder, não sai de graça. O silêncio é preferível ao martírio, quando se tem vinte e seis anos, e diante dos olhos uma longa existência.

Se corresse as lendas dos antigos mártires, havia de achar um facto mil vezes repetido: os tratos, sofridos com sublime constância, terminavam pela morte. A cruz, as feras, o cutelo, vinham dar à vítima o ósculo da eterna paz. Deus, indulgente para com a imbecilidade da carne, deixava por fim cumprirem-se as leis físicas nos seus eleitos.

Hoje as coisas mudaram: hoje quem dá testemunho contra essas corrupções de toda a espécie que nos devoram, não morre, pena: pena nas suas crenças desmentidas, nos seus affectos ludibriados, na sua confiança traída, nas suas acções mais inocentes caluniadas; pena pelos covardes e entranháveis ódios que vem feri-lo invisivelmente; pena pela meia injúria que se disfarça para não ser punida; pena nas privações a que se condena, ou no trabalho árduo a que se resigna para as evitar; sacrifica-se na abnegação dos prazeres, nas humilhações do amor próprio, para não vender a sua integridade moral ao demónio da corrupção. E neste penar, e lidar, e abster-se de anos e anos, sente que é demais no meio dos homens; que a sua consciência é um gravame, uma acusação, quase um insulto, para outras consciências; sabe que o pintam como implacável nas malquerenças, e sinistro nos desígnios. A sua austeridade é dureza; a franca sinceridade da sua linguagem, turbulência e despeito; porque até os vocábulos se mudaram: a independência é turbulência; a indignação, ódio; o nojo, despeito. Os poderosos detestam-no; os protegidos e dependentes esquivam-no. Há nele o que quer que seja do leproso e do empestado, pela mesma razão porque na república dos loucos todos fugiam com medo das loucuras do sisudo. É um martírio de todas as horas, de todos os instantes, que não se aprecia, nem se aplaude, e que nem sequer serve, como o dos primitivos cristãos, para impedir que os tíbios vacilem na fé.

E depois para que presta a coxa justiça que se vai assentar sobre um túmulo? Consolará ela acaso o morto da perpétua hostilidade do mundo enquanto foi vivo? Pobre justiça humana, que reparas com palavras factos irreparáveis em si! Pobre justiça humana, que nesse caso não és senão um documento mais de impudor! Que precisão tem de ti aquele que enfim descansa à sombra da justiça de Deus?

Se eu, meu amigo, fosse capaz de o instigar à vilania, não lhe aconselhava o silêncio, a abstenção: aconselhava-lhe que observasse esta sociedade que nos leva no seu enxurro, e que depois estudasse os últimos escritores da *História Augusta*, os historiadores bizantinos, e um dos mais instrutivos livros que eu conheço, — a *Governança de Deus*, de Salviano; por fim pedia-lhe que tirasse as consequências práticas desses desanimadores estudos.

Conheceria que a geração que vai passando é a representante e a herdeira dos homens do Baixo-Império, e saberia como se é poderoso, opulento, benquisto, em tão tristes épocas. Em Roma e em Bizâncio eram os eunucos os que influíam às vezes em tudo: na paz e na guerra, nos tribunais e no fisco. Hoje a mutilação é espiritual: basta ser moralmente eunuco. O envilecimento da alma é apenas o que se exige.

Considerá-lo-ia, porém, como inábil em aproveitar as lições da história, se partisse desde logo da abjecção: perdia os efeitos das transições, das peripécias. No mundo romano, além do eunuco, havia o bárbaro. Nos dilatados paroxismos do império, o bárbaro, quando submetia a civilização à barbaridade, dominava, mas dominava ainda mais quando submetia esta àquela. O homem da raça germano-gótica, trocando a aspe-
reza independente das tribos dalém-Reno pelos esplendores e doçuras do viver civil, disputava ao eunuco a influência na paz e na guerra, nos tribunais e no fisco, e não raro suplantava-o, corrompendo-se, prosti-

tuindo-se como ele. A ideia que se fazia da hombridade dos bárbaros, e o valor e a audácia, que eram os últimos dotes morais que eles perdiam, davam-lhes vantagem sobre o mutilado e débil filho da Ásia, astuto, dissimulado, paciente, e cruel, mas tímido. O *heer-koenig*, o *edling* godo, o chefe selvagem, romanizando-se, tinha certo o predomínio.

Hoje as vagas da assolação rugem e baloçam-se ameaçando subverter as nações velhas e gastas; mas essas vagas não rolam do norte ao meio-dia. Para os braços dos citas modernos a espada de Atila é pesada de mais; e a sombra de Genserico, alongando os olhos sanguíneos do Walhalla para a terra, não descobre no meio das nações do setentrião guerreiros da sua estatura. Os germanos e eslavos não estão com as lanças em riste nos confins do império; estão na base das sociedades, revolvendo-se a espaços, como Encelado debaixo do Etna. Os godos, os francos, os vândalos, os gépidas, os hunos, as mil tribos que foram a mão de Deus na génese da civilização moderna, são hoje as mil seitas que negam, não só as tradições das antigas monarquias, mas também os dogmas da vida civil; que negam a propriedade, a família, a liberdade individual, a hierarquia, e por consequência a civilização e o progresso consubstanciados com esses dogmas; são as facções da democracia, exclusiva, ambiciosa, saturada de inveja e de ódios encruçados por longas opressões, por desprezos injustos; são as escolas dissolventes, que, repudiando o passado, se agridem mutuamente, mas que se unem debaixo de um estandarte único apenas soa a hora de combater as classes civilizadas e corrompidas; é o vulgo que, do foro onde tumultua, ora pensa que governa pela voz dos tribunos, ora aplaude a tirania do primeiro soldado que o acaso ou o crime coroaram. Através de quinze séculos, duas barbarias, uma na história, outra na actualidade, soltam uníssonas o mesmo grito de extermínio. Para quem reflecte é fácil antever a aproximação dum novo génese social num futuro mais ou menos remoto.

Eis o que dum lado a história, e do outro a observação, lhe diriam, meu pobre poeta!

Na quadra actual ser eunuco moral é uma grande ventura; mas o melhor meio de evitar as misérias da vida honesta é pertencer a alguma das novas tribos germano-eslavas; distinguir-se por um profundo horror às ideias, às doutrinas, às instituições do mundo social possível; ser tribuno da plebe e depois converter-se à resipiscência, continuando todavia a proclamar-se um *heer-koenig*, um *edling* teutónico da democracia.

E porque não? Stilicon, o herói do Baixo-Império, nasceu vândalo; e o godo Alarico, destruidor de Roma, foi general da cavalaria romana.

Pelo que dizem os entendidos, a ex-democracia temporária fomenta a democracia permanente. Os democratas barões, conselheiros, comendadores, chefes, sub-chefes, de que se lembra, estão livres de ser Stilicons e Alaricos; mas emitam-nos como comportam as diferenças do século XIX ao V: civilizam-se, apodrecem provisoriamente, aprendem a pisar com garbo as alfombras dos paços, reclinam-se com elegância nas poltronas das secretarias, penduram a heráldica ao pescoço do socialismo, cozinham nas fornalhas ministeriais os curatos, as magistraturas, as escrivatinhas, as prebendas, as mitras, as comendas, as escolas; palmeiam nos teatros com luvas de irrepreensível brancura; agitam-se nos bailes esplêndidos, embriagam-se nas mesas opíparas, recuam com asco diante dos andrajões do plebeu, e retiram a mão afeminada da mão calosa do vilão que ousa estender-lha; — a erudição que mais os enleva é a genealogia. Sacrificam-se assim à democracia futura. De feito, Pedro, o chefe dos apóstolos,

achou que havia conjunturas em que se devia negar Cristo. Esta gente é essencialmente evangélica.

Se lhe repugna imitá-los, meu amigo (e espero em Deus que lhe repugne sempre) tome o conselho que lhe dou: guarde silêncio. Tire o chapéu à dança judenga que passa: respeite a crença pública e o progresso, que consistem em não crer e em não progredir seriamente em coisa nenhuma; respeite sobretudo os parvos e os velhacos, porque a doutrina da onipotência das maiorias é ponto de fé constitucional.

A carta que me dirige tem um sabor acre, e não sei se revolucionário: queime-a, e queime esta. Não é por mim: é por si.

Publique a *Paqueta*, mas sem prólogo. Só assim lhe poderão perdoar ter a sua tentativa — poesia, naturalidade, e senso-comum.

Ajuda, 20 de Maio de 1856.

A. Herculano

211

ANEXO 14

CARTA A SOARES DE PASSOS SOBRE AS POESIAS, Datada de 5 de Agosto de 1856

Ill.^{mo} Snr.

Teve V. S.^a a bondade de me oferecer um exemplar das suas *Poesias*. O alto conceito em que tinha a V. S.^a pelo pouco que delas vira em publicações periódicas, moveu-me a lê-las imediatamente, e esse conceito subiu de ponto correndo este volume.

Na minha opinião, V. S.^a está destinado a ser o primeiro poeta lírico português deste século. Há nos seus poemas lampejos de gênio, que o simples talento não pode produzir.

Sou o homem menos cumprimentadeiro de Portugal, e por isso creia V. S.^a que posso estar em erro, mas que sou sincero. O cunho de talento e de grande talento acho-o eu em muitas poesias das que de continuo se imprimem há quinze anos; mas se alguém tem de ombrear com o grande poeta que há pouco perdemos [1], é V. S.^a e outro [2], cujo nome calo, porque ainda é mal conhecido. Receio muito que o futuro julgue com demasiada severidade os poetas de hoje, e não vejo na escola que predomina senão um gongorismo francês, correspondendo, no século XIX, ao gongorismo italiano do século XVII.

Numa ou noutra composição cedeu V. S.^a à torrente; mas lutou as mais das vezes contra ela e venceu-a. O seu *Camões* é uma coisa admirável, e com leves retoques eu não hesitaria em pô-lo a par do *Cinque Maggio* de Manzoni. Neste século parece-me que ainda não se escreveu nada em português que iguale aquela sua composição.

O seu Firmamento recorda-me o grande Klopstock. Os pensamentos e as imagens do seu livro são, em regra, forte e precisamente concebidos e nítida e claramente expressos. Isto é pouquíssimo frequente.

²² *Cartas*, Tomo II, Bertrand, Lisboa 4 ed. s/d., pp. 87-99.

[1] Referência a Almeida Garrett, falecido em 9 de Dezembro de 1854.

[2] Alusão a Bulhão Pato a quem escrevera a carta que publicamos supra.

ANEXO 15

“CARTA A S.^a D. GUIMAR TORREZÃO”. Carta de 25 de Abril de 1872. in Junior, Dr. Armelim. *Trechos Litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do mesmo e de Outros Escriptores Illustres a Guiomar Torrezão. Colleccionadas, ublicadas e Editadas por sua irmã, Com Prefacio por Dr. Armelim Junior.* Lisboa: Typhographia Leiria, 1910. p. 30.

30

Ex.^{ma} Snr.^o D. Guiomar Torrezão.

Val-de-Lobos, 25 de Abril de 1872.

Esta vida rural, se moralmente é tranquilla, não é materialmente descansada, sobretudo nas duas epochas em que os poetas mais se entrem na contemplação das bellezas campestres — a primavera e o outono. É justamente então que o lavrador tem de attender a maior numero de questões da vida positiva. Abaixar os olhos para a terra quando os poetas mais os alevantam para o ceu, é uma das condições da sua existencia. Aqui tem V. Ex.^a a causa de eu estar tanto tempo em divida de uma resposta á carta de V. Ex.^a

Nos largos serões da estação invernosa tenho tentado traduzir alguns fragmentos do *Orlando Furioso*. É o que me está mais á mão para enviar a V. Ex.^a sem grande responsabilidade minha, simples responsabilidade de traductor; e quasi que dessa me eximirá V. Ex.^a quando souber que estes trechos de versão foram feitos á vista do texto, nú de notas e commentarios, e até sem o auxilio de um dictionario italiano, de que está desprovida a pequena estante de Val-de-Lobos. Antes como abuso sacrilego do que como obra litteraria se deveria talvez considerar o deleite egoista com que aproveitei a admiravel concepção do divino poeta de Ferrara para matar sobejidões tediosas de tempo nas longas noites d'inverno, longas sobretudo quando vem associar-se com o inverno da vida. O menos legitimo, porém, do incentivo e a insignificancia da obra, tudo a inexgotavel bondade de V. Ex.^a perdoará á rusticidade do obreiro.

Remetto a V. Ex.^a um extenso fragmento do primeiro canto para que tenha por onde escolher alguma cousa menos ruim. Far-me-hia especial mercê em communicar-me uma prova disso que escolhesse, dado que alguma cousa haja ahi que, admittida no Almanach, lhe não venha a servir de bitafe. Carregar-me-hão de sobra os proprios peccados para não desejar sobrecarregar-me com os dos compositores e revisores.

Sou com particular consideração

De V. Ex.^a

Humilissimo servo

Alexandre Herculano,

ANEXO 16

“Cartas a B. Barros De Gomes”. Carta de Julho de 1876 *Cartas De A. Herculano*.
Tomo I, 3.^a Ed., Lisboa: Bertrand, s./d., pp. 13-29.

CARTAS A B. BARROS GOMES

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Val-de-Lobos, julho de 76.

Ha dias recebi uma carta de V. Ex.^a que me
maravilhou. É, sem duvida, escripta numa
destas horas de exaltação de espirito, que ás
vezes nos trás uma idéa actuando fortemente
na nossa imaginação. É uma cousa vulgar,
que não me admiraria noutra pessoa e noutra
assumpto; admira-me a exaltação religiosa
num homem de sciencia, em quem, parece,
os sentimentos desta ordem deveriam ser tran-
quilos e desassombrados. Deus não nos deu
inutilmente a razão. A revelação completa-a,
não a exclue. Esta é o degrau para chegarmos
áquella. Brahma, Zoroastro, Christo, Mafoma,
e tantos outros fizeram revelações. Supprima
V. Ex.^a a critica, que nada mais é do que
uma formula da razão, e diga-me depois qual
dessas revelações é a communicação directa de

nariz é sorte commun da misera humanidade. Tem-no os ultramontanos; e com outros de garupa. O pedreiro livre é o jesuita do ultramontanismo, e atrás delle escarranchamo-nos nós, os que só acreditamos na infalibilidade da igreja, isto é, na unanimidade moral de todos os fieis, e que, por isso, somos, a um tempo, atheus, deistas, hereges, scismaticos, excommungados e impios. Se ha, porem, cousa que seja espectro, phantasma, papão de creanças, é a maçonaria. Uma das minhas rapaziadas foi ser pedreiro livre. Não tardei a deixá-la. Achei a cousa mais inepta, mais inutil, e muito mais ridicula que uma irmandade de carolas. Sua sanctidade fez o mesmo que eu. É o mais judicioso acto da sua vida. Assim o não tivesse deslustrado fazendo-se depois jesuita.

Ha dous periodos na sua carta que me affligem, não por mim, mas por si. É aquelle em que diz que venha tudo de França, maus livros, más modas, sciencias de fancaria; mas que não venham irmanas de caridade. Pois a França não terá senão maus livros e sciencias de fancaria? (Quanto a modas sou incompetente.) Tem isto sequer um vislumbre de justiça e de verdade? De França vem bons livros e maus livros; sciencias solidas e de fancaria;

é o mesmo que vem d'Inglaterra ou d'Allemanha, d'Italia ou dos Estados Unidos. Em toda a parte ha escriptores peralvilhos e escriptores de sciencia e consciencia. De França é que, de certo, nos vem mais livros maus; pela simples razão de que é de lá que nos vem mais livros. Que não venham irmanas de caridade?! Mas já as havia em Portugal muito antes de sermos nascidos, eu ou V. Ex.ª. Não usavam as toucas extravagantes nem os bandraus das francesas; trajavam um fato negro, modesto, para o qual conciliava a veneração popular a caridade desinteressada e obscura que exercitavam juncto ao leito da miseria enferma. Cumpriam o principal dever do seu instituto, e não iam para fora do seu país ensinar a ler, a escrever, e a grammatica de uma lingua, que não sabiam, a creanças que não as entendessem. Não andavam nas carroagens das fidalgas velhas e feias e, por consequencia, tementes a Deus. Andavam a pé: exactamente como S. Vicente de Paulo. Não eram instrumento da reacção ultramontana, e, por isso, foram perseguidas, dissolvidas e substituidas pela congregação que obedecia a um superior estrangeiro, contra a letra expressa do nosso pacto social.

A opinião publica poz na rua as francesas.



O beaterio já cá tornou a mettê-las. Esteja V. Ex.^a certo de que hão de sair outra vez.

O outro periodo, que ainda me afflige mais por V. Ex.^a, é aquelle em que diz: «Approva-se tudo o que é doutrina da igreja definida nos sete seculos que já lá vão; mas a opinião dos bispos actuaes, alto lá!»

Se não fosse a visivel perturbação do seu espirito, que obscurecesse a sua razão esclarecida, este periodo provaria que V. Ex.^a desconhece completamente a historia do christianismo e a caracteristica principal que distingue o catholicismo das seitas que delle se afastaram.

A igreja não tem sete seculos: tem dezoito. Constituem-na todos os fieis. Em materias de fé, o bispo, como qualquer de nós, não pode ter opinião: tem crença. E o que é a crença catholica? É o complexo das doutrinas fundamentaes que vieram até nós, atravez dos taes dezoito seculos, desde os tempos apostolicos. Eis o que separa o catholicismo das seitas dissidentes. Para ellas a biblia e a interpretação individual: para o catholicismo a biblia e a tradição collectiva. Nos concilios, os bispos nunca inventaram dogmas. A *tradição dos maiores* é a aurora da igreja, o que lhe dá a segurança contra o naufragio no meio das

mais violentas borrascas. V. Ex.^a parece fazer uma idéa inteiramente errada da função dos bispos nos concilios, em relação ao dogma. Não fazem outra cousa senão afirmar a tradição da respectiva igreja para se verificar a unidade da doutrina no espaço e no tempo, unidade que, na ausencia do concilio, o papa é obrigado a manter; principal função da sua primazia; dever a que, em tempos antigos, mais de um faltou, tolerando e até subcrevendo, em vez de uma, duas. Eu não alcanço que idéa V. Ex.^a liga ás palavras *definir, definição*: parece ligar-lhe a *d'inventar, d'invenção*. *Definir*, nestas materias, é o mesmo que noutras quaesquer: é exprimir com precisão e clareza uma proposição, uma concepção; não é inventá-la. A cousa definida existe antes da definição. Se a formula que a exprime é obscura, ou dá azo a uma intelligencia errada, alterando a formula não se altera nem se cria a concepção. E nesta accepção rigorosa que se ha de entender a auctoridade do concilio para definir. Definindo, aperfeiçoa ou muda a formula sem que por isso mude a doutrina. O concilio I de Antiochia, condemnando Paulo de Samasatha, regeitou a formula *omninosos* para exprimir a consubstancialidade do

verbo; o grande concilio de Nicéa, que *formulou* o symbolo actual do catholicismo, adoptou a mesma palavra para a exprimir, porque nessa conjunctura determinava com precisão a distancia que separava da igreja catholica o arianismo.

Ex.^{mo} Sr.: não se pode ser catholico sem respeitar a tradição como a biblia; ou, por outra, a biblia sem a tradição abre o caminho á heresia. Mas a tradição nem soffre córtes nem tolera augmentos, porque deixaria de ser a tradição. Quando os jesuitas tentaram dar, pela mão de Pio IX, um golpe mortal no catholicismo, desvirtuando a redempção e tornando problematica a necessidade do sacrificio do Homem Deus, com o impio dogma do immaculatisimo, reconheceram, mau grado seu, que um dogma, cuja existencia se não podesse fazer remontar pela tradição aos tempos apostolicos, tinha o valor que V. Ex.^a por modestia attribue á sua critica historica, o de dous racoes. O jesuita Passaglia, que hoje é adversario do papa, membro do parlamento italiano, e que provavelmente já atirou para o cesto dos papeis velhos o dogma de que fôra pai, ou pelo menos padrinho, recebeu a missão de provar, fosse como fosse, que, desde os seculos mais remotos da igreja, houvera quem pen-

sasse que a Virgem Maria fôra concebida sem peccado original. Fê-lo em tres volumes o Passaglia, e fê-lo á jesuita. Aproveitou tudo: textos de sanctos padres que a critica, havia muitos annos, tinha regeitado por espurios, figuras de rhetorica convertidas em proposições doutrinaes, etc. Foi no livro do jesuita italiano que o *sabio* Dupanloup pilhou as tristes erudições da sua defesa do immaculatisimo, que tantas surras lhe tem custado, e que tanto tem feito rir a gente séria. Entretanto, merece desculpa, visto que em França só se fazem livros de fancaria.

Dá-se na sua carta, Ex.^{mo} Sr., uma circumstancia singularissima. Suppõe V. Ex.^a que foi o protestantismo quem nos veio pôr a cavalleiros dos narizes o espectro do jesuitismo, e, todavia, é justamente V. Ex.^a que concebe o catholicismo conforme a pintura que delle fazem os protestantes. Na sua opinião, os bispos antigos andaram a fabricar dogmas, e ainda (o que muito é) os fabricaram nos ultimos sete seculos. É o que diz o protestantismo, posto que com mais moderação, porque não trás a culpa a tempos tão recentes. Quem não conhecesse a V. Ex.^a e podesse por isso não o respeitar, como eu o respeito, era capaz de suspeitar que V. Ex.^a quisesse ser o espectro en-

viado para se collocar sobre os narizes dos catholicos, pelos hereges lutheranos, calvinistas, anglicanos e infallibilistas.

No periodo da carta de V. Ex.^a que acima citei, accusa-nos V. Ex.^a, a nós, os catholicos da velha eschola, de uma especie de antipathia contra as *opiniões* dos bispos actuaes, e de applauso para as *doutrinas da igreja* definhadas nos seculos remotos. Pudera, não! Pois como haviamos de ser catholicos sem subscrever as doutrinas da igreja, ensinadas de um modo preciso, claro, indubitavel (*definidas*), e transmittidas de geração em geração atravez dos seculos? Quer V. Ex.^a que tractemos do mesmo modo as *opiniões* dos bispos actuaes. Se não fosse a perturbação do seu espirito, V. Ex.^a, expondo esta pretensão, teria tomado a responsabilidade de uma enorme blasphemia. Já notei que, em materia de fé, o bispo não pode ter opiniões; ha de ter crença como o mais obscuro membro da sociedade catholica. Ha muitas cousas attinentes á religião em que as opiniões são licitas: no dogma, a opinião é sempre heresia. Opinião dos bispos actuaes! Mas, quaes bispos? Os 88 que votaram contra a infallibilidade, e os 70 que virtualmente fizeram o mesmo, e os 62 que não ousaram falar claro, e os não sei quantos que fugiram,

ou os cento e tantos bispos *in partibus*, e os abbades mitrados, e os cardeaes diaconos, etc.? Os primeiros eram, na maxima parte, pastores de rebanhos numerosos, diocesanos dos fieis mais illustrados e que levavam ao concilio a tradição de igrejas antiquissimas, como, por exemplo, o seu Dupanloup. Que gremio representavam, que tradição de igrejas particulares levavam alli os cardeaes presbyteros e diaconos, os chefes das congregações da fradaria, os bispos *in partibus*? Corra V. Ex.^a o elenco dos membros do concilio, juncte as actas, e lá achará bispos que representavam algumas pedras desmoronadas, e, ainda mais, pontos incertos do mappa-mundi. É o elenco que o diz. Pois isto é sério?

Se o grande numero dos membros daquella assemblea fosse actuado pelo zelo apostolico e não por interesses e considerações mundanas, os que se manifestaram contrarios ao novo dogma da infallibilidade teriam começado por protestar contra a composição da assemblea, contra a validade moral e juridica das suas resoluções. A composição de um concilio é uma questão disciplinar. Tem, por isso, variado as praxes, porque a disciplina não se confunde com o dogma: cumpre que se accomode ás necessidades de cada epocha, e ha uma que é

permanente. Consiste em ter o concílio auctoridade moral bastante para subjugar as consciências. Sem isso, as maiorias de nada servem, porque em materias de fé é precisa a unanimidade. O concílio de Nicéa tinha 300 bispos: o de Rimini, posterior mais de trinta annos, tinha 400. Neste intervallo, o concílio de Sirmio redigiu e votou um symbolo ariano, que o papa Liberio subscreveu, e que fez clamar ao celebre S. Hilario de Poitiers: «*anathema sobre Liberio!*» (Veja V. Ex.^a um bispo e sancto a excommungar um papa!) O concílio de Rimini votou e subscreveu um formulario ariano diverso, repellido, aliás, pelo papa, infallivel, já se sabe, em ambos os casos, ariano e não ariano. Onde está a maioria? Em 300 ou em 400? E, todavia, a igreja adoptou a formula e seguiu a doutrina de Nicéa, e repelliu a formula e a doutrina de Rimini. É que os fieis do IV seculo eram atheus, deistas, hereges, excommungados e impios, como nós, os anti-marianistas e anti-infallibilistas. Sirva-lhes de desculpa que a doutrina de Nicéa era a tradição constante e universal da igreja; era a unanimidade, no espaço e no tempo, e a doutrina ariana da inferioridade do Verbo ao Pae, uma heresia que vivera muito tempo pelos cantos, obscuramente, e que, afinal, trium-

phava quasi por toda a parte por influencias politicas.

Com o assento dos individuos, ou apesar delles, a logica das faltas rege as situações. Como Sirmio trouxe Rimini, o concílio do Vaticano de 1869 ha de provavelmente trazer outro concílio, não sei donde nem de quando, se antes disso a Providencia não acudir á igreja e não puser termo a tantos despropositos. Ninguém na assemblea do Vaticano tomou contas á Immaculada Conceição; e dogmatica blasphemia passou triumphante nas allocuções de Pio IX pela basilica vaticana. Para palliar o absurdo do dogma do marianismo é necessario outro dogma: é preciso declarar, como quem o visse, que a Virgem foi transportada em vida para o ceu, ou que foi co-redemptora com Christo, que passará a ser meio redemptor do genero humano. Effectivamente, estas bonitas doutrinas já começam a surgir nos livros de devoção á Immaculada. Parece-me que a co-redempção tem maiores probabilidades de triumpho, porque ha de agradar mais ás beatas, velhas ricas e sem herdeiros forçados. Isso de ir para o ceu vestida e calçada é uma vulgaridade mystica. Pode ir qualquer dellas. O caso é que se metta na cabeça á Senhora de Lourdes fazer um milagre desse

genero. Falo com esta franqueza, porque entendo que V. Ex.^a não será bastante impio para não crer na milagraría de Lourdes. Pelo menos os pios e sinceros Dupanloup e collegas creem nella a não poder mais.

Posso dizer que já não tenho imaginação. V. Ex.^a sabe que é a primeira faculdade que se nos vai desvanecendo e sumindo no declinar da vida, e a minha vida está no occaso. Entretanto, ainda no espirito me passa como que a visão prophetica do futuro concilio, de cujas *definições* não poderá regalar-se a minha pobre intelligencia, que provavelmente já terá ido dar contas a Deus da propria impiedade. Como que vejo um templo espaçoso onde, em renques de faldistorios collocados em escadaria, estão assentados alguns centenares de vigarios apostolicos que, por vicio de educação, de que ainda se não corrigiram, continuam a chamar-se bispos. Cada um delles conversa animadamente com os seus visinhos. No meio do sussurro sobrelevam ás vezes vozes que parecem de indignação. Dir-se-ia passarem já no ambiente as primeiras lufadas do vento da revolta. Uma cabeça de jesuíta assoma pela porta entreaberta da sacristia. O jesuíta, assim emoldurado na sacristia, é a manifestação, o symbolo, a acção da infallibilidade neo-

catholica. O jesuíta escuta; escuta áttenta e longamente. Não posso distinguir bem nas nevoas do futuro, onde fluctua a minha visão, se é o padre Beckx, se o seu successor. É possível que o genero humano tivesse a desgraça de perder o sancto homem do padre Beckx. Seja quem fôr, é o *proepositus generalis*; e o *proepositus generalis* recolhe por fim a cabeça, bate violentamente com a porta, desembésta pela sacristia fora, e atira consigo para a Casa Professa. Manda chamar o seu secretario, que não tarda a apparecer. Está um pouco enfiado. Desde que fez certa viagem a Gaeta, padece de uma singular hallucinação: tem sempre diante dos olhos, como se fossem escriptas, quatro palavras que não fazem sentido: *Clemente decimo-quarto, aqua tofana*. O *proepositus generalis* faz-lhe então em tom benevolo um discurso em que nem sempre se refreia a ira. Jurava eu que o estou ouvindo:

«Vem cá, João. Sabes o que vai no concilio, apenas começado? Visiveis symptomas de rebellião. Nunca tive fé nos teus vigarios da Europa e dos Estados Unidos. Vivem no meio dos philosophos, dos protestantes, e, sobretudo, daquella peste dos velhos catholicos. A peste é contagiosa. A redempção pela Virgem está em risco, e não me admiraria nada que

Christo continuasse a ser redemptor exclusivo. Para que te fizemos infallível? Antes disso, lascaste a pedra angular do christianismo. Disseste ser de fé que houvera uma descendente de Eva, concebida isenta do peccado original, e sem dependencia da sublimine, da infinita expiação do Golgotha. Com essa lasca de pedra fundavas uma religião nova. Era terrível, mas era grandioso. Sanctificavas assim a opinião, tão combatida, tão escarnecida, dos filhos de S. Ignacio. E agora, que se tracta de dar um complemento á tua obra, de equiparar a Mãe ao Filho, visto não podermos so-phismar o facto da sua morte, nem negar que é de fé ter entrado a morte no seio do genero humano pelo primeiro peccado; agora, que queremos dar lógica á tua obra e um verdadeiro alegrão ás beatas, insistes no concilio, como se o concilio fosse preciso para alguma coisa depois da tua infallibilidade! João Maria, estás velho, muito velho! Não fazias asneira nenhuma se fosses andando para o ceu. (O secretario faz-se pallido). Vamos, meu João, prosegue o *proepositus*, que reparou naquella pallidez, dando á voz um tom melifluo e descurugando o rosto num sorriso amavel. Vamos lá: Quiseste recrear-te, espairecer um pouco, ouvindo falar latim aos teus vigarios.

Malicioso! Mas olha que tu não õ falas melhor. Cheira ainda a latim do official de cavallaria, o teu latim. Diz-t'o a Companhia de Jesus pela minha bõcca, e a Companhia de Jesus, se não tem offuscado as intelligencias pela superioridade da sciencia, é reconhecida pelos seus maiores inimigos como a primeira latinista do mundo. Ao menos, se no resto nada podemos nem valemos, valhamos nisto alguma cousa. Uma longa casquinada do *proepositus* interrompe o seu discurso. Depois repreme-se, reveste-se de novo de serenidade indulgente e prosegue: — Em summa, o que está feito, está feito. Obstemos aos resultados. Afoguemos a hydra no seu ninho. Se os teus vigarios, que sabem mai latim, quizerem ser esportos, façamos-lhe respeitar a cadeira de S. Pedro com o numero daquelles que sabem ainda peor. Péga nesse planispherio; busca ali os sertões desconhecidos da Africa central, as ilhas quasi infinitas da Polynesia, as solidões das *steppes*, as regiões polares das neves eternas; de tudo isso, o que mais te apetercer, retalha-o em dioceses e põe-lhe nomes gregos. O grego nestas cousas é de bom effeito. Depois, que os teus *guardie-nobili*, disfarçados em sacristas, corram a tua metropole e as vigarias apostolicas chamadas dioceses subur-

bicarias; que alistem cem, que alistem duzentos, que alistem trezentos clérigos de *requiem*, clérigos tumbeiros, e institue-os bispos das dioceses creadas no planispherio. Prega então dentro do concilio com os que forem necessários para o Espirito-Sancto poder inspirar resoluções acertadas. Feito isto com presteza, está salva a co-redempção da Virgem, e pouco nos importa que os antigos martyrologios comemorem a 15 de agosto a sua morte (*domitio*). Morreu? Pois tanto melhor. Immaculada na Conceição, se morreu é que remiu. Desfaz-se por tal modo o argumento fatal de S. Boaventura contra o immaculatismo, que elle e S. Bernardo e outros trastes assim chamavam ou superstição ou heresia. Anda: vai tractar disto.»

É o secretario sai cabisbaixo; e a minha visão vai-se desvanecendo atrás delle, como as nevoas douradas do Oriente, ao despontar o sol, num destes dias ardentes de julho, e achome com a penna na mão, respondendo á cartaparenese de V. Ex.^a.

É a resposta já vai longa: por isso, paro aqui. Releve V. Ex.^a as tontices de um velho, que soube noutro tempo alguma cousa da história da igreja e das suas doutrinas, mas que hoje quasi que só pensa em melhorar os pro-

ductos agricolas de seu conchouso, e consinta-me que termine por um latinorio de um latinista mais forte do que o judeu Beckx, chamado S. Jeronymo: «*Majorum sequere veritigia et ab eorum auctoritate ne discrepes alioquin tibi occurrent multa quae te ad errorem pertrahent.*» «Segue as pégadas dos antigos, e não te afastes da sua auctoridade, aliás virte-hão á cabeça muitas cousas que te arrastarão ao erro.»

Vou com esta. Estou já muito duro para mudar de religião e fazer-me adepto do beaterio de carroagem.

Sou de V. Ex.^a

ERRATA

	Onde consta	Deve constar
Pág. 22	subjacente a um	subjacente um
Pág. 23	De Acordo com	De acordo com
Pág. 24	Suíça apresenta	Suíça apresentar
Pág. 27	originais estrangeiros traduções	originais estrangeiros em traduções
Pág. 34	sejo	seja
Pág. 46	demonstrar	demonstrar
Pág. 47	tradução é a França	tradução a França
Pág. 48	desapareceminto	desaparecimento
Pág. 52	critico início sobre a o	crítico início sobre o
Pág. 55	acrescente a	acrescente
Pág. 57	fê-las fomra	as fez forma
Pág. 62	afirmar	afirma
Pág. 99	(Nemésio, (1934 ¹ : 318)	(Nemésio, 1934 ¹ : 318)
Bibliografia		
b) Sobre Herculano:		

Nemésio, Vitorino. *A Mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1823)*. Lisboa: Bertrand, 1934¹.

Nemésio, Vitorino. *A Mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1823)*. Lisboa: Bertrand, 1934².

